

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

e normas correlatas

6a edição



Atualizada até outubro de 2023

**SENADO FEDERAL**

Mesa

Biênio 2023 – 2024

Senador Rodrigo Pacheco

**PRESIDENTE**

Senador Veneziano Vital do Rêgo

**PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE**

Senador Rodrigo Cunha

**SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE**

Senador Rogério Carvalho

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO**

Senador Weverton

**SEGUNDO-SECRETÁRIO**

Senador Chico Rodrigues

**TERCEIRO-SECRETÁRIO**

Senador Styvenson Valentim

**QUARTO-SECRETÁRIO**

**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

Senadora Mara Gabrilli Senadora Ivete da Silveira Senador Dr. Hiran Senador Mecias de Jesus

Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas

## Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

e normas correlatas

6a edição

Brasília – 2023



Edição do Senado Federal Diretora-Geral: Ilana Trombka

Secretário-Geral da Mesa: Gustavo A. Sabóia Vieira

Impressa na Secretaria de Editoração e Publicações Diretor: Rafael A. Chervenski da Silva

Produzida na Coordenação de Edições Técnicas Coordenador: Aloysio de Britto Vieira

Organização, atualização e revisão técnica: Serviço de Pesquisa

Projeto gráfico e editoração: Serviço de Publicações Técnico-Legislativas Atualizada até outubro de 2023.

As normas aqui apresentadas não substituem as publicações do *Diário Oficial da União.*

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas. – 6. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

175 p.

Conteúdo: Dispositivos constitucionais pertinentes – Consolidação das Leis do Trabalho – Normas correlatas.

ISBN: 978-65-5676-411-5 (Impresso)

ISBN: 978-65-5676-412-2 (PDF)

ISBN: 978-65-5676-413-9 (ePub)

1. Direito trabalhista, legislação, Brasil. 2. Legislação trabalhista, Brasil. 3. Trabalhador, proteção, Brasil. 4. Brasil. [Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943)].

CDDir 342.6981

Coordenação de Edições Técnicas

Senado Federal, Bloco 8, Mezanino, Setor 11 CEP: 70165-900 – Brasília, DF

Telefone: (61) 3303-3579

E-mail: [livraria@senado.leg.br](mailto:livraria@senado.leg.br)



## Sumário

[7 Apresentação](#_bookmark0)

### [Dispositivos constitucionais pertinentes](#_bookmark1)

[10 Constituição da República Federativa do Brasil](#_bookmark2)

### [Consolidação das Leis do Trabalho](#_bookmark3)

[14 Índice sistemático do Decreto-lei no 5.452/1943](#_bookmark4)

[19 Decreto-lei no 5.452/1943](#_bookmark5)

[*Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.*](#_bookmark5)

### [Normas correlatas](#_bookmark108)

[160 Lei no 12.506/2011](#_bookmark109)

[*Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências.*](#_bookmark109)

[161 Lei no 10.101/2000](#_bookmark110)

[*Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou*](#_bookmark110)[*resultados da empresa e dá outras providências.*](#_bookmark110)

[165 Lei no 7.998/1990](#_bookmark111)

[*Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao*](#_bookmark111)[*Trabalhador – FAT, e dá outras providências.*](#_bookmark111)

[172 Lei no 7.783/1989](#_bookmark112)

[*Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das*](#_bookmark112)[*necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.*](#_bookmark112)

[175 Lei no 4.090/1962](#_bookmark113)

[*Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.*](#_bookmark113)

O conteúdo aqui apresentado está atualizado até a data de fechamento da edição. Eventuais notas de rodapé trazem informações complementares acerca dos dispositivos que compõem as normas compiladas.

Apresentação

## Apresentação

As obras de legislação do Senado Federal visam a permitir o acesso do cidadão à legislação em vigor relativa a temas específicos de interesse público.

Tais coletâneas incluem dispositivos constitucionais, códigos ou leis principais sobre o tema, além de normas correlatas e acordos internacionais relevantes, a depender do assunto. Por meio de compilação atualizada e fidedigna, apresenta-se ao leitor um painel consistente para estudo e consulta.

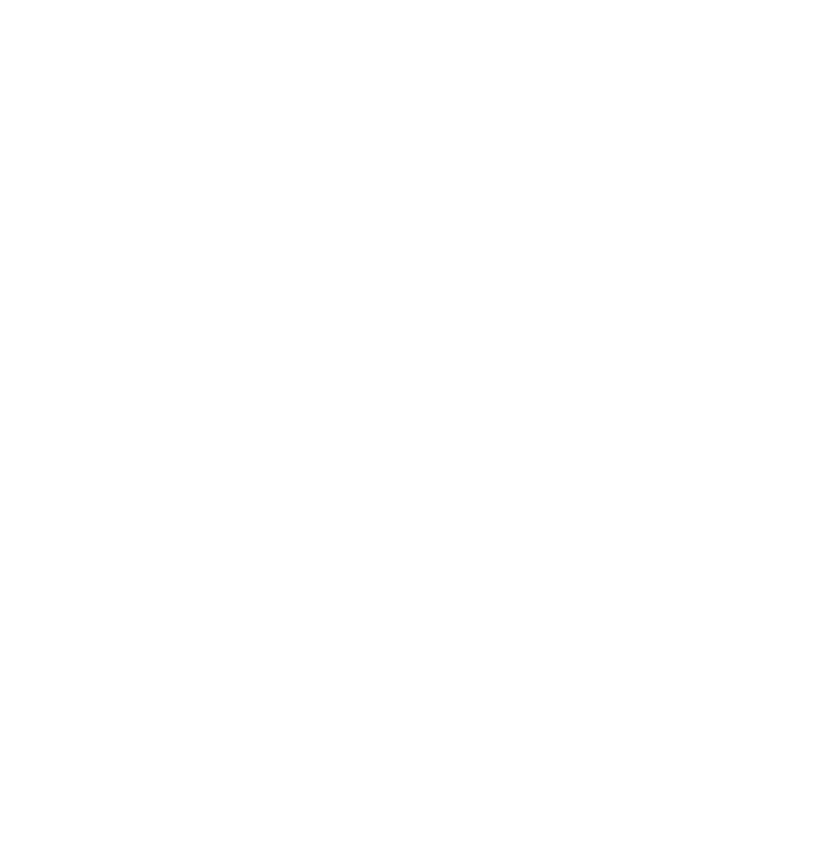
O índice temático, quando apresentado, oferece verbetes com tópicos de relevo, tornando fácil e rápida a consulta a dispositivos de interesse mais pontual.

Na Livraria Virtual do Senado (livraria.senado.leg.br), além das obras impressas disponíveis para compra direta, o leitor encontra *e-books* para *download* imediato e gratuito.

Sugestões e críticas podem ser registradas na página da Livraria e certamente contribuirão para o aprimoramento de nossos livros e periódicos.

**7**





# Dispositivos constitucionais pertinentes

## Constituição

da República Federativa do Brasil

...............................................................................

**TÍTULO I** – Dos Princípios Fundamentais

**Art. 1o** A República Federativa do Brasil, for- mada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

1. – a soberania;
2. – a cidadania;
3. – a dignidade da pessoa humana;
4. – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
5. – o pluralismo político.

*Parágrafo único*. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representan- tes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

**Art. 2o** São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 3o** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

1. – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
2. – garantir o desenvolvimento nacional;
3. – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
4. – promover o bem de todos, sem pre- conceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

...............................................................................

**TÍTULO II** – Dos Direitos e Garantias Fundamentais

...............................................................................

**CAPÍTULO II** – Dos Direitos Sociais

**Art. 6o** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o trans- porte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

*Parágrafo único*. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transfe- rência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

**Art. 7o** São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

1. – relação de emprego protegida contra des- pedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
2. – seguro-desemprego, em caso de desem- prego involuntário;
3. – fundo de garantia do tempo de serviço;
4. – salário mínimo, fixado em lei, nacio- nalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe pre- servem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
5. – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
6. – irredutibilidade do salário, salvo o dis- posto em convenção ou acordo coletivo;
7. – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

**10**

1. – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposen- tadoria;
2. – remuneração do trabalho noturno supe- rior à do diurno;
3. – proteção do salário na forma da lei, cons- tituindo crime sua retenção dolosa;
4. – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcional- mente, participação na gestão da empresa, con- forme definido em lei;
5. – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;
6. – duração do trabalho normal não supe- rior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
7. – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de reveza- mento, salvo negociação coletiva;
8. – repouso semanal remunerado, prefe- rencialmente aos domingos;
9. – remuneração do serviço extraordi- nário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
10. – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
11. – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
12. – licença-paternidade, nos termos fixa- dos em lei;
13. – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
14. – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;
15. – redução dos riscos inerentes ao tra- balho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
16. – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
17. – aposentadoria;
18. – assistência gratuita aos filhos e depen- dentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;
19. – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
20. – proteção em face da automação, na forma da lei;
21. – seguro contra acidentes de tra- balho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;
22. – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricio- nal de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;
    1. (Revogada);
    2. (Revogada);
23. – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do

trabalhador portador de deficiência;

1. – proibição de distinção entre tra- balho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;
2. – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
3. – igualdade de direitos entre o traba- lhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

*Parágrafo único*. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos pre- vistos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI,

Dispositivos constitucionais pertinentes

XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII,

bem como a sua integração à previdência social.

**Art. 8o** É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

**11**

* 1. – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;
  2. – é vedada a criação de mais de uma orga- nização sindical, em qualquer grau, represen- tativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interes- sados, não podendo ser inferior à área de um Município;
  3. – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou adminis- trativas;
  4. – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sis- tema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;
  5. – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;
  6. – é obrigatória a participação dos sin- dicatos nas negociações coletivas de trabalho;
  7. – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;
  8. – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e,

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

*Parágrafo único*. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as con- dições que a lei estabelecer.

**Art. 9o** É assegurado o direito de greve, com- petindo aos trabalhadores decidir sobre a opor- tunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1o A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

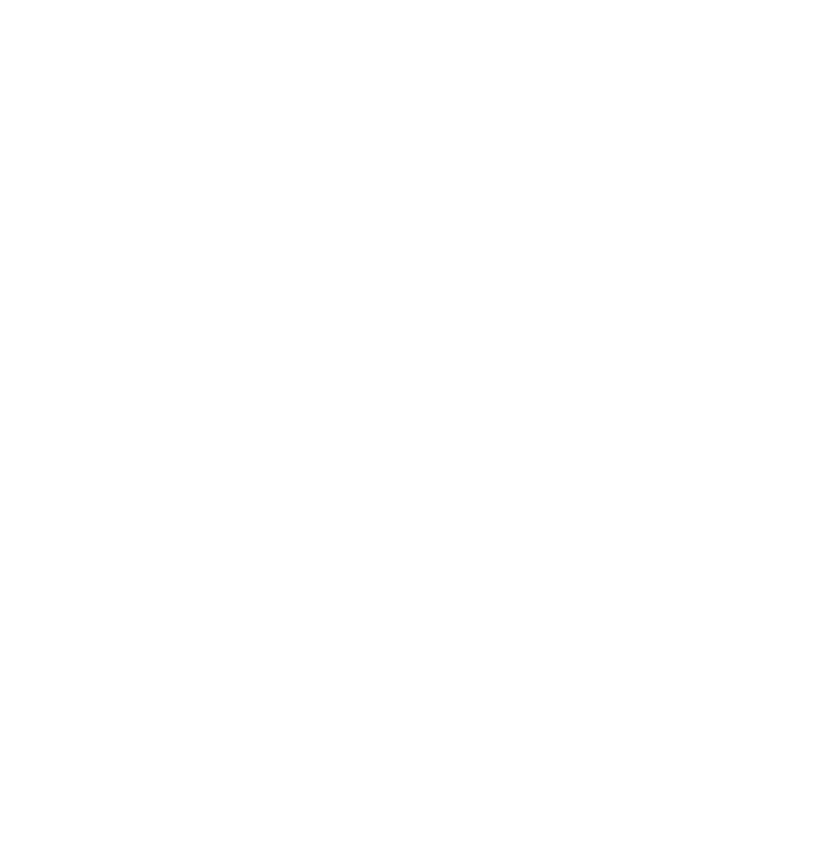
§ 2o Os abusos cometidos sujeitam os res- ponsáveis às penas da lei.

**Art. 10.** É assegurada a participação dos tra- balhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses pro- fissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

**Art. 11.** Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um repre- sentante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

...............................................................................

**12**



# Consolidação das Leis do Trabalho

## Índice sistemático do Decreto-lei no [5.452/1943](#_bookmark5)

[19 Título I – Introdução](#_bookmark5)

[21 Título II – Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho](#_bookmark6)

[21 Capítulo I – Da Identificação Profissional](#_bookmark6)

[21 Seção I – Da Carteira de Trabalho e Previdência Social](#_bookmark6)

[22 Seção II – Da Emissão da Carteira](#_bookmark7)

[22 Seção III – Da Entrega das Carteiras de Trabalho e Previdência Social](#_bookmark7)

[22 Seção IV – Das Anotações](#_bookmark7)

[23 Seção V – Das Reclamações por Falta ou Recusa de Anotação](#_bookmark8)

[23 Seção VI – Do Valor das Anotações](#_bookmark8)

[23 Seção VII – Dos Livros de Registro de Empregados](#_bookmark8)

[24 Seção VIII – Das Penalidades](#_bookmark9)

[25 Capítulo II – Da Duração do Trabalho](#_bookmark10)

[25 Seção I – Disposição Preliminar](#_bookmark10)

[25 Seção II – Da Jornada de Trabalho](#_bookmark10)

[27 Seção III – Dos Períodos de Descanso](#_bookmark11)

[28 Seção IV – Do Trabalho Noturno](#_bookmark12)

[28 Seção V – Do Quadro de Horário](#_bookmark12)

[28 Seção VI – Das Penalidades](#_bookmark12)

[29 Capítulo II-A – Do Teletrabalho](#_bookmark13)

[30 Capítulo III – Do Salário Mínimo](#_bookmark14)

[30 Seção I – Do Conceito](#_bookmark14)

[30 Seção II – Das Regiões, Zonas e Subzonas](#_bookmark14)

[30 Seção III – Da Constituição das Comissões](#_bookmark14)

[31 Seção IV – Das Atribuições das Comissões de Salário Mínimo](#_bookmark15)

[31 Seção V – Da Fixação do Salário Mínimo](#_bookmark15)

[31 Seção VI – Disposições Gerais](#_bookmark15)

[31 Capítulo IV – Das Férias Anuais](#_bookmark15)

1. [Seção I – Do Direito a Férias e da Sua Duração](#_bookmark15)
2. [Seção II – Da Concessão e da Época das Férias](#_bookmark16)
3. [Seção III – Das Férias Coletivas](#_bookmark17)

[33 Seção IV – Da Remuneração e do Abono de Férias](#_bookmark17)

[34 Seção V – Dos Efeitos da Cessação do Contrato de Trabalho](#_bookmark18)

[34 Seção VI – Do Início da Prescrição](#_bookmark18)

[34 Seção VII – Disposições Especiais](#_bookmark18)

[35 Seção VIII – Das Penalidades](#_bookmark19)

[35 Capítulo V – Da Segurança e da Medicina do Trabalho](#_bookmark19)

1. [Seção I – Disposições Gerais](#_bookmark19)
2. [Seção II – Da Inspeção Prévia e do Embargo ou Interdição](#_bookmark20)
3. [Seção III – Dos Órgãos de Segurança e de Medicina do Trabalho nas Empresas](#_bookmark20)
4. [Seção IV – Do Equipamento de Proteção Individual](#_bookmark21)
5. [Seção V – Das Medidas Preventivas de Medicina do Trabalho](#_bookmark21)
6. [Seção VI – Das Edificações](#_bookmark22)

[38 Seção VII – Da Iluminação](#_bookmark22)

1. [Seção VIII – Do Conforto Térmico](#_bookmark22)
2. [Seção IX – Das Instalações Elétricas](#_bookmark22)
3. [Seção X – Da Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais](#_bookmark23)

[39 Seção XI – Das Máquinas e Equipamentos](#_bookmark23)

1. [Seção XII – Das Caldeiras, Fornos e Recipientes sob Pressão](#_bookmark23)
2. [Seção XIII – Das Atividades Insalubres ou Perigosas](#_bookmark24)
3. [Seção XIV – Da Prevenção da Fadiga](#_bookmark25)
4. [Seção XV – Das Outras Medidas Especiais de Proteção](#_bookmark25)
5. [Seção XVI – Das Penalidades](#_bookmark26)

[42 Título II-A – Do Dano Extrapatrimonial](#_bookmark26)

[43 Título III – Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho](#_bookmark27)

[43 Capítulo I – Das Disposições Especiais sobre Duração e Condições de Trabalho](#_bookmark27)

[43 Seção I – Dos Bancários](#_bookmark27)

[43 Seção II – Dos Empregados nos Serviços de Telefonia, de Telegrafia](#_bookmark27) [Submarina e Subfluvial, de Radiotelegrafia e Radiotelefonia](#_bookmark27)

[44 Seção III – Dos Músicos Profissionais](#_bookmark28)

[44 Seção IV – Dos Operadores Cinematográficos](#_bookmark28)

[45 Seção IV-A – Do Serviço do Motorista Profissional Empregado](#_bookmark29)

[48 Seção V – Do Serviço Ferroviário](#_bookmark30)

[50 Seção VI – Das Equipagens das Embarcações da Marinha Mercante Nacional,](#_bookmark31) [de Navegação Fluvial e Lacustre, do Tráfego nos Portos e da Pesca](#_bookmark31)

[51 Seção VII – Dos Serviços Frigoríficos](#_bookmark32)

[51 Seção VIII – Dos Serviços de Estiva](#_bookmark32)

[51 Seção IX – Dos Serviços de Capatazias nos Portos](#_bookmark32)

[51 Seção X – Do Trabalho em Minas de Subsolo](#_bookmark32)

[52 Seção XI – Dos Jornalistas Profissionais](#_bookmark33)

[54 Seção XII – Dos Professores](#_bookmark34)

[54 Seção XIII – Dos Químicos](#_bookmark34)

[59 Seção XIV – Das Penalidades](#_bookmark35)

[59 Capítulo II – Da Nacionalização do Trabalho](#_bookmark35)

[59 Seção I – Da Proporcionalidade de Empregados Brasileiros](#_bookmark35)

[60 Seção II – Das Relações Anuais de Empregados](#_bookmark36)

[61 Seção III – Das Penalidades](#_bookmark37)

[61 Seção IV – Disposições Gerais](#_bookmark37)

[61 Seção V – Das Disposições Especiais sobre a Nacionalização da Marinha Mercante](#_bookmark37)

[62 Capítulo III – Da Proteção do Trabalho da Mulher](#_bookmark38)

[62 Seção I – Da Duração, Condições do Trabalho e da Discriminação contra a Mulher](#_bookmark38)

[62 Seção II – Do Trabalho Noturno](#_bookmark38)

[63 Seção III – Dos Períodos de Descanso](#_bookmark39)

[63 Seção IV – Dos Métodos e Locais de Trabalho](#_bookmark39)

[64 Seção V – Da Proteção à Maternidade](#_bookmark40)

[66 Seção VI – Das Penalidades](#_bookmark41)

[66 Capítulo IV – Da Proteção do Trabalho do Menor](#_bookmark41)

[66 Seção I – Disposições Gerais](#_bookmark41)

[67 Seção II – Da Duração do Trabalho](#_bookmark42)

[67 Seção III – Da Admissão em Emprego e da Carteira de Trabalho e Previdência Social](#_bookmark42)

[68 Seção IV – Dos Deveres dos Responsáveis Legais de Menores](#_bookmark43) [e dos Empregadores. Da Aprendizagem](#_bookmark43)

[70 Seção V – Das Penalidades](#_bookmark44)

[70 Seção VI – Disposições Finais](#_bookmark44)

[70 Título IV – Do Contrato Individual do Trabalho](#_bookmark44)

[70 Capítulo I – Disposições Gerais](#_bookmark44)

[73 Capítulo II – Da Remuneração](#_bookmark45)

1. [Capítulo III – Da Alteração](#_bookmark46)
2. [Capítulo IV – Da Suspensão e da Interrupção](#_bookmark47)
3. [Capítulo V – Da Rescisão](#_bookmark48)
4. [Capítulo VI – Do Aviso Prévio](#_bookmark49)
5. [Capítulo VII – Da Estabilidade](#_bookmark50)
6. [Capítulo VIII – Da Força Maior](#_bookmark51)
7. [Capítulo IX – Disposições Especiais](#_bookmark51)
8. [Título IV-A – Da Representação dos Empregados](#_bookmark52)
9. [Título V – Da Organização Sindical](#_bookmark53)

[85 Capítulo I – Da Instituição Sindical](#_bookmark53)

1. [Seção I – Da Associação em Sindicato](#_bookmark53)
2. [Seção II – Do Reconhecimento e Investidura Sindical](#_bookmark54)
3. [Seção III – Da Administração do Sindicato](#_bookmark55)
4. [Seção IV – Das Eleições Sindicais](#_bookmark56)
5. [Seção V – Das Associações Sindicais de Grau Superior](#_bookmark57)
6. [Seção VI – Dos Direitos dos Exercentes de Atividades ou Profissões e dos Sindicalizados](#_bookmark58)
7. [Seção VII – Da Gestão Financeira do Sindicato e Sua Fiscalização](#_bookmark59)

[94 Seção VIII – Das Penalidades](#_bookmark60)

[95 Seção IX – Disposições Gerais](#_bookmark61)

[96 Capítulo II – Do Enquadramento Sindical](#_bookmark62)

[97 Capítulo III – Da Contribuição Sindical](#_bookmark63)

[97 Seção I – Da Fixação e do Recolhimento da Contribuição Sindical](#_bookmark63)

[100 Seção II – Da Aplicação da Contribuição Sindical](#_bookmark64)

[102 Seção III – Da Comissão da Contribuição Sindical](#_bookmark65)

[102 Seção IV – Das Penalidades](#_bookmark65)

[102 Seção V – Disposições Gerais](#_bookmark65)

[103 Título VI – Das Convenções Coletivas de Trabalho](#_bookmark66)

[107 Título VI-A – Das Comissões de Conciliação Prévia](#_bookmark67)

[108 Título VII – Do Processo de Multas Administrativas](#_bookmark68)

[108 Capítulo I – Da Fiscalização, da Autuação e da Imposição de Multas](#_bookmark68)

[110 Capítulo II – Dos Recursos](#_bookmark69)

[111 Capítulo III – Do Depósito, da Inscrição e da Cobrança](#_bookmark70)

[111 Título VII-A – Da Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas](#_bookmark70)

[111 Título VIII – Da Justiça do Trabalho](#_bookmark70)

[111 Capítulo I – Introdução](#_bookmark70)

[112 Capítulo II – Das Juntas de Conciliação e Julgamento](#_bookmark71)

[112 Seção I – Da Composição e Funcionamento](#_bookmark71)

[112 Seção II – Da Jurisdição e Competência das Juntas](#_bookmark71)

[113 Seção III – Dos Presidentes das Juntas](#_bookmark72)

[115 Seção IV – Dos Vogais das Juntas](#_bookmark73)

[116 Capítulo III – Dos Juízos de Direito](#_bookmark74)

[116 Capítulo IV – Dos Tribunais Regionais do Trabalho](#_bookmark74)

[116 Seção I – Da Composição e do Funcionamento](#_bookmark74)

1. [Seção II – Da Jurisdição e Competência](#_bookmark75)
2. [Seção III – Dos Presidentes dos Tribunais Regionais](#_bookmark76)
3. [Seção IV – Dos Juízes Representantes Classistas dos Tribunais Regionais](#_bookmark77)

[120 Capítulo V – Do Tribunal Superior do Trabalho](#_bookmark77)

|  |  |
| --- | --- |
| [120](#_bookmark77) | [Seção I – Disposições Preliminares](#_bookmark77) |
| [121](#_bookmark78) | [Seção II – Da Composição e Funcionamento do Tribunal Superior do Trabalho](#_bookmark78) |
| [122](#_bookmark79) | [Seção III – Da Competência do Tribunal Pleno](#_bookmark79) |
| [123](#_bookmark80) | [Seção IV – Da Competência da Câmara de Justiça do Trabalho](#_bookmark80) |
| [123](#_bookmark80) | [Seção V – Da Competência da Câmara de Previdência Social](#_bookmark80) |
| [123](#_bookmark80) | [Seção VI – Das Atribuições do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho](#_bookmark80) |
| [123](#_bookmark80) | [Seção VII – Das Atribuições do Vice-Presidente](#_bookmark80) |
| [124](#_bookmark81) | [Seção VIII – Das Atribuições do Corregedor](#_bookmark81) |
| [124](#_bookmark81) | [Capítulo VI – Dos Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho](#_bookmark81) |
| [124](#_bookmark81) | [Seção I – Da Secretaria das Juntas de Conciliação e Julgamento](#_bookmark81) |
| [125](#_bookmark82) | [Seção II – Dos Distribuidores](#_bookmark82) |
| [125](#_bookmark82) | [Seção III – Do Cartório dos Juízos de Direito](#_bookmark82) |
| [125](#_bookmark82) | [Seção IV – Das Secretarias dos Tribunais Regionais](#_bookmark82) |
| [125](#_bookmark82) | [Seção V – Dos Oficiais de Justiça](#_bookmark82) |
| [126](#_bookmark83) | [Capítulo VII – Das Penalidades](#_bookmark83) |
| [126](#_bookmark83) | [Seção I – Do *Lock-out* e da Greve](#_bookmark83) |
| [126](#_bookmark83) | [Seção II – Das Penalidades contra os Membros da Justiça do Trabalho](#_bookmark83) |
| [126](#_bookmark83) | [Seção III – De Outras Penalidades](#_bookmark83) |
| [127](#_bookmark84) | [Capítulo VIII – Disposições Gerais](#_bookmark84) |
| [127](#_bookmark84) | [Título IX – Do Ministério Público do Trabalho](#_bookmark84) |
| [127](#_bookmark84) | [Capítulo I – Disposições Gerais](#_bookmark84) |
| [128](#_bookmark85) | [Capítulo II – Da Procuradoria da Justiça do Trabalho](#_bookmark85) |
| [128](#_bookmark85) | [Seção I – Da Organização](#_bookmark85) |
| [128](#_bookmark85) | [Seção II – Da Competência da Procuradoria-Geral](#_bookmark85) |
| [129](#_bookmark86) | [Seção III – Da Competência das Procuradorias Regionais](#_bookmark86) |
| [129](#_bookmark86) | [Seção IV – Das Atribuições do Procurador-Geral](#_bookmark86) |
| [129](#_bookmark86) | [Seção V – Das Atribuições dos Procuradores](#_bookmark86) |
| [129](#_bookmark86) | [Seção VI – Das Atribuições dos Procuradores Regionais](#_bookmark86) |
| [130](#_bookmark87) | [Seção VII – Da Secretaria](#_bookmark87) |
| [130](#_bookmark87) | [Capítulo III – Da Procuradoria de Previdência Social](#_bookmark87) |
| [130](#_bookmark87) | [Seção I – Da Organização](#_bookmark87) |
| [130](#_bookmark87) | [Seção II – Da Competência da Procuradoria](#_bookmark87) |
| [131](#_bookmark88) | [Seção III – Das Atribuições do Procurador-Geral](#_bookmark88) |
| [131](#_bookmark88) | [Seção IV – Das Atribuições dos Procuradores](#_bookmark88) |
| [131](#_bookmark88) | [Seção V – Da Secretaria](#_bookmark88) |
| [131](#_bookmark88) | [Título X – Do Processo Judiciário do Trabalho](#_bookmark88) |
| [131](#_bookmark88) | [Capítulo I – Disposições Preliminares](#_bookmark88) |
| [132](#_bookmark89) | [Capítulo II – Do Processo em Geral](#_bookmark89) |
| [132](#_bookmark89) | [Seção I – Dos Atos, Termos e Prazos Processuais](#_bookmark89) |
| [133](#_bookmark90) | [Seção II – Da Distribuição](#_bookmark90) |
| [133](#_bookmark90) | [Seção III – Das Custas e Emolumentos](#_bookmark90) |
| [135](#_bookmark91) | [Seção IV – Das Partes e dos Procuradores](#_bookmark91) |
| [136](#_bookmark92) | [Seção IV-A – Da Responsabilidade por Dano Processual](#_bookmark92) |
| [136](#_bookmark92) | [Seção V – Das Nulidades](#_bookmark92) |
| [137](#_bookmark93) | [Seção VI – Das Exceções](#_bookmark93) |
| [137](#_bookmark93) | [Seção VII – Dos Conflitos de Jurisdição](#_bookmark93) |
| [138](#_bookmark94) | [Seção VIII – Das Audiências](#_bookmark94) |
| [139](#_bookmark95) | [Seção IX – Das Provas](#_bookmark95) |
| [140](#_bookmark96) | [Seção X – Da Decisão e Sua Eficácia](#_bookmark96) |
| [141](#_bookmark97) | [Capítulo III – Dos Dissídios Individuais](#_bookmark97) |

|  |  |
| --- | --- |
| [141](#_bookmark97) | [Seção I – Da Forma de Reclamação e da Notificação](#_bookmark97) |
| [142](#_bookmark98) | [Seção II – Da Audiência de Julgamento](#_bookmark98) |
| [143](#_bookmark99) | [Seção II-A – Do Procedimento Sumaríssimo](#_bookmark99) |
| [144](#_bookmark100) | [Seção III – Do Inquérito para Apuração de Falta Grave](#_bookmark100) |
| [144](#_bookmark100) | [Seção IV – Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica](#_bookmark100) |
| [145](#_bookmark101) | [Capítulo III-A – Do Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial](#_bookmark101) |
| [145](#_bookmark101) | [Capítulo IV – Dos Dissídios Coletivos](#_bookmark101) |
| [145](#_bookmark101) | [Seção I – Da Instauração da Instância](#_bookmark101) |
| [145](#_bookmark101) | [Seção II – Da Conciliação e do Julgamento](#_bookmark101) |
| [146](#_bookmark102) | [Seção III – Da Extensão das Decisões](#_bookmark102) |
| [147](#_bookmark103) | [Seção IV – Do Cumprimento das Decisões](#_bookmark103) |
| [147](#_bookmark103) | [Seção V – Da Revisão](#_bookmark103) |
| [147](#_bookmark103) | [Capítulo V – Da Execução](#_bookmark103) |
| [147](#_bookmark103) | [Seção I – Das Disposições Preliminares](#_bookmark103) |
| [148](#_bookmark104) | [Seção II – Do Mandado e da Penhora](#_bookmark104) |
| [149](#_bookmark105) | [Seção III – Dos Embargos à Execução e da Sua Impugnação](#_bookmark105) |
| [149](#_bookmark105) | [Seção IV – Do Julgamento e dos Trâmites Finais da Execução](#_bookmark105) |
| [150](#_bookmark106) | [Seção V – Da Execução por Prestações Sucessivas](#_bookmark106) |
| [150](#_bookmark106) | [Capítulo VI – Dos Recursos](#_bookmark106) |
| [156](#_bookmark107) | [Capítulo VII – Da Aplicação das Penalidades](#_bookmark107) |
| [156](#_bookmark107) | [Capítulo VIII – Disposições Finais](#_bookmark107) |
| [156](#_bookmark107) | [Título XI – Disposições Finais e Transitórias](#_bookmark107) |

## Decreto-lei no 5.452/1943

*Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da

atribuição que lhe confere o art. 180 da Cons- tituição,

DECRETA:

**Art. 1o** Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este Decreto-lei acompa- nha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

*Parágrafo único*. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

**Art. 2o** O presente Decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1o de maio de 1943; 122o da Independência e 55o da República.

GETÚLIO VARGAS

Decretado em 1o/5/1943, publicado no DOU de 9/8/1943 e retificado pelo Decreto-lei no 6.353, decretado em 20/3/1944 e publicado no DOU de 22/3/1944, e pelo Decreto-lei no 9.797, decretado em 9/9/1946 e publicado no DOU de 11/9/1946.

### Consolidação das Leis do Trabalho

**TÍTULO I** – Introdução

**Art. 1o** Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

**Art. 2o** Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.

§ 1o Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de bene- ficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2o Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personali- dade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua

autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

§ 3o Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 3o** Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não even- tual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

*Parágrafo único*. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

**Art. 4o** Considera-se como de serviço efetivo o

período em que o empregado esteja à disposição **19**

do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

§ 1o Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabili- dade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.

§ 2o Por não se considerar tempo à disposi- ção do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1o do art. 58 desta Con- solidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer ati- vidades particulares, entre outras:

1. – práticas religiosas;
2. – descanso;
3. – lazer;
4. – estudo;
5. – alimentação;
6. – atividades de relacionamento social;
7. – higiene pessoal;
8. – troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.

**Art. 5o** A todo trabalho de igual valor corres- ponderá salário igual, sem distinção de sexo.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 6o** Não se distingue entre o trabalho reali- zado no estabelecimento do empregador, o exe- cutado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

*Parágrafo único*. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e super- visão se equiparam, para fins de subordina- ção jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

**Art. 7o** Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

**20**

1. aos empregados domésticos, assim con- siderados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas;
2. aos trabalhadores rurais, assim considera- dos aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais;
3. aos funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios e aos respecti- vos extranumerários em serviço nas próprias repartições;
4. aos servidores de autarquias paraestatais, desde que sujeitos a regime próprio de proteção ao trabalho que lhes assegure situação análoga à dos funcionários públicos;
5. (Suprimida);
6. às atividades de direção e assessoramento nos órgãos, institutos e fundações dos partidos, assim definidas em normas internas de orga- nização partidária.

*Parágrafo único*. (Revogado)

**Art. 8o** As autoridades administrativas e a Jus- tiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equi- dade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

§ 1o O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho.

§ 2o Súmulas e outros enunciados de juris- prudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Traba- lho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

§ 3o No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a confor- midade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código

Civil), e balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.

**Art. 9o** Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.

**Art. 10.** Qualquer alteração na estrutura jurí- dica da empresa não afetará os direitos adqui- ridos por seus empregados.

**Art. 10-A.** O sócio retirante responde subsi- diariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência:

* 1. – a empresa devedora;
  2. – os sócios atuais; e
  3. – os sócios retirantes.

*Parágrafo único*. O sócio retirante respon- derá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.

**Art. 11.** A pretensão quanto a créditos resul- tantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

1. – (Revogado);
2. – (Revogado).

§ 1o O disposto neste artigo não se aplica às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.

§ 2o Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

§ 3o A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação tra- balhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do

mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

**Art. 11-A.** Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.

§ 1o A fluência do prazo prescricional inter- corrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

§ 2o A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.

**Art. 12.** Os preceitos concernentes ao regime de seguro social são objeto de lei especial.

**TÍTULO II** – Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho

**CAPÍTULO I** – Da Identificação Profissional **SEÇÃO I** – Da Carteira de Trabalho e Previdência Social

**Art. 13.** A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remu- nerada.

§ 1o O disposto neste artigo aplica-se, igual- mente, a quem:

1. – proprietário rural ou não, trabalhe indivi- dualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria sub- sistência, e exercido em condições de mútua dependência e colaboração;
2. – em regime de economia familiar e sem empregado, explore área não excedente do módulo rural ou de outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 2o A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) obedecerá aos modelos que o Ministério da Economia adotar.

§ 3o (Revogado)

§ 4o (Revogado)

**21**

**SEÇÃO II** – Da Emissão da Carteira

**Art. 14.** A CTPS será emitida pelo Ministé- rio da Economia preferencialmente em meio eletrônico.

*Parágrafo único*. Excepcionalmente, a CTPS poderá ser emitida em meio físico, desde que: I – nas unidades descentralizadas do Minis- tério da Economia que forem habilitadas para

a emissão;

* 1. – mediante convênio, por órgãos federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta;
  2. – mediante convênio com serviços nota- riais e de registro, sem custos para a adminis- tração, garantidas as condições de segurança das informações.

**Art. 15.** Os procedimentos para emissão da CTPS ao interessado serão estabelecidos pelo Ministério da Economia em regulamento pró- prio, privilegiada a emissão em formato ele- trônico.

**Art. 16.** A CTPS terá como identificação única do empregado o número de inscrição no Cadas- tro de Pessoas Físicas (CPF).

1. – (Revogado);
2. – (Revogado);
3. – (Revogado);
4. – (Revogado).

*Parágrafo único*. (Revogado):

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

* 1. (Revogada);
  2. (Revogada).

**Arts. 17 a 24.** (Revogados)

**SEÇÃO III** – Da Entrega das Carteiras de Trabalho e Previdência Social

**Arts. 25 a 28.** (Revogados)

**SEÇÃO IV** – Das Anotações

**Art. 29.** O empregador terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data

**22** de admissão, a remuneração e as condições

especiais, se houver, facultada a adoção de sis- tema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério da Economia.

§ 1o As anotações concernentes à remu- neração devem especificar o salário, qualquer que seja sua forma de pagamento, seja ele em dinheiro ou em utilidades, bem como a esti- mativa da gorjeta.

§ 2o As anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas:

1. na data-base;
2. a qualquer tempo, por solicitação do trabalhador;
3. no caso de rescisão contratual; ou
4. necessidade de comprovação perante a Previdência Social.

§ 3o A falta de cumprimento pelo empre- gador do disposto neste artigo acarretará a lavratura do auto de infração, pelo Fiscal do Trabalho, que deverá, de ofício, comunicar a falta de anotação ao órgão competente, para o fim de instaurar o processo de anotação.

§ 4o É vedado ao empregador efetuar ano- tações desabonadoras à conduta do empre- gado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5o O descumprimento do disposto no

§ 4o deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo.

§ 6o A comunicação pelo trabalhador do número de inscrição no CPF ao empregador equivale à apresentação da CTPS em meio digital, dispensado o empregador da emissão de recibo.

§ 7o Os registros eletrônicos gerados pelo empregador nos sistemas informatizados da CTPS em meio digital equivalem às anotações a que se refere esta Lei.

§ 8o O trabalhador deverá ter acesso às informações da sua CTPS no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a partir de sua anotação.

**Art. 29-A.** O empregador que infringir o disposto no *caput* e no § 1o do art. 29 desta Consolidação ficará sujeito a multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) por empregado prejudicado, acrescido de igual valor em cada reincidência.

§ 1o No caso de microempresa ou de empresa de pequeno porte, o valor final da multa aplicada será de R$ 800,00 (oitocentos reais) por empregado prejudicado.

§ 2o A infração de que trata o *caput* deste artigo constitui exceção ao critério da dupla visita.

**Art. 29-B.** Na hipótese de não serem realizadas as anotações a que se refere o § 2o do art. 29 desta Consolidação, o empregador ficará sujeito a multa no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) por empregado prejudicado.

**Arts. 30 a 35.** (Revogados)

**SEÇÃO V** – Das Reclamações por Falta ou Recusa de Anotação

**Art. 36.** Recusando-se a empresa a fazer as anotações a que se refere o art. 29 ou a devolver a Carteira de Trabalho e Previdência Social recebida, poderá o empregado comparecer, pessoalmente ou por intermédio de seu sin- dicato, perante a Delegacia Regional ou órgão autorizado, para apresentar reclamação.

**Art. 37.** No caso do art. 36, lavrado o termo de reclamação, determinar-se-á a realização de diligência para instrução do feito, observado, se for o caso, o disposto no § 2o do art. 29, noti- ficando-se posteriormente o reclamado por carta registrada, caso persista a recusa, para que, em dia e hora previamente designados, venha prestar esclarecimentos ou efetuar as devidas anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou sua entrega.

*Parágrafo único*. Não comparecendo o recla- mado, lavrar-se-á termo de ausência, sendo considerado revel e confesso sobre os termos da reclamação feita, devendo as anotações ser efetuadas por despacho da autoridade que tenha processado a reclamação.

**Art. 38.** Comparecendo o empregador e recu- sando-se a fazer as anotações reclamadas, será lavrado um termo de comparecimento, que deverá conter, entre outras indicações, o lugar, o dia e hora de sua lavratura, o nome e a residência

do empregador, assegurando-se-lhe o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do termo, para apresentar defesa.

*Parágrafo único*. Findo o prazo para a defesa, subirá o processo à autoridade administrativa de primeira instância, para se ordenarem dili- gências, que completem a instrução do feito, ou para julgamento, se o caso estiver suficien- temente esclarecido.

**Art. 39.** Verificando-se que as alegações feitas pelo reclamado versam sobre a não existência de relação de emprego ou sendo impossível verificar essa condição pelos meios adminis- trativos, será o processo encaminhado à Justiça do Trabalho, ficando, nesse caso, sobrestado o julgamento do auto de infração que houver sido lavrado.

§ 1o Se não houver acordo, a Junta de Conci- liação e Julgamento, em sua sentença, ordenará que a Secretaria efetue as devidas anotações uma vez transitada em julgado, e faça a comunicação à autoridade competente para o fim de aplicar a multa cabível.

§ 2o Igual procedimento observar-se-á no caso de processo trabalhista de qualquer natu- reza, quando for verificada a falta de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social, devendo o Juiz, nesta hipótese, mandar pro- ceder, desde logo, àquelas sobre as quais não houver controvérsia.

**SEÇÃO VI** – Do Valor das Anotações

**Art. 40.** A CTPS regularmente emitida e ano- tada servirá de prova:

* 1. – nos casos de dissídio na Justiça do Traba- lho entre a empresa e o empregado por motivo de salário, férias ou tempo de serviço;

Consolidação das Leis do Trabalho

* 1. – (Revogado);
  2. – para cálculo de indenização por acidente do trabalho ou moléstia profissional.

**SEÇÃO VII** – Dos Livros de Registro de Empregados

**Art. 41.** Em todas as atividades será obrigató-

rio para o empregador o registro dos respectivos **23**

trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, conforme ins- truções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

*Parágrafo único*. Além da qualificação civil ou profissional de cada trabalhador, deverão ser anotados todos os dados relativos à sua admis- são no emprego, duração e efetividade do traba- lho, a férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador.

**Arts. 42 a 46.** (Revogados)

**Art. 47.** O empregador que mantiver empre- gado não registrado nos termos do art. 41 desta Consolidação ficará sujeito a multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência.

§ 1o Especificamente quanto à infração a que se refere o *caput* deste artigo, o valor final da multa aplicada será de R$ 800,00 (oitocentos reais) por empregado não registrado, quando se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 2o A infração de que trata o *caput* deste artigo constitui exceção ao critério da dupla visita.

**Art. 47-A.** Na hipótese de não serem informa- dos os dados a que se refere o parágrafo único do art. 41 desta Consolidação, o empregador ficará sujeito à multa de R$ 600,00 (seiscentos reais) por empregado prejudicado.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 48.** As multas previstas nesta Seção serão aplicadas pela autoridade de primeira instância no Distrito Federal, e pelas autoridades regio- nais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e no Território do Acre.

**SEÇÃO VIII** – Das Penalidades

**Art. 49.** Para os efeitos da emissão, substi- tuição ou anotação de Carteiras de Trabalho e Previdência Social, considerar-se-á crime

de falsidade, com as penalidades previstas no art. 299 do Código Penal:

1. – fazer, no todo ou em parte, qualquer documento falso ou alterar o verdadeiro;
2. – afirmar falsamente a sua própria identi- dade, filiação, lugar de nascimento, residência, profissão ou estado civil e beneficiários, ou atestar os de outra pessoa;
3. – servir-se de documentos, por qualquer forma falsificados;
4. – falsificar, fabricando ou alterando, ou vender, usar ou possuir Carteiras de Trabalho e Previdência Social assim alteradas;
5. – anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou registro de empregado, ou confessar ou declarar em juízo ou fora dele, data de admissão em emprego diversa da verdadeira.

**Art. 50.** Comprovando-se falsidade, quer nas declarações para emissão de Carteira de Traba- lho e Previdência Social, quer nas respectivas anotações, o fato será levado ao conhecimento da autoridade que houver emitido a carteira, para fins de direito.

**Art. 51.** Incorrerá em multa de valor igual a 3 (três) vezes o salário mínimo regional aquele que, comerciante ou não, vender ou expuser à venda qualquer tipo de carteira igual ou seme- lhante ao tipo oficialmente adotado.

**Art. 52.** O extravio ou inutilização da Carteira de Trabalho e Previdência Social por culpa da empresa sujeitará esta a multa de valor igual à metade do salário mínimo regional.

**Art. 53.** (Revogado)

**Art. 54.** (Revogado)

**Art. 55.** Incorrerá na multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional a empresa que infringir o art. 13 e seus parágrafos.

**Art. 56.** (Revogado)

**24**

**CAPÍTULO II** – Da Duração do Trabalho

**SEÇÃO I** – Disposição Preliminar

**Art. 57.** Os preceitos deste Capítulo aplicam-se a todas as atividades, salvo as expressamente excluídas, constituindo exceções as disposições especiais, concernentes estritamente a peculia- ridades profissionais constantes do Capítulo I do Título III.

**SEÇÃO II** – Da Jornada de Trabalho

**Art. 58.** A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

§ 1o Não serão descontadas nem computa- das como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

§ 2o O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, cami- nhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

§ 3o (Revogado)

**Art. 58-A.** Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

§ 1o O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

§ 2o Para os atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial será feita mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de nego- ciação coletiva.

§ 3o As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o

acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal.

§ 4o Na hipótese de o contrato de trabalho em regime de tempo parcial ser estabelecido em número inferior a vinte e seis horas sema- nais, as horas suplementares a este quantitativo serão consideradas horas extras para fins do pagamento estipulado no § 3o, estando também limitadas a seis horas suplementares semanais.

§ 5o As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas dire- tamente até a semana imediatamente posterior à da sua execução, devendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso não sejam compensadas.

§ 6o É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

§ 7o As férias do regime de tempo parcial são regidas pelo disposto no art. 130 desta Consolidação.

**Art. 59.** A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, con- venção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

§ 1o A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

§ 2o Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 3o Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma dos

§§ 2o e 5o deste artigo, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensa- das, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

§ 4o (Revogado)

§ 5o O banco de horas de que trata o § 2o deste artigo poderá ser pactuado por acordo

**25**

individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.

§ 6o É lícito o regime de compensação de jor- nada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

**Art. 59-A.** Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, conven- ção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

*Parágrafo único*. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no *caput* deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo des- canso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5o do art. 73 desta Consolidação.

**Art. 59-B.** O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

*Parágrafo único*. A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de com- pensação de jornada e o banco de horas.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 60.** Nas atividades insalubres, assim consi- deradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo “Da Segurança e da Medicina do Trabalho”, ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das auto- ridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer dire- tamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim. *Parágrafo único*. Excetuam-se da exigência

**26** de licença prévia as jornadas de doze horas de

trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso.

**Art. 61.** Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

§ 1o O excesso, nos casos deste artigo, pode ser exigido independentemente de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

§ 2o Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal. Nos demais casos de excesso previstos neste artigo, a remuneração será, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder de doze horas, desde que a lei não fixe expressamente outro limite.

§ 3o Sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de duas horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de dez horas diárias, em período não superior a quarenta e cinco dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

**Art. 62.** Não são abrangidos pelo regime pre- visto neste capítulo:

1. – os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados;
2. – os gerentes, assim considerados os exer- centes de cargos de gestão, aos quais se equi- param, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial;
3. – os empregados em regime de teletraba- lho que prestam serviço por produção ou tarefa. *Parágrafo único*. O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados men- cionados no inciso II deste artigo, quando o

salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento).

**Art. 63.** Não haverá distinção entre emprega- dos e interessados, e a participação em lucros e comissões, salvo em lucros de caráter social, não exclui o participante do regime deste Capítulo.

**Art. 64.** O salário-hora normal, no caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal correspondente à duração do trabalho, a que se refere o art. 58, por 30 (trinta) vezes o número de horas dessa duração.

*Parágrafo único*. Sendo o número de dias inferior a 30 (trinta), adotar-se-á para o cálculo, em lugar desse número, o de dias de trabalho por mês.

**Art. 65.** No caso do empregado diarista, o salário-hora normal será obtido dividindo-se o salário diário correspondente à duração do trabalho, estabelecido no art. 58, pelo número de horas de efetivo trabalho.

**SEÇÃO III** – Dos Períodos de Descanso

**Art. 66.** Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.

**Art. 67.** Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conve- niência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

*Parágrafo único*. Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.

**Art. 68.** O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

*Parágrafo único*. A permissão será conce- dida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos, cabendo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de sessenta dias.

**Art. 69.** Na regulamentação do funcionamento de atividades sujeitas ao regime deste Capí- tulo, os municípios atenderão aos preceitos nele estabelecidos, e as regras que venham a fixar não poderão contrariar tais preceitos nem as instruções que, para seu cumprimento, forem expedidas pelas autoridades competentes em matéria de trabalho.

**Art. 70.** Salvo o disposto nos artigos 68 e 69, é vedado o trabalho em dias feriados nacionais e feriados religiosos, nos termos da legislação própria.

**Art. 71.** Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas.

§ 1o Não excedendo de seis horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.

§ 2o Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

§ 3o O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando, ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabe- lecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não esti- verem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso

e alimentação, a empregados urbanos e rurais, **27**

implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

§ 5o O intervalo expresso no *caput* poderá ser reduzido e/ou fracionado, e aquele estabe- lecido no § 1o poderá ser fracionado, quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora tra- balhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais de trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a remuneração e concedidos intervalos para descanso menores ao final de cada viagem.

**Art. 72.** Nos serviços permanentes de meca- nografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

**SEÇÃO IV** – Do Trabalho Noturno

**Art. 73.** Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 1o A hora do trabalho noturno será com- putada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

§ 2o Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.

§ 3o O acréscimo, a que se refere o presente artigo, em se tratando de empresas que não mantêm, pela natureza de suas atividades, traba- lho noturno habitual, será feito, tendo em vista os quantitativos pagos por trabalhos diurnos de natureza semelhante. Em relação às empresas

**28** cujo trabalho noturno decorra da natureza de

suas atividades, o aumento será calculado sobre o salário mínimo geral vigente na região, não sendo devido quando exceder desse limite, já acrescido da percentagem.

§ 4o Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o dis- posto neste artigo e seus parágrafos.

§ 5o Às prorrogações do trabalho noturno aplica-se o disposto neste Capítulo.

**SEÇÃO V** – Do Quadro de Horário

**Art. 74.** O horário de trabalho será anotado em registro de empregados.

§ 1o (Revogado)

§ 2o Para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores será obrigatória a ano- tação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme ins- truções expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Eco- nomia, permitida a pré-assinalação do período de repouso.

§ 3o Se o trabalho for executado fora do esta- belecimento, o horário dos empregados constará do registro manual, mecânico ou eletrônico em seu poder, sem prejuízo do que dispõe o *caput* deste artigo.

§ 4o Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de tra- balho, mediante acordo individual escrito, con- venção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

**SEÇÃO VI** – Das Penalidades

**Art. 75.** Os infratores dos dispositivos do pre- sente Capítulo incorrerão na multa de cinquenta a cinco mil cruzeiros, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de rein- cidência, e oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

*Parágrafo único*. São competentes para impor penalidades, no Distrito Federal, a autori- dade de 1a instância do Departamento Nacional do Trabalho e, nos Estados e no Território do

Acre, as autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

**CAPÍTULO II-A** – Do Teletrabalho

**Art. 75-A.** A prestação de serviços pelo empre- gado em regime de teletrabalho observará o disposto neste Capítulo.

**Art. 75-B.** Considera-se teletrabalho ou tra- balho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira pre- ponderante ou não, com a utilização de tecnolo- gias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.

§ 1o O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.

§ 2o O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.

§ 3o Na hipótese da prestação de serviços em regime de teletrabalho ou trabalho remoto por produção ou tarefa, não se aplicará o disposto no Capítulo II do Título II desta Consolidação.

§ 4o O regime de teletrabalho ou trabalho remoto não se confunde nem se equipara à ocupação de operador de *telemarketing* ou de teleatendimento.

§ 5o O tempo de uso de equipamentos tec- nológicos e de infraestrutura necessária, bem como de *softwares*, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o tele- trabalho, fora da jornada de trabalho normal do empregado não constitui tempo à disposição ou regime de prontidão ou de sobreaviso, exceto se houver previsão em acordo individual ou em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

§ 6o Fica permitida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.

§ 7o Aos empregados em regime de teletra- balho aplicam-se as disposições previstas na legislação local e nas convenções e nos acordos coletivos de trabalho relativas à base territorial do estabelecimento de lotação do empregado.

§ 8o Ao contrato de trabalho do empregado admitido no Brasil que optar pela realização de teletrabalho fora do território nacional aplica-se a legislação brasileira, excetuadas as disposições constantes da Lei no 7.064, de 6 de dezembro de 1982, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

§ 9o Acordo individual poderá dispor sobre os horários e os meios de comunicação entre empregado e empregador, desde que assegura- dos os repousos legais.

**Art. 75-C.** A prestação de serviços na moda- lidade de teletrabalho deverá constar expressa- mente do instrumento de contrato individual de trabalho.

§ 1o Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.

§ 2o Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com cor- respondente registro em aditivo contratual.

§ 3o O empregador não será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao tra- balho presencial, na hipótese de o empregado optar pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto fora da localidade prevista no contrato, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

**Art. 75-D.** As disposições relativas à respon- sabilidade pela aquisição, manutenção ou for- necimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão pre- vistas em contrato escrito.

Consolidação das Leis do Trabalho

*Parágrafo único*. As utilidades mencionadas no *caput* deste artigo não integram a remune- ração do empregado.

**Art. 75-E.** O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

**29**

*Parágrafo único*. O empregado deverá assi- nar termo de responsabilidade comprometen- do-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador.

**Art. 75-F.** Os empregadores deverão dar prio- ridade aos empregados com deficiência e aos empregados com filhos ou criança sob guarda judicial até 4 (quatro) anos de idade na aloca- ção em vagas para atividades que possam ser efetuadas por meio do teletrabalho ou trabalho remoto.

**CAPÍTULO III** – Do Salário Mínimo

**SEÇÃO I** – Do Conceito

**Art. 76.** Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empre- gador a todo trabalhador, inclusive ao trabalha- dor rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

**Art. 77.** (Revogado)

**Art. 78.** Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salá- rio mínimo por dia normal da região, zona ou subzona.1

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

*Parágrafo único*. Quando o salário mínimo mensal do empregado a comissão ou que tenha direito a percentagem for integrado por parte fixa e parte variável, ser-lhe-á sempre garantido o salário mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.

**Art. 79.** (Revogado)

**Art. 80.** (Revogado)

1 Nota do Editor (NE): a Constituição Federal esta- belece, em seu art. 7o, IV, que o salário mínimo é

**30** nacionalmente unificado.

**Art. 81.** O salário mínimo será determinado pela fórmula Sm = a + b + c + d + e, em que *a*, *b*, *c*, *d*, e *e* representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habita- ção, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.

§ 1o A parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes dos quadros devida- mente aprovados e necessários à alimentação diária do trabalhador adulto.

§ 2o Poderão ser substituídos pelos equi- valentes de cada grupo, também mencionados nos quadros a que alude o parágrafo anterior, os alimentos, quando as condições da região, zona ou subzona o aconselharem, respeitados os valores nutritivos determinados nos mesmos quadros.

§ 3o O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fará, periodicamente, a revisão dos quadros a que se refere o § 1o deste artigo.

**Art. 82.** Quando o empregador fornecer, *in natura*, uma ou mais das parcelas do salário mínimo, o salário em dinheiro será determinado pela fórmula Sd = Sm – P, em que *Sd* representa o salário em dinheiro, *Sm* o salário mínimo e *P* a soma dos valores daquelas parcelas na região, zona ou subzona.

*Parágrafo único*. O salário mínimo pago em dinheiro não será inferior a 30% (trinta por cento) do salário mínimo fixado para a região, zona ou subzona.

**Art. 83.** É devido o salário mínimo ao traba- lhador em domicílio, considerado este como o executado na habitação do empregado ou em oficina de família, por conta de empregador que o remunere.

**SEÇÃO II** – Das Regiões, Zonas e Subzonas

**Arts. 84 a 86.** (Revogados)

**SEÇÃO III** – Da Constituição das Comissões

**Arts. 87 a 100.** (Revogados)

**SEÇÃO IV** – Das Atribuições das Comissões de Salário Mínimo

**Arts. 101 a 111.** (Revogados)

**SEÇÃO V** – Da Fixação do Salário Mínimo

**Arts. 112 a 116.** (Revogados)

**SEÇÃO VI** – Disposições Gerais

**Art. 117.** Será nulo de pleno direito, sujeitando o empregador às sanções do art. 120, qualquer contrato ou convenção que estipule remune- ração inferior ao salário mínimo estabelecido na região, zona ou subzona, em que tiver de ser cumprido.

**Art. 118.** O trabalhador a quem for pago salá- rio inferior ao mínimo terá direito, não obstante qualquer contrato, ou convenção em contrário, a reclamar do empregador o complemento de seu salário mínimo estabelecido na região, zona ou subzona, em que tiver de ser cumprido.

**Art. 119.** Prescreve em dois anos a ação para reaver a diferença, contados, para cada paga- mento, da data em que o mesmo tenha sido efetuado.

**Art. 120.** Aquele que infringir qualquer dis- positivo concernente ao salário mínimo será passível de multa de cinquenta a dois mil cru- zeiros, elevada ao dobro na reincidência.

**Arts. 121 a 123.** (Revogados)

**Art. 124.** A aplicação dos preceitos deste Capítulo não poderá, em caso algum, ser causa determinante da redução do salário.

**Art. 125.** (Revogado)

**Art. 126.** O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá as instruções necessá- rias à fiscalização do salário mínimo, podendo cometer essa fiscalização a qualquer dos órgãos componentes do respectivo Ministério, e, bem

assim, aos fiscais dos Institutos de Aposentado- ria e Pensões na forma da legislação em vigor.

**Art. 127.** (Revogado)

**Art. 128.** (Revogado)

**CAPÍTULO IV** – Das Férias Anuais **SEÇÃO I** – Do Direito a Férias e da Sua Duração

**Art. 129.** Todo empregado terá direito anual- mente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

**Art. 130.** Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

1. – 30 (trinta) dias corridos, quando não hou- ver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;
2. – 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;
3. – 18 (dezoito) dias corridos, quando hou- ver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas; IV – 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas)

faltas.

§ 1o É vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.

§ 2o O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

**Art. 130-A.** (Revogado)

**Art. 131.** Não será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo anterior, a ausência do empregado:

Consolidação das Leis do Trabalho

1. – nos casos referidos no art. 473;
2. – durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previ- dência Social;
3. – por motivo de acidente do trabalho ou enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, excetuada a hipótese do inciso IV do art. 133;

**31**

1. – justificada pela empresa, entenden- do-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário;
2. – durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido; e
3. – nos dias em que não tenha havido ser- viço, salvo na hipótese do inciso III do art. 133.

**Art. 132.** O tempo de trabalho anterior à apre- sentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aqui- sitivo, desde que ele compareça ao estabeleci- mento dentro de 90 (noventa) dias da data em que se verificar a respectiva baixa.

**Art. 133.** Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo:

1. – deixar o emprego e não for readmitido dentro dos 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída;
2. – permanecer em gozo de licença, com per- cepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias; III – deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da

empresa; e

IV – tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxí- lio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 1o A interrupção da prestação de serviços deverá ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 2o Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o empregado, após o imple- mento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

§ 3o Para os fins previstos no inciso III deste artigo a empresa comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de quinze dias, as datas de início e fim da paralisação total ou parcial dos serviços da empresa, e, em igual prazo, comunicará, nos mesmos termos, ao sindicato representativo da categoria profissional, bem como afixará aviso nos respectivos locais de trabalho.

§ 4o (Vetado)

**32**

**SEÇÃO II** – Da Concessão e da Época das Férias

**Art. 134.** As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

§ 1o Desde que haja concordância do empre- gado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

§ 2o (Revogado)

§ 3o É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

**Art. 135.** A concessão das férias será partici- pada, por escrito, ao empregado, com antece- dência de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Dessa participação o interessado dará recibo.

§ 1o O empregado não poderá entrar no gozo das férias sem que apresente ao empre- gador sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, para que nela seja anotada a respectiva concessão.

§ 2o A concessão das férias será, igualmente, anotada no livro ou nas fichas de registro dos empregados.

§ 3o Nos casos em que o empregado possua a CTPS em meio digital, a anotação será feita nos sistemas a que se refere o § 7o do art. 29 desta Consolidação, na forma do regulamento, dispensadas as anotações de que tratam os §§ 1o e 2o deste artigo.

**Art. 136.** A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.

§ 1o Os membros de uma família, que traba- lharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

§ 2o O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

**Art. 137.** Sempre que as férias forem con- cedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.

§ 1o Vencido o mencionado prazo sem que o empregador tenha concedido as férias, o empre- gado poderá ajuizar reclamação pedindo a fixa- ção, por sentença, da época de gozo das mesmas.

§ 2o A sentença cominará pena diária de 5% (cinco por cento) do salário mínimo da região, devida ao empregado até que seja cumprida.

§ 3o Cópia da decisão judicial transitada em julgado será remetida ao órgão local do Ministério do Trabalho, para fins de aplicação da multa de caráter administrativo.

**Art. 138.** Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.

**SEÇÃO III** – Das Férias Coletivas

**Art. 139.** Poderão ser concedidas férias coleti- vas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa.

§ 1o As férias poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.

§ 2o Para os fins previstos neste artigo, o empregador comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as datas de início e fim das férias, precisando quais os estabele- cimentos ou setores abrangidos pela medida.

§ 3o Em igual prazo o empregador enviará cópia da aludida comunicação aos sindicatos representativos da respectiva categoria profis- sional, e providenciará a afixação de aviso nos locais de trabalho.

**Art. 140.** Os empregados contratados há menos de 12 (doze) meses gozarão, na opor- tunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.

**Art. 141.** (Revogado)

**SEÇÃO IV** – Da Remuneração e do Abono de Férias

**Art. 142.** O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão.

§ 1o Quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á a média do período aquisitivo, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.

§ 2o Quando o salário for pago por tarefa tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplican- do-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.

§ 3o Quando o salário for pago por percenta- gem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos 12 (doze) meses que precederem à concessão das férias.

§ 4o A parte do salário paga em utilidades será computada de acordo com a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5o Os adicionais por trabalho extraordi- nário, noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias.

§ 6o Se, no momento das férias, o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme, será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes.

**Art. 143.** É facultado ao empregado conver- ter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 1o O abono de férias deverá ser requerido até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo.

§ 2o Tratando-se de férias coletivas, a con- versão a que se refere este artigo deverá ser objeto de acordo coletivo entre o empregador e o sindicato representativo da respectiva categoria profissional, independendo de requerimento individual a concessão do abono.

§ 3o (Revogado) **33**

**Art. 144.** O abono de férias de que trata o artigo anterior, bem como o concedido em virtude de cláusula do contrato de trabalho, do regulamento da empresa, de convenção ou acordo coletivo, desde que não excedente de vinte dias do salário, não integrarão a remune- ração do empregado para os efeitos da legislação do trabalho.

**Art. 145.** O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

*Parágrafo único*. O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do termo das férias.

**SEÇÃO V** – Dos Efeitos da Cessação do Contrato de Trabalho

**Art. 146.** Na cessação do contrato de trabalho, qualquer que seja a sua causa, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.

*Parágrafo único*. Na cessação do contrato de trabalho, após 12 (doze) meses de serviço, o empregado, desde que não haja sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração rela- tiva ao período incompleto de férias, de acordo com o art. 130, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 147.** O empregado que for despedido sem justa causa, ou cujo contrato de trabalho se extinguir em prazo predeterminado, antes de completar 12 (doze) meses de serviço, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de conformidade com o disposto no artigo anterior.

**Art. 148.** A remuneração das férias, ainda quando devida após a cessação do contrato de trabalho, terá natureza salarial, para os efeitos do art. 449.

**34**

**SEÇÃO VI** – Do Início da Prescrição

**Art. 149.** A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da res- pectiva remuneração é contada do término do prazo mencionado no art. 134 ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.

**SEÇÃO VII** – Disposições Especiais

**Art. 150.** O tripulante que, por determinação do armador, for transferido para o serviço de outro, terá computado, para o efeito de gozo de férias, o tempo de serviço prestado ao primeiro, ficando obrigado a concedê-las o armador em cujo serviço ele se encontra na época de gozá-

-las.

§ 1o As férias poderão ser concedidas, a pedido dos interessados e com aquiescência do armador, parceladamente, nos portos de escala de grande estadia do navio, aos tripu- lantes ali residentes.

§ 2o Será considerada grande estadia a per- manência no porto por prazo excedente de seis dias.

§ 3o Os embarcadiços, para gozarem férias nas condições deste artigo, deverão pedi-las, por escrito, ao armador, antes do início da viagem, no porto de registro ou armação.

§ 4o O tripulante, ao terminar as férias, apre- sentar-se-á ao armador, que deverá designá-lo para qualquer de suas embarcações ou o adir a algum dos seus serviços terrestres, respeitadas a condição pessoal e a remuneração.

§ 5o Em caso de necessidade, determinada pelo interesse público, e comprovada pela auto- ridade competente, poderá o armador ordenar a suspensão das férias já iniciadas ou a iniciar-se, ressalvado ao tripulante o direito ao respectivo gozo posteriormente.

§ 6o O Delegado do Trabalho Marítimo poderá autorizar a acumulação de 2 (dois) períodos de férias do marítimo, mediante requerimento justificado:

1. – do sindicato, quando se tratar de sindi- calizado; e
2. – da empresa, quando o empregado não for sindicalizado.

**Art. 151.** Enquanto não se criar um tipo espe- cial de caderneta profissional para os marítimos, as férias serão anotadas pela Capitania do Porto na caderneta-matrícula do tripulante, na página das observações.

**Art. 152.** A remuneração do tripulante, no gozo de férias, será acrescida da importância correspondente à etapa que estiver vencendo.

**SEÇÃO VIII** – Das Penalidades

**Art. 153.** As infrações ao disposto neste Capí- tulo serão punidas com multas de valor igual a 160 BTN por empregado em situação irregular. *Parágrafo único*. Em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de

fraudar a lei, a multa será aplicada em dobro.

**CAPÍTULO V** – Da Segurança e da Medicina do Trabalho

**SEÇÃO I** – Disposições Gerais

**Art. 154.** A observância, em todos os locais de trabalho, do disposto neste Capítulo, não deso- briga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios em que se situem os respectivos estabelecimentos, bem como daquelas oriundas de convenções coleti- vas de trabalho.

**Art. 155.** Incumbe ao órgão de âmbito nacio- nal competente em matéria de segurança e medicina do trabalho:

I – estabelecer, nos limites de sua competên- cia, normas sobre a aplicação dos preceitos deste Capítulo, especialmente os referidos no art. 200; II – coordenar, orientar, controlar e super- visionar a fiscalização e as demais atividades relacionadas com a segurança e a medicina do trabalho em todo o território nacional, inclu- sive a Campanha Nacional de Prevenção de

Acidentes do Trabalho;

III – conhecer, em última instância, dos recursos, voluntários ou de ofício, das decisões

proferidas pelos Delegados Regionais do Tra- balho, em matéria de segurança e medicina do trabalho.

**Art. 156.** Compete especialmente às Delega- cias Regionais do Trabalho, nos limites de sua jurisdição:

1. – promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do tra- balho;
2. – adotar as medidas que se tornem exigí- veis, em virtude das disposições deste Capítulo, determinando as obras e reparos que, em qual- quer local de trabalho, se façam necessárias;
3. – impor as penalidades cabíveis por descumprimento das normas constantes deste Capítulo, nos termos do art. 201.

**Art. 157.** Cabe às empresas:

1. – cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;
2. – instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sen- tido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
3. – adotar as medidas que lhes sejam deter- minadas pelo órgão regional competente;
4. – facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente.

**Art. 158.** Cabe aos empregados:

1. – observar as normas de segurança e medi- cina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior;
2. – colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos deste Capítulo.

*Parágrafo único*. Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada:

* 1. à observância das instruções expedidas pelo empregador na forma do item II do artigo anterior;

Consolidação das Leis do Trabalho

* 1. ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.

**Art. 159.** Mediante convênio autorizado pelo Ministro do Trabalho, poderão ser delegadas a outros órgãos federais, estaduais ou munici- pais atribuições de fiscalização ou orientação às empresas quanto ao cumprimento das dis-

posições constantes deste Capítulo. **35**

**SEÇÃO II** – Da Inspeção Prévia e do Embargo ou Interdição

**Art. 160.** Nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.

§ 1o Nova inspeção deverá ser feita quando ocorrer modificação substancial nas instalações, inclusive equipamentos, que a empresa fica obrigada a comunicar, prontamente, à Delegacia Regional do Trabalho.

§ 2o É facultado às empresas solicitar prévia aprovação, pela Delegacia Regional do Traba- lho, dos projetos de construção e respectivas instalações.

**Art. 161.** O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na decisão, tomada com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de infortúnios de trabalho.

§ 1o As autoridades federais, estaduais e municipais darão imediato apoio às medidas determinadas pelo Delegado Regional do Tra- balho.

§ 2o A interdição ou embargo poderão ser requeridos pelo serviço competente da Delega- cia Regional do Trabalho e, ainda, por agente da inspeção do trabalho ou por entidade sindical.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 3o Da decisão do Delegado Regional do Trabalho poderão os interessados recorrer, no prazo de 10 (dez) dias, para o órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, ao qual será facultado dar efeito suspensivo ao recurso.

§ 4o Responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após deter- minada a interdição ou embargo, ordenar ou permitir o funcionamento do estabelecimento ou de um dos seus setores, a utilização de máquina ou equipamento, ou o prosseguimento de obra, se, em consequência, resultarem danos a terceiros.

**36**

§ 5o O Delegado Regional do Trabalho, independente de recurso, e após laudo téc- nico do serviço competente, poderá levantar a interdição.

§ 6o Durante a paralisação dos serviços, em decorrência da interdição ou embargo, os empregados receberão os salários como se esti- vessem em efetivo exercício.

**SEÇÃO III** – Dos Órgãos de Segurança e de Medicina do Trabalho nas Empresas

**Art. 162.** As empresas, de acordo com normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializa- dos em segurança e em medicina do trabalho.

*Parágrafo único*. As normas a que se refere este artigo estabelecerão:

1. classificação das empresas segundo o número de empregados e a natureza do risco de suas atividades;
2. o número mínimo de profissionais espe- cializados exigido de cada empresa, segundo o grupo em que se classifique, na forma da alínea anterior;
3. a qualificação exigida para os profissionais em questão e o seu regime de trabalho;
4. as demais características e atribuições dos serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho, nas empresas.

**Art. 163.** Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa), em conformidade com instruções expedidas pelo Ministério do Tra- balho e Previdência, nos estabelecimentos ou nos locais de obra nelas especificados.

*Parágrafo único*. O Ministério do Trabalho regulamentará as atribuições, a composição e o funcionamento das CIPAs.

**Art. 164.** Cada CIPA será composta de repre- sentantes da empresa e dos empregados, de acordo com os critérios que vierem a ser adota- dos na regulamentação de que trata o parágrafo único do artigo anterior.

§ 1o Os representantes dos empregadores, titulares e suplentes, serão por eles designados.

§ 2o Os representantes dos empregados, titu- lares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empre- gados interessados.

§ 3o O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 1 (um) ano, permitida uma reeleição.

§ 4o O disposto no parágrafo anterior não se aplicará ao membro suplente que, durante o seu mandato, tenha participado de menos da metade do número de reuniões da CIPA.

§ 5o O empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente.

**Art. 165.** Os titulares da representação dos empregados nas CIPAs não poderão sofrer des- pedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

*Parágrafo único*. Ocorrendo a despedida, caberá ao empregador, em caso de reclamação à Justiça do Trabalho, comprovar a existência de qualquer dos motivos mencionados neste artigo, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado.

**SEÇÃO IV** – Do Equipamento de Proteção Individual

**Art. 166.** A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em per- feito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

**Art. 167.** O equipamento de proteção só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.

**SEÇÃO V** – Das Medidas Preventivas de Medicina do Trabalho

**Art. 168.** Será obrigatório exame médico, por conta do empregador, nas condições estabe- lecidas neste artigo e nas instruções comple- mentares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho:

* 1. – na admissão;
  2. – na demissão;
  3. – periodicamente.

§ 1o O Ministério do Trabalho baixará ins- truções relativas aos casos em que serão exigí- veis exames:

* + 1. por ocasião da demissão;
    2. complementares.

§ 2o Outros exames complementares pode- rão ser exigidos, a critério médico, para apu- ração da capacidade ou aptidão física e mental do empregado para a função que deva exercer.

§ 3o O Ministério do Trabalho estabelecerá, de acordo com o risco da atividade e o tempo de exposição, a periodicidade dos exames médicos.

§ 4o O empregador manterá, no estabele- cimento, o material necessário à prestação de primeiros socorros médicos, de acordo com o risco da atividade.

§ 5o O resultado dos exames médicos, inclu- sive o exame complementar, será comunicado ao trabalhador, observados os preceitos da ética médica.

§ 6o Serão exigidos exames toxicológicos, previamente à admissão e por ocasião do desli- gamento, quando se tratar de motorista profis- sional, assegurados o direito à contraprova em caso de resultado positivo e a confidencialidade dos resultados dos respectivos exames.

§ 7o Para os fins do disposto no § 6o, será obrigatório exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, especí- fico para substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, compro- metam a capacidade de direção, podendo ser utilizado para essa finalidade o exame toxicoló- gico previsto na Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 169.** Será obrigatória a notificação das

doenças profissionais e das produzidas em **37**

virtude de condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, de con- formidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho.

**SEÇÃO VI** – Das Edificações

**Art. 170.** As edificações deverão obedecer aos requisitos técnicos que garantam perfeita segurança aos que nelas trabalhem.

**Art. 171.** Os locais de trabalho deverão ter, no mínimo, 3 (três) metros de pé-direito, assim considerada a altura livre do piso ao teto.

*Parágrafo único*. Poderá ser reduzido esse mínimo desde que atendidas as condições de iluminação e conforto térmico compatíveis com a natureza do trabalho, sujeitando-se tal redução ao controle do órgão competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.

**Art. 172.** Os pisos dos locais de trabalho não deverão apresentar saliências nem depressões que prejudiquem a circulação de pessoas ou a movimentação de materiais.

**Art. 173.** As aberturas nos pisos e paredes serão protegidas de forma que impeçam a queda de pessoas ou de objetos.

**Art. 174.** As paredes, escadas, rampas de acesso, passarelas, pisos, corredores, cobertu- ras e passagens dos locais de trabalho deverão obedecer às condições de segurança e de higiene do trabalho estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e manter-se em perfeito estado de conservação e limpeza.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**SEÇÃO VII** – Da Iluminação

**Art. 175.** Em todos os locais de trabalho deverá haver iluminação adequada, natural ou artificial, apropriada à natureza da atividade.

§ 1o A iluminação deverá ser uniforme- mente distribuída, geral e difusa, a fim de evitar

ofuscamento, reflexos incômodos, sombras e contrastes excessivos.

§ 2o O Ministério do Trabalho estabelecerá os níveis mínimos de iluminamento a serem observados.

**SEÇÃO VIII** – Do Conforto Térmico

**Art. 176.** Os locais de trabalho deverão ter ventilação natural, compatível com o serviço realizado.

*Parágrafo único*. A ventilação artificial será obrigatória sempre que a natural não preencha as condições de conforto térmico.

**Art. 177.** Se as condições de ambiente se torna- rem desconfortáveis, em virtude de instalações geradoras de frio ou de calor, será obrigatório o uso de vestimenta adequada para o trabalho em tais condições ou de capelas, anteparos, paredes duplas, isolamento térmico e recursos similares, de forma que os empregados fiquem protegidos contra as radiações térmicas.

**Art. 178.** As condições de conforto térmico dos locais de trabalho devem ser mantidas dentro dos limites fixados pelo Ministério do Trabalho.

**SEÇÃO IX** – Das Instalações Elétricas

**Art. 179.** O Ministério do Trabalho disporá sobre as condições de segurança e as medidas especiais a serem observadas relativamente a instalações elétricas, em qualquer das fases de produção, transmissão, distribuição ou con- sumo de energia.

**Art. 180.** Somente profissional qualificado poderá instalar, operar, inspecionar ou reparar instalações elétricas.

**Art. 181.** Os que trabalharem em serviços de eletricidade ou instalações elétricas devem estar familiarizados com os métodos de socorro a acidentados por choque elétrico.

**38**

**SEÇÃO X** – Da Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais

**Art. 182.** O Ministério do Trabalho estabele- cerá normas sobre:

* + - 1. – as precauções de segurança na movimen- tação de materiais nos locais de trabalho, os equipamentos a serem obrigatoriamente utiliza- dos e as condições especiais a que estão sujeitas a operação e a manutenção desses equipamentos, inclusive exigências de pessoal habilitado;
      2. – as exigências similares relativas ao manu- seio e à armazenagem de materiais, inclusive quanto às condições de segurança e higiene relativas aos recipientes e locais de armazena- gem e os equipamentos de proteção individual; III – a obrigatoriedade de indicação de carga máxima permitida nos equipamentos de transporte, dos avisos de proibição de fumar e de advertência quanto à natureza perigosa ou nociva à saúde das substâncias em movimenta- ção ou em depósito, bem como das recomen- dações de primeiros socorros e de atendimento médico e símbolo de perigo, segundo padroni- zação internacional, nos rótulos dos materiais ou substâncias armazenados ou transportados. *Parágrafo único*. As disposições relativas ao transporte de materiais aplicam-se, também, no que couber, ao transporte de pessoas nos

locais de trabalho.

**Art. 183.** As pessoas que trabalharem na movi- mentação de materiais deverão estar familiariza- das com os métodos racionais de levantamento de cargas.

**SEÇÃO XI** – Das Máquinas e Equipamentos

**Art. 184.** As máquinas e os equipamentos deverão ser dotados de dispositivos de partida e parada e outros que se fizerem necessários para a prevenção de acidentes do trabalho, especialmente quanto ao risco de acionamento acidental.

*Parágrafo único*. É proibida a fabricação, a importação, a venda, a locação e o uso de máquinas e equipamentos que não atendam ao disposto neste artigo.

**Art. 185.** Os reparos, limpeza e ajustes somente poderão ser executados com as máquinas para- das, salvo se o movimento for indispensável à realização do ajuste.

**Art. 186.** O Ministério do Trabalho estabele- cerá normas adicionais sobre proteção e medi- das de segurança na operação de máquinas e equipamentos, especialmente quanto à proteção das partes móveis, distância entre estas, vias de acesso às máquinas e equipamentos de grandes dimensões, emprego de ferramentas, sua ade- quação e medidas de proteção exigidas quando motorizadas ou elétricas.

**SEÇÃO XII** – Das Caldeiras, Fornos e Recipientes sob Pressão

**Art. 187.** As caldeiras, equipamentos e reci- pientes em geral que operam sob pressão deve- rão dispor de válvulas e outros dispositivos de segurança, que evitem seja ultrapassada a pressão interna de trabalho compatível com a sua resistência.

*Parágrafo único*. O Ministério do Trabalho expedirá normas complementares quanto à segurança das caldeiras, fornos e recipientes sob pressão, especialmente quanto ao revestimento interno, à localização, à ventilação dos locais e outros meios de eliminação de gases ou vapores prejudiciais à saúde, e demais instalações ou equipamentos necessários à execução segura das tarefas de cada empregado.

**Art. 188.** As caldeiras serão periodicamente submetidas a inspeções de segurança, por enge- nheiro ou empresa especializada, inscritos no Ministério do Trabalho, de conformidade com as instruções que, para esse fim, forem expe- didas.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 1o Toda caldeira será acompanhada de “Prontuário”, com documentação original do fabricante, abrangendo, no mínimo: especifica- ção técnica, desenhos, detalhes, provas e testes realizados durante a fabricação e a montagem, características funcionais e a pressão máxima de trabalho permitida (PMTP), esta última indicada, em local visível, na própria caldeira.

**39**

§ 2o O proprietário da caldeira deverá orga- nizar, manter atualizado e apresentar, quando exigido pela autoridade competente, o Registro de Segurança, no qual serão anotadas, sistemati- camente, as indicações das provas efetuadas, ins- peções, reparos e quaisquer outras ocorrências.

§ 3o Os projetos de instalação de caldei- ras, fornos e recipientes sob pressão deverão ser submetidos à aprovação prévia do órgão regional competente em matéria de segurança do trabalho.

**SEÇÃO XIII** – Das Atividades Insalubres ou Perigosas

**Art. 189.** Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

**Art. 190.** O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracteri- zação da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes.

*Parágrafo único*. As normas referidas neste artigo incluirão medidas de proteção do orga- nismo do trabalhador nas operações que pro- duzem aerodispersoides tóxicos, irritantes, alergênicos ou incômodos.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 191.** A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:

* + - * 1. – com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
        2. – com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que dimi- nuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

*Parágrafo único*. Caberá às Delegacias Regio- nais do Trabalho, comprovada a insalubridade, notificar as empresas, estipulando prazos para

**40**

sua eliminação ou neutralização, na forma deste artigo.

**Art. 192.** O exercício de trabalho em condi- ções insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, asse- gura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

**Art. 193.** São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamen- tação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acen- tuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

1. – inflamáveis, explosivos ou energia elé- trica;
2. – roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial;
3. – colisões, atropelamentos ou outras espé- cies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito.

§ 1o O trabalho em condições de periculo- sidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2o O empregado poderá optar pelo adi- cional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3o Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventual- mente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4o São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

**Art. 194.** O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou inte- gridade física, nos termos desta Seção e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.

**Art. 195.** A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Tra- balho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.

§ 1o É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas reque- rerem ao Ministério do Trabalho a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou delimitar as atividades insalubres ou perigosas.

§ 2o Arguida em juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado, seja por Sindicato em favor de grupo de associados, o juiz designará perito habilitado na forma deste artigo, e, onde não houver, requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho.

§ 3o O disposto nos parágrafos anteriores não prejudica a ação fiscalizadora do Minis- tério do Trabalho, nem a realização *ex officio* da perícia.

**Art. 196.** Os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade serão devidos a contar da data da inclusão da respectiva atividade nos qua- dros aprovados pelo Ministério do Trabalho, respeitadas as normas do art. 11.

**Art. 197.** Os materiais e substâncias emprega- dos, manipulados ou transportados nos locais de trabalho, quando perigosos ou nocivos à saúde, devem conter, no rótulo, sua composi- ção, recomendações de socorro imediato e o símbolo de perigo correspondente, segundo a padronização internacional.

*Parágrafo único*. Os estabelecimentos que mantenham as atividades previstas neste artigo afixarão, nos setores de trabalho atingidos, avi- sos ou cartazes, com advertência quanto aos materiais e substâncias perigosos ou nocivos à saúde.

**SEÇÃO XIV** – Da Prevenção da Fadiga

**Art. 198.** É de 60 kg (sessenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições

especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.

*Parágrafo único*. Não está compreendida na proibição deste artigo a remoção de mate- rial feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos, podendo o Ministério do Trabalho, em tais casos, fixar limites diversos, que evitem sejam exigidos do empregado ser- viços superiores às suas forças.

**Art. 199.** Será obrigatória a colocação de assentos que assegurem postura correta ao tra- balhador, capazes de evitar posições incômodas ou forçadas, sempre que a execução da tarefa exija que trabalhe sentado.

*Parágrafo único*. Quando o trabalho deva ser executado de pé, os empregados terão à sua disposição assentos para serem utilizados nas pausas que o serviço permitir.

**SEÇÃO XV** – Das Outras Medidas Especiais de Proteção

**Art. 200.** Cabe ao Ministério do Trabalho esta- belecer disposições complementares às normas de que trata este Capítulo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, especialmente sobre:

1. – medidas de prevenção de acidentes e os equipamentos de proteção individual em obras de construção, demolição ou reparos;
2. – depósitos, armazenagem e manuseio de combustíveis, inflamáveis e explosivos, bem como trânsito e permanência nas áreas res- pectivas;
3. – trabalho em escavações, túneis, galerias, minas e pedreiras, sobretudo quanto à preven- ção de explosões, incêndios, desmoronamentos e soterramentos, eliminação de poeiras, gases, etc. e facilidades de rápida saída dos empre- gados;

Consolidação das Leis do Trabalho

1. – proteção contra incêndio em geral e as medidas preventivas adequadas, com exigências ao especial revestimento de portas e paredes, construção de paredes contra fogo, diques e outros anteparos, assim como garantia geral de fácil circulação, corredores de acesso e saídas

amplas e protegidas, com suficiente sinalização; **41**

1. – proteção contra insolação, calor, frio, umidade e ventos, sobretudo no trabalho a céu aberto, com provisão, quanto a este, de água potável, alojamento e profilaxia de endemias; VI – proteção do trabalhador exposto a subs- tâncias químicas nocivas, radiações ionizantes e não ionizantes, ruídos, vibrações e trepidações ou pressões anormais ao ambiente de trabalho, com especificação das medidas cabíveis para eliminação ou atenuação desses efeitos, limi- tes máximos quanto ao tempo de exposição, à intensidade da ação ou de seus efeitos sobre o organismo do trabalhador, exames médicos obrigatórios, limites de idade, controle per- manente dos locais de trabalho e das demais

exigências que se façam necessárias;

1. – higiene nos locais de trabalho, com discriminação das exigências, instalações sanitárias, com separação de sexos, chuveiros, lavatórios, vestiários e armários individuais, refeitórios ou condições de conforto por ocasião das refeições, fornecimento de água potável, condições de limpeza dos locais de trabalho e modo de sua execução, tratamento de resíduos industriais;
2. – emprego das cores nos locais de tra- balho, inclusive nas sinalizações de perigo.

*Parágrafo único*. Tratando-se de radiações ionizantes e explosivos, as normas a que se refere este artigo serão expedidas de acordo com as resoluções a respeito adotadas pelo órgão técnico.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**SEÇÃO XVI** – Das Penalidades

**Art. 201.** As infrações ao disposto neste Capí- tulo relativas à medicina do trabalho serão puni- das com multa de 3 (três) a 30 (trinta) vezes o valor de referência previsto no artigo 2o, pará- grafo único, da Lei no 6.205, de 29 de abril de 1975, e as concernentes à segurança do trabalho com multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o mesmo valor.

*Parágrafo único*. Em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, a multa será aplicada em seu valor máximo.

**42**

**Arts. 202 a 223.** (Revogados)

**TÍTULO II-A** – Do Dano Extrapatrimonial

**Art. 223-A.** Aplicam-se à reparação de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho apenas os dispositivos deste Título.2

**Art. 223-B.** Causa dano de natureza extra- patrimonial a ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação.3

**Art. 223-C.** A honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física.

**Art. 223-D.** A imagem, a marca, o nome, o segredo empresarial e o sigilo da correspondên- cia são bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica.

**Art. 223-E.** São responsáveis pelo dano extra- patrimonial todos os que tenham colaborado para a ofensa ao bem jurídico tutelado, na pro- porção da ação ou da omissão.

**Art. 223-F.** A reparação por danos extrapatri- moniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.

§ 1o Se houver cumulação de pedidos, o juízo, ao proferir a decisão, discriminará os valores das indenizações a título de danos patri- moniais e das reparações por danos de natureza extrapatrimonial.

§ 2o A composição das perdas e danos, assim compreendidos os lucros cessantes e os danos emergentes, não interfere na avaliação dos danos extrapatrimoniais.

2 NE: ver ADIs nos 6.050, 6.069 e 6.082.

3 NE: ver ADIs nos 6.050, 6.069 e 6.082.

**Art. 223-G.** Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:4

1. – a natureza do bem jurídico tutelado;
2. – a intensidade do sofrimento ou da humi- lhação;
3. – a possibilidade de superação física ou psicológica;
4. – os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;
5. – a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;
6. – as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral;
7. – o grau de dolo ou culpa;
8. – a ocorrência de retratação espontânea;
9. – o esforço efetivo para minimizar a ofensa;
10. – o perdão, tácito ou expresso;
11. – a situação social e econômica das partes envolvidas;
12. – o grau de publicidade da ofensa.

§ 1o Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:5

1. – ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;
2. – ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;
3. – ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;
4. – ofensa de natureza gravíssima, até cin- quenta vezes o último salário contratual do ofendido.

§ 2o Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1o deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor.

§ 3o Na reincidência entre partes idênti- cas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização.

4 NE: ver ADIs nos 6.050, 6.069 e 6.082.

5 NE: ver ADIs nos 6.050, 6.069 e 6.082.

**TÍTULO III** – Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho

**CAPÍTULO I** – Das Disposições Especiais sobre Duração e Condições de Trabalho **SEÇÃO I** – Dos Bancários

**Art. 224.** A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 (seis) horas contí- nuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana.

§ 1o A duração normal do trabalho estabe- lecida neste artigo ficará compreendida entre sete e vinte e duas horas, assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de quinze minutos para alimentação.

§ 2o As disposições deste artigo não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja infe- rior a um terço do salário do cargo efetivo.

**Art. 225.** A duração normal de trabalho dos bancários poderá ser excepcionalmente pror- rogada até oito horas diárias, não excedendo de quarenta horas semanais, observados os precei- tos gerais sobre duração do trabalho.

**Art. 226.** O regime especial de 6 (seis) horas de trabalho também se aplica aos empregados de portaria e de limpeza, tais como porteiros, telefonistas de mesa, contínuos e serventes, empregados em bancos e casas bancárias.

*Parágrafo único*. A direção de cada banco organizará a escala de serviço do estabeleci- mento de maneira a haver empregados do qua- dro da portaria em função meia hora antes e até meia hora após o encerramento dos trabalhos, respeitado o limite de 6 (seis) horas diárias.

Consolidação das Leis do Trabalho

**SEÇÃO II** – Dos Empregados nos Serviços de Telefonia, de Telegrafia Submarina

e Subfluvial, de Radiotelegrafia e Radiotelefonia

**Art. 227.** Nas empresas que explorem o serviço

de telefonia, telegrafia submarina ou subfluvial, **43**

de radiotelegrafia ou de radiotelefonia, fica estabelecida para os respectivos operadores a duração máxima de seis horas contínuas de trabalho por dia ou trinta e seis horas semanais.

§ 1o Quando, em caso de indeclinável neces- sidade, forem os operadores obrigados a per- manecer em serviço além do período normal fixado neste artigo, a empresa pagar-lhes-á extraordinariamente o tempo excedente com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o seu salário-hora normal.

§ 2o O trabalho aos domingos, feriados e dias santos de guarda será considerado extraor- dinário e obedecerá, quanto à sua execução e remuneração, ao que dispuserem empregadores e empregados em acordo, ou os respectivos sindicatos em contrato coletivo de trabalho.

**Art. 228.** Os operadores não poderão traba- lhar, de modo ininterrupto, na transmissão manual, bem como na recepção visual, auditiva, com escrita manual ou datilográfica, quando a velocidade for superior a vinte e cinco palavras por minuto.

**Art. 229.** Para os empregados sujeitos a horários variáveis, fica estabelecida a duração máxima de sete horas diárias de trabalho e dezessete horas de folga, deduzindo-se desse tempo vinte minutos para descanso, de cada um dos empregados, sempre que se verificar um esforço contínuo de mais de três horas.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 1o São considerados empregados sujei- tos a horários variáveis, além dos operadores, cujas funções exijam classificação distinta, os que pertençam a seções de técnica, telefones, revisão, expedição, entrega e balcão.

§ 2o Quanto à execução e remuneração aos domingos, feriados e dias santos de guarda e às prorrogações de expediente, o trabalho dos empregados a que se refere o parágrafo ante- rior será regido pelo que se contém no § 1o do art. 227 desta Seção.

**Art. 230.** A direção das empresas deverá orga- nizar as turmas de empregados, para a execução dos seus serviços, de maneira que prevaleça sempre o revezamento entre os que exercem a

**44**

mesma função, quer em escalas diurnas, quer em noturnas.

§ 1o Aos empregados que exerçam a mesma função será permitida, entre si, a troca de tur- mas, desde que isso não importe em prejuízo dos serviços, cujo chefe ou encarregado resolverá sobre a oportunidade ou possibilidade dessa medida, dentro das prescrições desta Seção.

§ 2o As empresas não poderão organizar horários que obriguem os empregados a fazer a refeição do almoço antes das 10 (dez) e depois das 13 (treze) horas e a de jantar antes das 16 (dezesseis) e depois das 19:30 (dezenove e trinta) horas.

**Art. 231.** As disposições desta Seção não abrangem o trabalho dos operadores de radio- telegrafia embarcados em navios ou aeronaves.

**SEÇÃO III** – Dos Músicos Profissionais

**Art. 232.** Será de seis horas a duração de tra- balho dos músicos em teatro e congêneres.6

*Parágrafo único*. Toda vez que o trabalho contínuo em espetáculo ultrapassar de seis horas, o tempo de duração excedente será pago com um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal.

**Art. 233.** A duração normal de trabalho dos músicos profissionais poderá ser elevada até oito horas diárias, observados os preceitos gerais sobre duração do trabalho.7

**SEÇÃO IV** – Dos Operadores Cinematográficos

**Art. 234.** A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes não excederá de seis horas diárias, assim dis- tribuídas:

* 1. cinco horas consecutivas de trabalho em cabine, durante o funcionamento cinemato- gráfico;

6 NE: ver Lei no 3.857/1960.

7 NE: ver Lei no 3.857/1960.

* 1. um período suplementar, até o máximo de uma hora, para limpeza, lubrificação dos aparelhos de projeção, ou revisão de filmes.

*Parágrafo único*. Mediante remuneração adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal e observado um inter- valo de duas horas para folga, entre o período a que se refere a alínea “b” deste artigo e o trabalho em cabine de que trata a alínea “a”, poderá o trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes ter a duração prorrogada por duas horas diárias, para exibições extraordinárias.

**Art. 235.** Nos estabelecimentos cujo funciona- mento normal seja noturno, será facultado aos operadores cinematográficos e seus ajudantes, mediante acordo ou contrato coletivo de traba- lho e com um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal, exe- cutar o trabalho em sessões diurnas extraordi- nárias e, cumulativamente, nas noturnas, desde que isso se verifique até três vezes por semana e entre as sessões diurnas e as noturnas haja o intervalo de uma hora, no mínimo, de descanso.

§ 1o A duração de trabalho cumulativo a que alude o presente artigo não poderá exceder de dez horas.

§ 2o Em seguida a cada período de trabalho haverá um intervalo de repouso no mínimo de doze horas.

**SEÇÃO IV-A** – Do Serviço do Motorista Profissional Empregado

**Art. 235-A.** Os preceitos especiais desta Seção aplicam-se ao motorista profissional empre- gado:

* + 1. – de transporte rodoviário coletivo de pas- sageiros;
    2. – de transporte rodoviário de cargas.

**Art. 235-B.** São deveres do motorista profis- sional empregado:

1. – estar atento às condições de segurança do veículo;
2. – conduzir o veículo com perícia, prudên- cia, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;
3. – respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de dire- ção e de descanso controlado e registrado na forma do previsto no art. 67-E da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro;
4. – zelar pela carga transportada e pelo veículo;
5. – colocar-se à disposição dos órgãos públi- cos de fiscalização na via pública;
6. – (Vetado);
7. – submeter-se a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, pelo menos uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, podendo ser utilizado para esse fim o exame obrigatório previsto na Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias.

*Parágrafo único*. A recusa do empregado em submeter-se ao teste ou ao programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica previstos no inciso VII será considerada infração discipli- nar, passível de penalização nos termos da lei.

**Art. 235-C.** A jornada diária de trabalho do motorista profissional será de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 4 (quatro) horas extraordinárias.

§ 1o Será considerado como trabalho efe- tivo o tempo em que o motorista empregado estiver à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso e descanso e o tempo de espera.8

§ 2o Será assegurado ao motorista pro- fissional empregado intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, podendo esse período coincidir com o tempo de parada obrigatória na condução do veículo estabelecido pela Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, exceto quando se tratar do motorista profissional enquadrado no § 5o do art. 71 desta Consolidação.

Consolidação das Leis do Trabalho

8 NE: ver ADI no 5.322. **45**

§ 3o Dentro do período de 24 (vinte e qua- tro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso, sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período.9

§ 4o Nas viagens de longa distância, assim consideradas aquelas em que o motorista pro- fissional empregado permanece fora da base da empresa, matriz ou filial e de sua residência por mais de 24 (vinte e quatro) horas, o repouso diá- rio pode ser feito no veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário ou em outro local que ofereça condições adequadas.

§ 5o As horas consideradas extraordinárias serão pagas com o acréscimo estabelecido na Constituição Federal ou compensadas na forma do § 2o do art. 59 desta Consolidação.

§ 6o À hora de trabalho noturno aplica-se o disposto no art. 73 desta Consolidação.

§ 7o (Vetado)

§ 8o São considerados tempo de espera as horas em que o motorista profissional empre- gado ficar aguardando carga ou descarga do veículo nas dependências do embarcador ou do destinatário e o período gasto com a fiscaliza- ção da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias, não sendo computados como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias.10

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 9o As horas relativas ao tempo de espera serão indenizadas na proporção de 30% (trinta por cento) do salário-hora normal.11

§ 10. Em nenhuma hipótese, o tempo de espera do motorista empregado prejudicará o direito ao recebimento da remuneração corres- pondente ao salário-base diário.

§ 11. Quando a espera de que trata o § 8o for superior a 2 (duas) horas ininterruptas e for

9 NE: ver ADI no 5.322.

exigida a permanência do motorista empregado junto ao veículo, caso o local ofereça condições adequadas, o tempo será considerado como de repouso para os fins do intervalo de que tratam os §§ 2o e 3o, sem prejuízo do disposto no § 9o.

§ 12. Durante o tempo de espera, o moto- rista poderá realizar movimentações necessárias do veículo, as quais não serão consideradas como parte da jornada de trabalho, ficando garantido, porém, o gozo do descanso de 8 (oito) horas ininterruptas aludido no § 3o.12

§ 13. Salvo previsão contratual, a jornada de trabalho do motorista empregado não tem horário fixo de início, de final ou de intervalos.

§ 14. O empregado é responsável pela guarda, preservação e exatidão das informa- ções contidas nas anotações em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, ou no registrador instantâneo inalterável de veloci- dade e tempo, ou nos rastreadores ou sistemas e meios eletrônicos, instalados nos veículos, normatizados pelo Contran, até que o veículo seja entregue à empresa.

§ 15. Os dados referidos no § 14 poderão ser enviados a distância, a critério do empre- gador, facultando-se a anexação do documento original posteriormente.

§ 16. Aplicam-se as disposições deste artigo ao ajudante empregado nas operações em que acompanhe o motorista.

§ 17. O disposto no *caput* deste artigo apli- ca-se também aos operadores de automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos de construção ou pavimentação e aos operadores de tratores, colheitadeiras, autopropelidos e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas.

**Art. 235-D.** Nas viagens de longa distância com duração superior a 7 (sete) dias, o repouso semanal será de 24 (vinte e quatro) horas por semana ou fração trabalhada, sem prejuízo do intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas, totalizando 35 (trinta e cinco) horas, usufruído no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou ao seu domicílio, salvo se a empresa oferecer

10 NE: ver ADI no 5.322.

**46** 11 NE: ver ADI no 5.322. 12 NE: ver ADI no 5.322.

condições adequadas para o efetivo gozo do referido repouso.13

1. – (Revogado);
2. – (Revogado);
3. – (Revogado).

§ 1o É permitido o fracionamento do repouso semanal em 2 (dois) períodos, sendo um destes de, no mínimo, 30 (trinta) horas ininterruptas, a serem cumpridos na mesma semana e em continuidade a um período de repouso diário, que deverão ser usufruídos no retorno da viagem.14

§ 2o A cumulatividade de descansos sema- nais em viagens de longa distância de que trata o *caput* fica limitada ao número de 3 (três) des- cansos consecutivos.15

§ 3o O motorista empregado, em viagem de longa distância, que ficar com o veículo parado após o cumprimento da jornada normal ou das horas extraordinárias fica dispensado do serviço, exceto se for expressamente autori- zada a sua permanência junto ao veículo pelo empregador, hipótese em que o tempo será considerado de espera.

§ 4o Não será considerado como jornada de trabalho, nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração, o período em que o motorista empregado ou o ajudante ficarem espontaneamente no veículo usufruindo dos intervalos de repouso.

§ 5o Nos casos em que o empregador ado- tar 2 (dois) motoristas trabalhando no mesmo veículo, o tempo de repouso poderá ser feito com o veículo em movimento, assegurado o repouso mínimo de 6 (seis) horas consecutivas fora do veículo em alojamento externo ou, se na cabine leito, com o veículo estacionado, a cada 72 (setenta e duas) horas.16

§ 6o Em situações excepcionais de inobser- vância justificada do limite de jornada de que trata o art. 235-C, devidamente registradas, e desde que não se comprometa a segurança rodoviária, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional empregado poderá

13 NE: ver ADI no 5.322.

14 NE: ver ADI no 5.322.

ser elevada pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao seu destino.

§ 7o Nos casos em que o motorista tenha que acompanhar o veículo transportado por qualquer meio onde ele siga embarcado e em que o veículo disponha de cabine leito ou a embarcação disponha de alojamento para gozo do intervalo de repouso diário previsto no § 3o do art. 235-C, esse tempo será considerado como tempo de descanso.

§ 8o Para o transporte de cargas vivas, pere- cíveis e especiais em longa distância ou em ter- ritório estrangeiro poderão ser aplicadas regras conforme a especificidade da operação de trans- porte realizada, cujas condições de trabalho serão fixadas em convenção ou acordo coletivo de modo a assegurar as adequadas condições de viagem e entrega ao destino final.

**Art. 235-E.** Para o transporte de passageiros, serão observados os seguintes dispositivos:

1. – é facultado o fracionamento do intervalo de condução do veículo previsto na Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trân- sito Brasileiro, em períodos de no mínimo 5 (cinco) minutos;
2. – será assegurado ao motorista intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, podendo ser fracionado em 2 (dois) períodos e coincidir com o tempo de parada obrigatória na condução do veículo estabelecido pela Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, exceto quando se tratar do motorista profissional enquadrado no § 5o do art. 71 desta Consolidação;
3. – nos casos em que o empregador adotar 2 (dois) motoristas no curso da mesma viagem, o descanso poderá ser feito com o veículo em movimento, respeitando-se os horários de jor- nada de trabalho, assegurado, após 72 (setenta e duas) horas, o repouso em alojamento externo ou, se em poltrona correspondente ao serviço de leito, com o veículo estacionado.17

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 1o (Revogado)

§ 2o (Vetado)

§ 3o (Revogado)

§ 4o (Revogado)

§ 5o (Revogado)

15 NE: ver ADI no 5.322.

16 NE: ver ADI no 5.322. 17 NE: ver ADI no 5.322. **47**

§ 6o (Revogado)

§ 7o (Revogado)

§ 8o (Vetado)

§ 9o (Revogado)

§ 10. (Revogado)

§ 11. (Revogado)

§ 12. (Revogado)

**Art. 235-F.** Convenção e acordo coletivo pode- rão prever jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de des- canso para o trabalho do motorista profissional empregado em regime de compensação.

**Art. 235-G.** É permitida a remuneração do motorista em função da distância percorrida, do tempo de viagem ou da natureza e quan- tidade de produtos transportados, inclusive mediante oferta de comissão ou qualquer outro tipo de vantagem, desde que essa remuneração ou comissionamento não comprometa a segu- rança da rodovia e da coletividade ou possibilite a violação das normas previstas nesta Lei.

**Art. 235-H.** (Revogado)

**SEÇÃO V** – Do Serviço Ferroviário

**Art. 236.** No serviço ferroviário – considerado este o de transporte em estradas de ferro abertas ao tráfego público, compreendendo a admi- nistração, construção, conservação e remoção das vias férreas e seus edifícios, obras de arte, material rodante, instalações complementares e acessórias, bem como o serviço de tráfego, de telegrafia, telefonia e funcionamento de todas as instalações ferroviárias – aplicam-se os preceitos especiais constantes desta Seção.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 237.** O pessoal a que se refere o artigo antecedente fica dividido nas seguintes cate- gorias:

* 1. funcionários de alta administração, chefes e ajudantes de departamentos e seções, enge- nheiros residentes, chefes de depósitos, inspeto- res e demais empregados que exercem funções administrativas ou fiscalizadoras;
  2. pessoal que trabalhe em lugares ou tre-

**48** chos determinados e cujas tarefas requeiram

atenção constante; pessoal de escritório, turmas de conservação e construção da via permanente, oficinas e estações principais, inclusive os res- pectivos telegrafistas; pessoal de tração, lastro e revistadores;

* 1. das equipagens de trens em geral;
  2. pessoal cujo serviço é de natureza inter- mitente ou de pouca intensidade, embora com permanência prolongada nos locais de trabalho; vigias e pessoal das estações do interior, inclu- sive os respectivos telegrafistas.

**Art. 238.** Será computado como de trabalho efetivo todo o tempo em que o empregado esti- ver à disposição da estrada.

§ 1o Nos serviços efetuados pelo pessoal da categoria *c*, não será considerado como de trabalho efetivo o tempo gasto em viagens do local ou para o local de terminação e início dos mesmos serviços.

§ 2o Ao pessoal removido ou comissionado fora da sede será contado como de trabalho normal e efetivo o tempo gasto em viagens, sem direito à percepção de horas extraordinárias.

§ 3o No caso das turmas de conservação da via permanente, o tempo efetivo do trabalho será contado desde a hora da saída da casa da turma até a hora em que cessar o serviço em qualquer ponto compreendido dentro dos limi- tes da respectiva turma. Quando o empregado trabalhar fora dos limites da sua turma, ser-lhe-á também computado como de trabalho efetivo o tempo gasto no percurso da volta a esses limites.

§ 4o Para o pessoal da equipagem de trens, só será considerado esse trabalho efetivo, depois de chegado ao destino, o tempo em que o fer- roviário estiver ocupado ou retido à disposição da Estrada. Quando, entre dois períodos de trabalho, não mediar intervalo superior a uma hora, será esse intervalo computado como de trabalho efetivo.

§ 5o O tempo concedido para refeição não se computa como de trabalho efetivo, senão para o pessoal da categoria *c*, quando as refei- ções forem tomadas em viagem ou nas estações durante as paradas. Esse tempo não será inferior a uma hora, exceto para o pessoal da referida categoria em serviço de trens.

§ 6o No trabalho das turmas encarregadas da conservação de obras de arte, linhas telegráficas

ou telefônicas e edifícios, não será contado, como de trabalho efetivo, o tempo de viagem para o local do serviço, sempre que não exce- der de uma hora, seja para ida ou para volta, e a Estrada fornecer os meios de locomoção, computando-se sempre o tempo excedente a esse limite.

**Art. 239.** Para o pessoal da categoria *c*, a pror- rogação do trabalho independe de acordo ou contrato coletivo, não podendo, entretanto, exceder de doze horas, pelo que as empresas organizarão, sempre que possível, os serviços de equipagens de trens com destacamentos nos trechos das linhas de modo a ser observada a duração normal de oito horas de trabalho.

§ 1o Para o pessoal sujeito ao regime do pre- sente artigo, depois de cada jornada de trabalho haverá um repouso de dez horas contínuas, no mínimo, observando-se, outrossim, o descanso semanal.

§ 2o Para o pessoal da equipagem de trens, a que se refere o presente artigo, quando a empresa não fornecer alimentação, em viagem, e hospedagem, no destino, concederá uma ajuda de custo para atender a tais despesas.

§ 3o As escalas do pessoal abrangido pelo presente artigo serão organizadas de modo que não caiba a qualquer empregado, quinzenal- mente, um total de horas de serviço noturno superior às de serviço diurno.

§ 4o Os períodos de trabalho do pessoal a que alude o presente artigo serão registrados em cadernetas especiais, que ficarão sempre em poder do empregado de acordo com o modelo aprovado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

**Art. 240.** Nos casos de urgência ou de acidente, capazes de afetar a segurança ou regularidade do serviço, poderá a duração do trabalho ser excepcionalmente elevada a qualquer número de horas, incumbindo à Estrada zelar pela inco- lumidade dos seus empregados e pela possi- bilidade de revezamento de turmas, assegu- rando ao pessoal um repouso correspondente e comunicando a ocorrência ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de dez dias da sua verificação.

*Parágrafo único*. Nos casos previstos neste artigo, a recusa, sem causa justificada, por parte de qualquer empregado, à execução de serviço extraordinário será considerada falta grave.

**Art. 241.** As horas excedentes das do horário normal de oito horas serão pagas como ser- viço extraordinário na seguinte base: as duas primeiras com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário-hora normal, as duas subsequentes com um adicional de 50% (cinquenta por cento) e as restantes com um adicional de 75% (setenta e cinco por cento).

*Parágrafo único*. Para o pessoal da categoria *c*, a primeira hora será majorada de 25% (vinte e cinco por cento), a segunda hora será paga com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) e as duas subsequentes com o de 60% (sessenta por cento), salvo caso de negligência comprovada.

**Art. 242.** As frações de meia hora superiores a dez minutos serão computadas como meia hora.

**Art. 243.** Para os empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermi- tente ou de pouca intensidade, não se aplicam os preceitos gerais sobre duração do trabalho, sendo-lhes, entretanto, assegurado o repouso contínuo de dez horas, no mínimo, entre dois períodos de trabalho e descanso semanal.

**Art. 244.** As estradas de ferro poderão ter empregados extranumerários, de sobreaviso e de prontidão, para executarem serviços imprevistos ou para substituições de outros empregados que faltem à escala organizada.

§ 1o Considera-se “extranumerário” o empregado não efetivo, candidato à efetiva- ção, que se apresentar normalmente ao serviço, embora só trabalhe quando for necessário. O extranumerário só receberá os dias de trabalho efetivo.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 2o Considera-se de “sobreaviso” o empre- gado efetivo, que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o cha- mado para o serviço. Cada escala de “sobrea- viso” será, no máximo, de vinte e quatro horas. As horas de “sobreaviso”, para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do

salário normal. **49**

§ 3o Considera-se de “prontidão” o empre- gado que ficar nas dependências da estrada, aguardando ordens. A escala de prontidão será, no máximo, de doze horas. As horas de pronti- dão serão, para todos os efeitos, contadas à razão de 2/3 (dois terços) do salário-hora normal.

§ 4o Quando, no estabelecimento ou depen- dência em que se achar o empregado, houver facilidade de alimentação, as doze horas de prontidão, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de seis horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será, nesse caso, com- putada como de serviço.

**Art. 245.** O horário normal de trabalho dos cabineiros nas estações de tráfego intenso não excederá de oito horas e deverá ser dividido em dois turnos com intervalo não inferior a uma hora de repouso, não podendo nenhum turno ter duração superior a cinco horas, com um período de descanso entre duas jornadas de trabalho de quatorze horas consecutivas.

**Art. 246.** O horário de trabalho dos operadores telegrafistas nas estações de tráfego intenso não excederá de 6 (seis) horas diárias.

**Art. 247.** As estações principais, estações de tráfego intenso e estações do interior serão clas- sificadas para cada empresa pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**SEÇÃO VI** – Das Equipagens das Embarcações da Marinha Mercante Nacional, de Navegação Fluvial e Lacustre, do Tráfego nos Portos e da Pesca

**Art. 248.** Entre as horas 0 (zero) e 24 (vinte e quatro) de cada dia civil, o tripulante poderá ser conservado em seu posto durante oito horas, quer de modo contínuo, quer de modo inter- mitente.

§ 1o A exigência do serviço contínuo ou intermitente ficará a critério do comandante e, neste último caso, nunca por período menor que uma hora.

**50**

§ 2o Os serviços de quarto nas máquinas, passadiço, vigilância e outros que, consoante parecer médico, possam prejudicar a saúde do tripulante serão executados por períodos não maiores e com intervalos não menores de quatro horas.

**Art. 249.** Todo o tempo de serviço efetivo, excedente de oito horas, ocupado na forma do artigo anterior, será considerado de trabalho extraordinário, sujeito à compensação a que se refere o art. 250, exceto se se tratar de trabalho executado:

1. em virtude de responsabilidade pessoal do tripulante e no desempenho de funções de direção, sendo consideradas como tais todas aquelas que a bordo se achem constituídas em um único indivíduo com responsabilidade exclusiva e pessoal;
2. na iminência de perigo, para salvaguarda ou defesa da embarcação, dos passageiros, ou da carga, a juízo exclusivo do comandante ou do responsável pela segurança a bordo;
3. por motivo de manobras ou fainas gerais que reclamem a presença, em seus postos, de todo o pessoal de bordo;
4. na navegação lacustre e fluvial, quando se destina ao abastecimento do navio ou embar- cação de combustível e rancho, ou por efeito das contingências da natureza da navegação, na transposição de passos ou pontos difíceis, inclusive operações de alívio ou transbordo de carga, para obtenção de calado menor para essa transposição.

§ 1o O trabalho executado aos domingos e feriados será considerado extraordinário, salvo se se destinar:

1. ao serviço de quartos e vigilância, movi- mentação das máquinas e aparelhos de bordo, limpeza e higiene da embarcação, preparo de alimentação da equipagem e dos passageiros, serviço pessoal destes e, bem assim, aos socorros de urgência ao navio ou ao pessoal;
2. ao fim da navegação ou das manobras para a entrada ou saída de portos, atracação, desatracação, embarque ou desembarque de carga e passageiros.

§ 2o Não excederá de 30 (trinta) horas sema- nais o serviço extraordinário prestado para o tráfego nos portos.

**Art. 250.** As horas de trabalho extraordinário serão compensadas, segundo a conveniência do serviço, por descanso em período equivalente, no dia seguinte ou no subsequente, dentro das do trabalho normal, ou no fim da viagem, ou pelo pagamento do salário correspondente.

*Parágrafo único*. As horas extraordinárias de trabalho são indivisíveis, computando-se a fração de hora como hora inteira.

**Art. 251.** Em cada embarcação haverá um livro em que serão anotadas as horas extraordinárias de trabalho de cada tripulante, e outro, do qual constarão, devidamente circunstanciadas, as transgressões dos mesmos tripulantes.

*Parágrafo único*. Os livros de que trata este artigo obedecerão a modelos organizados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, serão escriturados em dia pelo comandante da embarcação e ficam sujeitos às formalidades instituídas para os livros de registro de empre- gados em geral.

**Art. 252.** Qualquer tripulante que se julgue prejudicado por ordem emanada de superior hierárquico poderá interpor recurso, em termos, perante a Delegacia do Trabalho Marítimo, por intermédio do respectivo comandante, o qual deverá encaminhá-lo com a respectiva informação dentro de cinco dias, contados de sua chegada ao porto.

**SEÇÃO VII** – Dos Serviços Frigoríficos

**Art. 253.** Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de vinte minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.

*Parágrafo único*. Considera-se artificial- mente frio, para os fins do presente artigo, o que for inferior, nas primeira, segunda e terceira zonas climáticas do mapa oficial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a 15° (quinze graus), na quarta zona a 12° (doze graus), e nas quinta, sexta e sétima zonas a 10° (dez graus).

**SEÇÃO VIII** – Dos Serviços de Estiva

**Arts. 254 a 284.** (Revogados)

**SEÇÃO IX** – Dos Serviços de Capatazias nos Portos

**Arts. 285 a 292.** (Revogados)

**SEÇÃO X** – Do Trabalho em Minas de Subsolo

**Art. 293.** A duração normal do trabalho efe- tivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de seis horas diárias ou de trinta e seis semanais.

**Art. 294.** O tempo despendido pelo empre- gado da boca da mina ao local do trabalho e vice-versa será computado para o efeito de pagamento do salário.

**Art. 295.** A duração normal do trabalho efetivo no subsolo poderá ser elevada até oito horas diárias ou quarenta e oito semanais, mediante acordo escrito entre empregado e empregador ou contrato coletivo de trabalho, sujeita essa prorrogação a prévia licença da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho. *Parágrafo único*. A duração normal do tra- balho efetivo no subsolo poderá ser inferior a seis horas diárias, por determinação da auto- ridade de que trata este artigo, tendo em vista condições locais de insalubridade e os métodos

e processos do trabalho adotado.

**Art. 296.** A remuneração da hora prorrogada será no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal e deverá constar do acordo ou contrato coletivo de trabalho.18

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 297.** Ao empregado no subsolo será for- necida, pelas empresas exploradoras de minas, alimentação adequada à natureza do trabalho, de acordo com as instruções estabelecidas pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social e

18 NE: ver Constituição Federal, art. 7o, XVI. **51**

aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Indús- tria e Comércio.

**Art. 298.** Em cada período de três horas conse- cutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de quinze minutos para repouso, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.

**Art. 299.** Quando nos trabalhos de subsolo ocorrerem acontecimentos que possam com- prometer a vida ou saúde do empregado, deverá a empresa comunicar o fato imediatamente à autoridade Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

**Art. 300.** Sempre que, por motivo de saúde, for necessária a transferência do empregado, a juízo da autoridade competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, dos serviços no subsolo para os de superfície, é a empresa obrigada a realizar essa transferência, assegu- rando ao transferido a remuneração atribuída ao trabalhador de superfície em serviço equi- valente, respeitada a capacidade profissional do interessado.

*Parágrafo único*. No caso de recusa do empregado em atender a essa transferência, será ouvida a autoridade competente em maté- ria de segurança e medicina do trabalho, que decidirá a respeito.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 301.** O trabalho no subsolo somente será permitido a homens, com idade compreendida entre vinte e um e cinquenta anos, assegurada a transferência para a superfície nos termos previstos no artigo anterior.

**SEÇÃO XI** – Dos Jornalistas Profissionais

**Art. 302.** Os dispositivos da presente Seção se aplicam aos que nas empresas jornalísticas prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nela previstas.

§ 1o Entende-se como jornalista o trabalha- dor intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias

**52**

e artigos e a organização, orientação e direção desse trabalho.

§ 2o Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins desta Seção, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, a radiodifusão em suas seções destinadas à transmissão de notícias e comentários.

**Art. 303.** A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de cinco horas, tanto de dia como à noite.

**Art. 304.** Poderá a duração normal do traba- lho ser elevada a sete horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de orde- nado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, e em que se fixe um intervalo desti- nado a repouso ou a refeição.

*Parágrafo único*. Para atender a motivos de força maior, poderá o empregado prestar ser- viços por mais tempo do que aquele permitido nesta Seção. Em tais casos, porém, o excesso deve ser comunicado à Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho ou às Delegacias Regionais, do Ministério do Traba- lho, Indústria e Comércio, dentro de cinco dias, com a indicação expressa dos seus motivos.

**Art. 305.** As horas de serviço extraordinário, quer as prestadas em virtude de acordo, quer as que derivam das causas previstas no pará- grafo único do artigo anterior, não poderão ser remuneradas com quantia inferior à que resulta do quociente da divisão da importância do salário mensal por 150 (cento e cinquenta) para os mensalistas, e do salário diário por 5 (cinco) para os diaristas, acrescido de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento).

**Art. 306.** Os dispositivos dos arts. 303, 304 e 305 não se aplicam àqueles que exercem as fun- ções de redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria.

*Parágrafo único*. Não se aplicam, do mesmo modo, os artigos acima referidos aos que se ocuparem unicamente em serviços externos.

**Art. 307.** A cada seis dias de trabalho efetivo corresponderá um dia de descanso obrigatório, que coincidirá com o domingo, salvo acordo escrito em contrário, no qual será expressa- mente estipulado o dia em que se deve verificar o descanso.

**Art. 308.** Em seguida a cada período diário de trabalho haverá um intervalo mínimo de dez horas, destinado ao repouso.

**Art. 309.** Será computado como de trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador.

**Art. 310.** (Revogado)

**Art. 311.** Para o registro de que trata o artigo anterior, deve o requerente exibir os seguintes documentos:19

1. prova de nacionalidade brasileira;
2. folha corrida;
3. prova de que não responde a processo ou não sofreu condenação por crime contra a segurança nacional;
4. Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 1o Aos profissionais devidamente registra- dos será feita a necessária declaração na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 2o Aos novos empregados será concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresen- tação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, fazendo-se o registro condicionado a essa apresentação e expedindo-se um certificado provisório para aquele período.

**Art. 312.** O registro dos diretores-proprietá- rios de jornais será feito, no Distrito Federal e nos Estados, e independentemente da exigên- cia constante do art. 311, letra “d”, da presente Seção.20

§ 1o A prova de profissão, apresentada pelo diretor-proprietário juntamente com os demais documentos exigidos, consistirá em uma cer- tidão, fornecida nos Estados e Território do Acre, pelas Juntas Comerciais ou Cartórios,

e, no Distrito Federal, pela seção competente do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, Indús- tria e Comércio.

§ 2o Aos diretores-proprietários regular- mente inscritos será fornecido um certificado, do qual deverão constar o livro e a folha em que houver sido feito o registro.

**Art. 313.** Aqueles que, sem caráter profissio- nal, exercerem atividades jornalísticas, visando fins culturais, científicos ou religiosos, poderão promover sua inscrição como jornalistas, na forma desta Seção.21

§ 1o As repartições competentes do Ministé- rio do Trabalho, Indústria e Comércio mante- rão, para os fins do artigo anterior, um registro especial, anexo ao dos jornalistas profissionais, nele inscrevendo os que satisfaçam os requisitos das alíneas “a”, “b” e “c” do artigo 311 e apresen- tem prova do exercício de atividade jornalística não profissional, o que poderá ser feito por meio de atestado de associação cultural, científica ou religiosa idônea.

§ 2o O pedido de registro será submetido a despacho do ministro que, em cada caso, apre- ciará o valor da prova oferecida.

§ 3o O registro de que trata o presente artigo tem caráter puramente declaratório e não implica no reconhecimento de direitos que decorrem do exercício remunerado e profissio- nal do jornalismo.

**Art. 314.** (Revogado)

**Art. 315.** O Governo Federal, de acordo com os governos estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 316.** A empresa jornalística que deixar de pagar pontualmente, e na forma acordada, os salários devidos a seus empregados, terá suspenso o seu funcionamento, até que se efetue o pagamento devido.22

19 NE: ver Decreto-lei no 972/1969.

20 NE: ver Decreto-lei no 972/1969.

21 NE: ver Decreto-lei no 972/1969.

22 NE: ver Decreto-lei no 368/1968. **53**

*Parágrafo único*. Para os efeitos do cum- primento deste artigo deverão os prejudicados reclamar contra a falta de pagamento perante a autoridade competente e, proferida a con- denação, desde que a empresa não a cumpra, ou, em caso de recurso, não deposite o valor da indenização, a autoridade que proferir a condenação oficiará à autoridade competente, para a suspensão da circulação do jornal. Em igual pena de suspensão incorrerá a empresa que deixar de recolher as contribuições devidas às instituições de previdência social.

**SEÇÃO XII** – Dos Professores

**Art. 317.** O exercício remunerado do magisté- rio, em estabelecimentos particulares de ensino, exigirá apenas habilitação legal e registro no Ministério da Educação.

**Art. 318.** O professor poderá lecionar em um mesmo estabelecimento por mais de um turno, desde que não ultrapasse a jornada de trabalho semanal estabelecida legalmente, assegurado e não computado o intervalo para refeição.

**Art. 319.** Aos professores é vedado, aos domin- gos, a regência de aulas e o trabalho em exames.

**Art. 320.** A remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na con- formidade dos horários.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 1o O pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês cons- tituído de quatro semanas e meia.

§ 2o Vencido cada mês, será descontada, na remuneração dos professores, a importân- cia correspondente ao número de aulas a que tiverem faltado.

§ 3o Não serão descontadas, no decurso de nove dias, as faltas verificadas por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, do pai ou mãe, ou de filho.

**Art. 321.** Sempre que o estabelecimento de ensino tiver necessidade de aumentar o número de aulas marcado nos horários, remunerará o

**54**

professor, findo cada mês, com uma impor- tância correspondente ao número de aulas excedentes.

**Art. 322.** No período de exames e no de férias escolares, é assegurado aos professores o paga- mento, na mesma periodicidade contratual, da remuneração por eles percebida, na conformi- dade dos horários, durante o período de aulas.

§ 1o Não se exigirá dos professores, no período de exames, a prestação de mais de oito horas de trabalho diário, salvo mediante o paga- mento complementar de cada hora excedente pelo preço correspondente ao de uma aula.

§ 2o No período de férias, não se poderá exigir dos professores outro serviço senão o relacionado com a realização de exames.

§ 3o Na hipótese de dispensa sem justa causa, ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares, é assegurado ao professor o paga- mento a que se refere o *caput* deste artigo.

**Art. 323.** Não será permitido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não remunere condignamente os seus professores, ou não lhes pague pontualmente a remuneração de cada mês.

*Parágrafo único*. Compete ao Ministério da Educação e Saúde fixar os critérios para a determinação da condigna remuneração devida aos professores bem como assegurar a execução do preceito estabelecido no presente artigo.

**Art. 324.** (Revogado)

**SEÇÃO XIII** – Dos Químicos

**Art. 325.** É livre o exercício da profissão de químico em todo o território da República, observadas as condições de capacidade técnica e outras exigências previstas na presente Seção:

1. aos possuidores de diploma de químico, químico industrial, químico industrial agrícola ou engenheiro químico, concedido, no Brasil, por escola oficial ou oficialmente reconhecida;
2. aos diplomados em química por instituto estrangeiro, de ensino superior, que tenham, de acordo com a lei e a partir de 14 de julho de 1934, revalidado os seus diplomas;
3. aos que, ao tempo da publicação do Decreto no 24.693, de 12 de julho de 1934, se achavam no exercício efetivo de função pública ou particular, para a qual seja exigida a qua- lidade de químico, e que tenham requerido o respectivo registro até a extinção do prazo fixado pelo Decreto-lei no 2.298, de 10 de junho de 1940.

§ 1o Aos profissionais incluídos na alínea “c” deste artigo, se dará, para os efeitos da presente Seção, a denominação de “licenciados”.

§ 2o O livre exercício da profissão de que trata o presente artigo só é permitido a estran- geiros, quando compreendidos:

1. nas alíneas “a” e “b”, independentemente de revalidação do diploma, se exerciam, legiti- mamente, na República, a profissão de químico em a data da promulgação da Constituição de 1934;
2. na alínea “b”, se a seu favor militar a exis- tência de reciprocidade internacional, admitida em lei, para o reconhecimento dos respectivos diplomas;
3. na alínea “c”, satisfeitas as condições nela estabelecidas.

§ 3o O livre exercício da profissão a brasi- leiros naturalizados está subordinado à prévia prestação do serviço militar, no Brasil.

§ 4o Só aos brasileiros natos é permitida a revalidação dos diplomas de químicos, expe- didos por institutos estrangeiros de ensino superior.

**Art. 326.** Todo aquele que exercer ou pretender exercer as funções de químico, é obrigado ao uso da Carteira de Trabalho e Previdência Social, devendo os profissionais, que se encontrarem nas condições das alíneas “a” e “b” do art. 325, registrar os seus diplomas de acordo com a legislação vigente.

§ 1o A requisição de Carteiras de Trabalho e Previdência Social para uso dos químicos, além do disposto no capítulo “Da Identificação Profissional”, somente será processada mediante apresentação dos seguintes documentos que provem:

1. ser o requerente brasileiro, nato ou natu- ralizado, ou estrangeiro;
2. estar, se for brasileiro, de posse dos direi- tos civis e políticos;
3. ter diploma de químico, químico indus- trial, químico industrial agrícola ou engenheiro químico, expedido por escola superior oficial ou oficializada;
4. ter, se diplomado no estrangeiro, o res- pectivo diploma revalidado nos termos da lei;
5. haver, o que for brasileiro naturalizado, prestado serviço militar no Brasil;
6. achar-se, o estrangeiro, ao ser promulgada a Constituição de 1934, exercendo legitima- mente, na República, a profissão de químico, ou concorrer a seu favor a existência de reciproci- dade internacional, admitida em lei, para o reco- nhecimento dos diplomas dessa especialidade.

§ 2o A requisição de que trata o parágrafo anterior deve ser acompanhada:

1. do diploma devidamente autenticado, no caso da alínea “b” do artigo precedente, e com as firmas reconhecidas no país de origem e na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ou da respectiva certidão, bem como do título de revalidação, ou certidão respectiva, de acordo com a legislação em vigor;
2. do certificado ou atestado comprobatório de se achar o requerente, na hipótese da alínea “c” do referido artigo, ao tempo da publicação do Decreto no 24.693, de 12 de julho de 1934, no exercício efetivo de função pública, ou par- ticular, para a qual seja exigida a qualidade de químico, devendo esses documentos ser auten- ticados pelo Delegado Regional do Trabalho, quando se referirem a requerentes moradores nas capitais dos Estados, ou coletor federal, no caso de residirem os interessados nos municí- pios do interior;
3. de três exemplares de fotografia exigida pelo art. 329 e de uma folha com as declarações que devam ser lançadas na Carteira de Trabalho e Previdência Social, de conformidade com o disposto nas alíneas do mesmo artigo e seu parágrafo único.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 3o Reconhecida a validade dos documen- tos apresentados, o Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou os órgãos regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e no Território do Acre, registrarão, em livros próprios, os documentos a que se refere a alínea “c” do § 1o e, juntamente

**55**

com a Carteira de Trabalho e Previdência Social emitida, os devolverão ao interessado.23

**Art. 327.** Além dos emolumentos fixados no Capítulo “Da Identificação Profissional”, o registro do diploma fica sujeito à taxa de 30 (trinta) cruzeiros.24

**Art. 328.** Só poderão ser admitidos a registro os diplomas, certificados de diplomas, cartas e outros títulos, bem como atestados e certifi- cados, que estiverem na devida forma e cujas firmas hajam sido regularmente reconhecidas por tabelião público e, sendo estrangeiros, pela Secretaria do Estado das Relações Exteriores, acompanhados estes últimos da respectiva tra- dução, feita por intérprete comercial brasileiro. *Parágrafo único*. O Departamento Nacio- nal do Trabalho e as Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados, publicarão, periodicamente, a lista dos químicos registrados na forma desta Seção.25

**Art. 329.** A cada inscrito, e como documento comprobatório do registro, será fornecida pelo Departamento Nacional do Trabalho, no Dis- trito Federal, ou pelas Delegacias Regionais, nos Estados e no Território do Acre, uma Carteira de Trabalho e Previdência Social numerada, que, além da fotografia, medindo 3 (três) por 4 (quatro) centímetros, tirada de frente, com a cabeça descoberta, e das impressões do polegar, conterá as declarações seguintes:26

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

* 1. o nome por extenso;
  2. a nacionalidade e, se estrangeiro, a cir- cunstância de ser ou não naturalizado;
  3. a data e lugar do nascimento;
  4. a denominação da escola em que houver feito o curso;
  5. a data da expedição do diploma e o número do registro no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
  6. a data da revalidação do diploma, se de instituto estrangeiro;

23 NE: ver Lei no 2.800/1956.

24 NE: ver Lei no 2.800/1956.

25 NE: ver Lei no 2.800/1956.

**56** 26 NE: ver Lei no 2.800/1956.

* 1. a especificação, inclusive data, de outro título ou títulos de habilitação;
  2. a assinatura do inscrito.

*Parágrafo único*. A carteira destinada aos profissionais a que se refere o § 1o do art. 325 deverá, em vez das declarações indicadas nas alíneas “d”, “e” e “f ” deste artigo, e além do título – licenciado – posto em destaque, conter a menção do título de nomeação ou admissão e respectiva data, se funcionário público, ou do atestado relativo ao exercício, na qualidade de químico, de um cargo em empresa parti- cular, com designação desta e da data inicial do exercício.

**Art. 330.** A Carteira de Trabalho e Previdência Social, expedida nos termos desta Seção, é obri- gatória para o exercício da profissão, substitui em todos os casos o diploma ou título e servirá de carteira de identidade.

**Art. 331.** Nenhuma autoridade poderá receber impostos relativos ao exercício profissional de químico, senão à vista da prova de que o inte- ressado se acha registrado de acordo com a pre- sente Seção, e essa prova será também exigida para a realização de concursos periciais e todos os outros atos oficiais que exijam capacidade técnica de químico.

**Art. 332.** Quem, mediante anúncios, placas, cartões comerciais ou outros meios capazes de ser identificados, se propuser ao exercício da química em qualquer dos seus ramos, sem que esteja devidamente registrado, fica sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão.

**Art. 333.** Os profissionais a que se referem os dispositivos anteriores só poderão exercer legalmente as funções de químicos depois de satisfazerem as obrigações constantes do art. 330 desta Seção.

**Art. 334.** O exercício da profissão de químico compreende:

1. a fabricação de produtos e subprodutos químicos em seus diversos graus de pureza;
2. a análise química, a elaboração de pare- ceres, atestados e projetos da especialidade, e

sua execução, perícia civil ou judiciária sobre essa matéria, a direção e a responsabilidade de laboratórios ou departamentos químicos, de indústria e empresas comerciais;

1. o magistério nas cadeiras de química dos cursos superiores especializados em química;
2. a engenharia química.

§ 1o Aos químicos, químicos industriais e químicos industriais agrícolas que estejam nas condições estabelecidas no art. 325, alíneas “a” e “b”, compete o exercício das atividades definidas nos itens “a”, “b” e “c” deste artigo, sendo pri- vativa dos engenheiros químicos a do item “d”.

§ 2o Aos que estiverem nas condições do art. 325, alíneas “a” e “b”, compete, como aos diplomados em medicina ou farmácia, as ati- vidades definidas no art. 2o, alíneas “d”, “e” e “f ”, do Decreto no 20.377, de 8 de setembro de 1931, cabendo aos agrônomos e engenheiros agrônomos as que se acham especificadas no art. 6o, alínea “h”, do Decreto no 23.196, de 12 de outubro de 1933.

**Art. 335.** É obrigatória a admissão de químicos nos seguintes tipos de indústria:

1. de fabricação de produtos químicos;
2. que mantenham laboratório de controle químico;
3. de fabricação de produtos industriais que são obtidos por meio de reações químicas diri- gidas, tais como: cimento, açúcar e álcool, vidro, curtume, massas plásticas artificiais, explosivos, derivados de carvão ou de petróleo, refinação de óleos vegetais ou minerais, sabão, celulose e derivados.

**Art. 336.** No preenchimento de cargos públi- cos, para os quais se faz mister a qualidade de químico, ressalvadas as especializações referidas no § 2o do art. 334, a partir da data da publi- cação do Decreto no 24.693, de 12 de julho de 1934, requer-se, como condição essencial, que os candidatos previamente hajam satisfeito as exigências do art. 333 desta Seção.

**Art. 337.** Fazem fé pública os certificados de análises químicas, pareceres, atestados, laudos de perícias e projetos relativos a essa

especialidade, assinados por profissionais que satisfaçam as condições estabelecidas nas alíneas “a” e “b” do art. 325.

**Art. 338.** É facultado aos químicos que satis- fizerem as condições constantes do art. 325, alíneas “a” e “b”, o ensino da especialidade a que se dedicarem, nas escolas superiores, oficiais ou oficializadas.

*Parágrafo único*. Na hipótese de concurso para o provimento de cargo ou emprego público, os químicos a que este artigo se refere terão preferência, em igualdade de condições.

**Art. 339.** O nome do químico responsável pela fabricação dos produtos de uma fábrica, usina ou laboratório deverá figurar nos respectivos rótulos, faturas e anúncios, compreendida entre estes últimos a legenda impressa em cartas e sobrecartas.

**Art. 340.** Somente os químicos habilitados, nos termos do art. 325, alíneas “a” e “b”, poderão ser nomeados *ex officio* para os exames periciais de fábricas, laboratórios e usinas e de produtos aí fabricados.

*Parágrafo único*. Não se acham compreendi- dos no artigo anterior os produtos farmacêuti- cos e os laboratórios de produtos farmacêuticos.

**Art. 341.** Cabe aos químicos habilitados, conforme estabelece o art. 325, alíneas “a” e “b”, a execução de todos os serviços que, não especificados no presente regulamento, exijam por sua natureza o conhecimento de química.

**Art. 342.** A fiscalização do exercício da pro- fissão de químico incumbe ao Departamento Nacional do Trabalho no Distrito Federal e às autoridades regionais do Ministério do Tra- balho, Indústria e Comércio, nos Estados e Território do Acre.27

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 343.** São atribuições dos órgãos de fis- calização:

1. examinar os documentos exigidos para o registro profissional de que trata o art. 326 e seus §§ 1o e 2o e o art. 327, proceder à respectiva

27 NE: ver Lei no 2.800/1956. **57**

inscrição e indeferir o pedido dos interessados que não satisfizerem as exigências desta Seção;

1. registrar as comunicações e contratos a que aludem o art. 350 e seus parágrafos e dar as respectivas baixas;
2. verificar o exato cumprimento das dispo- sições desta Seção, realizando as investigações que forem necessárias bem como o exame dos arquivos, livros de escrituração, folhas de paga- mento, contratos e outros documentos de uso de firmas ou empresas industriais ou comer- ciais, em cujos serviços tome parte um ou mais profissionais que desempenhem função para a qual se deva exigir a qualidade de químico.

**Art. 344.** Aos sindicatos de químicos devi- damente reconhecidos é facultado auxiliar a fiscalização, no tocante à observância da alínea “c” do artigo anterior.

**Art. 345.** Verificando-se, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, serem falsos os diplomas ou outros títulos dessa natureza, atestados, certificados e quaisquer documentos exibidos para os fins de que trata esta Seção, incorrerão os seus autores e cúmplices nas penalidades estabelecidas em lei.28

*Parágrafo único*. A falsificação de diploma ou outros quaisquer títulos, uma vez verificada, será imediatamente comunicada ao Serviço de Identificação Profissional, do Departamento Nacional do Trabalho, remetendo-se-lhe os documentos falsificados, para instauração do processo que no caso couber.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 346.** Será suspenso do exercício de suas funções, independentemente de outras penas em que possa incorrer, o químico, inclusive o licenciado, que incidir em alguma das seguintes faltas:

1. revelar improbidade profissional, dar falso testemunho, quebrar o sigilo profissional e promover falsificações, referentes à prática de atos de que trata esta Seção;
2. concorrer com seus conhecimentos cien- tíficos para a prática de crime ou atentado con- tra a pátria, a ordem social ou a saúde pública;

**58** 28 NE: ver Lei no 2.800/1956.

1. deixar, no prazo marcado nesta Seção, de requerer a revalidação e registro do diploma estrangeiro, ou o seu registro profissional no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.29 *Parágrafo único*. O tempo de suspensão a que alude este artigo variará entre um mês e um ano, a critério do Departamento Nacional do Trabalho, após processo regular, ressalvada

a ação da justiça pública.30

**Art. 347.** Aqueles que exercerem a profissão de químico sem ter preenchido as condições do art. 325 e suas alíneas, nem promovido o seu registro, nos termos do art. 326, incorrerão na multa de 200 (duzentos) cruzeiros a 5.000 (cinco mil) cruzeiros, que será elevada ao dobro, no caso de reincidência.

**Art. 348.** Aos licenciados a que alude o § 1o do art. 325 poderão, por ato do Departamento Nacional do Trabalho, sujeito à aprovação do Ministro, ser cassadas as garantias asseguradas por esta Seção, desde que interrompam, por motivo de falta prevista no art. 346, a função pública ou particular em que se encontravam por ocasião da publicação do Decreto no 24.693, de 12 de julho de 1934.31

**Art. 349.** O número de químicos estrangeiros a serviço de particulares, empresas ou compa- nhias não poderá exceder de 1/3 (um terço) ao dos profissionais brasileiros compreendidos nos respectivos quadros.

**Art. 350.** O químico que assumir a direção técnica ou cargo de químico de qualquer usina, fábrica, ou laboratório industrial ou de análise deverá, dentro de 24 (vinte e quatro) horas e por escrito, comunicar essa ocorrência ao órgão fiscalizador, contraindo, desde essa data, a responsabilidade da parte técnica referente à sua profissão, assim como a responsabilidade técnica dos produtos manufaturados.

§ 1o Firmando-se contrato entre o químico e o proprietário da usina, fábrica ou laboratório,

29 NE: ver Lei no 2.800/1956.

30 NE: ver Lei no 2.800/1956.

31 NE: ver Lei no 2.800/1956.

será esse documento apresentado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, para registro, ao órgão fiscalizador.

§ 2o Comunicação idêntica à de que trata a primeira parte deste artigo fará o químico, quando deixar a direção técnica ou o cargo de químico, em cujo exercício se encontrava, a fim de ressalvar a sua responsabilidade e fazer-se o cancelamento do contrato. Em caso de falência do estabelecimento, a comunicação será feita pela firma proprietária.

**SEÇÃO XIV** – Das Penalidades

**Art. 351.** Os infratores dos dispositivos do pre- sente Capítulo incorrerão na multa de cinquenta a cinco mil cruzeiros, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de rein- cidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

*Parágrafo único*. São competentes para impor penalidades as autoridades de 1a (pri- meira) instância incumbidas da fiscalização dos preceitos constantes do presente Capítulo.

**CAPÍTULO II** – Da Nacionalização do Trabalho

**SEÇÃO I** – Da Proporcionalidade de Empregados Brasileiros

**Art. 352.** As empresas, individuais ou coleti- vas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades indus- triais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de três ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior à estabelecida no presente Capítulo.

§ 1o Sob a denominação geral de atividades industriais e comerciais compreendem-se, além de outras que venham a ser determinadas em portaria do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as exercidas:

* 1. nos estabelecimentos industriais em geral;
  2. nos serviços de comunicações, de trans- portes terrestres, marítimos, fluviais, lacustres e aéreos;
  3. nas garagens, oficinas de reparos e postos de abastecimento de automóveis e nas cocheiras;
  4. na indústria da pesca;
  5. nos estabelecimentos comerciais em geral;
  6. nos escritórios comerciais em geral;
  7. nos estabelecimentos bancários, ou de economia coletiva, nas empresas de seguros e nas de capitalização;
  8. nos estabelecimentos jornalísticos, de publicidade e de radiodifusão;
  9. nos estabelecimentos de ensino remu- nerado, excluídos os que neles trabalhem por força de voto religioso;
  10. nas drogarias e farmácias;
  11. nos salões de barbeiro ou cabeleireiro e de beleza;
  12. nos estabelecimentos de diversões públi- cas, excluídos os elencos teatrais, e nos clubes esportivos;
  13. nos hotéis, restaurantes, bares e estabe- lecimentos congêneres;
  14. nos estabelecimentos hospitalares e fisio- terápicos cujos serviços sejam remunerados, excluídos os que neles trabalhem por força de voto religioso;
  15. nas empresas de mineração.

§ 2o Não se acham sujeitas às obrigações da proporcionalidade as indústrias rurais, as que, em zona agrícola, se destinem ao bene- ficiamento ou transformação de produtos da região e as atividades industriais de natureza extrativa, salvo a mineração.

**Art. 353.** Equiparam-se aos brasileiros, para os fins deste Capítulo, ressalvado o exercício de profissões reservadas aos brasileiros natos ou aos brasileiros em geral, os estrangeiros que, residindo no País há mais de dez anos, tenham cônjuge ou filho brasileiro, e os portugueses.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 354.** A proporcionalidade será de dois terços de empregados brasileiros, podendo, entretanto, ser fixada proporcionalidade infe- rior, em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade, mediante ato do Poder Execu- tivo, e depois de devidamente apurada pelo Departamento Nacional do Trabalho e pelo Serviço de Estatística de Previdência e Trabalho a insuficiência do número de brasileiros na

atividade de que se tratar. **59**

*Parágrafo único*. A proporcionalidade é obrigatória não só em relação à totalidade do quadro de empregados, com as exceções desta Lei, como ainda em relação à correspondente folha de salários.

**Art. 355.** Consideram-se como estabeleci- mentos autônomos, para os efeitos da pro- porcionalidade a ser observada, as sucursais, filiais e agências em que trabalhem três ou mais empregados.

**Art. 356.** Sempre que uma empresa ou indiví- duo explore atividades sujeitas a proporciona- lidades diferentes, observar-se-á, em relação a cada uma delas, a que lhe corresponder.

**Art. 357.** Não se compreendem na proporcio- nalidade os empregados que exerçam funções técnicas especializadas, desde que, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, haja falta de trabalhadores nacionais.

**Art. 358.** Nenhuma empresa, ainda que não sujeita à proporcionalidade, poderá pagar a brasileiro que exerça função análoga, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, à que é exercida por estrangeiro a seu serviço, salário inferior ao deste, excetuando-se os casos seguintes:

* + 1. quando, nos estabelecimentos que não tenham quadros de empregados organizados em carreira, o brasileiro contar menos de dois anos de serviço, e o estrangeiro mais de dois anos;

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

* + 1. quando, mediante aprovação do Ministé- rio do Trabalho, Indústria e Comércio, houver quadro organizado em carreira em que seja garantido o acesso por antiguidade;
    2. quando o brasileiro for aprendiz, ajudante ou servente, e não o for o estrangeiro;
    3. quando a remuneração resultar de maior produção, para os que trabalham à comissão ou por tarefa.

*Parágrafo único*. Nos casos de falta ou ces- sação de serviço, a dispensa do empregado estrangeiro deve preceder à de brasileiro que exerça função análoga.

**60**

**SEÇÃO II** – Das Relações Anuais de Empregados

**Art. 359.** Nenhuma empresa poderá admitir a seu serviço empregado estrangeiro sem que este exiba a carteira de identidade de estrangeiro devidamente anotada.

*Parágrafo único*. A empresa é obrigada a assentar no registro de empregados os dados referentes à nacionalidade de qualquer empre- gado estrangeiro e o número da respectiva car- teira de identidade.

**Art. 360.** Toda empresa compreendida na enumeração do art. 352, § 1o, deste Capítulo, qualquer que seja o número de seus emprega- dos, deve apresentar anualmente às reparti- ções competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de 2 de maio a 30 de junho, uma relação, em três vias, de todos os seus empregados, segundo o modelo que for expedido.

§ 1o As relações terão, na 1a (primeira) via, o selo de três cruzeiros pela folha inicial e dois cruzeiros por folha excedente, além do selo do Fundo de Educação, e nelas será assinalada, em tinta vermelha, a modificação havida com referência à última relação apresentada. Se se tratar de nova empresa, a relação encimada pelos dizeres – Primeira Relação – deverá ser feita dentro de 30 (trinta) dias de seu registro no Departamento Nacional da Indústria e Comér- cio ou repartições competentes.

§ 2o A entrega das relações far-se-á direta- mente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou, onde não as houver, às Coletorias Federais, que as remeterão desde logo àquelas repartições. A entrega operar-se-á contra recibo especial, cuja exibição é obrigatória, em caso de fiscalização, enquanto não for devolvida ao empregador a via autenticada da declaração.

§ 3o Quando não houver empregado far-se-á declaração negativa.

**Art. 361.** Apurando-se, das relações apresen- tadas, qualquer infração, será concedido ao infrator o prazo de dez dias para defesa, seguin- do-se o despacho pela autoridade competente.

**Art. 362.** As repartições às quais competir a fiscalização do disposto no presente Capítulo manterão fichário especial de empresas, do qual constem as anotações referentes ao respectivo cumprimento, e fornecerão aos interessados as certidões de quitação que se tornarem necessá- rias, no prazo de trinta dias, contados da data do pedido.

§ 1o As certidões de quitação farão prova até 30 de setembro do ano seguinte àquele a que se referiram e estarão sujeitas à taxa correspon- dente a 1/10 (um décimo) do salário mínimo regional. Sem elas nenhum fornecimento ou contrato poderá ser feito com o Governo da União, dos Estados ou Municípios, ou com as instituições paraestatais a eles subordina- das, nem será renovada autorização a empresa estrangeira para funcionar no país.

§ 2o A primeira via da relação, depois de considerada pela repartição fiscalizadora, será remetida, anualmente, ao Departamento Nacio- nal de Mão de Obra (DNMO) como subsídio ao estudo das condições de mercado de trabalho, de um modo geral, e, em particular, no que se refere à mão de obra qualificada.

§ 3o A segunda via da relação será remetida pela repartição competente ao Serviço de Esta- tística da Previdência e Trabalho e a terceira via devolvida à empresa, devidamente autenticada.

§ 4o O disposto no § 1o deste artigo não se aplica às contratações de operações de crédito realizadas com instituições financeiras criadas por lei própria ou autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**SEÇÃO III** – Das Penalidades

**Art. 363.** O processo das infrações do presente Capítulo obedecerá ao disposto no Título “Do Processo de Multas Administrativas”, no que lhe for aplicável, com observância dos modelos de auto a serem expedidos.

**Art. 364.** As infrações do presente Capítulo serão punidas com a multa de cem a dez mil cruzeiros.

*Parágrafo único*. Em se tratando de empresa concessionária de serviço público, ou de

sociedade estrangeira autorizada a funcionar no país, se a infratora, depois de multada, não atender afinal ao cumprimento do texto infrin- gido, poderá ser-lhe cassada a concessão ou autorização.

**SEÇÃO IV** – Disposições Gerais

**Art. 365.** O presente Capítulo não derroga as restrições vigentes quanto às exigências de nacionalidade brasileira para o exercício de determinadas profissões nem as que vigoram para as faixas de fronteiras, na conformidade da respectiva legislação.

**Art. 366.** Enquanto não for expedida a car- teira a que se refere o art. 359 deste Capítulo, valerá, a título precário, como documento hábil, uma certidão, passada pelo serviço competente do Registro de Estrangeiros, provando que o empregado requereu sua permanência no país.

**Art. 367.** A redução a que se refere o art. 354, enquanto o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho não dispuser dos dados estatísticos necessários à fixação da proporcionalidade con- veniente para cada atividade, poderá ser feita por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante representação fundamen- tada da associação sindical.

*Parágrafo único*. O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho deverá promover, e manter em dia, estudos necessários aos fins do presente Capítulo.

**SEÇÃO V** – Das Disposições Especiais sobre a Nacionalização da Marinha Mercante

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 368.** O comando de navio mercante nacio- nal só poderá ser exercido por brasileiro nato.

**Art. 369.** A tripulação de navio ou embarcação nacional será constituída, pelo menos, de dois terços de brasileiros natos.

*Parágrafo único*. O disposto neste artigo não se aplica aos navios nacionais de pesca, sujeitos à legislação específica.

**61**

**Art. 370.** As empresas de navegação organiza- rão as relações dos tripulantes das respectivas embarcações, enviando-as no prazo a que se refere a Seção II deste Capítulo à Delegacia do Trabalho Marítimo onde as mesmas tiverem sede.

*Parágrafo único*. As relações a que alude o presente artigo obedecerão, na discriminação hierárquica e funcional do pessoal embarca- diço, ao quadro aprovado pelo regulamento das Capitanias dos Portos.

**Art. 371.** A presente Seção é também aplicável aos serviços de navegação fluvial e lacustre e à praticagem nas barras, portos, rios, lagos e canais.

**CAPÍTULO III** – Da Proteção do Trabalho da Mulher

**SEÇÃO I** – Da Duração, Condições do Trabalho e da Discriminação contra a Mulher

**Art. 372.** Os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída por este Capítulo.

*Parágrafo único*. (Revogado)

**Art. 373.** A duração normal de trabalho da mulher será de oito horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 373-A.** Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado:

* + - 1. – publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir;
      2. – recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notó- ria e publicamente incompatível;

**62**

* + - 1. – considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;
      2. – exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego;
      3. – impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez;
      4. – proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcio- nárias.

*Parágrafo único*. O disposto neste artigo não obsta a adoção de medidas temporárias que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade entre homens e mulheres, em parti- cular as que se destinam a corrigir as distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher.

**Arts. 374 a 376.** (Revogados)

**Art. 377.** A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando em hipótese alguma a redução de salário.

**Art. 378.** (Revogado)

**SEÇÃO II** – Do Trabalho Noturno

**Art. 379.** (Revogado)

**Art. 380.** (Revogado)

**Art. 381.** O trabalho noturno das mulheres terá salário superior ao diurno.

§ 1o Para os fins desse artigo, os salários serão acrescidos duma percentagem adicional de 20% (vinte por cento) no mínimo.

§ 2o Cada hora do período noturno de traba- lho das mulheres terá cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

**SEÇÃO III** – Dos Períodos de Descanso

**Art. 382.** Entre duas jornadas de trabalho, haverá um intervalo de onze horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso.

**Art. 383.** Durante a jornada de trabalho, será concedido à empregada um período para refei- ção e repouso não inferior a uma hora nem superior a duas horas, salvo a hipótese prevista no art. 71, § 3o.

**Art. 384.** (Revogado)

**Art. 385.** O descanso semanal será de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas e coincidirá no todo ou em parte com o domingo, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade impe- riosa de serviço, a juízo da autoridade compe- tente, na forma das disposições gerais, caso em que recairá em outro dia.

*Parágrafo único*. Observar-se-ão, igual- mente, os preceitos da legislação geral sobre a proibição de trabalho nos feriados civis e religiosos.

**Art. 386.** Havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.

**SEÇÃO IV** – Dos Métodos e Locais de Trabalho

**Art. 387.** (Revogado)

**Art. 388.** Em virtude de exame e parecer da autoridade competente, o Ministro do Traba- lho, Indústria e Comércio poderá estabelecer derrogações totais ou parciais às proibições a que alude o artigo anterior, quando tiver desa- parecido, nos serviços considerados perigosos ou insalubres, todo e qualquer caráter perigoso ou prejudicial mediante a aplicação de novos métodos de trabalho ou pelo emprego de medi- das de ordem preventiva.

**Art. 389.** Toda empresa é obrigada:

I – a prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e

locais de trabalho, tais como ventilação e ilu- minação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente;

II – a instalar bebedouros, lavatórios, apare- lhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico;

III – a instalar vestiários com armários individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa, e outros, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escaninhos, onde possam as empre- gadas guardar seus pertences;

IV – a fornecer, gratuitamente, a juízo da autoridade competente, os recursos de proteção individual, tais como óculos, máscaras, luvas e roupas especiais, para a defesa dos olhos, do aparelho respiratório e da pele, de acordo com a natureza do trabalho.

§ 1o Os estabelecimentos em que traba- lharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

§ 2o A exigência do § 1o poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, dire- tamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais.

**Art. 390.** Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos, para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos, para o trabalho ocasional.

Consolidação das Leis do Trabalho

*Parágrafo único*. Não está compreendida na determinação deste artigo a remoção de mate- rial feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

**Art. 390-A.** (Vetado)

**63**

**Art. 390-B.** As vagas dos cursos de formação de mão de obra, ministrados por instituições governamentais, pelos próprios empregadores ou por qualquer órgão de ensino profissiona- lizante, serão oferecidas aos empregados de ambos os sexos.

**Art. 390-C.** As empresas com mais de cem empregados, de ambos os sexos, deverão manter programas especiais de incentivos e aperfeiçoa- mento profissional da mão de obra.

**Art. 390-D.** (Vetado)

**Art. 390-E.** A pessoa jurídica poderá associar-

-se a entidade de formação profissional, socie- dades civis, sociedades cooperativas, órgãos e entidades públicas ou entidades sindicais, bem como firmar convênios para o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à execução de proje- tos relativos ao incentivo ao trabalho da mulher.

**SEÇÃO V** – Da Proteção à Maternidade

**Art. 391.** Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

*Parágrafo único*. Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza, contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 391-A.** A confirmação do estado de gra- videz advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio tra- balhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea “b” do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

*Parágrafo único*. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se ao empregado adotante ao qual tenha sido concedida guarda provisória para fins de adoção.

**Art. 392.** A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias,

**64** sem prejuízo do emprego e do salário.

§ 1o A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28o (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste.32

§ 2o Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico.

§ 3o Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 120 (cento e vinte) dias previstos neste artigo.

§ 4o É garantido à empregada, durante a gra- videz, sem prejuízo do salário e demais direitos: I – transferência de função, quando as condi- ções de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o

retorno ao trabalho;

II – dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exa- mes complementares.

§ 5o (Vetado)

**Art. 392-A.** À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença-

-maternidade nos termos do art. 392 desta Lei.

§ 1o (Revogado)

§ 2o (Revogado)

§ 3o (Revogado)

§ 4o A licença-maternidade só será conce- dida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

§ 5o A adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empre- gado ou empregada.

**Art. 392-B.** Em caso de morte da genitora, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empre- gado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, exceto no caso de fale- cimento do filho ou de seu abandono.

**Art. 392-C.** Aplica-se, no que couber, o dis- posto no art. 392-A e 392-B ao empregado que

32 NE: ver ADI no 6.327.

adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.

**Art. 393.** Durante o período a que se refere o art. 392, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.

**Art. 394.** Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

**Art. 394-A.** Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalu- bridade, a empregada deverá ser afastada de:

1. – atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação;
2. – atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de con- fiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação;33
3. – atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação.34

§ 1o (Vetado)

§ 2o Cabe à empresa pagar o adicional de insalubridade à gestante ou à lactante, efetivan- do-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, por ocasião do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

§ 3o Quando não for possível que a gestante ou a lactante afastada nos termos do *caput* deste artigo exerça suas atividades em local salubre na empresa, a hipótese será considerada como gravidez de risco e ensejará a percepção de salá- rio-maternidade, nos termos da Lei no 8.213, de

33 NE: ver ADI no 5.938.

34 NE: ver ADI no 5.938.

24 de julho de 1991, durante todo o período de afastamento.

**Art. 395.** Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

**Art. 396.** Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) des- cansos especiais de meia hora cada um.

§ 1o Quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.

§ 2o Os horários dos descansos previstos no *caput* deste artigo deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empre- gador.

**Art. 397.** O SESI, o SESC, a LBA e outras enti- dades públicas destinadas à assistência à infân- cia manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternais e jardins de infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhado- res, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas.

**Art. 398.** (Revogado)

**Art. 399.** O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio conferirá diploma de beneme- rência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela efi- ciência das respectivas instalações.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 400.** Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias, durante o período da ama- mentação, deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.

**65**

**SEÇÃO VI** – Das Penalidades

**Art. 401.** Pela infração de qualquer dispositivo deste Capítulo, será imposta ao empregador a multa de cem a mil cruzeiros, aplicada, nesta Capital, pela autoridade competente de 1a (pri- meira) instância do Departamento Nacional do Trabalho, e, nos Estados e Território do Acre, pelas autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou por aquelas que exerçam funções delegadas.

§ 1o A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

1. se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dis- positivos deste Capítulo;
2. nos casos de reincidência.

§ 2o O processo na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será o previsto no título “Do Processo de Multas Administrativas”, observadas as disposições deste artigo.

**Art. 401-A.** (Vetado)

**Art. 401-B.** (Vetado)

**CAPÍTULO IV** – Da Proteção do Trabalho do Menor

**SEÇÃO I** – Disposições Gerais

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 402.** Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos.

*Parágrafo único*. O trabalho do menor reger-

-se-á pelas disposições do presente Capítulo, exceto no serviço em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, mãe ou tutor, observado, entretanto, o disposto nos arts. 404, 405 e na Seção II.

**Art. 403.** É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

*Parágrafo único*. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à

**66** sua formação, ao seu desenvolvimento físico,

psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

1. (Revogada);
2. (Revogada).

**Art. 404.** Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.

**Art. 405.** Ao menor não será permitido o trabalho:

* 1. – nos locais e serviços perigosos ou insalu- bres, constantes de quadro para esse fim apro- vado pelo Diretor-Geral do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho;
  2. – em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade.

§ 1o (Revogado)

§ 2o O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autori- zação do Juiz de Menores, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral.

§ 3o Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho:

* + 1. prestado de qualquer modo, em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés, *dancings* e estabelecimentos análogos;
    2. em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras seme- lhantes;
    3. de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, dese- nhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua for- mação moral;
    4. consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.

§ 4o Nas localidades em que existirem, ofi- cialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornaleiros, só aos que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização do trabalho a que alude o § 2o.

§ 5o Aplica-se ao menor o disposto no art. 390 e seu parágrafo único.

**Art. 406.** O Juiz de Menores poderá autorizar ao menor o trabalho a que se referem as letras “a” e “b” do § 3o do art. 405:

* + - 1. – desde que a representação tenha fim edu- cativo ou a peça de que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral;
      2. – desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral.

**Art. 407.** Verificado pela autoridade compe- tente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou à sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a respectiva empresa, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de fun- ções.

*Parágrafo único*. Quando a empresa não tomar as medidas possíveis e recomendadas pela autoridade competente para que o menor mude de função, configurar-se-á a rescisão do contrato de trabalho, na forma do art. 483.

**Art. 408.** Ao responsável legal do menor é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho, desde que o serviço possa acarretar para ele prejuízos de ordem física ou moral.

**Art. 409.** Para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores, a autoridade fiscalizadora poderá proibir-lhes o gozo dos períodos de repouso nos locais de trabalho.

**Art. 410.** O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá derrogar qualquer proibição decorrente do quadro a que se refere a alínea “a” do art. 405 quando se certificar haver desapare- cido, parcial ou totalmente, o caráter perigoso ou insalubre, que determinou a proibição.

**SEÇÃO II** – Da Duração do Trabalho

**Art. 411.** A duração do trabalho do menor regular-se-á pelas disposições legais relativas à duração do trabalho em geral, com as restrições estabelecidas neste Capítulo.

**Art. 412.** Após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em dois turnos, haverá um intervalo de repouso, não inferior a onze horas.

**Art. 413.** É vedado prorrogar a duração nor- mal diária do trabalho do menor, salvo:

I – até mais 2 (duas) horas, independente- mente de acréscimo salarial, mediante conven- ção ou acordo coletivo nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela dimi- nuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas semanais ou outro inferior legalmente fixado; II – excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de 12 (doze) horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao

funcionamento do estabelecimento.

*Parágrafo único*. Aplica-se à prorrogação do trabalho do menor o disposto no art. 375, no parágrafo único do art. 376, no art. 378 e no art. 384 desta Consolidação.

**Art. 414.** Quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabe- lecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

**SEÇÃO III** – Da Admissão em Emprego e da Carteira de Trabalho e Previdência Social

**Art. 415.** Haverá a Carteira de Trabalho e Previdência Social para todos os menores de 18 (dezoito) anos, sem distinção de sexo, empregados em empresas ou estabelecimentos de fins econômicos e daqueles que lhes forem equiparados.

Consolidação das Leis do Trabalho

*Parágrafo único*. (Revogado)

**Art. 416.** Os menores de 18 anos só poderão ser admitidos, como empregados, nas empre- sas ou estabelecimentos de fins econômicos e naqueles que lhes forem equiparados, quando possuidores da carteira a que se refere o artigo anterior, salvo a hipótese do art. 422.

**67**

**Arts. 417 a 422.** (Revogados)

**Art. 423.** O empregador não poderá fazer outras anotações na Carteira de Trabalho e Pre- vidência Social além das referentes ao salário, data da admissão, férias e saída.

**SEÇÃO IV** – Dos Deveres dos Responsáveis Legais de Menores e dos Empregadores. Da Aprendizagem

**Art. 424.** É dever dos responsáveis legais de menores, pais, mães, ou tutores, afastá-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, reduzam o tempo de repouso necessário à sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral.

**Art. 425.** Os empregadores de menores de 18 (dezoito) anos são obrigados a velar pela obser- vância, nos seus estabelecimentos ou empresas, dos bons costumes e da decência pública, bem como das regras de segurança e medicina do trabalho.

**Art. 426.** É dever do empregador, na hipótese do art. 407, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de serviço.

**Art. 427.** O empregador, cuja empresa ou esta- belecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

*Parágrafo único*. Os estabelecimentos situa- dos em lugar onde a escola estiver a maior dis- tância que dois quilômetros, e que ocuparem, permanentemente, mais de trinta menores anal- fabetos, de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, serão obrigados a manter local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução primária.

**Art. 428.** Contrato de aprendizagem é o con- trato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o emprega- dor se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, com-

**68** patível com o seu desenvolvimento físico, moral

e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

§ 1o A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-pro- fissional metódica.

§ 2o Ao aprendiz, salvo condição mais favo- rável, será garantido o salário mínimo hora.

§ 3o O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de defi- ciência.

§ 4o A formação técnico-profissional a que se refere o *caput* deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade pro- gressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

§ 5o A idade máxima prevista no *caput* deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

§ 6o Para os fins do contrato de aprendiza- gem, a comprovação da escolaridade de apren- diz com deficiência deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

§ 7o Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do dis- posto no § 1o deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.

§ 8o Para o aprendiz com deficiência com 18 (dezoito) anos ou mais, a validade do con- trato de aprendizagem pressupõe anotação na CTPS e matrícula e frequência em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-

-profissional metódica.

**Art. 429.** Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Apren- dizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em

cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

1. (Revogada);
2. (Revogada).

§ 1o As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o *caput*, darão lugar à admissão de um aprendiz.

§ 1o-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a edu- cação profissional.

§ 1o-B. Os estabelecimentos a que se refere o *caput* poderão destinar o equivalente a até 10% (dez por cento) de sua cota de aprendi- zes à formação técnico-profissional metódica em áreas relacionadas a práticas de atividades desportivas, à prestação de serviços relaciona- dos à infraestrutura, incluindo as atividades de construção, ampliação, recuperação e manuten- ção de instalações esportivas e à organização e promoção de eventos esportivos.

§ 2o Os estabelecimentos de que trata o *caput* ofertarão vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação cele- brados entre os estabelecimentos e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais.

§ 3o Os estabelecimentos de que trata o *caput* poderão ofertar vagas de aprendizes a adoles- centes usuários do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD nas condições a serem dispostas em instrumentos de coope- ração celebrados entre os estabelecimentos e os gestores locais responsáveis pela prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

**Art. 430.** Na hipótese de os Serviços Nacio- nais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:

* 1. – Escolas Técnicas de Educação;
  2. – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adoles- cente e à educação profissional, registradas no

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

* 1. – entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacio- nal do Desporto e aos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1o As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de apren- dizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 2o Aos aprendizes que concluírem os cur- sos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profis- sional.

§ 3o O Ministério do Trabalho fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas nos incisos II e III deste artigo.

§ 4o As entidades mencionadas nos incisos II e III deste artigo deverão cadastrar seus cursos, turmas e aprendizes matriculados no Ministério do Trabalho.

§ 5o As entidades mencionadas neste artigo poderão firmar parcerias entre si para o desen- volvimento dos programas de aprendizagem, conforme regulamento.

**Art. 431.** A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas nos incisos II e III do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços.

* + 1. (Revogada);
    2. (Revogada);
    3. (Revogada).

*Parágrafo único*. Aos candidatos rejeitados pela seleção profissional deverá ser dada, tanto quanto possível, orientação profissional para ingresso em atividade mais adequada às qua- lidades e aptidões que tiverem demonstrado.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 432.** A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo veda- das a prorrogação e a compensação de jornada.

§ 1o O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental,

**69**

se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

§ 2o (Revogado)

**Art. 433.** O contrato de aprendizagem extin- guir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5o do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:

* + - 1. (Revogada);
      2. (Revogada).
         1. – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com defi- ciência quando desprovido de recursos de aces- sibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades;
         2. – falta disciplinar grave;
         3. – ausência injustificada à escola que impli- que perda do ano letivo; ou
         4. – a pedido do aprendiz.

*Parágrafo único*. (Revogado)

§ 2o Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo.

**SEÇÃO V** – Das Penalidades

**Art. 434.** Os infratores das disposições deste Capítulo ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário mínimo, salvo no caso de reincidência em que esse total poderá ser elevado ao dobro.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 435.** Fica sujeita à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional e ao pagamento da emissão de nova via a empresa que fizer na Carteira de Trabalho e Previdência Social anotação não prevista em lei.

**Art. 436.** (Revogado)

**Art. 437.** (Revogado)

**Art. 438.** São competentes para impor as pena-

**70** lidades previstas neste Capítulo:

1. no Distrito Federal, a autoridade de 1a ins- tância do Departamento Nacional do Trabalho;
2. nos Estados e Território do Acre, os dele- gados regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ou os funcionários por eles designados para tal fim.

*Parágrafo único*. O processo, na verifica- ção das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será o previsto no título “Do Processo de Multas Administrativas”, observadas as disposições deste artigo.

**SEÇÃO VI** – Disposições Finais

**Art. 439.** É lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários. Tratando-se, porém, de rescisão do contrato de trabalho, é vedado ao menor de 18 (dezoito) anos dar, sem assis- tência dos seus responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida.

**Art. 440.** Contra os menores de 18 (dezoito) anos não corre nenhum prazo de prescrição.

**Art. 441.** O quadro a que se refere o item I do art. 405 será revisto bienalmente.

**TÍTULO IV** – Do Contrato Individual do Trabalho

**CAPÍTULO I** – Disposições Gerais

**Art. 442.** Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

§ 1o Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.

§ 2o Não existe vínculo empregatício entre entidades religiosas de qualquer denominação ou natureza ou instituições de ensino vocacional e ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, ou quaisquer outros que a eles se equiparem, ainda que se dediquem parcial ou integralmente a atividades ligadas à administração da entidade ou instituição a que

estejam vinculados ou estejam em formação ou treinamento.

§ 3o O disposto no § 2o não se aplica em caso de desvirtuamento da finalidade religiosa e voluntária.

**Art. 442-A.** Para fins de contratação, o empre- gador não exigirá do candidato a emprego com- provação de experiência prévia por tempo supe- rior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.

**Art. 442-B.** A contratação do autônomo, cum- pridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3o desta Consolidação.

**Art. 443.** O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo deter- minado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.

§ 1o Considera-se como de prazo deter- minado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

§ 2o O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

* 1. de serviço cuja natureza ou transitorie- dade justifique a predeterminação do prazo;
  2. de atividades empresariais de caráter transitório;
  3. de contrato de experiência.

§ 3o Considera-se como intermitente o con- trato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empre- gador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.

**Art. 444.** As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos

contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

*Parágrafo único*. A livre estipulação a que se refere o *caput* deste artigo aplica-se às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de empre- gado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

**Art. 445.** O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, observada a regra do art. 451.

*Parágrafo único*. O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias.

**Art. 446.** (Revogado)

**Art. 447.** Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume existente, como se a tivessem estatuído os interessados, na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade.

**Art. 448.** A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empre- gados.

**Art. 448-A.** Caracterizada a sucessão empre- sarial ou de empregadores prevista nos arts. 10 e 448 desta Consolidação, as obrigações traba- lhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor. *Parágrafo único*. A empresa sucedida res- ponderá solidariamente com a sucessora quando

Consolidação das Leis do Trabalho

ficar comprovada fraude na transferência.

**Art. 449.** Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

§ 1o Na falência, constituirão créditos pri- vilegiados a totalidade dos salários devidos ao empregado e a totalidade das indenizações a que tiver direito.

§ 2o Havendo concordata na falência, será facultado aos contratantes tornar sem efeito a **71**

rescisão do contrato de trabalho e consequente indenização, desde que o empregador pague, no mínimo, a metade dos salários que seriam devidos ao empregado durante o interregno.

**Art. 450.** Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, serão garantidas a contagem do tempo naquele serviço, bem como volta ao cargo anterior.

**Art. 451.** O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.

**Art. 452.** Considera-se por prazo indetermi- nado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

**Art. 452-A.** O contrato de trabalho intermi- tente deve ser celebrado por escrito e deve con- ter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

§ 1o O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 2o Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.

§ 3o A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.

§ 4o Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo.

**72**

§ 5o O período de inatividade não será con- siderado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes.

§ 6o Ao final de cada período de prestação de serviço, o empregado receberá o pagamento imediato das seguintes parcelas:

1. – remuneração;
2. – férias proporcionais com acréscimo de um terço;
3. – décimo terceiro salário proporcional;
4. – repouso semanal remunerado; e
5. – adicionais legais.

§ 7o O recibo de pagamento deverá conter a discriminação dos valores pagos relativos a cada uma das parcelas referidas no § 6o deste artigo.

§ 8o O empregador efetuará o recolhimento da contribuição previdenciária e o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma da lei, com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá ao empregado com- provante do cumprimento dessas obrigações.

§ 9o A cada doze meses, o empregado adquire direito a usufruir, nos doze meses sub- sequentes, um mês de férias, período no qual não poderá ser convocado para prestar serviços pelo mesmo empregador.

**Art. 453.** No tempo de serviço do empre- gado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, salvo se houver sido despedido por falta grave, recebido indenização legal ou se aposentado espontaneamente.

§ 1o Na aposentadoria espontânea de empre- gados das empresas públicas e sociedades de economia mista é permitida sua readmissão desde que atendidos aos requisitos constantes do art. 37, inciso XVI, da Constituição, e con- dicionada à prestação de concurso público.35

§ 2o O ato de concessão de benefício de apo- sentadoria a empregado que não tiver com- pletado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, ou trinta, se mulher, importa em extinção do vínculo empregatício.36

35 NE: ver ADI no 1.770.

36 NE: ver ADI no 1.721.

**Art. 454.** Na vigência do contrato de trabalho, as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal e da instalação ou equipamento fornecidos pelo empregador, serão de propriedade comum, em partes iguais, salvo se o contrato de trabalho tiver por objeto, implí- cita ou explicitamente, pesquisa científica.37

*Parágrafo único*. Ao empregador caberá a exploração do invento, ficando obrigado a promovê-la no prazo de um ano da data da concessão da patente, sob pena de reverter em favor do empregado a plena propriedade desse invento.

**Art. 455.** Nos contratos de subempreitada responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro.

*Parágrafo único*. Ao empreiteiro principal fica ressalvada, nos termos da lei civil, ação regressiva contra o subempreiteiro e a retenção de importâncias a este devidas, para a garantia das obrigações previstas neste artigo.

**Art. 456.** A prova do contrato individual do trabalho será feita pelas anotações constantes da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou por instrumento escrito e suprida por todos os meios permitidos em direito.

*Parágrafo único*. À falta de prova ou inexis- tindo cláusula expressa a tal respeito, enten- der-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal.

**Art. 456-A.** Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomar- cas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.

*Parágrafo único*. A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, salvo nas hipóteses em que forem necessários procedi- mentos ou produtos diferentes dos utilizados

37 NE: ver Lei no 9.279/1996.

para a higienização das vestimentas de uso comum.

**CAPÍTULO II** – Da Remuneração

**Art. 457.** Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1o Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.

§ 2o As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-ali- mentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não inte- gram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não cons- tituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

§ 3o Considera-se gorjeta não só a impor- tância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados.

§ 4o Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempe- nho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

§ 5o Inexistindo previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, os critérios de rateio e distribuição da gorjeta e os percen- tuais de retenção previstos nos §§ 6o e 7o deste artigo serão definidos em assembleia geral dos trabalhadores, na forma do art. 612 desta Con- solidação.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 6o As empresas que cobrarem a gorjeta de que trata o § 3o deverão:

I – para as empresas inscritas em regime de tributação federal diferenciado, lançá-la na res- pectiva nota de consumo, facultada a retenção de até 20% (vinte por cento) da arrecadação correspondente, mediante previsão em con- venção ou acordo coletivo de trabalho, para

custear os encargos sociais, previdenciários **73**

e trabalhistas derivados da sua integração à remuneração dos empregados, devendo o valor remanescente ser revertido integralmente em favor do trabalhador;

1. – para as empresas não inscritas em regime de tributação federal diferenciado, lançá-la na respectiva nota de consumo, facultada a reten- ção de até 33% (trinta e três por cento) da arre- cadação correspondente, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, para custear os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas derivados da sua integração à remuneração dos empregados, devendo o valor remanescente ser revertido integralmente em favor do trabalhador;
2. – anotar na Carteira de Trabalho e Previ- dência Social e no contracheque de seus empre- gados o salário contratual fixo e o percentual percebido a título de gorjeta.

§ 7o A gorjeta, quando entregue pelo con- sumidor diretamente ao empregado, terá seus critérios definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho, facultada a retenção nos parâmetros do § 6o deste artigo.

§ 8o As empresas deverão anotar na Car- teira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados o salário fixo e a média dos valores das gorjetas referente aos últimos doze meses.

§ 9o Cessada pela empresa a cobrança da gorjeta de que trata o § 3o deste artigo, desde que cobrada por mais de doze meses, essa se incorporará ao salário do empregado, tendo como base a média dos últimos doze meses, salvo o estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 10. Para empresas com mais de sessenta empregados, será constituída comissão de empregados, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, para acompa- nhamento e fiscalização da regularidade da cobrança e distribuição da gorjeta de que trata o § 3o deste artigo, cujos representantes serão eleitos em assembleia geral convocada para esse fim pelo sindicato laboral e gozarão de garantia de emprego vinculada ao desempenho das funções para que foram eleitos, e, para as demais empresas, será constituída comissão intersindical para o referido fim.

§ 11. Comprovado o descumprimento do

**74** disposto nos §§ 4o, 6o, 7o e 9o deste artigo, o

empregador pagará ao trabalhador prejudicado, a título de multa, o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) da média da gorjeta por dia de atraso, limitada ao piso da categoria, assegura- dos em qualquer hipótese o contraditório e a ampla defesa, observadas as seguintes regras:

I – a limitação prevista neste parágrafo será triplicada caso o empregador seja reincidente; II – considera-se reincidente o empregador que, durante o período de doze meses, descum- pre o disposto nos §§ 4o, 6o, 7o e 9o deste artigo

por mais de sessenta dias.

**Art. 458.** Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habi- tualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 1o Os valores atribuídos às prestações *in natura* deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos per- centuais das parcelas componentes do salário mínimo (arts. 81 e 82).

§ 2o Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguin- tes utilidades concedidas pelo empregador:

I – vestuários, equipamentos e outros acessó- rios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço; II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anu-

idade, livros e material didático;

1. – transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;
2. – assistência médica, hospitalar e odon- tológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;
3. – seguros de vida e de acidentes pessoais;
4. – previdência privada;
5. – (Vetado);
6. – o valor correspondente ao vale-cul- tura.

§ 3o A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder,

respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4o Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de coocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

§ 5o O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e cobertu- ras, não integram o salário do empregado para qualquer efeito nem o salário de contribuição, para efeitos do previsto na alínea “q” do § 9o do art. 28 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

**Art. 459.** O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

§ 1o Quando o pagamento houver sido esti- pulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.38

**Art. 460.** Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajus- tada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.

**Art. 461.** Sendo idêntica a função, a todo tra- balho de igual valor, prestado ao mesmo empre- gador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.

§ 1o Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a

38 NE: redação em conformidade com a Lei no 7.855/1989.

quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.

§ 2o Os dispositivos deste artigo não pre- valecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público.

§ 3o No caso do § 2o deste artigo, as promo- ções poderão ser feitas por merecimento e por antiguidade, ou por apenas um destes critérios, dentro de cada categoria profissional.

§ 4o O trabalhador readaptado em nova fun- ção, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.

§ 5o A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.

§ 6o Na hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, o pagamento das diferenças salariais devidas ao empregado discriminado não afasta seu direito de ação de indenização por danos morais, con- sideradas as especificidades do caso concreto.

§ 7o Sem prejuízo do disposto no § 6o, no caso de infração ao previsto neste artigo, a multa de que trata o art. 510 desta Consoli- dação corresponderá a 10 (dez) vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, elevada ao dobro, no caso de reincidência, sem prejuízo das demais cominações legais.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 462.** Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

§ 1o Em caso de dano causado pelo empre- gado, o desconto será lícito, desde que esta pos- sibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado.

§ 2o É vedado à empresa que mantiver arma- zém para venda de mercadorias aos emprega-

dos ou serviços destinados a proporcionar-lhes **75**

prestações *in natura* exercer qualquer coação ou induzimento no sentido de que os empregados se utilizem do armazém ou dos serviços.

§ 3o Sempre que não for possível o acesso dos empregados a armazéns ou serviços não mantidos pela empresa, é lícito à autoridade competente determinar a adoção de medidas adequadas, visando a que as mercadorias sejam vendidas e os serviços prestados a preços razoá- veis, sem intuito de lucro e sempre em benefício dos empregados.

§ 4o Observado o disposto neste Capítulo, é vedado às empresas limitar, por qualquer forma, a liberdade dos empregados de dispor do seu salário.

**Art. 463.** A prestação em espécie do salário será paga em moeda corrente do país.

*Parágrafo único*. O pagamento do salário realizado com inobservância deste artigo con- sidera-se como não feito.

**Art. 464.** O pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo, assinado pelo empre- gado; em se tratando de analfabeto, mediante sua impressão digital, ou, não sendo esta pos- sível, a seu rogo.

*Parágrafo único*. Terá força de recibo o com- provante de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 465.** O pagamento dos salários será efe- tuado em dia útil e no local do trabalho, dentro do horário do serviço ou imediatamente após o encerramento deste, salvo quando efetuado por depósito em conta bancária, observado o disposto no artigo anterior.

**Art. 466.** O pagamento de comissões e per- centagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem.

§ 1o Nas transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível o pagamento das percen- tagens e comissões que lhes disserem respeito proporcionalmente à respectiva liquidação.

§ 2o A cessação das relações de trabalho não prejudica a percepção das comissões e

**76**

percentagens devidas na forma estabelecida por este artigo.

**Art. 467.** Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o emprega- dor é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento. *Parágrafo único*. O disposto no *caput* não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas autarquias e fundações

públicas.

**CAPÍTULO III** – Da Alteração

**Art. 468.** Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, pre- juízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

§ 1o Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o res- pectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

§ 2o A alteração de que trata o § 1o deste artigo, com ou sem justo motivo, não assegura ao empregado o direito à manutenção do paga- mento da gratificação correspondente, que não será incorporada, independentemente do tempo de exercício da respectiva função.

**Art. 469.** Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para locali- dade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.

§ 1o Não estão compreendidos na proibi- ção deste artigo: os empregados que exerçam cargos de confiança e aqueles cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência, quando esta decorra de real necessidade de serviço.

§ 2o É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

§ 3o Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, não obstante as restrições do artigo anterior, mas, nesse caso, ficará obrigado a um paga- mento suplementar, nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.

**Art. 470.** As despesas resultantes da transfe- rência correrão por conta do empregador.

**CAPÍTULO IV** – Da Suspensão e da Interrupção

**Art. 471.** Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.

**Art. 472.** O afastamento do empregado, em virtude das exigências do serviço militar ou de outro encargo público, não constituirá motivo para a alteração ou rescisão do contrato de tra- balho por parte do empregador.

§ 1o Para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual se afastou em virtude de exigências do serviço militar ou de encargo público, é indispensável que notifique o empregador dessa intenção, por telegrama ou carta registrada, dentro do prazo máximo de trinta dias, contados da data em que se verificar a respectiva baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado.

§ 2o Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na con- tagem do prazo para a respectiva terminação.

§ 3o Ocorrendo motivo relevante de inte- resse para a segurança nacional, poderá a auto- ridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que se configure a suspensão do contrato de trabalho.

§ 4o O afastamento a que se refere o pará- grafo anterior será solicitado pela autoridade competente diretamente ao empregador, em

representação fundamentada com audiência da Procuradoria Regional do Trabalho, que providenciará desde logo a instauração do com- petente inquérito administrativo.

§ 5o Durante os primeiros 90 (noventa) dias desse afastamento, o empregado continuará percebendo sua remuneração.

**Art. 473.** O empregado poderá deixar de com- parecer ao serviço sem prejuízo do salário:

1. – até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descen- dente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica;
2. – até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;
3. – por 5 (cinco) dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada;
4. – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;
5. – até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;
6. – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar refe- ridas na letra “c” do art. 65 da Lei no 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar); VII – nos dias em que estiver comprovada- mente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino

superior;

1. – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo;
2. – pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de enti- dade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro;

Consolidação das Leis do Trabalho

1. – pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até 6 (seis) con- sultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez;
2. – por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica; XII – até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de

**77**

exames preventivos de câncer devidamente comprovada.

*Parágrafo único*. O prazo a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo será contado a partir da data de nascimento do filho.

**Art. 474.** A suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

**Art. 475.** O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de pre- vidência social para a efetivação do benefício.

§ 1o Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria, facultado, porém, ao empregador, o direito de indenizá-lo por rescisão do contrato de trabalho, nos termos dos arts. 477 e 478, salvo na hipótese de ser ele portador de estabilidade, quando a indenização deverá ser paga na forma do art. 497.

§ 2o Se o empregador houver admitido substituto para o aposentado, poderá rescindir, com este, o respectivo contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato.

**Art. 476.** Em caso de seguro-doença ou auxí- lio-enfermidade, o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 476-A.** O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta Consolidação.

§ 1o Após a autorização concedida por intermédio de convenção ou acordo coletivo, o empregador deverá notificar o respectivo sindicato, com antecedência mínima de quinze dias da suspensão contratual.

**78**

§ 2o O contrato de trabalho não poderá ser suspenso em conformidade com o disposto no *caput* deste artigo mais de uma vez no período de dezesseis meses.

§ 3o O empregador poderá conceder ao empregado ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, durante o período de sus- pensão contratual nos termos do *caput* deste artigo, com valor a ser definido em convenção ou acordo coletivo.

§ 4o Durante o período de suspensão con- tratual para participação em curso ou programa de qualificação profissional, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador.

§ 5o Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão con- tratual ou nos três meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa a ser estabelecida em convenção ou acordo coletivo, sendo de, no mínimo, cem por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato.

§ 6o Se durante a suspensão do contrato não for ministrado o curso ou programa de qualificação profissional, ou o empregado permanecer trabalhando para o empregador, ficará descaracterizada a suspensão, sujeitando o empregador ao pagamento imediato dos salários e dos encargos sociais referentes ao período, às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor, bem como às sanções previstas em convenção ou acordo coletivo.

§ 7o O prazo limite fixado no *caput* poderá ser prorrogado mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, desde que o empregador arque com o ônus correspondente ao valor da bolsa de qualificação profissional, no respectivo período.

**CAPÍTULO V** – Da Rescisão

**Art. 477.** Na extinção do contrato de traba- lho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes

e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo.

§ 1o (Revogado)

§ 2o O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quita- ção, apenas, relativamente às mesmas parcelas.

§ 3o (Revogado)

§ 4o O pagamento a que fizer jus o empre- gado será efetuado:

* 1. – em dinheiro, depósito bancário ou cheque visado, conforme acordem as partes; ou
  2. – em dinheiro ou depósito bancário quando o empregado for analfabeto.

§ 5o Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.

§ 6o A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instru- mento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.

* + 1. (Revogada);
    2. (Revogada).

§ 7o (Revogado)

§ 8o A inobservância do disposto no § 6o deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 BTN, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equi- valente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora.

§ 9o (Vetado)

§ 10. A anotação da extinção do contrato na Carteira de Trabalho e Previdência Social é documento hábil para requerer o benefício do seguro-desemprego e a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nas hipóteses legais, desde que a comunicação prevista no *caput* deste artigo tenha sido realizada.

**Art. 477-A.** As dispensas imotivadas indi- viduais, plúrimas ou coletivas equiparam-se

para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.

**Art. 477-B.** Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

**Art. 478.** A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a seis meses.

§ 1o O primeiro ano de duração do contrato por prazo indeterminado é considerado como período de experiência, e, antes que se complete, nenhuma indenização será devida.

§ 2o Se o salário for pago por dia, o cálculo da indenização terá por base 25 (vinte e cinco) dias.

§ 3o Se pago por hora, a indenização apurar-

-se-á na base de 200 (duzentas) horas por mês.

§ 4o Para os empregados que trabalhem a comissão ou que tenham direito a percenta- gens, a indenização será calculada pela média das comissões ou percentagens percebidas nos últimos 12 (doze) meses de serviço.

§ 5o Para os empregados que trabalhem por tarefa ou serviço feito, a indenização será calcu- lada na base média do tempo costumeiramente gasto pelo interessado para realização de seu serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante trinta dias.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 479.** Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-

-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

*Parágrafo único*. Para a execução do que dis- põe o presente artigo, o cálculo da parte variá- vel ou incerta dos salários será feito de acordo com o prescrito para o cálculo da indenização

**79**

referente à rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

**Art. 480.** Havendo termo estipulado, o empre- gado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

§ 1o A indenização, porém, não poderá exce- der àquela a que teria direito o empregado em idênticas condições.

§ 2o (Revogado)

**Art. 481.** Aos contratos por prazo determi- nado, que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

**Art. 482.** Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

* + - 1. ato de improbidade;
      2. incontinência de conduta ou mau pro- cedimento;
      3. negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
      4. condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

* + - 1. desídia no desempenho das respectivas funções;
      2. embriaguez habitual ou em serviço;
      3. violação de segredo da empresa;
      4. ato de indisciplina ou de insubordinação;
      5. abandono de emprego;
      6. ato lesivo da honra ou da boa fama pra- ticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
      7. ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
      8. prática constante de jogos de azar;

**80**

* + - 1. perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da pro- fissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado.

*Parágrafo único*. Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado, a prática, devidamente comprovada em inquérito admi- nistrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

**Art. 483.** O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida inde- nização quando:

1. forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;
2. for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;
3. correr perigo manifesto de mal consi- derável;
4. não cumprir o empregador as obrigações do contrato;
5. praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;
6. o empregador ou seus prepostos ofende- rem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
7. o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afe- tar sensivelmente a importância dos salários.

§ 1o O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.

§ 2o No caso de morte do empregador cons- tituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.

§ 3o Nas hipóteses das letras “d” e “g”, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas inde- nizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo.

**Art. 484.** Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.

**Art. 484-A.** O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empre- gador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas:

I – por metade:

* 1. o aviso prévio, se indenizado; e
  2. a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1o do art. 18 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; II – na integralidade, as demais verbas tra-

balhistas.

§ 1o A extinção do contrato prevista no *caput* deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos.

§ 2o A extinção do contrato por acordo prevista no *caput* deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.

**Art. 485.** Quando cessar a atividade da empresa, por morte do empregador, os empre- gados terão direito, conforme o caso, à indeni- zação a que se referem os arts. 477 e 497.

**Art. 486.** No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, preva- lecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável.

§ 1o Sempre que o empregador invocar em sua defesa o preceito do presente artigo, o tribu- nal do trabalho competente notificará a pessoa de direito público apontada como responsável pela paralisação do trabalho, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, alegue o que entender devido, passando a figurar no processo como chamada à autoria.

§ 2o Sempre que a parte interessada, firmada em documento hábil, invocar defesa baseada na disposição deste artigo e indicar qual o juiz competente, será ouvida a parte contrária, para, dentro de três dias, falar sobre essa alegação.

§ 3o Verificada qual a autoridade respon- sável, a Junta de Conciliação ou Juiz dar-se-á por incompetente, remetendo os autos ao Juiz

Privativo da Fazenda, perante o qual correrá o feito nos termos previstos no processo comum.

**CAPÍTULO VI** – Do Aviso Prévio

**Art. 487.** Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato, deverá avisar a outra da sua resolução, com a antecedência mínima de:

1. – oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior;
2. – trinta dias aos que perceberem por quin- zena ou mês, ou que tenham mais de doze meses de serviço na empresa.

§ 1o A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida, sempre, a integração desse período no seu tempo de serviço.

§ 2o A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de des- contar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

§ 3o Em se tratando de salário pago na base de tarefa, o cálculo, para os efeitos dos parágra- fos anteriores, será feito de acordo com a média dos últimos doze meses de serviço.

§ 4o É devido o aviso prévio na despedida indireta.

§ 5o O valor das horas extraordinárias habi- tuais integra o aviso prévio indenizado.

§ 6o O reajustamento salarial coletivo, deter- minado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que inte- gra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 488.** O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo emprega- dor, será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

*Parágrafo único*. É facultado ao empregado trabalhar sem a redução das 2 (duas) horas diá- rias previstas neste artigo, caso em que poderá faltar ao serviço, sem prejuízo do salário inte-

gral, por 1 (um) dia, na hipótese do inciso I, e **81**

por 7 (sete) dias corridos, na hipótese do inciso II do art. 487 desta Consolidação.

**Art. 489.** Dado o aviso prévio, a rescisão tor- na-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.

*Parágrafo único*. Caso seja aceita a recon- sideração, ou continuando a prestação depois de expirado o prazo, o contrato continuará a vigorar, como se o aviso prévio não tivesse sido dado.

**Art. 490.** O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeita-se ao pagamento da remuneração cor- respondente ao prazo do referido aviso, sem prejuízo da indenização que for devida.

**Art. 491.** O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.

**CAPÍTULO VII** – Da Estabilidade

**Art. 492.** O empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

*Parágrafo único*. Considera-se como de ser- viço todo o tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador.

**Art. 493.** Constitui falta grave a prática de qualquer dos fatos a que se refere o art. 482, quando por sua repetição ou natureza repre- sentem séria violação dos deveres e obrigações do empregado.

**Art. 494.** O empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito em que se verifique a procedência da acusação. *Parágrafo único*. A suspensão, no caso deste

**82** artigo, perdurará até a decisão final do processo.

**Art. 495.** Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o emprega- dor obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-

-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.

**Art. 496.** Quando a reintegração do empre- gado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando for o empregador pessoa física, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização devida nos termos do artigo seguinte.

**Art. 497.** Extinguindo-se a empresa, sem a ocorrência de motivo de força maior, ao empre- gado estável despedido é garantida a indeniza- ção por rescisão do contrato por prazo indeter- minado, paga em dobro.

**Art. 498.** Em caso de fechamento do estabele- cimento, filial ou agência, ou supressão neces- sária de atividade, sem ocorrência de motivo de força maior, é assegurado aos empregados estáveis, que ali exerçam suas funções, direito à indenização, na forma do artigo anterior.

**Art. 499.** Não haverá estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador, ressalvado o cômputo do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

§ 1o Ao empregado garantido pela estabili- dade que deixar de exercer cargo de confiança, é assegurada, salvo no caso de falta grave, a reversão ao cargo efetivo que haja anterior- mente ocupado.

§ 2o Ao empregado despedido sem justa causa, que só tenha exercido cargo de confiança e que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa, é garantida a indenização proporcional ao tempo de serviço nos termos dos arts. 477 e 478.

§ 3o A despedida que se verificar com o fim de obstar ao empregado a aquisição de estabili- dade sujeitará o empregador a pagamento em dobro da indenização prescrita nos arts. 477 e 478.

**Art. 500.** O pedido de demissão do empre- gado estável só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato e, se não o houver, perante autoridade local competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou da Justiça do Trabalho.

**CAPÍTULO VIII** – Da Força Maior

**Art. 501.** Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente.

§ 1o A imprevidência do empregador exclui a razão de força maior.

§ 2o À ocorrência do motivo de força maior que não afetar substancialmente, nem for sus- cetível de afetar, em tais condições, a situação econômica e financeira da empresa, não se aplicam as restrições desta Lei referentes ao disposto neste Capítulo.

**Art. 502.** Ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção da empresa, ou de um dos estabelecimentos em que trabalhe o empregado, é assegurada a este, quando des- pedido, uma indenização na forma seguinte:

1. – sendo estável, nos termos dos arts. 477 e 478;
2. – não tendo direito à estabilidade, metade da que seria devida em caso de rescisão sem justa causa;
3. – havendo contrato por prazo determi- nado, aquela a que se refere o art. 479 desta Lei, reduzida igualmente à metade.

**Art. 503.** É lícita, em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, a redução geral dos salários dos empregados da empresa, proporcionalmente aos salários de cada um, não podendo, entretanto, ser superior a 25% (vinte e cinco por cento), respeitado, em qualquer caso, o salário mínimo da região.

*Parágrafo único*. Cessados os efeitos decor- rentes do motivo de força maior, é garantido o restabelecimento dos salários reduzidos.

**Art. 504.** Comprovada a falsa alegação do motivo de força maior, é garantida a reintegração

aos empregados estáveis, e aos não estáveis o complemento da indenização já percebida, asse- gurado a ambos o pagamento da remuneração atrasada.

**CAPÍTULO IX** – Disposições Especiais

**Art. 505.** São aplicáveis aos trabalhadores rurais os dispositivos constantes dos Capítulos I, II e VI do presente Título.

**Art. 506.** No contrato de trabalho agrícola é lícito o acordo que estabelecer a remuneração *in natura*, contanto que seja de produtos obtidos pela exploração do negócio e não exceda de um terço do salário total do empregado.

**Art. 507.** As disposições do Capítulo VII do presente Título não serão aplicáveis aos empre- gados em consultórios ou escritórios de profis- sionais liberais.

*Parágrafo único*. (Revogado)

**Art. 507-A.** Nos contratos individuais de tra- balho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compro- missória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

**Art. 507-B.** É facultado a empregados e empre- gadores, na vigência ou não do contrato de emprego, firmar o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria.

Consolidação das Leis do Trabalho

*Parágrafo único*. O termo discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensal- mente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

**Art. 508.** (Revogado)

**Art. 509.** (Revogado)

**83**

**Art. 510.** Pela infração das proibições constan- tes deste Título, será imposta à empresa a multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, elevada ao dobro, no caso de reincidência, sem prejuízo das demais cominações legais.

**TÍTULO IV-A** – Da Representação dos Empregados

**Art. 510-A.** Nas empresas com mais de duzen- tos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

§ 1o A comissão será composta:

* 1. – nas empresas com mais de duzentos e até três mil empregados, por três membros;
  2. – nas empresas com mais de três mil e até cinco mil empregados, por cinco membros;
  3. – nas empresas com mais de cinco mil empregados, por sete membros.

§ 2o No caso de a empresa possuir empre- gados em vários Estados da Federação e no Distrito Federal, será assegurada a eleição de uma comissão de representantes dos empre- gados por Estado ou no Distrito Federal, na mesma forma estabelecida no § 1o deste artigo.

**Art. 510-B.** A comissão de representantes dos empregados terá as seguintes atribuições:

1. – representar os empregados perante a administração da empresa;

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

1. – aprimorar o relacionamento entre a empresa e seus empregados com base nos prin- cípios da boa-fé e do respeito mútuo;
2. – promover o diálogo e o entendimento no ambiente de trabalho com o fim de prevenir conflitos;
3. – buscar soluções para os conflitos decor- rentes da relação de trabalho, de forma rápida e eficaz, visando à efetiva aplicação das normas legais e contratuais;
4. – assegurar tratamento justo e imparcial aos empregados, impedindo qualquer forma de discriminação por motivo de sexo, idade, religião, opinião política ou atuação sindical;
5. – encaminhar reivindicações específicas dos empregados de seu âmbito de representação;

**84**

1. – acompanhar o cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias e das convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho.

§ 1o As decisões da comissão de represen- tantes dos empregados serão sempre colegiadas, observada a maioria simples.

§ 2o A comissão organizará sua atuação de forma independente.

**Art. 510-C.** A eleição será convocada, com antecedência mínima de trinta dias, contados do término do mandato anterior, por meio de edital que deverá ser fixado na empresa, com ampla publicidade, para inscrição de candidatura.

§ 1o Será formada comissão eleitoral, inte- grada por cinco empregados, não candidatos, para a organização e o acompanhamento do processo eleitoral, vedada a interferência da empresa e do sindicato da categoria.

§ 2o Os empregados da empresa poderão candidatar-se, exceto aqueles com contrato de trabalho por prazo determinado, com contrato suspenso ou que estejam em período de aviso prévio, ainda que indenizado.

§ 3o Serão eleitos membros da comissão de representantes dos empregados os candidatos mais votados, em votação secreta, vedado o voto por representação.

§ 4o A comissão tomará posse no primeiro dia útil seguinte à eleição ou ao término do mandato anterior.

§ 5o Se não houver candidatos suficientes, a comissão de representantes dos empregados poderá ser formada com número de membros inferior ao previsto no art. 510-A desta Con- solidação.

§ 6o Se não houver registro de candidatura, será lavrada ata e convocada nova eleição no prazo de um ano.

**Art. 510-D.** O mandato dos membros da comissão de representantes dos empregados será de um ano.

§ 1o O membro que houver exercido a função de representante dos empregados na comissão não poderá ser candidato nos dois períodos subsequentes.

§ 2o O mandato de membro de comissão de representantes dos empregados não implica sus- pensão ou interrupção do contrato de trabalho,

devendo o empregado permanecer no exercício de suas funções.

§ 3o Desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato, o membro da comissão de representantes dos empregados não poderá sofrer despedida arbitrária, entenden- do-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

§ 4o Os documentos referentes ao processo eleitoral devem ser emitidos em duas vias, as quais permanecerão sob a guarda dos empre- gados e da empresa pelo prazo de cinco anos, à disposição para consulta de qualquer traba- lhador interessado, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho.

**TÍTULO V** – Da Organização Sindical **CAPÍTULO I** – Da Instituição Sindical **SEÇÃO I** – Da Associação em Sindicato

**Art. 511.** É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interes- ses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profis- sões similares ou conexas.

§ 1o A solidariedade de interesses econômi- cos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica.

§ 2o A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas simi- lares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria pro- fissional.

§ 3o Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em conse- quência de condições de vida singulares.

§ 4o Os limites de identidade, similaridade ou conexidade fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural.

**Art. 512.** Somente as associações profissionais constituídas para os fins e na forma do artigo anterior e registradas de acordo com o art. 558 poderão ser reconhecidas como sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta Lei.

**Art. 513.** São prerrogativas dos sindicatos:

* 1. representar, perante as autoridades admi- nistrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;
  2. celebrar contratos coletivos de trabalho;
  3. eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;
  4. colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;
  5. impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profis- sionais ou das profissões liberais representadas. *Parágrafo único*. Os sindicatos de emprega- dos terão, outrossim, a prerrogativa de fundar

e manter agências de colocação.

**Art. 514.** São deveres dos sindicatos:

1. colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
2. manter serviços de assistência judiciária para os associados;
3. promover a conciliação nos dissídios de trabalho;
4. sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu quadro de pessoal, em convênio com entidades assisten- ciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a inte- gração profissional na Classe.

Consolidação das Leis do Trabalho

*Parágrafo único*. Os sindicatos de emprega- dos terão, outrossim, o dever de:

1. promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;
2. fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.

**85**

**SEÇÃO II** – Do Reconhecimento e Investidura Sindical

**Art. 515.** As associações profissionais deverão satisfazer os seguintes requisitos para serem reconhecidas como sindicatos:

* 1. reunião de um terço, no mínimo, de empresas legalmente constituídas, sob a forma individual ou de sociedade, se se tratar de asso- ciação de empregadores; ou de um terço dos que integrem a mesma categoria ou exerçam a mesma profissão liberal se se tratar de asso- ciação de empregados ou de trabalhadores ou agentes autônomos ou de profissão liberal;
  2. duração de três anos para o mandato da diretoria;
  3. exercício do cargo de presidente por brasi- leiro nato, e dos demais cargos de administração e representação por brasileiros.

*Parágrafo único*. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá, excepcional- mente, reconhecer como sindicato a associação cujo número de associados seja inferior ao terço a que se refere a alínea “a”.

**Art. 516.** Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial.

**Art. 517.** Os sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e inte- restaduais. Excepcionalmente, e atendendo às peculiaridades de determinadas categorias ou profissões, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá autorizar o reconhecimento de sindicatos nacionais.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 1o O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio outorgará e delimitará a base terri- torial do sindicato.

§ 2o Dentro da base territorial que lhe for determinada é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profis- sional ou profissão liberal representada.

**Art. 518.** O pedido de reconhecimento será dirigido ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, instruído com exemplar ou cópia

**86** autenticada dos estatutos da associação.

§ 1o Os estatutos deverão conter:

1. a denominação e a sede da associação;
2. a categoria econômica ou profissional ou a profissão liberal cuja representação é reque- rida;
3. a afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao inte- resse nacional;
4. as atribuições, o processo eleitoral e das votações, os casos de perda de mandato e de substituição dos administradores;
5. o modo de constituição e administração do patrimônio social e o destino que lhe será dado no caso de dissolução;
6. as condições em que se dissolverá a asso- ciação.

§ 2o O processo de reconhecimento será regulado em instruções baixadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

**Art. 519.** A investidura sindical será conferida sempre à associação profissional mais represen- tativa, a juízo do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, constituindo elementos para essa apreciação, entre outros:

1. o número de associados;
2. os serviços sociais fundados e mantidos;
3. o valor do patrimônio.

**Art. 520.** Reconhecida como sindicato a asso- ciação profissional, ser-lhe-á expedida carta de reconhecimento, assinada pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na qual será especificada a representação econômica ou profissional conferida e mencionada a base territorial outorgada.

*Parágrafo único*. O reconhecimento investe a associação nas prerrogativas do art. 513 e a obriga aos deveres do art. 514, cujo inadimple- mento a sujeitará às sanções desta Lei.

**Art. 521.** São condições para o funcionamento do Sindicato:

1. proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato;
2. proibição de exercício de cargo eletivo cumulativamente com o de emprego remune- rado pelo sindicato ou por entidade sindical de grau superior;
3. gratuidade do exercício dos cargos ele- tivos;
4. proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511, inclusive as de caráter político-

-partidário;

1. proibição de cessão gratuita ou remune- rada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária.

*Parágrafo único*. Quando, para o exercício de mandato, tiver o associado de sindicato de empregados, de trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais de se afastar do seu trabalho, poderá ser-lhe arbitrada pela assem- bleia geral uma gratificação nunca excedente da importância de sua remuneração na profissão respectiva.

**SEÇÃO III** – Da Administração do Sindicato

**Art. 522.** A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três mem- bros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral.

§ 1o A diretoria elegerá, dentre os seus mem- bros, o presidente do sindicato.

§ 2o A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato.

§ 3o Constituirá atribuição exclusiva da Diretoria do Sindicato e dos delegados sindi- cais a que se refere o art. 523, a representação e a defesa dos interesses da entidade perante os poderes públicos e as empresas, salvo manda- tário com poderes outorgados por procuração da diretoria ou associado investido em repre- sentação prevista em lei.

**Art. 523.** Os delegados sindicais destinados à direção das delegacias ou seções instituídas na forma estabelecida no § 2o do art. 517 serão designados pela diretoria dentre os associa- dos radicados no território da correspondente delegacia.

**Art. 524.** Serão sempre tomadas por escrutínio secreto na forma estatutária as deliberações da assembleia geral concernentes aos seguintes assuntos:

1. eleição de associado para representação da respectiva categoria, prevista em lei;
2. tomada e aprovação de contas da dire- toria;
3. aplicação do patrimônio;
4. julgamento dos atos da diretoria, relativos a penalidades impostas a associados;
5. pronunciamento sobre relações ou dissí- dio de trabalho. Neste caso, as deliberações da assembleia geral só serão consideradas válidas quando ela tiver sido especialmente convocada para esse fim, de acordo com as disposições dos estatutos da entidade sindical. O *quorum* para validade da assembleia será de metade mais um dos associados quites; não obtido esse *quorum* em primeira convocação, reunir-se-á a assem- bleia em segunda convocação com os presentes, considerando-se aprovadas as deliberações que obtiverem 2/3 (dois terços) dos votos.

§ 1o A eleição para cargos de diretoria e Con- selho Fiscal será realizada por escrutínio secreto, durante seis horas contínuas, pelo menos, na sede do sindicato, na de suas delegacias e seções e nos principais locais de trabalho, onde fun- cionarão as mesas coletoras designadas pelos Delegados Regionais do Trabalho.

§ 2o Concomitantemente ao término do prazo estipulado para a votação, instalar-se-á, em assembleia eleitoral pública e permanente, na sede do sindicato, a mesa apuradora para a qual serão enviadas, imediatamente, pelos presi- dentes das mesas coletoras, as urnas receptoras e as atas respectivas. Será facultada a designação de mesa apuradora supletiva sempre que as peculiaridades ou conveniências do pleito a exigirem.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 3o A mesa apuradora será presidida por membro do Ministério Público do Trabalho, ou pessoa de notória idoneidade, designado pelo procurador-geral da Justiça do Trabalho ou procuradores regionais.

§ 4o O pleito só será válido na hipótese de participarem da votação mais de 2/3 (dois ter- ços) dos associados com capacidade para votar.

Não obtido esse coeficiente, será realizada nova

eleição dentro de 15 (quinze) dias, a qual terá **87**

validade se nela tomarem parte mais de 50% (cinquenta por cento) dos referidos associa- dos. Na hipótese de não ter sido alcançado, na segunda votação, o coeficiente exigido, será realizado o terceiro e último pleito, cuja validade dependerá do voto de mais de 40% (quarenta por cento) dos aludidos associados, procla- mando o presidente da Mesa apuradora em qualquer dessas hipóteses os eleitos, os quais serão empossados automaticamente na data do término do mandato expirante, não tendo efeito suspensivo os protestos ou recursos oferecidos na conformidade da lei.

§ 5o Não sendo atingido o coeficiente legal para a eleição, o Ministério do Trabalho, Indús- tria e Comércio declarará a vacância da admi- nistração, a partir do término do mandato dos membros em exercício, e designará adminis- trador para o Sindicato, realizando-se novas eleições dentro de seis meses.

**Art. 525.** É vedada a pessoas físicas ou jurídi- cas, estranhas ao sindicato, qualquer interferên- cia na sua administração ou nos seus serviços. *Parágrafo único*. Estão excluídos dessa proi-

bição:

* 1. os delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, especialmente designados pelo ministro ou por quem o represente;
  2. os que como empregados exerçam cargos no sindicato mediante autorização da assem- bleia geral.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 526.** Os empregados do sindicato serão nomeados pela diretoria respectiva *ad referendum* da assembleia geral, não podendo recair tal nomeação nos que estiverem nas con- dições previstas nos itens II, IV, V, VI, VII e VIII do art. 530 e, na hipótese de o nomeado haver sido dirigente sindical, também nas do item I do mesmo artigo.

*Parágrafo único*. (Revogado)

§ 2o Aplicam-se ao empregado de entidade sindical os preceitos das leis de proteção do trabalho e de previdência social, inclusive o direito de associação em sindicato.

**Art. 527.** Na sede de cada sindicato haverá um livro de registro, autenticado pelo funcionário

**88**

competente do Ministério do Trabalho, Indús- tria e Comércio, e do qual deverão constar:

1. tratando-se de sindicato de empregado- res, a firma, individual ou coletiva, ou a deno- minação das empresas e sua sede, o nome, idade, estado civil, nacionalidade e residência dos respectivos sócios ou, em se tratando de sociedade por ações, dos diretores, bem como a indicação desses dados quanto ao sócio ou diretor que representar a empresa no sindicato;
2. tratando-se de sindicato de empregados ou de agentes ou trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais, além do nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão ou função e residência de cada associado, o estabeleci- mento ou lugar onde exerce a sua profissão ou função, o número e a série da respectiva Carteira de Trabalho e Previdência Social e o número da inscrição na instituição de previdência a que pertencer.

**Art. 528.** Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir, por intermédio de Delegado ou de Junta Interventora, com atri- buições para administrá-la e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento.

**SEÇÃO IV** – Das Eleições Sindicais

**Art. 529.** São condições para o exercício do direito do voto como para a investidura em cargo de administração ou representação eco- nômica ou profissional:

1. ter o associado mais de seis meses de inscrição no quadro social e mais de dois anos de exercício da atividade ou da profissão;
2. ser maior de 18 (dezoito) anos;
3. estar no gozo dos direitos sindicais.

*Parágrafo único*. É obrigatório aos associa- dos o voto nas eleições sindicais.

**Art. 530.** Não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, nem permanecer no exercício desses cargos:

* 1. – os que não tiverem definitivamente apro- vadas as suas contas de exercício em cargos de administração;
  2. – os que houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;
  3. – os que não estiverem, desde 2 (dois) anos antes, pelo menos, no exercício efetivo da atividade ou da profissão dentro da base territorial do sindicato, ou no desempenho de representação econômica ou profissional;
  4. – os que tiverem sido condenados por crime doloso enquanto persistirem os efeitos da pena;
  5. – os que não estiverem no gozo de seus direitos políticos;
  6. – (Revogado);
  7. – má conduta, devidamente comprovada;
  8. – (Revogado).

*Parágrafo único*. (Revogado)

**Art. 531.** Nas eleições para cargos de diretoria e do conselho fiscal serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria absoluta de votos em relação ao total dos associados eleitores.

§ 1o Não concorrendo à primeira convo- cação maioria absoluta de eleitores, ou não obtendo nenhum dos candidatos essa maio- ria, proceder-se-á à nova convocação para dia posterior, sendo então considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria dos eleitores presentes.

§ 2o Havendo somente uma chapa regis- trada para as eleições, poderá a assembleia em última convocação ser realizada duas horas após a primeira convocação desde que do edital respectivo conste essa advertência.

§ 3o Concorrendo mais de uma chapa, poderá o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio designar o presidente da sessão eleitoral, desde que o requeiram os associados que encabeçarem as respectivas chapas.

§ 4o O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá instruções regulando o processo das eleições.

**Art. 532.** As eleições para a renovação da dire- toria e do conselho fiscal deverão ser procedidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias

e mínimo de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato dos dirigentes em exercício.

§ 1o Não havendo protesto na ata da assem- bleia eleitoral ou recurso interposto por algum dos candidatos, dentro de 15 (quinze) dias a contar da data das eleições, a posse da direto- ria eleita independerá da aprovação das elei- ções pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2o Competirá à diretoria em exercí- cio, dentro de 30 (trinta) dias da realização das eleições e não tendo havido recurso, dar publicidade ao resultado do pleito, fazendo comunicação ao órgão local do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio da relação dos eleitos, com os dados pessoais de cada um e a designação da função que vai exercer.

§ 3o Havendo protesto na ata da assembleia eleitoral ou recurso interposto dentro de 15 dias da realização das eleições, competirá à diretoria em exercício encaminhar, devidamente instruído, o processo eleitoral ao órgão local do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que o encaminhará para decisão do Ministro de Estado. Nesta hipótese, permanecerão na administração até despacho final do processo a diretoria e o conselho fiscal que se encontrarem em exercício.

§ 4o Não se verificando as hipóteses previstas no parágrafo anterior, a posse da nova diretoria deverá se verificar dentro de 30 (trinta) dias sub- sequentes ao término do mandato da anterior.

§ 5o Ao assumir o cargo, o eleito prestará, por escrito e solenemente, o compromisso de respeitar, no exercício do mandato, a Constitui- ção, as leis vigentes e os estatutos da entidade.

**SEÇÃO V** – Das Associações Sindicais de Grau Superior

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 533.** Constituem associações sindicais de grau superior as federações e confederações organizadas nos termos desta Lei.

**Art. 534.** É facultado aos sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou

conexas, organizarem-se em federação. **89**

§ 1o Se já existir federação no grupo de ativi- dades ou profissões em que deva ser constituída a nova entidade, a criação desta não poderá reduzir a menos de 5 (cinco) o número de sin- dicatos que àquela devam continuar filiados.

§ 2o As federações serão constituídas por Estados, podendo o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio autorizar a constituição de federações interestaduais ou nacionais.

§ 3o É permitido a qualquer federação, para o fim de lhes coordenar os interesses, agrupar os sindicatos de determinado município ou região a ela filiados; mas a união não terá direito de representação das atividades ou profissões agrupadas.

**Art. 535.** As confederações organizar-se-ão com o mínimo de três federações e terão sede na Capital da República.

§ 1o As confederações formadas por fede- rações de sindicatos de empregadores denomi- nar-se-ão: Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Confe- deração Nacional de Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional de Transportes Terrestres, Confederação Nacional de Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional das Empresas de Crédito e Confede- ração Nacional de Educação e Cultura.

§ 2o As confederações formadas por federa- ções de sindicatos de empregados terão a deno- minação de: Confederação Nacional dos Traba- lhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Tra- balhadores em Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito e Confederação Nacio- nal dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 3o Denominar-se-á Confederação Nacio-

nal das Profissões Liberais a reunião das res- pectivas federações.

§ 4o As associações sindicais de grau supe- rior da Agricultura e Pecuária serão organi- zadas na conformidade do que dispuser a lei

**90**

que regular a sindicalização dessas atividades ou profissões.

**Art. 536.** (Revogado)

**Art. 537.** O pedido de reconhecimento de uma federação será dirigido ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, acompanhado de um exemplar dos respectivos estatutos e das cópias autenticadas das atas da assembleia de cada sindicato ou federação que autorizar a filiação.

§ 1o A organização das federações e confe- derações obedecerá às exigências contidas nas alíneas “b” e “c” do art. 515.

§ 2o A carta de reconhecimento das federa- ções será expedida pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na qual será especificada a coordenação econômica ou profissional confe- rida e mencionada a base territorial outorgada.

§ 3o O reconhecimento das confederações será feito por decreto do Presidente da Repú- blica.

**Art. 538.** A administração das federações e confederações será exercida pelos seguintes órgãos:

1. Diretoria;
2. Conselho de Representantes;
3. Conselho Fiscal.

§ 1o A diretoria será constituída no mínimo de 3 (três) membros e de 3 (três) membros se comporá o Conselho Fiscal os quais serão eleitos pelo Conselho de Representantes com mandato por 3 (três) anos.

§ 2o Só poderão ser eleitos os integrantes dos grupos das federações ou dos planos das confederações, respectivamente.

§ 3o O Presidente da federação ou confede- ração será escolhido dentre os seus membros, pela Diretoria.

§ 4o O Conselho de Representantes será for- mado pelas delegações dos sindicatos ou das federações filiadas, constituída cada delegação de 2 (dois) membros com mandato por 3 (três) anos, cabendo um voto a cada delegação.

§ 5o A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira.

**Art. 539.** Para a constituição e administração das federações serão observadas, no que for

aplicável, as disposições das Seções II e III do presente Capítulo.

**SEÇÃO VI** – Dos Direitos dos Exercentes de Atividades ou Profissões e dos Sindicalizados

**Art. 540.** A toda empresa ou indivíduo que exerçam respectivamente atividade ou profissão, desde que satisfaçam as exigências desta Lei, assiste o direito de ser admitido no sindicato da respectiva categoria, salvo o caso de falta de idoneidade, devidamente comprovada, com recurso para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1o Perderá os direitos de associado o sin- dicalizado que, por qualquer motivo, deixar o exercício de atividade ou de profissão.

§ 2o Os associados de sindicatos de empre- gados, de agentes ou trabalhadores autônomos e de profissões liberais que forem aposentados, estiverem em desemprego ou falta de trabalho ou tiverem sido convocados para prestação de serviço militar não perderão os respectivos direitos sindicais e ficarão isentos de qualquer contribuição, não podendo, entretanto, exercer cargo de administração sindical ou de represen- tação econômica ou profissional.

**Art. 541.** Os que exercerem determinada ati- vidade ou profissão onde não haja sindicato da respectiva categoria, ou de atividade ou profissão similar ou conexa, poderão filiar-se a sindicato de profissão idêntica, similar ou conexa existente na localidade mais próxima. *Parágrafo único*. O disposto neste artigo se aplica aos sindicatos em relação às respectivas federações, na conformidade do Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577.

**Art. 542.** De todo o ato lesivo de direitos ou contrário a esta Lei, emanado da Diretoria, do Conselho ou da Assembleia Geral da entidade sindical, poderá qualquer exercente de atividade ou profissão recorrer, dentro de 30 (trinta) dias, para a autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

**Art. 543.** O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação

profissional, inclusive junto a órgão de delibera- ção coletiva, não poderá ser impedido do exercí- cio de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais.

§ 1o O empregado perderá o mandato se a transferência for por ele solicitada ou volunta- riamente aceita.

§ 2o Considera-se de licença não remune- rada, salvo assentimento da empresa ou cláu- sula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções a que se refere este artigo.

§ 3o Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de dire- ção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Con- solidação.

§ 4o Considera-se cargo de direção ou de representação sindical aquele cujo exercício ou indicação decorre de eleição prevista em lei.

§ 5o Para os fins deste artigo, a entidade sin- dical comunicará por escrito à empresa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo, outrossim, a este, comprovante no mesmo sen- tido. O Ministério do Trabalho e Previdência Social fará no mesmo prazo a comunicação no caso da designação referida no final do § 4o.

§ 6o A empresa que, por qualquer modo, procurar impedir que o empregado se associe a sindicato, organize associação profissional ou sindical ou exerça os direitos inerentes à con- dição de sindicalizado fica sujeita à penalidade prevista na letra “a” do art. 553, sem prejuízo da reparação a que tiver direito o empregado.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 544.** É livre a associação profissional ou sindical, mas ao empregado sindicalizado é asse- gurada, em igualdade de condições, preferência: I – para a admissão nos trabalhos de empresa que explore serviços públicos ou mantenha

contrato com os poderes públicos;

II – para ingresso em funções públicas ou assemelhadas, em caso de cessação coletiva de **91**

trabalho, por motivo de fechamento de esta- belecimento;

1. – nas concorrências para aquisição de casa própria, pelo Plano Nacional de Habitação ou por intermédio de quaisquer instituições públicas;
2. – nos loteamentos urbanos ou rurais, promovidos pela União, por seus órgãos de administração direta ou indireta ou sociedades de economia mista;
3. – na locação ou compra de imóveis, de propriedade de pessoa de direito público ou sociedade de economia mista, quando sob ação de despejo em tramitação judicial;
4. – na concessão de empréstimos sim- ples concedidos pelas agências financeiras do Governo ou a ele vinculadas;
5. – na aquisição de automóveis, outros veículos e instrumentos relativos ao exercício da profissão, quando financiados pelas autar- quias, sociedades de economia mista ou agên- cias financeiras do Governo;
6. – (Revogado);
7. – na concessão de bolsas de estudos para si ou para seus filhos, obedecida a legislação que regule a matéria.

**Art. 545.** Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindi- cato, quando por este notificados.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

*Parágrafo único*. O recolhimento à entidade sindical beneficiária do importe descontado deverá ser feito até o 10o (décimo) dia subse- quente ao do desconto, sob pena de juros de mora no valor de 10% (dez por cento) sobre o montante retido, sem prejuízo da multa prevista no art. 553 e das cominações penais relativas à apropriação indébita.

**Art. 546.** Às empresas sindicalizadas é assegu- rada preferência, em igualdade de condições, nas concorrências para exploração de serviços públicos, bem como nas concorrências para fornecimento às repartições federais, estaduais e municipais e às entidades paraestatais.

**Art. 547.** É exigida a qualidade de sindica-

**92** lizado para o exercício de qualquer função

representativa de categoria econômica ou profis- sional, em órgão oficial de deliberação coletiva, bem como para o gozo de favores ou isenções tributárias, salvo em se tratando de atividades não econômicas.

*Parágrafo único*. Antes da posse ou exercício das funções a que alude o artigo anterior ou de concessão dos favores será indispensável comprovar a sindicalização, ou oferecer prova, mediante certidão negativa no Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou da autoridade regional do Ministério do Tra- balho, Indústria e Comércio, nos Estados e no Território do Acre, de que não existe sindicato no local onde o interessado exerce a respectiva atividade ou profissão.

**SEÇÃO VII** – Da Gestão Financeira do Sindicato e Sua Fiscalização

**Art. 548.** Constituem o patrimônio das asso- ciações sindicais:

1. as contribuições devidas aos sindicatos pelos que participem das categorias econômi- cas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, sob a denominação de imposto sindical, pagas e arre- cadadas na forma do Capítulo III deste Título;
2. as contribuições dos associados, na forma estabelecida nos estatutos ou pelas assembleias gerais;
3. os bens e valores adquiridos e as rendas produzidas pelos mesmos;
4. as doações e legados;
5. as multas e outras rendas eventuais.

**Art. 549.** A receita dos sindicatos, federações e confederações só poderá ter aplicação na forma prevista nos respectivos orçamentos anuais, obedecidas as disposições estabelecidas na lei e nos seus estatutos.

§ 1o Para alienação, locação ou aquisição de bens imóveis, ficam as entidades sindicais obrigadas a realizar avaliação prévia pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco Nacional da Habitação ou, ainda, por qualquer outra organização legalmente habilitada a tal fim.

§ 2o Os bens imóveis das entidades sindicais não serão alienados sem a prévia autorização

das respectivas assembleias gerais, reunidas com a presença da maioria absoluta dos asso- ciados com direito a voto ou dos Conselhos de Representantes com a maioria absoluta dos seus membros.

§ 3o Caso não seja obtido o *quorum* estabe- lecido no parágrafo anterior, a matéria poderá ser decidida em nova assembleia geral, reunida com qualquer número de associados com direito a voto, após o transcurso de 10 (dez) dias da primeira convocação.

§ 4o Nas hipóteses previstas nos §§ 2o e 3o a decisão somente terá validade se adotada pelo mínimo de 2/3 (dois terços) dos presentes, em escrutínio secreto.

§ 5o Da deliberação da assembleia geral, concernente à alienação de bens imóveis, caberá recurso voluntário, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, ao Ministro do Trabalho, com efeito suspensivo.

§ 6o A venda do imóvel será efetuada pela diretoria da entidade, após a decisão da Assem- bleia Geral ou do Conselho de Representan- tes, mediante concorrência pública, com edi- tal publicado no *Diário Oficial da União* e na imprensa diária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de sua realização.

§ 7o Os recursos destinados ao pagamento total ou parcelado dos bens imóveis adquiridos serão consignados, obrigatoriamente, nos orça- mentos anuais das entidades sindicais.

**Art. 550.** Os orçamentos das entidades sin- dicais serão aprovados, em escrutínio secreto, pelas respectivas Assembleias Gerais ou Con- selho de Representantes, até 30 (trinta) dias antes do início do exercício financeiro a que se referem, e conterão a discriminação da receita e da despesa, na forma das instruções e modelos expedidos pelo Ministério do Trabalho.

§ 1o Os orçamentos, após a aprovação pre- vista no presente artigo, serão publicados, em resumo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Represen- tantes, que os aprovou, observada a seguinte sistemática:

* 1. no *Diário Oficial da União* – Seção I – Parte II, os orçamentos das confederações,

federações e sindicatos de base interestadual ou nacional;

* 1. no órgão de imprensa oficial do Estado ou Território ou jornal de grande circulação local, os orçamentos das federações estaduais e sindicatos distritais, municipais, intermuni- cipais e estaduais.

§ 2o As dotações orçamentárias que se apre- sentarem insuficientes para o atendimento das despesas, ou não incluídas nos orçamentos correntes, poderão ser ajustadas ao fluxo dos gastos, mediante a abertura de créditos adicio- nais solicitados pela Diretoria da entidade às respectivas Assembleias Gerais ou Conselhos de Representantes, cujos atos concessórios serão publicados até o último dia do exercício cor- respondente, obedecida a mesma sistemática prevista no parágrafo anterior.

§ 3o Os créditos adicionais classificam-se em:

1. suplementares, os destinados a reforçar dotações alocadas no orçamento; e
2. especiais, os destinados a incluir dotações no orçamento, a fim de fazer face às despesas para as quais não se tenha consignado crédito específico.

§ 4o A abertura dos créditos adicionais depende da existência de receita para sua com- pensação, considerando-se, para esse efeito, desde que não comprometidos:

1. o *superavit* financeiro apurado em balanço do exercício anterior;
2. o excesso de arrecadação, assim enten- dido o saldo positivo da diferença entre a renda prevista e a realizada, tendo-se em conta, ainda, a tendência do exercício; e
3. a resultante da anulação parcial ou total de dotações alocadas no orçamento ou de créditos adicionais abertos no exercício.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 5o Para efeito orçamentário e contábil sin- dical, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, a ele pertencendo todas as receitas arrecadadas e as despesas compromissadas.

**Art. 551.** Todas as operações de ordem finan- ceira e patrimonial serão evidenciadas pelos registros contábeis das entidades sindicais, exe- cutados sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado, em conformidade com

**93**

o plano de contas e as instruções baixadas pelo Ministério do Trabalho.

§ 1o A escrituração contábil a que se refere este artigo será baseada em documentos de receita e despesa, que ficarão arquivados nos serviços de contabilidade, à disposição dos órgãos responsáveis pelo acompanhamento administrativo e da fiscalização financeira da própria entidade, ou do controle que poderá ser exercido pelos órgãos da União, em face da legislação específica.

§ 2o Os documentos comprobatórios dos atos de receita e despesa, a que se refere o pará- grafo anterior, poderão ser incinerados, após decorridos 5 (cinco) anos da data de quitação das contas pelo órgão competente.

§ 3o É obrigatório o uso do livro Diário, encadernado, como folhas seguida e tipogra- ficamente numeradas, para a escrituração, pelo método das partidas dobradas, diretamente ou por reprodução, dos atos ou operações que modifiquem ou venham a modificar a situação patrimonial da entidade, o qual conterá, respec- tivamente, na primeira e na última páginas, os termos de abertura e de encerramento.

§ 4o A entidade sindical que se utilizar de sistema mecânico ou eletrônico para sua escri- turação contábil, poderá substituir o Diário e os livros facultativos ou auxiliares por fichas ou formulários contínuos, cujos lançamentos deverão satisfazer a todos os requisitos e normas de escrituração exigidos com relação aos livros mercantis, inclusive no que respeita a termos de abertura e de encerramento e numeração sequencial e tipográfica.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 5o Na escrituração por processos de fichas ou formulários contínuos, a entidade adotará livro próprio para inscrição do balanço patri- monial e da demonstração do resultado do exercício, o qual conterá os mesmos requisitos exigidos para os livros de escrituração.

§ 6o Os livros e fichas ou formulários con- tínuos serão obrigatoriamente submetidos a registro e autenticação das Delegacias Regionais do Trabalho localizadas na base territorial da entidade.

§ 7o As entidades sindicais manterão registro específico dos bens de qualquer natureza, de sua propriedade, em livros ou fichas próprias,

**94** que atenderão às mesmas formalidades exigidas

para o livro Diário, inclusive no que se refere ao registro e autenticação da Delegacia Regional do Trabalho local.

§ 8o As contas dos administradores das enti- dades sindicais serão aprovadas, em escrutínio secreto, pelas respectivas Assembleias Gerais ou Conselhos de Representantes, com prévio pare- cer do Conselho Fiscal, cabendo ao Ministro do Trabalho estabelecer prazos e procedimentos para a sua elaboração e destinação.

**Art. 552.** Os atos que importem em malversa- ção ou dilapidação do patrimônio das associa- ções ou entidades sindicais ficam equiparados ao crime de peculato julgado e punido na con- formidade da legislação penal.

**SEÇÃO VIII** – Das Penalidades

**Art. 553.** As infrações ao disposto neste Capí- tulo serão punidas, segundo o seu caráter e a sua gravidade, com as seguintes penalidades:

1. multa de Cr$ 100 (cem cruzeiros) e 5.000 (cinco mil cruzeiros), dobrada na reincidência;
2. suspensão de diretores por prazo não superior a trinta dias;
3. destituição de diretores ou de membros de conselho;
4. fechamento de sindicato, federação ou confederação por prazo nunca superior a seis meses;
5. cassação da carta de reconhecimento;
6. multa de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo regional, aplicável ao associado que deixar de cumprir, sem causa justificada, o dis- posto no parágrafo único do art. 529.

§ 1o A imposição de penalidades aos admi- nistradores não exclui a aplicação das que este artigo prevê para a associação.

§ 2o Poderá o Ministro do Trabalho e Pre- vidência Social determinar o afastamento pre- ventivo de cargo ou representação sindicais de seus exercentes, com fundamento em elementos constantes de denúncia formalizada que cons- tituam indício veemente ou início de prova bastante do fato e da autoria denunciados.

**Art. 554.** Destituída a administração na hipó- tese da alínea “c” do artigo anterior, o ministro

do Trabalho, Indústria e Comércio nomeará um delegado para dirigir a associação e proce- der, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, em assembleia geral por ele convocada e presidida, à eleição dos novos diretores e membros do Conselho Fiscal.

**Art. 555.** A pena de cassação da carta de reco- nhecimento será imposta à entidade sindical:

* 1. que deixar de satisfazer as condições de constituição e funcionamento estabelecidas nesta Lei;
  2. que se recusar ao cumprimento de ato do Presidente da República, no uso da faculdade conferida pelo art. 536;
  3. que criar obstáculos à execução da política econômica adotada pelo Governo.

**Art. 556.** A cassação da carta de reconheci- mento da entidade sindical não importará no cancelamento de seu registro, nem, consequen- temente, a sua dissolução, que se processará de acordo com as disposições da lei que regulam a dissolução das associações civis.

*Parágrafo único*. No caso de dissolução, por se achar a associação incursa nas leis que definem crimes contra a personalidade inter- nacional, a estrutura e a segurança do Estado e a ordem política e social, os seus bens, pagas as dívidas decorrentes das suas responsabilidades, serão incorporados ao patrimônio da União e aplicados em obras de assistência social.

**Art. 557.** As penalidades de que trata o art. 553 serão impostas:

1. as das alíneas “a” e “b”, pelo Delegado Regional do Trabalho, com recurso para o ministro de Estado;
2. as demais, pelo ministro de Estado.

§ 1o Quando se tratar de associações de grau superior, as penalidades serão impostas pelo ministro de Estado, salvo se a pena for de cassação da carta de reconhecimento de confe- deração, caso em que a pena será imposta pelo Presidente da República.

§ 2o Nenhuma pena será imposta sem que seja assegurada defesa ao acusado.

**SEÇÃO IX** – Disposições Gerais

**Art. 558.** São obrigadas ao registro todas as associações profissionais constituídas por ati- vidades ou profissões idênticas, similares ou conexas, de acordo com o art. 511 e na con- formidade do Quadro de Atividades e Profis- sões a que alude o Capítulo II deste Título. As associações profissionais registradas nos termos deste artigo poderão representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses individuais dos associados relativos à sua atividade ou profissão, sendo-lhes também extensivas as prerrogativas contidas na alínea “d” e no parágrafo único do art. 513.

§ 1o O registro a que se refere o presente artigo competirá às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou às repartições autorizadas em virtude da lei.

§ 2o O registro das associações far-se-á mediante requerimento, acompanhado da cópia autêntica dos estatutos e da declaração do número de associados, do patrimônio e dos serviços sociais organizados.

§ 3o As alterações dos estatutos das associa- ções profissionais não entrarão em vigor sem aprovação da autoridade que houver concedido o respectivo registro.

**Art. 559.** O Presidente da República, excep- cionalmente e mediante proposta do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, fundada em razões de utilidade pública, poderá conceder, por decreto, às associações civis constituídas para a defesa e coordenação de interesses econô- micos e profissionais e não obrigadas ao registro previsto no artigo anterior, a prerrogativa da alínea “d” do art. 513 deste Capítulo.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 560.** Não se reputará transmissão de bens, para efeitos fiscais, a incorporação do patri- mônio de uma associação profissional ao da entidade sindical, ou das entidades aludidas entre si.

**Art. 561.** A denominação “sindicato” é priva- tiva das associações profissionais de primeiro grau, reconhecidas na forma desta Lei.

**95**

**Art. 562.** As expressões “federação” e “confe- deração”, seguidas da designação de uma ati- vidade econômica ou profissional, constituem denominações privativas das entidades sindicais de grau superior.

**Art. 563.** (Revogado)

**Art. 564.** Às entidades sindicais, sendo-lhes peculiar e essencial a atribuição representativa e coordenadora das correspondentes categorias ou profissões, é vedado, direta ou indiretamente, o exercício de atividade econômica.

**Art. 565.** As entidades sindicais reconheci- das nos termos desta Lei não poderão filiar-se a organizações internacionais, nem com elas manter relações, sem prévia licença concedida por decreto do Presidente da República.

**Art. 566.** Não podem sindicalizar-se os ser- vidores do Estado e os das instituições paraes- tatais.

*Parágrafo único*. Excluem-se da proibição constante deste artigo os empregados das socie- dades de economia mista, da Caixa Econômica Federal e das fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público da União, dos Estados e Municípios.

**Arts. 567 a 569.** (Revogados)

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**CAPÍTULO II** – Do Enquadramento Sindical

**Art. 570.** Os sindicatos constituir-se-ão, normalmente, por categorias econômicas ou profissionais, específicas, na conformidade da discriminação do Quadro de Atividades e Pro- fissões a que se refere o art. 577 ou segundo as subdivisões que, sob proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, de que trata o art. 576, forem criadas pelo ministro do Trabalho, Indús- tria e Comércio.

*Parágrafo único*. Quando os exercentes de quaisquer atividades ou profissões se consti- tuírem, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões,

**96** seja pelas afinidades existentes entre elas, em

condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, é-lhes permitido sindicalizar-se pelo critério de categorias similares ou conexas, entendendo-se como tais as que se acham com- preendidas nos limites de cada grupo constante do Quadro de Atividades e Profissões.

**Art. 571.** Qualquer das atividades ou pro- fissões concentradas na forma do parágrafo único do artigo anterior poderá dissociar-se do sindicato principal, formando um sindicato específico, desde que o novo sindicato, a juízo da Comissão do Enquadramento Sindical, ofereça possibilidade de vida associativa regular e de ação sindical eficiente.

**Art. 572.** Os sindicatos que se constituírem por categorias similares ou conexas, nos ter- mos do parágrafo único do art. 570, adotarão denominação em que fiquem, tanto como pos- sível, explicitamente mencionadas as atividades ou profissões concentradas, de conformidade com o Quadro de Atividades e Profissões, ou se se tratar de subdivisões, de acordo com o que determinar a Comissão do Enquadramento Sindical.

*Parágrafo único*. Ocorrendo a hipótese do artigo anterior, o sindicato principal terá a denominação alterada, eliminando-se-lhe a designação relativa à atividade ou profissão dissociada.

**Art. 573.** O agrupamento dos sindicatos em federações obedecerá às mesmas regras que as estabelecidas neste Capítulo para o agrupa- mento das atividades e profissões em sindicatos. *Parágrafo único*. As federações de sindicatos de profissões liberais poderão ser organizadas independentemente do grupo básico da Con- federação, sempre que as respectivas profissões se acharem submetidas, por disposições de lei,

a um único regulamento.

§ 2o (Revogado)

**Art. 574.** Dentro da mesma base territorial, as empresas industriais do tipo artesanal poderão constituir entidades sindicais, de primeiro e segundo graus, distintas das associações sindi- cais das empresas congêneres, de tipo diferente.

*Parágrafo único*. Compete à Comissão do Enquadramento Sindical definir, de modo gené- rico, com a aprovação do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a dimensão e os demais característicos das empresas industriais de tipo artesanal.

**Art. 575.** O Quadro de Atividades e Profissões será revisto de dois em dois anos, por proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, para o fim de ajustá-lo às condições da estrutura econômica e profissional do país.

§ 1o Antes de proceder à revisão do Quadro, a Comissão deverá solicitar sugestões às enti- dades sindicais e às associações profissionais.

§ 2o A proposta de revisão será submetida à aprovação do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

**Art. 576.** A Comissão do Enquadramento Sindical será constituída pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, que a presidirá, e pelos seguintes membros:

1. – 2 (dois) representantes do Departamento Nacional do Trabalho;
2. – 1 (um) representante do Departamento Nacional de Mão de Obra;
3. – 1 (um) representante do Instituto Nacio- nal de Tecnologia, do Ministério da Indústria e do Comércio;
4. – 1 (um) representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Ministério da Agricultura;
5. – 1 (um) representante do Ministério dos Transportes;
6. – 2 (dois) representantes das categorias econômicas; e
7. – 2 (dois) representantes das categorias profissionais.

§ 1o Os membros da CES serão designados pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, mediante:

* 1. indicação dos titulares das Pastas, quanto aos representantes dos outros Ministérios;
  2. indicação do respectivo Diretor-Geral, quanto ao do DNMO;
  3. eleição pelas respectivas Confederações, em conjunto, quanto aos representantes das categorias econômicas e profissionais, de acordo

com as instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 2o Cada Membro terá um suplente desig- nado juntamente com o titular.

§ 3o Será de 3 (três) anos o mandato dos representantes das categorias econômica e pro- fissional.

§ 4o Os integrantes da Comissão perceberão a gratificação de presença que for estabelecida por decreto executivo.

§ 5o Em suas faltas ou impedimentos o Dire- tor-Geral do DNT será substituído na presidên- cia pelo Diretor substituto do Departamento ou pelo representante deste na Comissão, nesta ordem.

§ 6o Além das atribuições fixadas no pre- sente Capítulo e concernentes ao enquadra- mento sindical, individual ou coletivo, e à clas- sificação das atividades e profissões, competirá também à CES resolver, com recurso para o Ministro do Trabalho e Previdência Social, todas as dúvidas e controvérsias concernentes à organização sindical.

**Art. 577.** O Quadro de Atividades e Profissões em vigor fixará o plano básico do enquadra- mento sindical.39

**CAPÍTULO III** – Da Contribuição Sindical **SEÇÃO I** – Da Fixação e do Recolhimento da Contribuição Sindical

**Art. 578.** As contribuições devidas aos sindi- catos pelos participantes das categorias econô- micas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma esta- belecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas.

Consolidação das Leis do Trabalho

**Art. 579.** O desconto da contribuição sindi- cal está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma deter- minada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão

39 NE: ver o art. 8o da Constituição Federal. **97**

ou, inexistindo este, na conformidade do dis- posto no art. 591 desta Consolidação.

**Art. 580.** A contribuição sindical será reco- lhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá: I – na importância correspondente à remu- neração de um dia de trabalho, para os empre- gados, qualquer que seja a forma da referida

remuneração;

II – para os agentes ou trabalhadores autô- nomos e para os profissionais liberais, numa importância correspondente a 30% (trinta

por cento) do maior valor de referência fixado pelo Poder Executivo, vigente à época em que é devida a contribuição sindical, arredondada para Cr$ 1,00 (um cruzeiro) a fração porven- tura existente;

III – para os empregadores, numa impor- tância proporcional ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas Juntas Comerciais ou órgãos equivalentes, mediante a aplicação de alíquotas, conforme a seguinte tabela progressiva:

|  |  |
| --- | --- |
| **Classe de Capital** | **Alíquota** |
| 1 – até 150 vezes o maior valor de referência | 0,8% |
| 2 – acima de 150 até 1.500 vezes o maior valor de referência | 0,2% |
| 3 – acima de 1.500 até 150.000 vezes o maior valor de referência | 0,1% |
| 4 – acima de 150.000 até 800.000 vezes o maior valor de referência | 0,02% |

§ 1o A contribuição sindical prevista na tabela constante do item III deste artigo cor- responderá à soma da aplicação das alíquotas sobre a porção do capital distribuído em cada classe, observados os respectivos limites.

§ 2o Para efeito do cálculo de que trata a tabela progressiva inserta no item III deste artigo, considerar-se-á o valor de referência fixado pelo Poder Executivo, vigente à data de competência da contribuição, arredondando-se para Cr$ 1,00 (um cruzeiro) a fração porventura existente.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 3o É fixada em 60% (sessenta por cento) do maior valor de referência, a que alude o pará- grafo anterior, a contribuição mínima devida pelos empregadores, independentemente do capital social da firma ou empresa, ficando, do mesmo modo, estabelecido o capital equivalente a 800.000 (oitocentas mil) vezes o maior valor de referência para efeito do cálculo da contri- buição máxima, respeitada a tabela progressiva constante do item III.

§ 4o Os agentes ou trabalhadores autônomos e os profissionais liberais, organizados em firma ou empresa, com capital social registrado, reco- lherão a contribuição sindical de acordo com a tabela progressiva a que se refere o item III.

§ 5o As entidades ou instituições que não

**98** estejam obrigadas ao registro de capital social,

considerarão como capital, para efeito do cál- culo de que trata a tabela progressiva constante do item III deste artigo, o valor resultante da aplicação do percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o movimento econômico regis- trado no exercício imediatamente anterior, do que darão conhecimento à respectiva entidade sindical ou à Delegacia Regional do Trabalho, observados os limites estabelecidos no § 3o deste artigo.

§ 6o Excluem-se da regra do § 5o as entidades ou instituições que comprovarem, através de requerimento dirigido ao Ministério do Tra- balho, que não exercem atividade econômica com fins lucrativos.

**Art. 581.** Para os fins do item III do artigo anterior, as empresas atribuirão parte do respec- tivo capital às suas sucursais, filiais ou agências, desde que localizadas fora da base territorial da entidade sindical representativa da ativi- dade econômica do estabelecimento principal, na proporção das correspondentes operações econômicas, fazendo a devida comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, conforme a localidade da sede da empresa, sucursais, filiais ou agências.

§ 1o Quando a empresa realizar diversas atividades econômicas, sem que nenhuma delas

seja preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria eco- nômica, sendo a contribuição sindical devida à entidade sindical representativa da mesma categoria, procedendo-se, em relação às cor- respondentes sucursais, agências ou filiais, na forma do presente artigo.

§ 2o Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, opera- ção ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente, em regime de conexão funcional.

**Art. 582.** Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano a contribuição sindical dos empregados que autorizaram prévia e expressamente o seu recolhimento aos respectivos sindicatos.

§ 1o Considera-se um dia de trabalho, para efeito de determinação da importância a que alude o item I do art. 580, o equivalente:

1. a uma jornada normal de trabalho, se o pagamento ao empregado for feito por unidade de tempo;
2. a 1/30 (um trinta avos) da quantia perce- bida no mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, empreitada ou comissão.

§ 2o Quando o salário for pago em utilida- des, ou nos casos em que o empregado receba, habitualmente, gorjetas, a contribuição sindi- cal corresponderá a 1/30 (um trinta avos) da importância que tiver servido de base, no mês de janeiro, para a contribuição do empregado à Previdência Social.

**Art. 583.** O recolhimento da contribuição sin- dical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro, observada a exigência de autorização prévia e expressa prevista no art. 579 desta Consolidação.

§ 1o O recolhimento obedecerá ao sistema de guias, de acordo com as instruções expedidas pelo Ministro do Trabalho.

§ 2o O comprovante de depósito da contri- buição sindical será remetido ao respectivo sin- dicato; na falta deste, à correspondente entidade

sindical de grau superior, e, se for o caso, ao Ministério do Trabalho.

**Art. 584.** Servirá de base para o pagamento da contribuição sindical, pelos agentes ou trabalha- dores autônomos e profissionais liberais, a lista de contribuintes organizada pelos respectivos sindicatos e, na falta destes, pelas federações ou confederações coordenadoras da categoria.

**Art. 585.** Os profissionais liberais poderão optar pelo pagamento da contribuição sindical unicamente à entidade sindical representativa da respectiva profissão, desde que a exerça, efetivamente, na firma ou empresa e como tal sejam nelas registrados.

*Parágrafo único*. Na hipótese referida neste artigo, à vista da manifestação do contribuinte e da exibição da prova de quitação da contri- buição, dada por sindicato de profissionais liberais, o empregador deixará de efetuar, no salário do contribuinte, o desconto a que se refere o art. 582.

**Art. 586.** A contribuição sindical será reco- lhida, nos meses fixados no presente Capítulo, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil

S.A. ou aos estabelecimentos bancários nacio- nais integrantes do sistema de arrecadação dos tributos federais, os quais, de acordo com ins- truções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, repassarão à Caixa Econômica Federal as importâncias arrecadadas.

§ 1o Integrarão a rede arrecadadora as Caixas Econômicas Estaduais, nas localidades onde inexistam os estabelecimentos previstos no *caput* deste artigo.

§ 2o Tratando-se de empregador, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais libe- rais o recolhimento será efetuado pelos próprios, diretamente ao estabelecimento arrecadador.

Consolidação das Leis do Trabalho

§ 3o A contribuição sindical devida pelos empregados e trabalhadores avulsos será reco- lhida pelo empregador e pelo sindicato, res- pectivamente.

**Art. 587.** Os empregadores que optarem pelo recolhimento da contribuição sindical deverão fazê-lo no mês de janeiro de cada ano, ou, para

os que venham a se estabelecer após o referido **99**

**100**

mês, na ocasião em que requererem às reparti- ções o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade.

**Art. 588.** A Caixa Econômica Federal manterá conta corrente intitulada “Depósitos da Arreca- dação da Contribuição Sindical”, em nome de cada uma das entidades sindicais beneficiadas, cabendo ao Ministério do Trabalho cientificá-la das ocorrências pertinentes à vida administra- tiva dessas entidades.

§ 1o Os saques na conta corrente referida no *caput* deste artigo far-se-ão mediante ordem bancária ou cheque com as assinaturas conjun- tas do presidente e do tesoureiro da entidade sindical.

§ 2o A Caixa Econômica Federal reme- terá, mensalmente, a cada entidade sindical, um extrato da respectiva conta corrente, e, quando solicitado, aos órgãos do Ministério do Trabalho.

**Art. 589.** Da importância da arrecadação da contribuição sindical serão feitos os seguin- tes créditos pela Caixa Econômica Federal, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho:

I – para os empregadores:

1. 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;
2. 15% (quinze por cento) para a federação;
3. 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

1. 20% (vinte por cento) para a “Conta Espe- cial Emprego e Salário”;

II – para os trabalhadores:

1. 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;
2. 10% (dez por cento) para a central sin- dical;
3. 15% (quinze por cento) para a federação;
4. 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e
5. 10% (dez por cento) para a “Conta Espe- cial Emprego e Salário”;

III – (Revogado);

IV – (Revogado).

§ 1o O sindicato de trabalhadores indicará ao Ministério do Trabalho e Emprego a central sindical a que estiver filiado como beneficiária

da respectiva contribuição sindical, para fins de destinação dos créditos previstos neste artigo.

§ 2o A central sindical a que se refere a alínea “b” do inciso II do *caput* deste artigo deverá atender aos requisitos de representatividade pre- vistos na legislação específica sobre a matéria.

**Art. 590.** Inexistindo confederação, o percen- tual previsto no art. 589 desta Consolidação caberá à federação representativa do grupo.

§ 1o (Revogado)

§ 2o (Revogado)

§ 3o Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior ou central sindical, a contribuição sindical será creditada, integral- mente, à “Conta Especial Emprego e Salário”.

§ 4o Não havendo indicação de central sin- dical, na forma do § 1o do art. 589 desta Conso- lidação, os percentuais que lhe caberiam serão destinados à “Conta Especial Emprego e Salário”.

**Art. 591.** Inexistindo sindicato, os percen- tuais previstos na alínea “c” do inciso I e na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 589 desta Consolidação serão creditados à federação cor- respondente à mesma categoria econômica ou profissional.

*Parágrafo único*. Na hipótese do *caput* deste artigo, os percentuais previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso I e nas alíneas “a” e “c” do inciso II do *caput* do art. 589 desta Consolidação caberão à confederação.

**SEÇÃO II** – Da Aplicação da Contribuição Sindical

**Art. 592.** A contribuição sindical, além das despesas vinculadas à sua arrecadação, recolhi- mento e controle, será aplicada pelos sindica- tos, na conformidade dos respectivos estatutos, visando aos seguintes objetivos:

I – Sindicatos de empregadores e de agentes autônomos:

1. assistência técnica e jurídica;
2. assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;
3. realização de estudos econômicos e finan- ceiros;
4. agências de colocação;
5. cooperativas;
6. bibliotecas;
7. creches;
8. congressos e conferências;
9. medidas de divulgação comercial e indus- trial no País, e no estrangeiro, bem como em outras tendentes a incentivar e aperfeiçoar a produção nacional;
10. feiras e exposições;
11. prevenção de acidentes do trabalho;
12. finalidades desportivas;

II – Sindicatos de empregados:

1. assistência jurídica;
2. assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;
3. assistência à maternidade;
4. agências de colocação;
5. cooperativas;
6. bibliotecas;
7. creches;
8. congressos e conferências;
9. auxílio-funeral;
10. colônias de férias e centros de recreação;
11. prevenção de acidentes do trabalho;
12. finalidades desportivas e sociais;
13. educação e formação profissional;
14. bolsas de estudo;

III – Sindicatos de profissionais liberais:

1. assistência jurídica;
2. assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;
3. assistência à maternidade;
4. bolsas de estudo;
5. cooperativas;
6. bibliotecas;
7. creches;
8. congressos e conferências;
9. auxílio-funeral;
10. colônias de férias e centros de recreação;
11. estudos técnicos e científicos;
12. finalidades desportivas e sociais;
13. educação e formação profissional;
14. prêmios por trabalhos técnicos e cien- tíficos;

IV – Sindicatos de trabalhadores autônomos:

1. assistência técnica e jurídica;
2. assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;
3. assistência à maternidade;
4. bolsas de estudo;
5. cooperativas;
6. bibliotecas;
7. creches;
8. congressos e conferências;
9. auxílio-funeral;
10. colônias de férias e centros de recreação;
11. educação e formação profissional;
12. finalidades desportivas e sociais.

§ 1o A aplicação prevista neste artigo ficará a critério de cada entidade, que, para tal fim, obedecerá, sempre, às peculiaridades do res- pectivo grupo ou categoria, facultado ao Minis- tro do Trabalho permitir a inclusão de novos programas, desde que assegurados os serviços assistenciais fundamentais da entidade.

§ 2o Os sindicatos poderão destacar, em seus orçamentos anuais, até 20% (vinte por cento) dos recursos da contribuição sindical para o custeio das suas atividades administrativas, independentemente de autorização ministerial.

§ 3o O uso da contribuição sindical prevista no § 2o não poderá exceder do valor total das mensalidades sociais consignadas nos orçamen- tos dos sindicatos, salvo autorização expressa do Ministro do Trabalho.

**Art. 593.** As percentagens atribuídas às enti- dades sindicais de grau superior e às centrais sindicais serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos conselhos de representantes ou estatutos.

*Parágrafo único*. Os recursos destinados às centrais sindicais deverão ser utilizados no cus- teio das atividades de representação geral dos trabalhadores decorrentes de suas atribuições legais.

**Art. 594.** (Revogado)40

40 NE: o art. 594 estabelecia que “O ‘Fundo Social Sindical’ será gerido e aplicado pela Comissão do Imposto Sindical em objetivos que atendam aos interesses gerais da organização sindical nacional ou à assistência social aos trabalhadores”. A Lei no 4.589/1964 extinguiu a Comissão do Imposto Sindical.

**101**

Consolidação das Leis do Trabalho

**102**

**SEÇÃO III** – Da Comissão da Contribuição Sindical

**Arts. 595 a 597.** (Revogados)

**SEÇÃO IV** – Das Penalidades

**Art. 598.** Sem prejuízo da ação criminal e das penalidades previstas no art. 553, serão aplicadas multas de Cr$ 10,00 (dez cruzeiros) a Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) pelas infra- ções deste Capítulo impostas no Distrito Federal pela autoridade competente de 1a instância do Departamento Nacional do Trabalho e nos Esta- dos e no Território do Acre pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

*Parágrafo único*. A gradação da multa atenderá à natureza da infração e às condições sociais e econômicas do infrator.

**Art. 599.** Para os profissionais liberais, a pena- lidade consistirá na suspensão do exercício profissional, até a necessária quitação, e será aplicada pelos órgãos públicos ou autárqui- cos disciplinadores das respectivas profissões mediante comunicação das autoridades fisca- lizadoras.

**Art. 600.** O recolhimento da contribuição sindical efetuado fora do prazo referido neste Capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de 10% (dez por cento), nos trinta primeiros dias, com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, ficando, nesse caso, o infrator, isento de outra penalidade.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 1o O montante das cominações previstas neste artigo reverterá sucessivamente:

1. ao sindicato respectivo;
2. à federação respectiva, na ausência de sindicato;
3. à confederação respectiva, inexistindo federação.

§ 2o Na falta de sindicato ou entidade de grau superior, o montante a que alude o pará- grafo precedente reverterá à conta “Emprego e Salário”.

**SEÇÃO V** – Disposições Gerais

**Art. 601.** (Revogado)

**Art. 602.** Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da contribuição sindical e que venham a autorizar prévia e expressamente o recolhimento serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.

*Parágrafo único*. De igual forma se pro- cederá com os empregados que forem admi- tidos depois daquela data e que não tenham trabalhado anteriormente nem apresentado a respectiva quitação.

**Art. 603.** Os empregadores são obrigados a prestar aos encarregados da fiscalização os esclarecimentos necessários ao desempenho de sua missão e a exibir-lhes, quando exigidos, na parte relativa ao pagamento de empregados, os seus livros, folhas de pagamento e outros docu- mentos comprobatórios desses pagamentos, sob pena da multa cabível.

**Art. 604.** (Revogado)

**Art. 605.** As entidades sindicais são obrigadas a promover a publicação de editais concernen- tes ao recolhimento da contribuição sindical, durante 3 (três) dias, nos jornais de maior cir- culação local e até dez dias da data fixada para depósito bancário.

**Art. 606.** Às entidades sindicais cabe, em caso de falta de pagamento da contribuição sindi- cal, promover a respectiva cobrança judicial, mediante ação executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho e Previ- dência Social.

§ 1o O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio baixará as instruções regulando a expedição das certidões a que se refere o pre- sente artigo das quais deverá constar a indi- vidualização do contribuinte, a indicação do débito e a designação da entidade a favor da qual será recolhida a importância da contri- buição sindical, de acordo com o respectivo enquadramento sindical.

§ 2o Para os fins da cobrança judicial da contribuição sindical são extensivos às entida- des sindicais, com exceção do foro especial, os privilégios da Fazenda Pública para a cobrança da dívida ativa.

**Art. 607.** É considerado como documento essencial ao comparecimento às concorrências públicas ou administrativas e para o forneci- mento às repartições paraestatais ou autárquicas a prova da quitação da respectiva contribuição sindical e a de recolhimento da contribuição sin- dical, descontada dos respectivos empregados.

**Art. 608.** As repartições federais, estaduais ou municipais não concederão registro ou licenças para funcionamento ou renovação de ativi- dades aos estabelecimentos de empregadores e aos escritórios ou congêneres dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, nem concederão alvarás de licença ou localização, sem que sejam exibidas as provas de quitação da contribuição sindical, na forma do artigo anterior.

*Parágrafo único*. A não observância do dis- posto neste artigo acarretará, de pleno direito, a nulidade dos atos nele referidos, bem como dos mencionados no art. 607.

**Art. 609.** O recolhimento da contribuição sin- dical e todos os lançamentos e movimentos nas contas respectivas são isentos de selos e taxas federais, estaduais ou municipais.

**Art. 610.** As dúvidas no cumprimento deste Capítulo serão resolvidas pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, que expedirá as instruções que se tornarem neces- sárias à sua execução.

**TÍTULO VI** – Das Convenções Coletivas de Trabalho

**Art. 611.** Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas

representações, às relações individuais de tra- balho.

§ 1o É facultado aos Sindicatos representati- vos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da corres- pondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das empresas acordantes às respec- tivas relações de trabalho.

§ 2o As Federações e, na falta destas, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações.

**Art. 611-A.** A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

* 1. – pacto quanto à jornada de trabalho, obser- vados os limites constitucionais;
  2. – banco de horas anual;
  3. – intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;
  4. – adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei no 13.189, de 19 de novembro de 2015;
  5. – plano de cargos, salários e funções com- patíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança;
  6. – regulamento empresarial;
  7. – representante dos trabalhadores no local de trabalho;
  8. – teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente;
  9. – remuneração por produtividade, incluí- das as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual;
  10. – modalidade de registro de jornada de trabalho;
  11. – troca do dia de feriado;
  12. – enquadramento do grau de insalu- bridade;
  13. – prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;

**103**

Consolidação das Leis do Trabalho

**104**

* 1. – prêmios de incentivo em bens ou ser- viços, eventualmente concedidos em programas de incentivo;
  2. – participação nos lucros ou resultados da empresa.

§ 1o No exame da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho observará o disposto no § 3o do art. 8o desta Consolidação.

§ 2o A inexistência de expressa indicação de contrapartidas recíprocas em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho não ensejará sua nulidade por não caracterizar um vício do negócio jurídico.

§ 3o Se for pactuada cláusula que reduza o salário ou a jornada, a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do ins- trumento coletivo.

§ 4o Na hipótese de procedência de ação anulatória de cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, quando hou- ver a cláusula compensatória, esta deverá ser igualmente anulada, sem repetição do indébito.

§ 5o Os sindicatos subscritores de conven- ção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho deverão participar, como litisconsortes necessá- rios, em ação individual ou coletiva, que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 611-B.** Constituem objeto ilícito de con- venção coletiva ou de acordo coletivo de traba- lho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos:

1. – normas de identificação profissional, inclusive as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;
2. – seguro-desemprego, em caso de desem- prego involuntário;
3. – valor dos depósitos mensais e da inde- nização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. – salário mínimo;
5. – valor nominal do décimo terceiro salário;
6. – remuneração do trabalho noturno supe- rior à do diurno;
7. – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
8. – salário-família;
9. – repouso semanal remunerado;
10. – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal;
11. – número de dias de férias devidas ao empregado;
12. – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
13. – licença-maternidade com a duração mínima de cento e vinte dias;
14. – licença-paternidade nos termos fixa- dos em lei;
15. – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
16. – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;
17. – normas de saúde, higiene e segu- rança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
18. – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas;
19. – aposentadoria;
20. – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador;
21. – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricio- nal de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;
22. – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência;
23. – proibição de trabalho noturno, peri- goso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
24. – medidas de proteção legal de crian- ças e adolescentes;
25. – igualdade de direitos entre o traba- lhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso;
26. – liberdade de associação profissional ou sindical do trabalhador, inclusive o direito de não sofrer, sem sua expressa e prévia anuên- cia, qualquer cobrança ou desconto salarial

estabelecidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho;

1. – direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender;
2. – definição legal sobre os serviços ou atividades essenciais e disposições legais sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve;
3. – tributos e outros créditos de ter- ceiros;
4. – as disposições previstas nos arts. 373-A, 390, 392, 392-A, 394, 394-A, 395,

396 e 400 desta Consolidação.

*Parágrafo único*. Regras sobre duração do trabalho e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança do traba- lho para os fins do disposto neste artigo.

**Art. 612.** Os Sindicatos só poderão celebrar Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, por deliberação de Assembleia Geral especial- mente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terços) dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo, e, em segunda, de 1/3 (um terço) dos mesmos.

*Parágrafo único*. O *quorum* de compareci- mento e votação será de 1/8 (um oitavo) dos associados em segunda convocação, nas entida- des sindicais que tenham mais de 5.000 (cinco mil) associados.

**Art. 613.** As Convenções e os Acordos deverão conter obrigatoriamente:

1. – designação dos Sindicatos convenentes ou dos Sindicatos e empresas acordantes;
2. – prazo de vigência;
3. – categorias ou classes de trabalhadores abrangidas pelos respectivos dispositivos;
4. – condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante sua vigência;
5. – normas para a conciliação das divergên- cias surgidas entre os convenentes por motivos da aplicação de seus dispositivos;
6. – disposições sobre o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos;
7. – direitos e deveres dos empregados e empresas;
8. – penalidades para os Sindicatos con- venentes, os empregados e as empresas em caso de violação de seus dispositivos.

*Parágrafo único*. As Convenções e os Acor- dos serão celebrados por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenentes ou as empresas acordan- tes, além de uma destinada a registro.

**Art. 614.** Os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes promoverão, conjunta ou separadamente, dentro de 8 (oito) dias da assinatura da Convenção ou Acordo, o depósito de uma via do mesmo, para fins de registro e arquivo, no Departamento Nacional do Traba- lho, em se tratando de instrumento de caráter nacional ou interestadual, ou nos órgãos regio- nais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nos demais casos.

§ 1o As Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data da entrega dos mesmos no órgão referido neste artigo.

§ 2o Cópias autênticas das Convenções e dos Acordos deverão ser afixadas de modo visível, pelos Sindicatos convenentes, nas respectivas sedes e nos estabelecimentos das empresas com- preendidas no seu campo de aplicação, dentro de 5 (cinco) dias da data do depósito previsto neste artigo.

§ 3o Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.

**Art. 615.** O processo de prorrogação, revi- são, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção ou Acordo ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação de Assembleia Geral dos Sindicatos convenentes ou partes acordan- tes, com observância do disposto no art. 612.

§ 1o O instrumento de prorrogação, revi- são, denúncia ou revogação de Convenção ou Acordo será depositado, para fins de registro e arquivamento, na repartição em que o mesmo

**105**

Consolidação das Leis do Trabalho

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**106**

originariamente foi depositado, observado o disposto no art. 614.

§ 2o As modificações introduzidas em Con- venção ou Acordo, por força de revisão ou de revogação parcial de suas cláusulas, passarão a vigorar 3 (três) dias após a realização do depó- sito previsto no § 1o.

**Art. 616.** Os Sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, inclusive as que não tenham represen- tação sindical, quando provocados, não podem recusar-se à negociação coletiva.

§ 1o Verificando-se recusa à negociação coletiva, cabe aos Sindicatos ou empresas inte- ressadas dar ciência do fato, conforme o caso, ao Departamento Nacional do Trabalho ou aos órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, para convocação compul- sória dos Sindicatos ou empresas recalcitrantes.

§ 2o No caso de persistir a recusa à nego- ciação coletiva, pelo desatendimento às convo- cações feitas pelo Departamento Nacional do Trabalho ou órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ou se malograr a negociação entabulada, é facultada aos Sin- dicatos ou empresas interessadas a instauração de dissídio coletivo.

§ 3o Havendo convenção, acordo ou sen- tença normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos sessenta dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.

§ 4o Nenhum processo de dissídio coletivo de natureza econômica será admitido sem antes se esgotarem as medidas relativas à formalização da Convenção ou Acordo correspondente.

**Art. 617.** Os empregados de uma ou mais empresas que decidirem celebrar Acordo Cole- tivo de Trabalho com as respectivas empresas darão ciência de sua resolução, por escrito, ao Sindicato representativo da categoria profis- sional, que terá o prazo de 8 (oito) dias para assumir a direção dos entendimentos entre os interessados, devendo igual procedimento ser observado pelas empresas interessadas com relação ao Sindicato da respectiva categoria econômica.

§ 1o Expirado o prazo de 8 (oito) dias sem que o Sindicato tenha se desincumbido do encargo recebido, poderão os interessados dar conhecimento do fato à Federação a que estiver vinculado o Sindicato e, em falta dessa, à corres- pondente Confederação, para que, no mesmo prazo, assuma a direção dos entendimentos. Esgotado esse prazo, poderão os interessados prosseguir diretamente na negociação coletiva até final.

§ 2o Para o fim de deliberar sobre o Acordo, a entidade sindical convocará assembleia geral dos diretamente interessados, sindicalizados ou não, nos termos do art. 612.

**Art. 618.** As empresas e instituições que não estiverem incluídas no enquadramento sindical a que se refere o art. 577 desta Consolidação poderão celebrar Acordos Coletivos de Trabalho com os Sindicatos representativos dos respecti- vos empregados, nos termos deste Título.

**Art. 619.** Nenhuma disposição de contrato individual de trabalho que contrarie normas de Convenção ou Acordo Coletivo de Traba- lho poderá prevalecer na execução do mesmo, sendo considerada nula de pleno direito.

**Art. 620.** As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalece- rão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.

**Art. 621.** As Convenções e os Acordos poderão incluir entre suas cláusulas disposição sobre a constituição e funcionamento de comissões mistas de consulta e colaboração, no plano da empresa e sobre participação nos lucros. Estas disposições mencionarão a forma de constitui- ção, o modo de funcionamento e as atribuições das comissões, assim como o plano de partici- pação, quando for o caso.

**Art. 622.** Os empregados e as empresas que celebrarem contratos individuais de trabalho, estabelecendo condições contrárias ao que tiver sido ajustado em Convenção ou Acordo que lhes for aplicável, serão passíveis da multa neles fixada.

*Parágrafo único*. A multa a ser imposta ao empregado não poderá exceder da metade daquela que, nas mesmas condições, seja esti- pulada para a empresa.

**Art. 623.** Será nula de pleno direito disposi- ção de Convenção ou Acordo que, direta ou indiretamente, contrarie proibição ou norma disciplinadora da política econômico-finan- ceira do Governo ou concernente à política salarial vigente, não produzindo quaisquer efei- tos perante autoridades e repartições públicas, inclusive para fins de revisão de preços e tarifas de mercadorias e serviços.

*Parágrafo único*. Na hipótese deste artigo, a nulidade será declarada, de ofício ou mediante representação, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, ou pela Justiça do Trabalho em processo submetido ao seu julgamento.

**Art. 624.** A vigência de cláusula de aumento ou reajuste salarial, que implique elevação de tarifas ou de preços sujeitos à fixação por autoridade pública ou repartição governamental, depen- derá de prévia audiência dessa autoridade ou repartição e sua expressa declaração no tocante à possibilidade de elevação da tarifa ou do preço e quanto ao valor dessa elevação.

**Art. 625.** As controvérsias resultantes da apli- cação de Convenção ou de Acordo celebrado nos termos deste Título serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

**TÍTULO VI-A** – Das Comissões de Conciliação Prévia

**Art. 625-A.** As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribui- ção de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.

*Parágrafo único*. As Comissões referidas no *caput* deste artigo poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical.

**Art. 625-B.** A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois

e, no máximo, dez membros, e observará as seguintes normas:

1. – a metade de seus membros será indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos empregados, em escrutínio secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria profissional;
2. – haverá na Comissão tantos suplentes quantos forem os representantes titulares;
3. – o mandato dos seus membros, titula- res e suplentes, é de um ano, permitida uma recondução.

§ 1o É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Con- ciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.

§ 2o O representante dos empregados desen- volverá seu trabalho normal na empresa, afas- tando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

**Art. 625-C.** A Comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e normas de funcionamento definidas em convenção ou acordo coletivo.

**Art. 625-D.** Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Con- ciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comis- são no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.41

§ 1o A demanda será formulada por escrito ou reduzida a termo por qualquer dos membros da Comissão, sendo entregue cópia datada e assinada pelo membro aos interessados.

§ 2o Não prosperando a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador decla- ração da tentativa conciliatória frustrada com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

§ 3o Em caso de motivo relevante que impos- sibilite a observância do procedimento pre- visto no *caput* deste artigo, será a circunstância

41 NE: ver ADIs nos 2.139, 2.160 e 2.237.

**107**

Consolidação das Leis do Trabalho

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**108**

declarada na petição inicial da ação intentada perante a Justiça do Trabalho.

§ 4o Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de empresa e Comissão sindical, o interessado optará por uma delas para submeter a sua demanda, sendo competente aquela que primeiro conhecer do pedido.

**Art. 625-E.** Aceita a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empre- gador ou seu preposto e pelos membros da Comissão, fornecendo-se cópia às partes.

*Parágrafo único*. O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

**Art. 625-F.** As Comissões de Conciliação Pré- via têm prazo de dez dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.

*Parágrafo único*. Esgotado o prazo sem a realização da sessão, será fornecida, no último dia do prazo, a declaração a que se refere o § 2o do art. 625-D.

**Art. 625-G.** O prazo prescricional será sus- penso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, recomeçando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo previsto no art. 625-F.

**Art. 625-H.** Aplicam-se aos Núcleos Intersin- dicais de Conciliação Trabalhista em funcio- namento ou que vierem a ser criados, no que couber, as disposições previstas neste Título, desde que observados os princípios da paridade e da negociação coletiva na sua constituição.

**TÍTULO VII** – Do Processo de Multas Administrativas

**CAPÍTULO I** – Da Fiscalização, da Autuação e da Imposição de Multas

**Art. 626.** Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comér- cio, ou àquelas que exerçam funções delegadas,

a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

*Parágrafo único*. Os fiscais dos Institutos de Seguro Social e das entidades paraestatais em geral dependentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

**Art. 627.** A fim de promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de prote- ção do trabalho, a fiscalização deverá observar o critério de dupla visita nos seguintes casos:

* + 1. quando ocorrer promulgação ou expedi- ção de novas leis, regulamentos ou instruções ministeriais, sendo que, com relação exclusiva- mente a esses atos, será feita apenas a instrução dos responsáveis;
    2. em se realizando a primeira inspeção dos estabelecimentos ou dos locais de trabalho, recentemente inaugurados ou empreendidos.

**Art. 627-A.** Poderá ser instaurado procedi- mento especial para a ação fiscal, objetivando a orientação sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho, bem como a prevenção e o saneamento de infrações à legislação mediante Termo de Compromisso, na forma a ser discipli- nada no Regulamento da Inspeção do Trabalho.

**Art. 628.** Salvo o disposto nos arts. 627 e 627-A, a toda verificação em que o Auditor-

-Fiscal do Trabalho concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração.

§ 1o Ficam as empresas obrigadas a possuir o livro intitulado “Inspeção do Trabalho”, cujo modelo será aprovado por portaria ministerial.

§ 2o Nesse livro, registrará o agente da ins- peção sua visita ao estabelecimento, declarando a data e a hora do início e término da mesma, bem como o resultado da inspeção, nele con- signando, se for o caso, todas as irregularida- des verificadas e as exigências feitas, com os respectivos prazos para seu atendimento, e, ainda, de modo legível, os elementos de sua identificação funcional.

§ 3o Comprovada má-fé do agente da ins- peção, quanto à omissão ou lançamento de qualquer elemento no livro, responderá ele por falta grave no cumprimento do dever, ficando passível, desde logo, da pena de suspensão até 30 (trinta) dias, instaurando-se, obrigatoriamente, em caso de reincidência, inquérito adminis- trativo.

§ 4o A lavratura de autos contra empresas fictícias e de endereços inexistentes, assim como a apresentação de falsos relatórios, constituem falta grave, punível na forma do § 3o.

**Art. 628-A.** Fica instituído o Domicílio Eletrô- nico Trabalhista, regulamentado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, destinado a:

* + - 1. – cientificar o empregador de quaisquer atos administrativos, ações fiscais, intimações e avisos em geral; e
      2. – receber, por parte do empregador, docu- mentação eletrônica exigida no curso das ações fiscais ou apresentação de defesa e recurso no âmbito de processos administrativos.

§ 1o As comunicações eletrônicas realizadas pelo Domicílio Eletrônico Trabalhista dispen- sam a sua publicação no Diário Oficial da União e o envio por via postal e são consideradas pes- soais para todos os efeitos legais.

§ 2o A ciência por meio do sistema de comu- nicação eletrônica, com utilização de certifica- ção digital ou de código de acesso, possuirá os requisitos de validade.

**Art. 629.** O auto de infração será lavrado em duplicata, nos termos dos modelos e instruções expedidos, sendo uma via entregue ao infrator, contra recibo, ou ao mesmo enviada, dentro de 10 (dez) dias da lavratura, sob pena de respon- sabilidade, em registro postal, com franquia e recibo de volta.

§ 1o O auto não terá o seu valor probante condicionado à assinatura do infrator ou de testemunhas, e será lavrado no local da ins- peção, salvo havendo motivo justificado que será declarado no próprio auto, quando então deverá ser lavrado no prazo de 24 (vinte e qua- tro) horas, sob pena de responsabilidade.

§ 2o Lavrado o auto de infração, não poderá ele ser inutilizado, nem sustado o curso do res- pectivo processo, devendo o agente da inspeção

apresentá-lo à autoridade competente, mesmo se incidir em erro.

§ 3o O infrator terá, para apresentar defesa, o prazo de 10 (dez) dias contados do recebi- mento do auto.

§ 4o O auto de infração será registrado com a indicação sumária de seus elementos caracte- rísticos, em livro próprio que deverá existir em cada órgão fiscalizador, de modo a assegurar o controle do seu processamento.

**Art. 630.** Nenhum agente da inspeção poderá exercer as atribuições do seu cargo sem exibir a carteira de identidade fiscal, devidamente auten- ticada, fornecida pela autoridade competente.

§ 1o É proibida a outorga de identidade fiscal a quem não esteja autorizado, em razão do cargo ou função, a exercer ou praticar, no âmbito da legislação trabalhista, atos de fiscalização.

§ 2o A credencial a que se refere este artigo deverá ser devolvida para inutilização, sob as penas da lei, em casos de provimento em outro cargo público, exoneração ou demissão, bem como nos de licenciamento por prazo superior a 60 (sessenta) dias e de suspensão do exercício do cargo.

§ 3o O agente da inspeção terá livre acesso a todas as dependências dos estabelecimentos sujeitos ao regime da legislação, sendo as empre- sas, por seus dirigentes ou prepostos, obrigadas a prestar-lhes os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir-lhes, quando exigidos, quaisquer docu- mentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

§ 4o Os documentos sujeitos à inspeção deverão permanecer, sob as penas da lei, nos locais de trabalho, somente se admitindo, por exceção, a critério da autoridade competente, sejam os mesmos apresentados em dia e hora previamente fixados pelo agente da inspeção.

§ 5o No território do exercício de sua função, o agente da inspeção gozará de passe livre nas empresas de transportes, públicas ou privadas, mediante a apresentação da carteira de iden- tidade fiscal.

§ 6o A inobservância do disposto nos §§ 3o, 4o e 5o configurará resistência ou embaraço à fiscalização e justificará a lavratura do respec- tivo auto de infração, cominada a multa de valor

**109**

Consolidação das Leis do Trabalho

**110**

igual a meio (1/2) salário mínimo regional até 5 (cinco) vezes esse salário, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravan- tes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios a seu alcance para cumprir a lei.

§ 7o Para o efeito do disposto no § 5o, a auto- ridade competente divulgará em janeiro e julho, de cada ano, a relação dos agentes da inspeção titulares da carteira de identidade fiscal.

§ 8o As autoridades policiais, quando solici- tadas, deverão prestar aos agentes da inspeção a assistência de que necessitarem para o fiel cumprimento de suas atribuições legais.

**Art. 631.** Qualquer funcionário público fede- ral, estadual ou municipal, ou representante legal de associação sindical, poderá comuni- car à autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as infrações que verificar.

*Parágrafo único*. De posse dessa comunica- ção, a autoridade competente procederá desde logo às necessárias diligências, lavrando os autos de que haja mister.

**Art. 632.** Poderá o autuado requerer a audiên- cia de testemunhas e as diligências que lhe pare- cerem necessárias à elucidação do processo, cabendo, porém, à autoridade julgar da neces- sidade de tais provas.

**Art. 633.** (Revogado)

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 634.** Na falta de disposição especial, a imposição das multas incumbe às autoridades regionais competentes em matéria de trabalho, na forma estabelecida por este Título.

§ 1o A aplicação da multa não eximirá o infrator da responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais.

§ 2o Os valores das multas administrativas expressos em moeda corrente serão reajusta- dos anualmente pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, ou pelo índice que vier a substituí-lo.

**CAPÍTULO II** – Dos Recursos

**Art. 635.** De toda decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho, e não havendo forma especial de processo, caberá recurso para o Diretor-Geral do Departamento ou Serviço do Ministério do Trabalho e Previdência Social que for compe- tente na matéria.

*Parágrafo único*. As decisões serão sempre fundamentadas.

**Art. 636.** Os recursos devem ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias, contados do rece- bimento da notificação, perante autoridade que houver imposto a multa, a qual, depois de os informar, encaminhá-los-á à autoridade de instância superior.

§ 1o O recurso só terá seguimento se o inte- ressado o instruir com a prova do depósito da multa.42

§ 2o A notificação somente será realizada por meio de edital, publicado no órgão oficial, quando o infrator estiver em lugar incerto e não sabido.

§ 3o A notificação de que trata este artigo fixará igualmente o prazo de 10 (dez) dias para que o infrator recolha o valor da multa, sob pena de cobrança executiva.

§ 4o As guias de depósito ou recolhimento serão emitidas em 3 (três) vias e o recolhimento da multa deverá proceder-se dentro de 5 (cinco) dias às repartições federais competentes, que escriturarão a receita a crédito do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 5o A segunda via da guia do recolhimento será devolvida pelo infrator à repartição que a emitiu, até o sexto dia depois de sua expedição, para a averbação no processo.

§ 6o A multa será reduzida de 50% (cin- quenta por cento) se o infrator, renunciando ao recurso, a recolher ao Tesouro Nacional dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do recebi- mento da notificação ou da publicação do edital.

§ 7o Para a expedição da guia, no caso do

§ 6o, deverá o infrator juntar a notificação com a prova da data do seu recebimento, ou a folha do órgão oficial que publicou o edital.

42 NE: ver ADPF no 156.

**Art. 637.** De todas as decisões que proferirem em processos de infração das leis de proteção ao trabalho e que impliquem arquivamento destes, observado o disposto no parágrafo único do art. 635, deverão as autoridades prolatoras recorrer de ofício para a autoridade competente de instância superior.

**Art. 638.** Ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio é facultado avocar ao seu exame e decisão, dentro de 90 (noventa) dias do despa- cho final do assunto, ou no curso do processo, as questões referentes à fiscalização dos preceitos estabelecidos nesta Consolidação.

**CAPÍTULO III** – Do Depósito, da Inscrição e da Cobrança

**Art. 639.** Não sendo provido o recurso, o depó- sito se converterá em pagamento.

**Art. 640.** É facultado às Delegacias Regionais do Trabalho, na conformidade de instruções expedidas pelo Ministro de Estado, promover a cobrança amigável das multas antes do encami- nhamento dos processos à cobrança executiva.

**Art. 641.** Não comparecendo o infrator, ou não depositando a importância da multa ou penalidade, far-se-á a competente inscrição em livro especial, existente nas repartições das quais se tiver originado a multa ou penalidade, ou de onde tenha provindo a reclamação que a determinou, sendo extraída cópia autêntica dessa inscrição e enviada às autoridades com- petentes para a respectiva cobrança judicial, valendo tal instrumento como título de dívida líquida e certa.

**Art. 642.** A cobrança judicial das multas impostas pelas autoridades administrativas do trabalho obedecerá ao disposto na legislação aplicável à cobrança da dívida ativa da União, sendo promovida, no Distrito Federal e nas capi- tais dos Estados em que funcionarem Tribunais Regionais do Trabalho, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, e, nas demais localidades, pelo Ministério Público Estadual e do Território

do Acre, nos termos do Decreto-lei no 960, de 17 de dezembro de 1938.

*Parágrafo único*. No Estado de São Paulo a cobrança continuará a cargo da Procuradoria do Departamento Estadual do Trabalho, na forma do convênio em vigor.43

**TÍTULO VII-A** – Da Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas

**Art. 642-A.** É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

§ 1o O interessado não obterá a certidão quando em seu nome constar:

1. – o inadimplemento de obrigações estabe- lecidas em sentença condenatória transitada em julgado proferida pela Justiça do Trabalho ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou
2. – o inadimplemento de obrigações decor- rentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

§ 2o Verificada a existência de débitos garan- tidos por penhora suficiente ou com exigibili- dade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT.

§ 3o A CNDT certificará a empresa em rela- ção a todos os seus estabelecimentos, agências e filiais.

§ 4o O prazo de validade da CNDT é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua emissão.

**TÍTULO VIII** – Da Justiça do Trabalho

**CAPÍTULO I** – Introdução

**Art. 643.** Os dissídios oriundos das relações entre empregados e empregadores, bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de

43 NE: ver Decreto-lei no 9.509/1946.

**111**

Consolidação das Leis do Trabalho

**112**

serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente Título e na forma esta- belecida pelo processo judiciário do trabalho.

§ 1o As questões concernentes à previdência social serão decididas pelos órgãos e autorida- des previstos no Capítulo V deste Título e na legislação sobre seguro social.

§ 2o As questões referentes a acidentes do trabalho continuam sujeitas à justiça ordinária, na forma do Decreto no 24.637, de 10 de julho de 1934, e legislação subsequente.

§ 3o A Justiça do Trabalho é competente, ainda, para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores por- tuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho.

**Art. 644.** São órgãos da Justiça do Trabalho:

1. o Tribunal Superior do Trabalho;
2. os Tribunais Regionais do Trabalho;
3. as Juntas de Conciliação e Julgamento ou os Juízos de Direito.

**Art. 645.** O serviço da Justiça do Trabalho é relevante e obrigatório, ninguém dele podendo eximir-se, salvo motivo justificado.

**Art. 646.** Os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**CAPÍTULO II** – Das Juntas de Conciliação e Julgamento

**SEÇÃO I** – Da Composição e Funcionamento

**Art. 647.** Cada Junta de Conciliação e Julga- mento terá a seguinte composição:

1. um juiz do trabalho, que será seu pre- sidente;
2. dois vogais, sendo um, representante dos empregadores, e outro, dos empregados.

*Parágrafo único*. Haverá um suplente para cada vogal.

**Art. 648.** São incompatíveis entre si, para os trabalhos da mesma Junta, os parentes consan- guíneos e afins até o terceiro grau civil.

*Parágrafo único*. A incompatibilidade resol- ve-se a favor do primeiro vogal designado ou empossado, ou por sorteio, se a designação ou posse for da mesma data.

**Art. 649.** As Juntas poderão conciliar, instruir ou julgar com qualquer número, sendo, porém, indispensável a presença do presidente, cujo voto prevalecerá em caso de empate.

§ 1o No julgamento de embargos deverão estar presentes todos os membros da Junta.

§ 2o Na execução e na liquidação das deci- sões funciona apenas o presidente.

**SEÇÃO II** – Da Jurisdição e Competência das Juntas

**Art. 650.** A jurisdição de cada Junta de Con- ciliação e Julgamento abrange todo o território da Comarca em que tem sede, só podendo ser estendida ou restringida por lei federal.

*Parágrafo único*. As leis locais de Organi- zação Judiciária não influirão sobre a compe- tência de Juntas de Conciliação e Julgamento já criadas, até que lei federal assim determine.

**Art. 651.** A competência das Juntas de Con- ciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

§ 1o Quando for parte no dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Junta da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Junta da localiza- ção em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima.

§ 2o A competência das Juntas de Conci- liação e Julgamento, estabelecida neste artigo, estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacio- nal dispondo em contrário.

§ 3o Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.

**Art. 652.** Compete às Varas do Trabalho:

* 1. conciliar e julgar:
     1. – os dissídios em que se pretenda o reco- nhecimento da estabilidade de empregado;
     2. – os dissídios concernentes a remuneração, férias e indenizações por motivo de rescisão do contrato individual de trabalho;
     3. – os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice;
     4. – os demais dissídios concernentes ao contrato individual de trabalho;
     5. – as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho;
  2. processar e julgar os inquéritos para apu- ração de falta grave;
  3. julgar os embargos opostos às suas pró- prias decisões;
  4. impor multas e demais penalidades rela- tivas aos atos de sua competência;
  5. (Suprimida);
  6. decidir quanto à homologação de acordo extrajudicial em matéria de competência da Justiça do Trabalho.

*Parágrafo único*. Terão preferência para julgamento os dissídios sobre pagamento de salário e aqueles que derivarem da falência do empregador, podendo o presidente da Junta, a pedido do interessado, constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos.

**Art. 653.** Compete, ainda, às Juntas de Con- ciliação e Julgamento:

1. requisitar às autoridades competentes a realização das diligências necessárias ao escla- recimento dos feitos sob sua apreciação, repre- sentando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;
2. realizar as diligências e praticar os atos processuais ordenados pelos Tribunais

Regionais do Trabalho ou pelo Tribunal Supe- rior do Trabalho;

1. julgar as suspeições arguidas contra os seus membros;
2. julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;
3. expedir precatórias e cumprir as que lhes forem deprecadas;
4. exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, quaisquer outras atribuições que decorram da sua jurisdição.

**SEÇÃO III** – Dos Presidentes das Juntas

**Art. 654.** O ingresso na magistratura do tra- balho far-se-á para o cargo de juiz do trabalho substituto. As nomeações subsequentes por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento.

§ 1o Nas 7a e 8a Regiões da Justiça do Traba- lho, nas localidades fora das respectivas sedes, haverá suplentes de juiz do trabalho presidente de Junta, sem direito a acesso, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, bacharéis em direito, de reconhecida idoneidade moral, especializados em direito do trabalho, pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2o Os suplentes de juiz do trabalho rece- berão, quando em exercício, vencimentos iguais aos dos juízes que substituírem.

§ 3o Os Juízes Substitutos serão nomeados após aprovação em concurso público de provas e títulos realizado perante o Tribunal Regional do Trabalho da Região, válido por dois anos e prorrogável, a critério do mesmo órgão, por igual período, uma só vez, e organizado de acordo com as instruções expedidas pelo Tri- bunal Superior do Trabalho.

§ 4o Os candidatos inscritos só serão admi- tidos ao concurso após apreciação prévia, pelo Tribunal Regional do Trabalho da respectiva Região, dos seguintes requisitos:

1. idade maior de 25 (vinte e cinco) anos e menor de 45 (quarenta e cinco) anos;
2. idoneidade para o exercício das funções.

§ 5o O preenchimento dos cargos de presi- dente de Junta, vagos ou criados por lei, será feito dentro de cada Região:

**113**

Consolidação das Leis do Trabalho

**114**

1. pela remoção de outro presidente, preva- lecendo a antiguidade no cargo, caso haja mais de um pedido, desde que a remoção tenha sido requerida, dentro de quinze dias, contados da abertura da vaga, ao Presidente do Tribunal Regional, a quem caberá expedir o respectivo ato;
2. pela promoção de substituto, cuja aceita- ção será facultativa, obedecido o critério alter- nado de antiguidade e merecimento.

§ 6o Os juízes do trabalho, presidentes de Junta, juízes substitutos e suplentes de juiz toma- rão posse perante o presidente do Tribunal da respectiva Região. Nos Estados que não forem sede de Tribunal Regional do Trabalho, a posse dar-se-á perante o presidente do Tribunal de Justiça, que remeterá o termo ao presidente do Tribunal Regional da jurisdição do empos- sado. Nos Territórios, a posse dar-se-á perante o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da respectiva Região.

**Art. 655.** Os presidentes e os presidentes substitutos tomarão posse do cargo perante o presidente do Tribunal Regional da respectiva jurisdição.

§ 1o Nos Estados em que não houver sede de Tribunais a posse dar-se-á perante o presi- dente do Tribunal de Apelação, que remeterá o respectivo termo ao presidente do Tribunal Regional da jurisdição do empossado.

§ 2o Nos Territórios a posse dar-se-á perante o juiz de Direito da capital, que procederá na forma prevista no § 1o.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 656.** O Juiz do Trabalho Substituto, sem- pre que não estiver substituindo o Juiz-Presi- dente de Junta, poderá ser designado para atuar nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

§ 1o Para o fim mencionado no *caput* deste artigo, o território da Região poderá ser dividido em zonas, compreendendo a jurisdição de uma ou mais Juntas, a juízo do Tribunal Regional do Trabalho respectivo.

§ 2o A designação referida no *caput* deste artigo será de atribuição do Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho ou, não havendo disposição regimental específica, de quem este indicar.

§ 3o Os Juízes do Trabalho Substitutos, quando designados ou estiverem substituindo os Juízes-Presidentes de Juntas, perceberão os vencimentos destes.

§ 4o O Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho ou, não havendo disposição regi- mental específica, que este indicar, fará a lotação e a movimentação dos Juízes Substitutos entre as diferentes zonas da Região na hipótese de terem sido criadas na forma do § 1o deste artigo.

**Art. 657.** Os presidentes de Junta e os presi- dentes substitutos perceberão a remuneração ou os vencimentos fixados em lei.

**Art. 658.** São deveres precípuos dos presi- dentes das Juntas, além dos que decorram do exercício de sua função:

1. manter perfeita conduta pública e pri- vada;
2. abster-se de atender a solicitações ou recomendações relativamente aos feitos que hajam sido ou tenham de ser submetidos à sua apreciação;
3. residir dentro dos limites de sua jurisdi- ção, não podendo ausentar-se sem licença do Presidente do Tribunal Regional;
4. despachar e praticar todos os atos decor- rentes de suas funções, dentro dos prazos esta- belecidos, sujeitando-se ao desconto corres- pondente a um dia de vencimento para cada dia de retardamento.

**Art. 659.** Competem privativamente aos pre- sidentes das Juntas, além das que lhes forem conferidas neste Título e das decorrentes de seu cargo, as seguintes atribuições:

* 1. – presidir às audiências das Juntas;
  2. – executar as suas próprias decisões, as proferidas pela Junta e aquelas cuja execução lhes for deprecada;
  3. – dar posse aos vogais nomeados para a Junta, ao secretário e aos demais funcionários da Secretaria;
  4. – convocar os suplentes dos vogais, no impedimento destes;
  5. – representar ao presidente do Tribunal Regional da respectiva jurisdição, no caso de falta de qualquer vogal a três reuniões

consecutivas, sem motivo justificado, para os fins do art. 727;

* 1. – despachar os recursos interpostos pelas partes, fundamentando a decisão recor- rida antes da remessa ao Tribunal Regional, ou submetendo-os à decisão da Junta, no caso do art. 894;
  2. – assinar as folhas de pagamento dos membros e funcionários da Junta;
  3. – apresentar ao presidente do Tribunal Regional, até 15 de fevereiro de cada ano, o relatório dos trabalhos do ano anterior;
  4. – conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem a tornar sem efeito transferência disciplinada pelos parágrafos do art. 469 desta Consolidação;
  5. – conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhis- tas que visem reintegrar no emprego dirigente sindical afastado, suspenso ou dispensado pelo empregador.

**SEÇÃO IV** – Dos Vogais das Juntas44

**Art. 660.** Os vogais das Juntas são designa- dos pelo presidente do Tribunal Regional da respectiva jurisdição.

**Art. 661.** Para o exercício da função de vogal da Junta ou suplente destes são exigidos os seguintes requisitos:

* + 1. ser brasileiro;
    2. ter reconhecida idoneidade moral;
    3. ser maior de 25 (vinte e cinco) anos e ter menos de 70 (setenta) anos;
    4. estar no gozo dos direitos civis e políticos;
    5. estar quite com o serviço militar;
    6. contar mais de dois anos de efetivo exer- cício na profissão e ser sindicalizado.

*Parágrafo único*. A prova da qualidade profissional a que se refere a alínea “f ” deste artigo, é feita mediante declaração do respectivo sindicato.

**Art. 662.** A escolha dos vogais das Juntas e seus suplentes far-se-á dentre os nomes constantes

44 NE: ver Emenda Constitucional no 24/1999.

das listas que, para esse efeito, forem encami- nhadas pelas associações sindicais de primeiro grau ao presidente do Tribunal Regional.

§ 1o Para esse fim, cada sindicato de empre- gadores e de empregados, com base territorial extensiva à área de jurisdição da Junta, no todo ou em parte, procederá, na ocasião determi- nada pelo Presidente do Tribunal Regional, à escolha de três nomes que comporão a lista, aplicando-se à eleição o disposto no art. 524 e seus §§ 1o a 3o.

§ 2o Recebidas as listas pelo presidente do Tribunal Regional, designará este, dentro de cinco dias, os nomes dos vogais e dos respec- tivos suplentes, expedindo para cada um deles um título, mediante a apresentação do qual será empossado.

§ 3o Dentro de quinze dias, contados da data da posse, pode ser contestada a investi- dura do vogal ou do suplente, por qualquer interessado, sem efeito suspensivo, por meio de representação escrita, dirigida ao presidente do Tribunal Regional.

§ 4o Recebida a contestação, o Presidente do Tribunal designará imediatamente relator, o qual, se houver necessidade de ouvir teste- munhas ou de proceder a quaisquer diligências, providenciará para que tudo se realize com a maior brevidade, submetendo, por fim, a contes- tação ao parecer do Tribunal, na primeira sessão.

§ 5o Se o Tribunal julgar procedente a con- testação, o presidente providenciará a designa- ção de novo vogal ou suplente.

§ 6o Em falta de indicação, pelos sindicatos, de nomes para representantes das respectivas categorias profissionais e econômicas nas Juntas de Conciliação e Julgamento, ou nas localidades onde não existirem sindicatos, serão esses repre- sentantes livremente designados pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, observados os requisitos exigidos para o exercício da função.

**Art. 663.** A investidura dos vogais das Juntas e seus suplentes é de 3 (três) anos, podendo, entretanto, ser dispensado, a pedido, aquele que tiver servido, sem interrupção, durante metade desse período.

§ 1o Na hipótese da dispensa do vogal a que alude este artigo, assim como nos casos do impe- dimento, morte ou renúncia, sua substituição

**115**

Consolidação das Leis do Trabalho

**116**

far-se-á pelo suplente, mediante convocação do presidente da Junta.

§ 2o Na falta do suplente, por impedimento, morte ou renúncia, serão designados novo vogal e o respectivo suplente, dentre os nomes constantes das listas a que se refere o art. 662, servindo os designados até o fim do período.

**Art. 664.** Os vogais das Juntas e seus suplentes tomam posse perante o presidente da Junta em que têm de funcionar.

**Art. 665.** Enquanto durar sua investidura, gozam os vogais das Juntas e seus suplentes das prerrogativas asseguradas aos jurados.

**Art. 666.** Por audiência a que comparecerem, até o máximo de vinte por mês, os vogais das Juntas e seus suplentes perceberão a gratificação fixada em lei.

**Art. 667.** São prerrogativas dos vogais das Juntas, além das referidas no art. 665:

1. tomar parte nas reuniões do tribunal a que pertençam;
2. aconselhar às partes a conciliação;
3. votar no julgamento dos feitos e nas maté- rias de ordem interna do tribunal, submetidas às suas deliberações;
4. pedir vista dos processos pelo prazo de vinte e quatro horas;
5. formular, por intermédio do presidente, aos litigantes, testemunhas e peritos, as per- guntas que quiserem fazer, para esclarecimento do caso.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**CAPÍTULO III** – Dos Juízos de Direito

**Art. 668.** Nas localidades não compreendi- das na jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento, os Juízos de Direito são os órgãos de administração da Justiça do Trabalho, com a jurisdição que lhes for determinada pela lei de organização judiciária local.

**Art. 669.** A competência dos Juízos de Direito, quando investidos na administração da Jus- tiça do Trabalho, é a mesma das Juntas de

Conciliação e Julgamento, na forma da Seção II do Capítulo II.

§ 1o Nas localidades onde houver mais de um Juízo de Direito a competência é determi- nada, entre os juízes do cível, por distribuição ou pela divisão judiciária local, na conformidade da lei de organização respectiva.

§ 2o Quando o critério de competência da lei de organização judiciária for diverso do previsto no parágrafo anterior, será competente o juiz do cível mais antigo.

**CAPÍTULO IV** – Dos Tribunais Regionais do Trabalho

**SEÇÃO I** – Da Composição e do Funcionamento

**Art. 670.** Os Tribunais Regionais compor-se-

-ão: 1a Região, de 54 (cinquenta e quatro) juízes, sendo 36 (trinta e seis) togados, vitalícios, e 18 (dezoito) classistas, temporários; 2a Região, de 64 (sessenta e quatro) juízes, sendo 42 (qua- renta e dois) togados, vitalícios, e 22 (vinte e dois) classistas, temporários; 3a Região, de 36 (trinta e seis) juízes, sendo 24 (vinte e quatro) togados, vitalícios, e 12 (doze) classistas, tem- porários; 4a Região, de 36 (trinta e seis) juízes, sendo 24 (vinte e quatro) togados, vitalícios, e 12 (doze) classistas, temporários; 5a Região, de 29 (vinte e nove) juízes, sendo 19 (deze- nove) togados, vitalícios, e 10 (dez) classistas, temporários; 6a Região, de 18 (dezoito) juízes, sendo 12 (doze) togados, vitalícios, e 6 (seis) classistas, temporários; 7a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 8a Região, de 23 (vinte e três) juízes, sendo 15 (quinze) togados, vitalícios, e 8 (oito) classistas, temporários; 9a Região, de 28 (vinte e oito) juízes, sendo 18 (dezoito) togados, vitalícios, e 10 (dez) classis- tas, temporários; 10a Região, de 17 (dezessete) juízes, sendo 11 (onze) togados, vitalícios, e 6 (seis) classistas, temporários; 11a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 12a Região, de 18 (dezoito) juízes, sendo 12 (doze) togados, vitalícios, e 6 (seis) classistas, temporários; 13a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 14a

Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 15a Região, de 36 (trinta e seis) juízes, sendo 24 (vinte e quatro) togados, vitalícios, e 12 (doze) classistas, temporários; 16a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 17a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 18a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 19a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 20a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 21a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 22a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 23a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 24a Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários, todos nomeados pelo Presidente da República.

§ 1o (Vetado)

§ 2o Nos Tribunais Regionais constituídos de seis ou mais juízes togados, e menos de onze, um deles será escolhido dentre advogados, um den- tre membros do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho e os demais dentre juízes do Trabalho Presidentes de Junta da res- pectiva Região, na forma prevista no parágrafo anterior.

§ 3o (Vetado)

§ 4o Os juízes classistas referidos neste artigo representarão, paritariamente, empregadores e empregados.

§ 5o Haverá um suplente para cada Juiz classista.

§ 6o Os Tribunais Regionais, no respectivo regimento interno, disporão sobre a substituição de seus juízes, observados, na convocação de juízes inferiores, os critérios de livre escolha e antiguidade, alternadamente.

§ 7o Dentre os seus juízes togados, os Tribunais Regionais elegerão os respectivos

Presidente e Vice-Presidente, assim como os Presidentes de Turmas, onde as houver.

§ 8o Os Tribunais Regionais da 1a e 2a Regiões dividir-se-ão em Turmas, facultada essa divisão aos constituídos de, pelo menos, doze juízes. Cada turma se comporá de três juízes togados e dois classistas, um representante dos empregados e outro dos empregadores.

**Art. 671.** Para os trabalhos dos Tribunais Regionais existe a mesma incompatibilidade prevista no art. 648, sendo idêntica a forma de sua resolução.

**Art. 672.** Os Tribunais Regionais, em sua composição plena, deliberarão com a presença, além do Presidente, da metade e mais um do número de seus juízes, dos quais, no mínimo, um representante dos empregados e outro dos empregadores.

§ 1o As Turmas somente poderão deliberar presentes, pelo menos, três dos seus juízes, entre eles os dois classistas. Para a integração desse *quorum*, poderá o Presidente de uma Turma convocar juízes de outra, da classe a que per- tencer o ausente ou impedido.

§ 2o Nos Tribunais Regionais, as decisões tomar-se-ão pelo voto da maioria dos juízes presentes, ressalvada, no Tribunal Pleno, a hipótese de declaração de inconstitucionali- dade de lei ou ato do poder público (art. 111 da Constituição).45

§ 3o O Presidente do Tribunal Regional, excetuada a hipótese de declaração de incons- titucionalidade de lei ou ato do poder público, somente terá voto de desempate. Nas sessões administrativas, o Presidente votará como os demais juízes, cabendo-lhe, ainda, o voto de qualidade.

§ 4o No julgamento de recursos contra decisão ou despacho do Presidente, do Vice-

-Presidente ou de Relator, ocorrendo empate, prevalecerá a decisão ou despacho recorrido.

**Art. 673.** A ordem das sessões dos Tribunais Regionais será estabelecida no respectivo regi- mento interno.

45 NE: o parágrafo faz referência à Constituição de 1967. Ver o art. 97 da Constituição Federal de 1988.

**117**

Consolidação das Leis do Trabalho

**118**

**SEÇÃO II** – Da Jurisdição e Competência

**Art. 674.** Para efeito da jurisdição dos Tribu- nais Regionais, o território nacional é dividido nas 24 (vinte e quatro) regiões seguintes:

1a Região – Estado do Rio de Janeiro; 2a Região – Estado de São Paulo;

3a Região – Estado de Minas Gerais;

4a Região – Estado do Rio Grande do Sul; 5a Região – Estado da Bahia;

6a Região – Estado de Pernambuco; 7a Região – Estado do Ceará;

8a Região – Estados do Pará e do Amapá; 9a Região – Estado do Paraná;

10a Região – Distrito Federal;

11a Região – Estados do Amazonas e de Roraima;

12a Região – Estado de Santa Catarina; 13a Região – Estado da Paraíba;

14a Região – Estados de Rondônia e do Acre; 15a Região – Estado de São Paulo (área não abrangida pela jurisdição estabelecida na 2a

Região);

16a Região – Estado do Maranhão;

17a Região – Estado do Espírito Santo; 18a Região – Estado de Goiás;

19a Região – Estado de Alagoas; 20a Região – Estado de Sergipe;

21a Região – Estado do Rio Grande do Norte; 22a Região – Estado do Piauí;

23a Região – Estado do Mato Grosso;

24a Região – Estado do Mato Grosso do Sul. *Parágrafo único*. Os tribunais têm sede nas cidades: Rio de Janeiro (1a Região), São Paulo (2a Região), Belo Horizonte (3a Região), Porto Alegre (4a Região), Salvador (5a Região), Recife (6a Região), Fortaleza (7a Região), Belém (8a Região), Curitiba (9a Região), Brasília (10a Região), Manaus (11a Região), Florianópolis (12a Região), João Pessoa (13a Região), Porto Velho (14a Região), Campinas (15a Região), São Luís (16a Região), Vitória (17a Região), Goiâ- nia (18a Região), Maceió (19a Região), Aracaju (20a Região), Natal (21a Região), Teresina (22a Região), Cuiabá (23a Região) e Campo Grande

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

(24a Região).

**Art. 675.** (Revogado)

**Art. 676.** O número de regiões, a jurisdição e a categoria dos Tribunais Regionais, estabele- cidos nos artigos anteriores, somente podem ser alterados pelo Presidente da República.46

**Art. 677.** A competência dos Tribunais Regionais determina-se pela forma indicada no art. 651 e seus parágrafos e, nos casos de dissídio coletivo, pelo local onde este ocorrer.

**Art. 678.** Aos Tribunais Regionais, quando divididos em Turmas, compete:

I – ao Tribunal Pleno, especialmente:

* 1. processar, conciliar e julgar originaria- mente os dissídios coletivos;
  2. processar e julgar originariamente:
     1. as revisões de sentenças normativas;
     2. a extensão das decisões proferidas em dissídios coletivos;
     3. os mandados de segurança;
     4. as impugnações à investidura de vogais e seus suplentes nas Juntas de Conciliação e Julgamento;
  3. processar e julgar em última instância:
     1. os recursos das multas impostas pelas Turmas;
     2. as ações rescisórias das decisões das Jun- tas de Conciliação e Julgamento, dos juízes de direito investidos na jurisdição trabalhista, das Turmas e de seus próprios acórdãos;
     3. os conflitos de jurisdição entre as suas Turmas, os juízes de direito investidos na juris- dição trabalhista, as Juntas de Conciliação e Julgamento, ou entre aqueles e estas;
  4. julgar em única ou última instâncias:
     1. os processos e os recursos de natureza administrativa atinentes aos seus serviços auxi- liares e respectivos servidores;
     2. as reclamações contra atos administra- tivos de seu presidente ou de qualquer de seus membros, assim como dos juízes de primeira instância e de seus funcionários;

II – às Turmas:

*a)* julgar os recursos ordinários previstos no art. 895, alínea “a”;

46 NE: ver os arts. 96 e 113 da Constituição Federal de 1988.

*b)* julgar os agravos de petição e de ins- trumento, estes de decisões denegatórias de recursos de sua alçada;

*c)* impor multas e demais penalidades rela- tivas a atos de sua competência jurisdicional, e julgar os recursos interpostos das decisões das Juntas dos juízes de direito que as impuserem. *Parágrafo único*. Das decisões das Turmas não caberá recurso para o Tribunal Pleno, exceto no caso do item I, alínea “c”, inciso 1,

deste artigo.

**Art. 679.** Aos Tribunais Regionais não divi- didos em Turmas, compete o julgamento das matérias a que se refere o artigo anterior, exceto a de que trata o inciso 1 da alínea “c” do item I, como os conflitos de jurisdição entre Turmas.

**Art. 680.** Compete, ainda, aos Tribunais Regio- nais, ou suas Turmas:

1. determinar às Juntas e aos juízes de direito a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sob sua apreciação;
2. fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;
3. declarar a nulidade dos atos praticados com infração de suas decisões;
4. julgar as suspeições arguidas contra seus membros;
5. julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;
6. requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;
7. exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decor- ram de sua Jurisdição.

**SEÇÃO III** – Dos Presidentes dos Tribunais Regionais

**Art. 681.** Os presidentes e vice-presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho tomarão posse perante os respectivos Tribunais.

*Parágrafo único*. (Revogado)

**Art. 682.** Competem privativamente aos pre- sidentes dos Tribunais Regionais, além das que forem conferidas neste e no título e das decor- rentes do seu cargo, as seguintes atribuições:

1. – (Revogado);
2. – designar os vogais das Juntas e seus suplentes;
3. – dar posse aos presidentes de Juntas e presidentes substitutos, aos vogais e suplentes e funcionários do próprio Tribunal e conce- der férias e licenças aos mesmos e aos vogais e suplentes das Juntas;
4. – presidir as sessões do Tribunal;
5. – presidir audiências de conciliação nos dissídios coletivos;
6. – executar suas próprias decisões e as proferidas pelo Tribunal;
7. – convocar suplentes dos vogais do Tri- bunal, nos impedimentos destes;
8. – representar ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho contra os presidentes e os vogais, nos casos previstos no art. 727 e seu parágrafo único;
9. – despachar os recursos interpostos pelas partes;
10. – requisitar às autoridades competentes, nos casos de dissídio coletivo, a força necessária, sempre que houver ameaça de perturbação da ordem;
11. – exercer correição, pelo menos uma vez por ano, sobre as Juntas, ou parcialmente, sempre que se fizer necessário, e solicitá-la, quando julgar conveniente, ao Presidente do Tribunal de Apelação relativamente aos juízes de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho;
12. – distribuir os feitos, designando os vogais que os devem relatar;
13. – designar, dentre os funcionários do Tribunal e das Juntas existentes em uma mesma localidade, o que deve exercer a função de dis- tribuidor;
14. – assinar as folhas de pagamento dos vogais e servidores do Tribunal.

§ 1o Na falta ou impedimento do presidente da Junta e do substituto da mesma localidade, é facultado ao presidente do Tribunal Regional designar substituto de outra localidade, obser- vada a ordem de antiguidade entre os substitutos desimpedidos.

**119**

Consolidação das Leis do Trabalho

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**120**

§ 2o Na falta ou impedimento do vogal da Junta e do respectivo suplente, é facultado ao presidente do Tribunal Regional designar suplente de outra Junta, respeitada a categoria profissional ou econômica do representante e a ordem de antiguidade dos suplentes desim- pedidos.

§ 3o Na falta ou impedimento de qualquer Juiz representante classista e seu respectivo Suplente, é facultado ao Presidente do Tribu- nal Regional designar um dos Vogais de Junta de Conciliação e Julgamento para funcionar nas sessões do Tribunal, respeitada a categoria profissional ou econômica do representante.

**Art. 683.** Na falta ou impedimento dos presi- dentes dos Tribunais Regionais, e como auxilia- res destes, sempre que necessário, funcionarão seus substitutos.

§ 1o Nos casos de férias, por trinta dias, licença, morte ou renúncia, a convocação com- petirá diretamente ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2o Nos demais casos, mediante convocação do próprio presidente do Tribunal ou comunica- ção do secretário deste, o presidente substituto assumirá imediatamente o exercício, ciente o presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

**SEÇÃO IV** – Dos Juízes Representantes Classistas dos Tribunais Regionais47

**Art. 684.** Os juízes representantes classistas dos Tribunais Regionais são designados pelo Presidente da República.

*Parágrafo único*. Aos juízes representantes classistas dos empregadores e dos empregados, nos Tribunais Regionais, aplicam-se as dispo- sições do art. 661.

**Art. 685.** A escolha dos juízes e suplentes dos Tribunais Regionais, representantes dos empre- gadores e empregados, é feita dentre os nomes constantes das listas para esse fim encaminhadas ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho pelas associações sindicais de grau superior com sede nas respectivas regiões.

47 NE: ver Emenda Constitucional no 24/1999.

§ 1o Para o efeito deste artigo, o Conselho de Representantes de cada associação sindical de grau superior, na ocasião determinada pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, organizará, por maioria de votos, uma lista de três nomes.

§ 2o O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho submeterá os nomes constantes das listas ao Presidente da República, por intermé- dio do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

**Art. 686.** (Suprimido)

**Art. 687.** Os juízes representantes classistas dos Tribunais Regionais tomam posse perante o respectivo presidente.

**Art. 688.** Aos juízes representantes classistas dos Tribunais Regionais aplicam-se as dispo- sições do art. 663, sendo a nova escolha feita dentre os nomes constantes das listas a que se refere o art. 685 ou na forma indicada no art. 686 e, bem assim, as dos arts. 665 e 667.

**Art. 689.** Por sessão a que comparecerem, até o máximo de quinze por mês, perceberão os juízes representantes classistas e suplentes dos Tribunais Regionais a gratificação fixada em lei. *Parágrafo único*. Os juízes representantes classistas que retiverem processos além dos prazos estabelecidos no Regimento Interno dos Tribunais Regionais sofrerão, automaticamente, na gratificação mensal a que teriam direito, desconto equivalente a 1/30 (um trinta avos)

por processo retido.

**CAPÍTULO V** – Do Tribunal Superior do Trabalho

**SEÇÃO I** – Disposições Preliminares

**Art. 690.** O Tribunal Superior do Trabalho, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, é a instância suprema da Justiça do Trabalho.

*Parágrafo único*. O Tribunal funciona na plenitude de sua composição ou dividido em turmas, com observância da paridade de repre- sentação de empregados e empregadores.

**Art. 691.** (Suprimido)

**Art. 692.** (Suprimido)

**SEÇÃO II** – Da Composição e Funcionamento do Tribunal Superior do Trabalho

**Art. 693.** O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de dezessete juízes, com a denomi- nação de Ministros, sendo:48

* 1. onze togados e vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada;
  2. seis classistas, com mandato de três anos, em representação paritária dos empregadores e dos empregados, nomeados pelo Presidente da República, de conformidade com o disposto nos §§ 2o e 3o deste artigo.

§ 1o Dentre os juízes togados do Tribunal Superior do Trabalho, alheios aos interesses profissionais, serão eleitos o presidente, o vice-

-presidente e o corregedor, além dos presiden- tes das turmas, na forma estabelecida em seu regimento interno.

§ 2o Para nomeação trienal dos juízes clas- sistas, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho publicará edital, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, convocando as associações sindicais de grau superior, para que cada uma, mediante maioria de votos do res- pectivo Conselho de Representantes, organize uma lista de três nomes, que será encaminhada, por intermédio daquele Tribunal, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dentro do prazo que for fixado no edital.

§ 3o Na lista de que trata o parágrafo ante- rior figurarão somente brasileiros natos, de reconhecida idoneidade, maiores de 25 (vinte e cinco) anos, quites com o serviço militar, que estejam no gozo de seus direitos civis e políticos e contem mais de dois anos de efetivo exercício da profissão ou se encontrem no desempenho de representação profissional prevista em lei.

48 NE: ver os arts. 111 a 116 da Constituição Federal.

§ 4o (Vetado)

**Art. 694.** Os juízes togados escolher-se-ão: sete, dentre magistrados da Justiça do Trabalho, dois, dentre advogados no efetivo exercício da profissão, e dois, dentre membros do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.49

**Art. 695.** (Suprimido)

**Art. 696.** Importará em renúncia o não compa- recimento do membro do Tribunal, sem motivo justificado, a mais de três sessões ordinárias consecutivas.50

§ 1o Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o Presidente do Tribunal comunicará imediatamente o fato ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a fim de que seja feita a substituição do juiz renunciante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 2o Para os efeitos do parágrafo anterior, a designação do substituto será feita dentre os nomes constantes das listas de que trata o § 2o do art. 693.

**Art. 697.** Em caso de licença, superior a trinta dias, ou de vacância, enquanto não for preen- chido o cargo, os Ministros do Tribunal poderão ser substituídos mediante convocação de Juízes, de igual categoria, de qualquer dos Tribunais Regionais do Trabalho, na forma que dispuser o Regimento do Tribunal Superior do Trabalho.

**Art. 698.** (Suprimido)

**Art. 699.** O Tribunal Superior do Trabalho não poderá deliberar, na plenitude de sua composi- ção, senão com a presença de, pelo menos, nove de seus juízes, além do Presidente.

*Parágrafo único*. As turmas do Tribunal, compostas de 5 (cinco) juízes, só poderão deli- berar com a presença de, pelo menos, três de seus membros, além do respectivo presidente, cabendo também a este funcionar como relator ou revisor nos feitos que lhe forem distribuídos, conforme estabelecer o regimento interno.

49 NE: ver os arts. 111 a 116 da Constituição Federal.

50 NE: ver Lei Complementar no 35/1979.

**121**

Consolidação das Leis do Trabalho

**122**

**Art. 700.** O Tribunal reunir-se-á em dias pre- viamente fixados pelo presidente, o qual poderá, sempre que for necessário, convocar sessões extraordinárias.

**Art. 701.** As sessões do Tribunal serão públicas e começarão às 14 (quatorze) horas, terminando às 17 (dezessete) horas; mas poderão ser pror- rogadas pelo presidente, em caso de manifesta necessidade.

§ 1o As sessões extraordinárias do Tribunal só se realizarão quando forem comunicadas aos seus membros com 24 (vinte e quatro) horas, no mínimo, de antecedência.

§ 2o Nas sessões do Tribunal os debates poderão tornar-se secretos, desde que, por motivo de interesse público, assim resolva a maioria de seus membros.

**SEÇÃO III** – Da Competência do Tribunal Pleno

**Art. 702.** Ao Tribunal Pleno compete: I – em única instância:

1. decidir sobre matéria constitucional, quando arguido, para invalidar lei ou ato do poder público;
2. conciliar e julgar os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regio- nais do Trabalho, bem como estender ou rever suas próprias decisões normativas, nos casos previstos em lei;

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

1. homologar os acordos celebrados em dis- sídios de que trata a alínea anterior;
2. julgar os agravos dos despachos do pre- sidente, nos casos previstos em lei;
3. julgar as suspeições arguidas contra o presidente e demais juízes do Tribunal, nos feitos pendentes de sua decisão;
4. estabelecer ou alterar súmulas e outros enunciados de jurisprudência uniforme, pelo voto de pelo menos dois terços de seus mem- bros, caso a mesma matéria já tenha sido deci- dida de forma idêntica por unanimidade em, no mínimo, dois terços das turmas em pelo menos dez sessões diferentes em cada uma delas, podendo, ainda, por maioria de dois terços

de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de sua publicação no *Diário Oficial*;51

1. aprovar tabelas de custas e emolumentos, nos termos da lei;
2. elaborar o Regimento Interno do Tribunal e exercer as atribuições administrativas previstas em lei, ou decorrentes da Constituição Federal;

II – em última instância:

1. julgar os recursos ordinários das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais, em pro- cessos de sua competência originária;
2. julgar os embargos opostos às decisões de que tratam as alíneas “b” e “c” do inciso I deste artigo;
3. julgar embargos das decisões das Turmas, quando estas divirjam entre si ou de decisão proferida pelo próprio Tribunal Pleno, ou que forem contrárias à letra de lei federal;
4. julgar os agravos de despachos denegató- rios dos presidentes de turmas, em matéria de embargos, na forma estabelecida no regimento interno;
5. julgar os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos.

§ 1o Quando adotada pela maioria de dois terços dos juízes do Tribunal Pleno, a decisão proferida nos embargos de que trata o inciso II, alínea “c”, deste artigo, terá força de prejulgado, nos termos dos §§ 2o e 3o, do art. 902.

§ 2o É da competência de cada uma das tur- mas do Tribunal:

1. julgar, em única instância, os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais do Tra- balho e os que se suscitarem entre juízes de direito ou Juntas de Conciliação e Julgamento de regiões diferentes;
2. julgar, em última instância, os recursos de revista interpostos de decisões dos Tribunais Regionais e das Juntas de Conciliação e Julga- mento ou juízes de direito, nos casos previstos em lei;
3. julgar os agravos de instrumento dos despachos que denegarem a interposição de recursos ordinários ou de revista;
4. julgar os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;

51 NE: ver ADI no 6.188.

1. julgar as habilitações incidentes e argui- ções de falsidade, suspeição e outras, nos casos pendentes de sua decisão.

§ 3o As sessões de julgamento sobre estabele- cimento ou alteração de súmulas e outros enun- ciados de jurisprudência deverão ser públicas, divulgadas com, no mínimo, trinta dias de ante- cedência, e deverão possibilitar a sustentação oral pelo Procurador-Geral do Trabalho, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Advogado-Geral da União e por confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.52

§ 4o O estabelecimento ou a alteração de súmulas e outros enunciados de jurisprudência pelos Tribunais Regionais do Trabalho deverão observar o disposto na alínea “f ” do inciso I e no § 3o deste artigo, com rol equivalente de legitimados para sustentação oral, observada a abrangência de sua circunscrição judiciária.53

**SEÇÃO IV** – Da Competência da Câmara de Justiça do Trabalho

**Arts. 703 a 705.** (Suprimidos)

**SEÇÃO V** – Da Competência da Câmara de Previdência Social

**Art. 706.** (Suprimido)

**SEÇÃO VI** – Das Atribuições do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**Art. 707.** Compete ao Presidente do Tribunal:

1. presidir às sessões do Tribunal, fixando os dias para a realização das sessões ordinárias e convocando as extraordinárias;
2. superintender todos os serviços do Tri- bunal;
3. expedir instruções e adotar as providên- cias necessárias para o bom funcionamento

52 NE: ver ADI no 6.188.

53 NE: ver ADI no 6.188.

do Tribunal e dos demais órgãos da Justiça do Trabalho;

1. fazer cumprir as decisões originárias do Tribunal, determinando aos Tribunais Regionais e aos demais órgãos da Justiça do Trabalho a realização dos atos processuais e das diligências necessárias;
2. submeter ao Tribunal os processos em que tenha de deliberar e designar, na forma do regimento interno, os respectivos relatores;
3. despachar os recursos interpostos pelas partes e os demais papéis em que deva deliberar;
4. determinar as alterações que se fizerem necessárias na lotação do pessoal da Justiça do Trabalho, fazendo remoções *ex officio* de servidores entre os Tribunais Regionais, Juntas de Conciliação e Julgamento e outros órgãos; bem como conceder as requeridas que julgar convenientes ao serviço, respeitada a lotação de cada órgão;
5. conceder licenças e férias aos servidores do Tribunal, bem como impor-lhes as penas dis- ciplinares que excederem da alçada das demais autoridades;
6. dar posse e conceder licença aos membros do Tribunal, bem como conceder licenças e férias aos presidentes dos Tribunais Regionais;
7. apresentar ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, até 31 de março de cada ano, o relatório das atividades do Tribunal e dos demais órgãos da Justiça do Trabalho.

*Parágrafo único*. O Presidente terá um secre- tário, por ele designado dentre os funcionários lotados no Tribunal, e será auxiliado por servi- dores designados nas mesmas condições.

**SEÇÃO VII** – Das Atribuições do Vice- Presidente

**Art. 708.** Compete ao Vice-Presidente do Tribunal:

1. substituir o Presidente e o Corregedor em suas faltas e impedimentos;
2. (Suprimida).

*Parágrafo único*. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, será o Tribunal presidido pelo juiz togado mais antigo, ou pelo mais idoso quando igual a antiguidade.

**123**

Consolidação das Leis do Trabalho

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**124**

**SEÇÃO VIII** – Das Atribuições do Corregedor

**Art. 709.** Compete ao Corregedor, eleito den- tre os Ministros togados do Tribunal Superior do Trabalho:

* 1. – exercer funções de inspeção e correição permanente com relação aos Tribunais Regio- nais e seus presidentes;
  2. – decidir reclamações contra os atos aten- tatórios da boa ordem processual praticados pelos Tribunais Regionais e seus presidentes, quando inexistir recurso específico;
  3. – (Revogado).

§ 1o Das decisões proferidas pelo Correge- dor, nos casos do artigo, caberá o agravo regi- mental, para o Tribunal Pleno.

§ 2o O Corregedor não integrará as Tur- mas do Tribunal, mas participará, com voto, das sessões do Tribunal Pleno, quando não se encontrar em correição ou em férias, embora não relate nem revise processos, cabendo-lhe, outrossim, votar em incidente de inconstitu- cionalidade, nos processos administrativos e nos feitos em que estiver vinculado por visto anterior à sua posse na Corregedoria.

**CAPÍTULO VI** – Dos Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho

**SEÇÃO I** – Da Secretaria das Juntas de Conciliação e Julgamento

**Art. 710.** Cada Junta terá uma Secretaria, sob a direção de funcionário que o presidente designar, para exercer a função de secretário, e que receberá, além dos vencimentos correspon- dentes ao seu padrão, a gratificação de função fixada em lei.

**Art. 711.** Compete à Secretaria das Juntas:

* + 1. o recebimento, a autuação, o andamento, a guarda e a conservação dos processos e outros papéis que lhe forem encaminhados;
    2. a manutenção do protocolo de entrada e saída dos processos e demais papéis;
    3. o registro das decisões;
    4. a informação, às partes interessadas e seus procuradores, do andamento dos respectivos processos, cuja consulta lhes facilitará;
    5. a abertura de vista dos processos às partes, na própria Secretaria;
    6. a contagem das custas devidas pelas partes nos respectivos processos;
    7. o fornecimento de certidões sobre o que constar dos livros ou do arquivamento da Secretaria;
    8. a realização das penhoras e demais dili- gências processuais;
    9. o desempenho dos demais trabalhos que lhe forem cometidos pelo presidente da Junta, para melhor execução dos serviços que lhe estão afetos.

**Art. 712.** Compete especialmente aos secre- tários das Juntas de Conciliação e Julgamento:

1. superintender os trabalhos da Secretaria, velando pela boa ordem do serviço;
2. cumprir e fazer cumprir as ordens emana- das do presidente e das autoridades superiores;
3. submeter a despacho e assinatura do pre- sidente o expediente e os papéis que devam ser por ele despachados e assinados;
4. abrir a correspondência oficial dirigida à Junta e ao seu presidente, a cuja deliberação será submetida;
5. tomar por termo as reclamações verbais, nos casos de dissídios individuais;
6. promover o rápido andamento dos pro- cessos, especialmente na fase de execução, e a pronta realização dos atos e diligências depre- cadas pelas autoridades superiores;
7. secretariar as audiências da Junta, lavrando as respectivas atas;
8. subscrever as certidões e os termos pro- cessuais;
9. dar aos litigantes ciência das reclamações e demais atos processuais de que devam ter conhecimento, assinando as respectivas noti- ficações;
10. executar os demais trabalhos que lhe forem atribuídos pelo presidente da Junta.

*Parágrafo único*. Os serventuários que, sem motivo justificado, não realizarem os atos, den- tro dos prazos fixados, serão descontados em seus vencimentos, em tantos dias quantos os do excesso.

**SEÇÃO II** – Dos Distribuidores

**Art. 713.** Nas localidades em que existir mais de uma Junta de Conciliação e Julgamento, haverá um distribuidor.

**Art. 714.** Compete ao distribuidor:

* 1. a distribuição, pela ordem rigorosa de entrada, e sucessivamente a cada Junta, dos feitos que, para esse fim, lhe forem apresentados pelos interessados;
  2. o fornecimento, aos interessados, do recibo correspondente a cada feito distribuído;
  3. a manutenção de dois fichários dos fei- tos distribuídos, sendo um organizado pelos nomes dos reclamantes e o outro dos reclama- dos, ambos por ordem alfabética;
  4. o fornecimento a qualquer pessoa que o solicite, verbalmente ou por certidão, de infor- mações sobre os feitos distribuídos;
  5. a baixa na distribuição dos feitos, quando isto lhe for determinado pelos presidentes das Juntas, formando, com as fichas corresponden- tes, fichários à parte, cujos dados poderão ser consultados pelos interessados, mas não serão mencionados em certidões.

**Art. 715.** Os distribuidores são designados pelo presidente do Tribunal Regional, dentre os funcionários das Juntas e do Tribunal Regional, existentes na mesma localidade, e ao mesmo presidente diretamente subordinados.

**SEÇÃO III** – Do Cartório dos Juízos de Direito

**Art. 716.** Os Cartórios dos Juízos de Direito, investidos na administração da Justiça do Traba- lho, têm, para esse fim, as mesmas atribuições e obrigações conferidas na Seção I às Secretarias das Juntas de Conciliação e Julgamento.

*Parágrafo único*. Nos Juízos em que houver mais de um Cartório, far-se-á entre eles a distri- buição alternada e sucessiva das reclamações.

**Art. 717.** Aos escrivães dos Juízos de Direito, investidos na administração da Justiça do Tra- balho, competem especialmente as atribuições e obrigações dos secretários das Juntas; e aos

demais funcionários dos Cartórios as que cou- berem nas respectivas funções, dentre as que competem às Secretarias das Juntas, enumeradas no art. 711.

**SEÇÃO IV** – Das Secretarias dos Tribunais Regionais

**Art. 718.** Cada Tribunal Regional tem uma Secretaria, sob a direção do funcionário desig- nado para exercer a função de secretário, com a gratificação de função fixada em lei.

**Art. 719.** Competem à Secretaria dos Tri- bunais, além das atribuições estabelecidas no art. 711, para a Secretaria das Juntas, mais as seguintes:

1. a conclusão dos processos ao presidente e sua remessa, depois de despachados, aos res- pectivos relatores;
2. a organização e a manutenção de um fichário de jurisprudência do Tribunal, para consulta dos interessados.

*Parágrafo único*. No regimento interno dos Tribunais Regionais serão estabelecidas as demais atribuições, o funcionamento e a ordem dos trabalhos de suas Secretarias.

**Art. 720.** Competem aos secretários dos Tribu- nais Regionais as mesmas atribuições conferidas no art. 712 aos secretários das Juntas, além das que lhes forem fixadas no regimento interno dos Tribunais.

**SEÇÃO V** – Dos Oficiais de Justiça

**Art. 721.** Incumbe aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça do Trabalho a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Juntas de Concilia- ção e Julgamento e dos Tribunais Regionais do Trabalho, que lhes forem cometidos pelos respectivos Presidentes.

§ 1o Para efeito de distribuição dos referi- dos atos, cada Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador funcionará perante uma Junta de Conciliação e Julgamento, salvo quando da existência, nos Tribunais Regionais do Trabalho,

**125**

Consolidação das Leis do Trabalho

**126**

de órgão específico, destinado à distribuição de mandados judiciais.

§ 2o Nas localidades onde houver mais de uma Junta, respeitado o disposto no parágrafo anterior, a atribuição para o cumprimento do ato deprecado ao Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador será transferida a outro Oficial, sempre que, após o decurso de 9 (nove) dias, sem razões que o justifiquem, não tiver sido cumprido o ato, sujeitando-se o serventuário às penalidades da lei.

§ 3o No caso de avaliação, terá o Oficial de Justiça Avaliador, para cumprimento do ato, o prazo previsto no art. 888.

§ 4o É facultado aos Presidentes dos Tribu- nais Regionais do Trabalho cometer a qualquer Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador a realização dos atos de execução das decisões desses Tribunais.

§ 5o Na falta ou impedimento do Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador, o Presi- dente da Junta poderá atribuir a realização do ato a qualquer serventuário.

**CAPÍTULO VII** – Das Penalidades

**SEÇÃO I** – Do *Lock-out* e da Greve

**Art. 722.** Os empregadores que, individual ou coletivamente, suspenderem os trabalhos dos seus estabelecimentos, sem prévia autoriza- ção do tribunal competente, ou que violarem, ou se recusarem a cumprir decisão proferida em dissídio coletivo, incorrerão nas seguintes penalidades:

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

1. multa de cinco mil cruzeiros a cinquenta mil cruzeiros;
2. perda do cargo de representação profis- sional em cujo desempenho estiverem;
3. suspensão, pelo prazo de dois a cinco anos, do direito de serem eleitos para cargos de representação profissional.

§ 1o Se o empregador for pessoa jurídica, as penas previstas nas alíneas “b” e “c” incidirão sobre os administradores responsáveis.

§ 2o Se o empregador for concessionário de serviço público, as penas serão aplicadas em dobro. Nesse caso, se o concessionário for pessoa jurídica, o presidente do tribunal que houver proferido a decisão poderá, sem prejuízo

do cumprimento desta e da aplicação das pena- lidades cabíveis, ordenar o afastamento dos administradores responsáveis, sob pena de ser cassada a concessão.

§ 3o Sem prejuízo das sanções cominadas neste artigo, os empregadores ficarão obrigados a pagar os salários devidos aos seus empregados, durante o tempo de suspensão do trabalho.

**Arts. 723 a 725.** (Revogados)

**SEÇÃO II** – Das Penalidades contra os Membros da Justiça do Trabalho

**Art. 726.** Aquele que recusar o exercício da função de vogal de Junta de Conciliação e Jul- gamento ou de Tribunal Regional, sem motivo justificado, incorrerá nas seguintes penas:

1. sendo representante de empregado- res, multa de Cr$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros) e suspensão do direito de representação profissional por dois a cinco anos;
2. sendo representante de empregados, multa de Cr$ 100,00 (cem cruzeiros) e sus- pensão do direito de representação profissional por dois a cinco anos.

**Art. 727.** Os vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento, ou dos Tribunais Regionais, que faltarem a três reuniões ou sessões consecutivas, sem motivo justificado, perderão o cargo, além de incorrerem nas penas do artigo anterior.

*Parágrafo único*. Se a falta for de presidente, incorrerá ele na pena de perda do cargo, além da perda dos vencimentos correspondentes aos dias em que tiver faltado às audiências ou sessões consecutivas.

**Art. 728.** Aos presidentes, membros, juízes, vogais e funcionários auxiliares da Justiça do Trabalho, aplica-se o disposto no Título XI do Código Penal.

**SEÇÃO III** – De Outras Penalidades

**Art. 729.** O empregador que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre readmissão

ou reintegração de empregado, além do paga- mento dos salários deste, incorrerá na multa de Cr$ 10,00 (dez cruzeiros) a Cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), por dia, até que seja cumprida a decisão.

§ 1o O empregador que impedir ou tentar impedir que empregado seu sirva como vogal em Tribunal de Trabalho, ou que perante este preste depoimento, incorrerá na multa de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

§ 2o Na mesma pena do parágrafo anterior incorrerá o empregador que dispensar seu empregado pelo fato de haver servido como vogal ou prestado depoimento como teste- munha, sem prejuízo da indenização que a lei estabeleça.

**Art. 730.** Aqueles que se recusarem a depor como testemunhas, sem motivo justificado, incorrerão na multa de Cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

**Art. 731.** Aquele que, tendo apresentado ao distribuidor reclamação verbal, não se apresen- tar, no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 786, à Junta ou Juízo para fazê-lo tomar por termo, incorrerá na pena de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.

**Art. 732.** Na mesma pena do artigo anterior incorrerá o reclamante que, por duas vezes seguidas, der causa ao arquivamento de que trata o art. 844.

**Art. 733.** As infrações de disposições deste Título, para as quais não haja penalidades comi- nadas, serão punidas com a multa de Cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), elevada ao dobro na reincidência.

**CAPÍTULO VIII** – Disposições Gerais

**Art. 734.** O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá rever, *ex officio*, dentro

do prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação no órgão oficial, ou mediante repre- sentação apresentada dentro de igual prazo:54

* 1. as decisões da Câmara de Previdência Social, quando proferidas pelo voto de desem- pate, ou que violarem disposições expressas de direito ou modificarem jurisprudência até então observada;
  2. as decisões do presidente do Tribunal Superior do Trabalho em matéria de previ- dência social.

*Parágrafo único*. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá avocar ao seu conhecimento os assuntos de natureza adminis- trativa referentes às instituições de previdência social, sempre que houver interesse público.

**Art. 735.** As repartições públicas e as asso- ciações sindicais são obrigadas a fornecer aos juízes e tribunais do Trabalho e à Procuradoria da Justiça do Trabalho as informações e os dados necessários à instrução e ao julgamento dos feitos submetidos à sua apreciação.

*Parágrafo único*. A recusa de informações ou dados a que se refere este artigo, por parte de funcionários públicos, importa na aplicação das penalidades previstas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos por desobediência.

**TÍTULO IX** – Do Ministério Público do Trabalho55

**CAPÍTULO I** – Disposições Gerais

**Art. 736.** O Ministério Público do Trabalho é constituído por agentes diretos do Poder Executivo, tendo por função zelar pela exata observância da Constituição Federal, das leis e demais atos emanados dos poderes públicos, na esfera de suas atribuições.

*Parágrafo único*. Para o exercício de suas funções, o Ministério Público do Trabalho reger-se-á pelo que estatui esta Consolidação e, na falta de disposição expressa, pelas normas que regem o Ministério Público Federal.

54 NE: ver Decreto-lei no 72/1966 e Lei no 3.807/1960.

55 NE: ver Lei Complementar no 75/1993.

**127**

Consolidação das Leis do Trabalho

**128**

**Art. 737.** O Ministério Público do Trabalho compõe-se da Procuradoria da Justiça do Tra- balho e da Procuradoria da Previdência Social, aquela funcionando como órgão de coordena- ção entre a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ambas dire- tamente subordinadas ao Ministro de Estado.

**Art. 738.** Os procuradores, além dos venci- mentos fixados na tabela constante do Decre- to-lei no 2.874, de 16 de dezembro de 1940, continuarão a perceber a percentagem de 8%, por motivo de cobrança da dívida ativa da União ou de multas impostas pelas autoridades administrativas e judiciárias do trabalho e da previdência social.

*Parágrafo único*. Essa percentagem será cal- culada sobre as somas efetivamente arrecadadas e rateada de acordo com as instruções expedidas pelos respectivos procuradores-gerais.

**Art. 739.** Não estão sujeitos a ponto os pro- curadores-gerais e os procuradores.

**CAPÍTULO II** – Da Procuradoria da Justiça do Trabalho

**SEÇÃO I** – Da Organização

**Art. 740.** A Procuradoria da Justiça do Tra- balho compreende:

1. 1 (uma) Procuradoria-Geral, que funcio- nará junto ao Tribunal Superior do Trabalho;

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

1. 24 (vinte e quatro) Procuradorias Regio- nais, que funcionarão junto aos Tribunais Regio- nais do Trabalho.

**Art. 741.** As Procuradorias Regionais são subordinadas diretamente ao procurador-geral.

**Art. 742.** A Procuradoria-Geral é constituída de um procurador-geral e de procuradores.

*Parágrafo único*. As Procuradorias Regio- nais compõem-se de um procurador regional, auxiliado, quando necessário, por procuradores adjuntos.

**Art. 743.** Haverá, nas Procuradorias Regio- nais, substitutos de procurador adjunto ou,

quando não houver este cargo, de procurador regional, designados previamente por decreto do Presidente da República, sem ônus para os cofres públicos.

§ 1o O substituto tomará posse perante o respectivo procurador regional, que será a auto- ridade competente para convocá-lo.

§ 2o O procurador regional será substituído em suas faltas e impedimentos pelo procurador adjunto, quando houver, e, havendo mais de um, pelo que for por ele designado.

§ 3o O procurador adjunto será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo procurador substituto.

§ 4o Será dispensado, automaticamente, o substituto que não atender a convocação, salvo motivo de doença devidamente comprovada.

§ 5o Nenhum direito ou vantagem terá o substituto além do vencimento do cargo do substituído e somente durante o seu impedi- mento legal.

**Art. 744.** A nomeação do procurador-geral deverá recair em bacharel em ciências jurídicas e sociais, que tenha exercido, por cinco ou mais anos, cargo de magistratura ou de Ministério Público, ou a advocacia.

**Art. 745.** Para a nomeação dos demais pro- curadores, atender-se-á aos mesmos requisitos estabelecidos no artigo anterior, reduzido a dois anos, no mínimo, o tempo de exercício.

**SEÇÃO II** – Da Competência da Procuradoria-Geral

**Art. 746.** Compete à Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho:

1. oficiar, por escrito, em todos os proces- sos e questões de trabalho de competência do Tribunal Superior do Trabalho;
2. funcionar nas sessões do mesmo Tribu- nal, opinando verbalmente sobre a matéria em debate e solicitando as requisições e diligências que julgar convenientes, sendo-lhe assegurado o direito de vista do processo em julgamento sempre que for suscitada questão nova, não examinada no parecer exarado;
3. requerer prorrogação das sessões do Tri- bunal, quando essa medida for necessária para que se ultime o julgamento;
4. exarar, por intermédio do procurador-

-geral, o seu “ciente” nos acórdãos do Tribunal;

1. proceder às diligências e inquéritos soli- citados pelo Tribunal;
2. recorrer das decisões do Tribunal, nos casos previstos em lei;
3. promover, perante o Juízo competente, a cobrança executiva das multas impostas pelas autoridades administrativas e judiciárias do trabalho;
4. representar às autoridades competentes contra os que não cumprirem as decisões do Tribunal;
5. prestar às autoridades do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as informações que lhe forem solicitadas sobre os dissídios sub- metidos à apreciação do Tribunal e encaminhar aos órgãos competentes cópia autenticada das decisões que por eles devam ser atendidas ou cumpridas;
6. requisitar de quaisquer autoridades inqué- ritos, exames periciais, diligências, certidões e esclarecimentos que se tornem necessários no desempenho de suas atribuições;
7. defender a jurisdição dos órgãos da Justiça do Trabalho;
8. suscitar conflitos de jurisdição.

**SEÇÃO III** – Da Competência das Procuradorias Regionais

**Art. 747.** Compete às Procuradorias Regio- nais exercer, dentro da jurisdição do Tribunal Regional respectivo, as atribuições indicadas na Seção anterior.

**SEÇÃO IV** – Das Atribuições do Procurador-Geral

**Art. 748.** Como chefe da Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho, incumbe ao Procura- dor-Geral:

1. dirigir os serviços da Procuradoria-Geral, orientar e fiscalizar as Procuradorias Regionais, expedindo as necessárias instruções;
2. funcionar nas sessões do Tribunal Supe- rior do Trabalho, pessoalmente ou por inter- médio do procurador que designar;
3. exarar o seu “ciente” nos acórdãos do Tribunal;
4. designar o procurador que o substitua nas faltas e impedimentos e o chefe da secretaria da Procuradoria;
5. apresentar, até o dia 31 de março, ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, relatório dos trabalhos da Procuradoria-Geral no ano anterior, com as observações e sugestões que julgar convenientes;
6. conceder férias aos procuradores e demais funcionários que sirvam na Procuradoria e impor-lhes penas disciplinares, observada, quanto aos procuradores, a legislação em vigor para o Ministério Público Federal;
7. funcionar em Juízo, em primeira instân- cia, ou designar os procuradores que o devem fazer;
8. admitir e dispensar o pessoal extranu- merário da Secretaria e prorrogar o expediente remunerado dos funcionários e extranume- rários.

**SEÇÃO V** – Das Atribuições dos Procuradores

**Art. 749.** Incumbe aos procuradores com exercício na Procuradoria-Geral:

1. funcionar, por designação do procura- dor-geral, nas sessões do Tribunal Superior do Trabalho;
2. desempenhar os demais encargos que lhes forem atribuídos pelo Procurador-Geral. *Parágrafo único*. Aos procuradores é facul- tado, nos processos em que oficiarem, requerer ao procurador-geral as diligências e investiga-

ções necessárias.

**SEÇÃO VI** – Das Atribuições dos Procuradores Regionais

**Art. 750.** Incumbe aos procuradores regionais:

1. dirigir os serviços da respectiva Procu- radoria;

**129**

Consolidação das Leis do Trabalho

**130**

1. funcionar nas sessões do Tribunal Regio- nal, pessoalmente ou por intermédio do pro- curador adjunto que designar;
2. apresentar, semestralmente, ao procu- rador-geral um relatório das atividades da respectiva Procuradoria, bem como dados e informações sobre a administração da Justiça do Trabalho na respectiva região;
3. requerer e acompanhar perante as auto- ridades administrativas ou judiciárias as dili- gências necessárias à execução das medidas e providências ordenadas pelo procurador-geral;
4. prestar ao procurador-geral as informa- ções necessárias sobre os feitos em andamento e consultá-lo nos casos de dúvidas;
5. funcionar em Juízo, na sede do respectivo Tribunal Regional;
6. exarar o seu “ciente” nos acórdãos do Tribunal;
7. designar o procurador que o substitua nas faltas e impedimentos e o secretário da Procuradoria.

**Art. 751.** Incumbe aos procuradores adjuntos das Procuradorias Regionais:

1. funcionar, por designação do procurador regional, nas sessões do Tribunal Regional;
2. desempenhar os demais encargos que lhes forem atribuídos pelo procurador regional.

**SEÇÃO VII** – Da Secretaria

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 752.** A Secretaria da Procuradoria-Geral funcionará sob a direção de um chefe designado pelo Procurador-Geral e terá o pessoal desig- nado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

**Art. 753.** Compete à Secretaria:

1. receber, registrar e encaminhar os pro- cessos ou papéis entrados;
2. classificar e arquivar os pareceres e outros papéis;
3. prestar informações sobre os processos ou papéis sujeitos à apreciação da Procuradoria;
4. executar o expediente da Procuradoria;
5. providenciar sobre o suprimento do mate- rial necessário;
6. desempenhar os demais trabalhos que lhe forem cometidos pelo procurador-geral, para melhor execução dos serviços a seu cargo.

**Art. 754.** Nas Procuradorias Regionais os tra- balhos a que se refere o artigo anterior serão executados pelos funcionários para esse fim designados.

**CAPÍTULO III** – Da Procuradoria de Previdência Social56

**SEÇÃO I** – Da Organização

**Art. 755.** A Procuradoria de Previdência Social compõe-se de um procurador-geral e de pro- curadores.

**Art. 756.** Para a nomeação do procurador-ge- ral e dos demais procuradores atender-se-á ao disposto nos arts. 744 e 745.

**SEÇÃO II** – Da Competência da Procuradoria

**Art. 757.** Compete à Procuradoria de Previ- dência Social:

1. oficiar, por escrito, nos processos que tenham de ser sujeitos à decisão do Conselho Superior de Previdência Social;
2. oficiar, por escrito, nos pedidos de revisão das decisões do mesmo Conselho;
3. funcionar nas sessões do mesmo Conse- lho, opinando verbalmente sobre a matéria em debate e solicitando as requisições e diligências que julgar convenientes, sendo-lhe assegurado o direito de vista do processo em julgamento, sempre que for suscitada questão nova, não examinada no parecer exarado;
4. opinar, quando solicitada, nos processos sujeitos à deliberação do Ministro de Estado, do Conselho Técnico do Departamento Nacional de Previdência Social ou do Diretor do mesmo Departamento, em que houver matéria jurídica a examinar;
5. funcionar, em primeira instância, nas ações propostas contra a União, no Distrito

56 NE: ver Decreto-lei no 72/1966.

Federal, para anulação de atos e decisões do Conselho Superior de Previdência Social ou do Departamento Nacional de Previdência Social, bem como do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em matéria de previdência social;

1. fornecer ao Ministério Público as infor- mações por este solicitadas em virtude de ações propostas nos Estados e Territórios para execu- ção ou anulação de atos e decisões dos órgãos ou da autoridade a que se refere a alínea anterior;
2. promover em juízo, no Distrito Federal, qualquer procedimento necessário ao cumpri- mento das decisões do Conselho Superior de Previdência Social e do Departamento Nacional de Previdência Social, bem como do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em matéria de previdência social;
3. recorrer das decisões dos órgãos e autori- dades competentes em matéria de previdência social e requerer revisão das decisões do Con- selho Superior de Previdência Social, que lhe pareçam contrárias à lei.

**SEÇÃO III** – Das Atribuições do Procurador-Geral

**Art. 758.** Como chefe da Procuradoria da Pre- vidência Social, incumbe ao Procurador-Geral:

1. dirigir os serviços da Procuradoria, expe- dindo as necessárias instruções;
2. funcionar nas sessões do Conselho Supe- rior de Previdência Social, pessoalmente ou por intermédio do procurador que designar;
3. designar o procurador que o substitua nas faltas e impedimentos e o chefe da Secretaria da Procuradoria;
4. conceder férias aos procuradores e demais funcionários lotados na Procuradoria e impor-

-lhes penas disciplinares, observada, quanto aos procuradores, a legislação em vigor para o Ministério Público Federal;

1. funcionar em juízo, em primeira instân- cia, ou designar os procuradores que devem fazê-lo;
2. admitir e dispensar o pessoal extranu- merário da Secretaria e prorrogar o expediente remunerado dos funcionários e extranume- rários;
3. apresentar, até 31 de março de cada ano, ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o relatório dos trabalhos da Procuradoria no ano anterior, com as observações e sugestões que julgar convenientes.

**SEÇÃO IV** – Das Atribuições dos Procuradores

**Art. 759.** Aos procuradores e demais funcio- nários incumbe desempenhar os encargos que lhes forem cometidos pelo procurador-geral.

*Parágrafo único*. Aos procuradores é facul- tado, nos processos em que oficiarem, requerer ao procurador-geral as diligências e investiga- ções necessárias.

**SEÇÃO V** – Da Secretaria

**Art. 760.** A Procuradoria da Previdência Social terá uma Secretaria dirigida por um chefe desig- nado pelo Procurador-Geral.

**Art. 761.** A Secretaria terá o pessoal desig- nado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

**Art. 762.** À Secretaria da Procuradoria de Previdência Social compete executar serviços idênticos aos referidos no art. 753.

**TÍTULO X** – Do Processo Judiciário do Trabalho

**CAPÍTULO I** – Disposições Preliminares

**Art. 763.** O processo da Justiça do Trabalho, no que concerne aos dissídios individuais e cole- tivos e à aplicação de penalidades, reger-se-á, em todo o território nacional, pelas normas estabelecidas neste Título.

**Art. 764.** Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

§ 1o Para os efeitos deste artigo, os juízes e tribunais do Trabalho empregarão sempre os

**131**

Consolidação das Leis do Trabalho

**132**

seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

§ 2o Não havendo acordo, o juízo conci- liatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral, proferindo decisão na forma prescrita neste Título.

§ 3o É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

**Art. 765.** Os juízos e tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência neces- sária ao esclarecimento delas.

**Art. 766.** Nos dissídios sobre estipulação de salários, serão estabelecidas condições que, assegurando justos salários aos trabalhadores, permitam também justa retribuição às empresas interessadas.

**Art. 767.** A compensação, ou retenção, só poderá ser arguida como matéria de defesa.

**Art. 768.** Terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o juízo da falência.

**Art. 769.** Nos casos omissos, o direito proces- sual comum será fonte subsidiária do direito processual do Trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**CAPÍTULO II** – Do Processo em Geral **SEÇÃO I** – Dos Atos, Termos e Prazos Processuais

**Art. 770.** Os atos processuais serão publicados, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

*Parágrafo único*. A penhora poderá reali- zar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.

**Art. 771.** Os atos e termos processuais poderão ser escritos a tinta, datilografados ou a carimbo.

**Art. 772.** Os atos e termos processuais, que devam ser assinados pelas partes interessadas, quando estas, por motivo justificado, não pos- sam fazê-lo, serão firmados a rogo, na presença de duas testemunhas, sempre que não houver procurador legalmente constituído.

**Art. 773.** Os termos relativos ao movimento dos processos constarão de simples notas, data- das e rubricadas pelos secretários ou escrivães.

**Art. 774.** Salvo disposição em contrário, os prazos previstos neste Título contam-se, con- forme o caso, a partir da data em que for feita pessoalmente, ou recebida a notificação, daquela em que for publicado o edital no jornal oficial ou no que publicar o expediente da Justiça do Trabalho, ou, ainda, daquela em que for afixado o edital, na sede da Junta, Juízo ou Tribunal.

*Parágrafo único*. Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destina- tário, ou no de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 (qua- renta e oito) horas, ao tribunal de origem.

**Art. 775.** Os prazos estabelecidos neste Título serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

§ 1o Os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, nas seguintes hipóteses:

I – quando o juízo entender necessário;

II – em virtude de força maior, devidamente comprovada.

§ 2o Ao juízo incumbe dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

**Art. 775-A.** Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

§ 1o Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os mem- bros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período previsto no *caput* deste artigo.

§ 2o Durante a suspensão do prazo, não se realizarão audiências nem sessões de julga- mento.

**Art. 776.** O vencimento dos prazos será certificado nos processos pelos escrivães ou secretários.

**Art. 777.** Os requerimentos e documentos apresentados, os atos e termos processuais, as petições ou razões de recursos e quaisquer outros papéis referentes aos feitos formarão os autos dos processos, os quais ficarão sob a responsabilidade dos escrivães ou secretários.

**Art. 778.** Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos cartórios ou secretarias, salvo se solicitados por advo- gado regularmente constituído por qualquer das partes, ou quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição.

**Art. 779.** As partes, ou seus procuradores, poderão consultar, com ampla liberdade, os processos nos Cartórios ou Secretarias.

**Art. 780.** Os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados somente depois de findo o processo, ficando traslado.

**Art. 781.** As partes poderão requerer certidões dos processos em curso ou arquivados, as quais serão lavradas pelos escrivães ou secretários.

*Parágrafo único*. As certidões dos processos que correrem em segredo de justiça dependerão de despacho do juiz ou presidente.

**Art. 782.** São isentos do selo as reclamações, representações, requerimentos, atos e processos relativos à Justiça do Trabalho.

**SEÇÃO II** – Da Distribuição

**Art. 783.** A distribuição das reclamações será feita entre as Juntas de Conciliação e Julga- mento, ou os Juízes de Direito do Cível, nos casos previstos no art. 669, § 1o, pela ordem

rigorosa de sua apresentação ao distribuidor, quando o houver.

**Art. 784.** As reclamações serão registradas em livro próprio, rubricado em todas as folhas pela autoridade a que estiver subordinado o distribuidor.

**Art. 785.** O distribuidor fornecerá ao interes- sado um recibo, do qual constarão, essencial- mente, o nome do reclamante e do reclamado, a data da distribuição, o objeto da reclamação e a Junta ou o Juízo a que coube a distribuição.

**Art. 786.** A reclamação verbal será distribuída antes de sua redução a termo.

*Parágrafo único*. Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se, no prazo de cinco dias, ao Cartório ou à Secretaria, para reduzi-la a termo, sob a pena estabelecida no art. 731.

**Art. 787.** A reclamação escrita deverá ser for- mulada em duas vias e desde logo acompanhada dos documentos em que se fundar.

**Art. 788.** Feita a distribuição, a reclamação será remetida pelo distribuidor à Junta ou Juízo competente, acompanhada do bilhete de dis- tribuição.

**SEÇÃO III** – Das Custas e Emolumentos

**Art. 789.** Nos dissídios individuais e nos dissí- dios coletivos do trabalho, nas ações e procedi- mentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e serão calculadas:

I – quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor;

**133**

Consolidação das Leis do Trabalho

**134**

1. – quando houver extinção do processo, sem julgamento do mérito, ou julgado total- mente improcedente o pedido, sobre o valor da causa;
2. – no caso de procedência do pedido for- mulado em ação declaratória e em ação cons- titutiva, sobre o valor da causa;
3. – quando o valor for indeterminado, sobre o que o juiz fixar.

§ 1o As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.

§ 2o Não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.

§ 3o Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.

§ 4o Nos dissídios coletivos, as partes venci- das responderão solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado na decisão, ou pelo Presidente do Tribunal.

**Art. 789-A.** No processo de execução são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final, de conformidade com a seguinte tabela:

1. – autos de arrematação, de adjudicação e de remição: 5% (cinco por cento) sobre o respectivo valor, até o máximo de R$ 1.915,38 (um mil, novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos);

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

1. – atos dos oficiais de justiça, por diligência certificada:
   1. em zona urbana: R$ 11,06 (onze reais e seis centavos);
   2. em zona rural: R$ 22,13 (vinte e dois reais e treze centavos);
2. – agravo de instrumento: R$ 44,26 (qua- renta e quatro reais e vinte e seis centavos);
3. – agravo de petição: R$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos);
4. – embargos à execução, embargos de terceiro e embargos à arrematação: R$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos);
5. – recurso de revista: R$ 55,35 (cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos);
6. – impugnação à sentença de liquidação: R$ 55,35 (cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos);
7. – despesa de armazenagem em depósito judicial – por dia: 0,1% (um décimo por cento) do valor da avaliação;
8. – cálculos de liquidação realizados pelo contador do juízo – sobre o valor liquidado: 0,5% (cinco décimos por cento) até o limite de R$ 638,46 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos).

**Art. 789-B.** Os emolumentos serão suporta- dos pelo Requerente, nos valores fixados na seguinte tabela:

1. – autenticação de traslado de peças mediante cópia reprográfica apresentada pelas partes – por folha: R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos de real);
2. – fotocópia de peças – por folha: R$ 0,28 (vinte e oito centavos de real);
3. – autenticação de peças – por folha: R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos de real);
4. – cartas de sentença, de adjudicação, de remição e de arrematação – por folha: R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos de real);
5. – certidões – por folha: R$ 5,53 (cinco reais e cinquenta e três centavos).

**Art. 790.** Nas Varas do Trabalho, nos Juízos de Direito, nos Tribunais e no Tribunal Superior do Trabalho, a forma de pagamento das custas e emolumentos obedecerá às instruções que serão expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 1o Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidaria- mente pelo pagamento das custas devidas.

§ 2o No caso de não pagamento das custas, far-se-á execução da respectiva importância, segundo o procedimento estabelecido no Capí- tulo V deste Título.

§ 3o É facultado aos juízes, órgãos julgado- res e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo

dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 4o O benefício da justiça gratuita será con- cedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.

**Art. 790-A.** São isentos do pagamento de cus- tas, além dos beneficiários de justiça gratuita: I – a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que

não explorem atividade econômica;

II – o Ministério Público do Trabalho.

*Parágrafo único*. A isenção prevista neste artigo não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I da obrigação de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.

**Art. 790-B.** A responsabilidade pelo paga- mento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.57

§ 1o Ao fixar o valor dos honorários peri- ciais, o juízo deverá respeitar o limite máximo estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

§ 2o O juízo poderá deferir parcelamento dos honorários periciais.

§ 3o O juízo não poderá exigir adiantamento de valores para realização de perícias.

§ 4o Somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa referida no *caput*, ainda que em outro processo, a União responderá pelo encargo.58

**SEÇÃO IV** – Das Partes e dos Procuradores

**Art. 791.** Os empregados e os empregado- res poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.

57 NE: ver ADI no 5.766.

58 NE: ver ADI no 5.766.

§ 1o Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solici- tador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2o Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.

§ 3o A constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efe- tivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte represen- tada.

**Art. 791-A.** Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquida- ção da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

§ 1o Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

§ 2o Ao fixar os honorários, o juízo obser- vará:

1. – o grau de zelo do profissional;
2. – o lugar de prestação do serviço;
3. – a natureza e a importância da causa;
4. – o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 3o Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

§ 4o Vencido o beneficiário da justiça gra- tuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorren- tes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequen- tes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recur- sos que justificou a concessão de gratuidade,

**135**

Consolidação das Leis do Trabalho

**136**

extinguindo-se, passado esse prazo, tais obri- gações do beneficiário.59

§ 5o São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

**Art. 792.** (Revogado)

**Art. 793.** A reclamação trabalhista do menor de 18 (dezoito) anos será feita por seus repre- sentantes legais e, na falta destes, pela Procu- radoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.

**SEÇÃO IV-A** – Da Responsabilidade por Dano Processual

**Art. 793-A.** Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como reclamante, reclamado ou interveniente.

**Art. 793-B.** Considera-se litigante de má-fé aquele que:

1. – deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
2. – alterar a verdade dos fatos;
3. – usar do processo para conseguir obje- tivo ilegal;
4. – opuser resistência injustificada ao anda- mento do processo;
5. – proceder de modo temerário em qual- quer incidente ou ato do processo;

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

1. – provocar incidente manifestamente infundado;
2. – interpuser recurso com intuito mani- festamente protelatório.

**Art. 793-C.** De ofício ou a requerimento, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

§ 1o Quando forem dois ou mais os litigan- tes de má-fé, o juízo condenará cada um na

59 NE: ver ADI no 5.766.

proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

§ 2o Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3o O valor da indenização será fixado pelo juízo ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedi- mento comum, nos próprios autos.

**Art. 793-D.** Aplica-se a multa prevista no art. 793-C desta Consolidação à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.

*Parágrafo único*. A execução da multa pre- vista neste artigo dar-se-á nos mesmos autos.

**SEÇÃO V** – Das Nulidades

**Art. 794.** Nos processos sujeitos à aprecia- ção da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

**Art. 795.** As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.

§ 1o Deverá, entretanto, ser declarada *ex officio* a nulidade fundada em incompetência de foro. Nesse caso, serão considerados nulos os atos decisórios.

§ 2o O juiz, ou tribunal, que se julgar incom- petente determinará na mesma ocasião que se faça remessa do processo, com urgência, à autoridade competente, fundamentando sua decisão.

**Art. 796.** A nulidade não será pronunciada:

* 1. quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato;
  2. quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

**Art. 797.** O juiz, ou tribunal, que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

**Art. 798.** A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

**SEÇÃO VI** – Das Exceções

**Art. 799.** Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.

§ 1o As demais exceções serão alegadas como matéria de defesa.

§ 2o Das decisões sobre exceções de sus- peição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las nova- mente no recurso que couber da decisão final.

**Art. 800.** Apresentada exceção de incompetên- cia territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo.

§ 1o Protocolada a petição, será suspenso o processo e não se realizará a audiência a que se refere o art. 843 desta Consolidação até que se decida a exceção.

§ 2o Os autos serão imediatamente conclusos ao juiz, que intimará o reclamante e, se exis- tentes, os litisconsortes, para manifestação no prazo comum de cinco dias.

§ 3o Se entender necessária a produção de prova oral, o juízo designará audiência, garantindo o direito de o excipiente e de suas testemunhas serem ouvidos, por carta preca- tória, no juízo que este houver indicado como competente.

§ 4o Decidida a exceção de incompetência territorial, o processo retomará seu curso, com a designação de audiência, a apresentação de defesa e a instrução processual perante o juízo competente.

**Art. 801.** O juiz, presidente, ou vogal, é obri- gado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, por algum dos seguintes motivos, em relação à pessoa dos litigantes:

* + 1. inimizade pessoal;
    2. amizade íntima;
    3. parentesco por consanguinidade ou afi- nidade até o terceiro grau civil;
    4. interesse particular na causa.

*Parágrafo único*. Se o recusante houver pra- ticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo. A suspeição não será também admitida, se do processo constar que o recusante deixou de alegá-la anteriormente, quando já a conhecia, ou que, depois de conhecida, aceitou o juiz recu- sado, ou, finalmente, se procurou de propósito o motivo de que ela se originou.

**Art. 802.** Apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou tribunal designará audiência, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, para instrução e julgamento da exceção.

§ 1o Nas Juntas de Conciliação e Julgamento e nos Tribunais Regionais, julgada procedente a exceção de suspeição, será logo convocado para a mesma audiência ou sessão, ou para a seguinte, o suplente do membro suspeito, o qual continuará a funcionar no feito até decisão final. Proceder-se-á da mesma maneira quando algum dos membros se declarar suspeito.

§ 2o Se se tratar de suspeição de juiz de direito, será este substituído na forma da orga- nização judiciária local.

**SEÇÃO VII** – Dos Conflitos de Jurisdição

**Art. 803.** Os conflitos de jurisdição podem ocorrer entre:

1. Juntas de Conciliação e Julgamento e Juízos de direito investidos na administração da Justiça do Trabalho;
2. Tribunais Regionais do Trabalho;
3. Juízos e tribunais do Trabalho e órgãos da Justiça Ordinária;
4. Câmaras do Tribunal Superior do Tra- balho.60

**Art. 804.** Dar-se-á conflito de jurisdição:

1. quando ambas as autoridades se consi- derarem competentes;

60 NE: ver Decreto-lei no 8.737/1946.

**137**

Consolidação das Leis do Trabalho

**138**

1. quando ambas as autoridades se consi- derarem incompetentes.

**Art. 805.** Os conflitos de jurisdição podem ser suscitados:

1. pelos juízes e tribunais do Trabalho;
2. pelo procurador-geral e pelos procura- dores regionais da Justiça do Trabalho;
3. pela parte interessada, ou o seu repre- sentante.

**Art. 806.** É vedado à parte interessada suscitar conflitos de jurisdição quando já houver oposto na causa exceção de incompetência.

**Art. 807.** No ato de suscitar o conflito deverá a parte interessada produzir a prova de exis- tência dele.

**Art. 808.** Os conflitos de jurisdição de que trata o art. 803 serão resolvidos:

1. pelos Tribunais Regionais, os suscitados entre Juntas e entre Juízos de Direito, ou entre umas e outras, nas respectivas regiões;
2. pelo Tribunal Superior do Trabalho, os suscitados entre Tribunais Regionais, ou entre Juntas e Juízos de Direito sujeitos à jurisdição de Tribunais Regionais diferentes;
3. pelo Conselho Pleno, os suscitados entre as Câmaras de Justiça do Trabalho e de Previ- dência Social;61
4. pelo Supremo Tribunal Federal, os sus- citados entre as autoridades da Justiça do Tra- balho e as da Justiça ordinária.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 809.** Nos conflitos de jurisdição entre as Juntas e os Juízos de Direito observar-se-á o seguinte:

* 1. – o Juiz ou presidente mandará extrair dos autos as provas do conflito e, com a sua infor- mação, remeterá o processo assim formado, no mais breve prazo possível, ao presidente do Tribunal Regional competente;
  2. – no Tribunal Regional, logo que der entrada o processo, o presidente determinará a distribuição do feito, podendo o relator orde- nar imediatamente às Juntas e aos Juízos, nos casos de conflito positivo, que sobrestejam o

61 NE: ver Decreto-lei no 9.797/1946.

andamento dos respectivos processos, e solicitar, ao mesmo tempo, quaisquer informações que julgue convenientes. Seguidamente, será ouvida a Procuradoria, após o que o relator submeterá o feito a julgamento, na primeira sessão;

* 1. – proferida a decisão, será a mesma comu- nicada, imediatamente, às autoridades em con- flito, prosseguindo no foro julgado competente.

**Art. 810.** Aos conflitos de jurisdição entre os Tribunais Regionais aplicar-se-ão as normas estabelecidas no artigo anterior.

**Art. 811.** Nos conflitos suscitados na Justiça do Trabalho entre as autoridades desta e os órgãos da Justiça ordinária, o processo do conflito, formado de acordo com o inciso I do art. 809, será remetido diretamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

**Art. 812.** A ordem processual dos conflitos de jurisdição entre as Câmaras do Tribunal Superior do Trabalho será a estabelecida no seu regimento interno.62

**SEÇÃO VIII** – Das Audiências

**Art. 813.** As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do juízo ou tribunal em dias úteis, pre- viamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar cinco horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

§ 1o Em casos especiais, poderá ser desig- nado outro local para a realização das audiências mediante edital, afixado na sede do juízo ou tribunal, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2o Sempre que for necessário, poderão ser convocadas audiências extraordinárias, obser- vado o prazo do parágrafo anterior.

**Art. 814.** Às audiências deverão estar presen- tes, comparecendo com a necessária antecedên- cia, os escrivães ou secretários.63

62 NE: ver Decreto-lei no 9.797/1946.

63 NE: ver Leis nos 6.563/1978 e 409/1948.

**Art. 815.** À hora marcada, o juiz ou presidente declarará aberta a audiência, sendo feita pelo secretário ou escrivão a chamada das partes, testemunhas e demais pessoas que devam com- parecer.64

§ 1o Se, até 15 (quinze) minutos após a hora marcada, o juiz ou presidente não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.

§ 2o Se, até 30 (trinta) minutos após a hora marcada, a audiência, injustificadamente, não houver sido iniciada, as partes e os advogados poderão retirar-se, consignando seus nomes, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.

§ 3o Na hipótese do § 2o deste artigo, a audiência deverá ser remarcada pelo juiz ou presidente para a data mais próxima possível, vedada a aplicação de qualquer penalidade às partes.

**Art. 816.** O juiz ou presidente manterá a ordem nas audiências, podendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.

**Art. 817.** O registro das audiências será feito em livro próprio, constando de cada registro os processos apreciados e a respectiva solução, bem como as ocorrências eventuais.

*Parágrafo único*. Do registro das audiências poderão ser fornecidas certidões às pessoas que o requererem.

**SEÇÃO IX** – Das Provas

**Art. 818.** O ônus da prova incumbe:

* + 1. – ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
    2. – ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante.

§ 1o Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impos- sibilidade ou à excessiva dificuldade de cum- prir o encargo nos termos deste artigo ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato

64 NE: ver Leis nos 6.563/1978 e 409/1948.

contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

§ 2o A decisão referida no § 1o deste artigo deverá ser proferida antes da abertura da ins- trução e, a requerimento da parte, implicará o adiamento da audiência e possibilitará provar os fatos por qualquer meio em direito admitido.

§ 3o A decisão referida no § 1o deste artigo não pode gerar situação em que a desincum- bência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

**Art. 819.** O depoimento das partes e testemu- nhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente.

§ 1o Proceder-se-á da forma indicada neste artigo, quando se tratar de surdo-mudo, ou de mudo que não saiba escrever.

§ 2o As despesas decorrentes do disposto neste artigo correrão por conta da parte sucum- bente, salvo se beneficiária de justiça gratuita.

**Art. 820.** As partes e testemunhas serão inqui- ridas pelo juiz ou presidente, podendo ser rein- quiridas, por seu intermédio, a requerimento dos vogais, das partes, seus representantes ou advogados.

**Art. 821.** Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a seis.

**Art. 822.** As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, oca- sionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.

**Art. 823.** Se a testemunha for funcionário civil, ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.

**Art. 824.** O juiz ou presidente providenciará para que o depoimento de uma testemunha

**139**

Consolidação das Leis do Trabalho

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**140**

não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.

**Art. 825.** As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação.

*Parágrafo único*. As que não comparecerem serão intimadas, *ex officio* ou a requerimento da parte, ficando sujeitas à condução coercitiva, além das penalidades do art. 730, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.

**Art. 826.** É facultado a cada uma das partes apresentar um perito ou técnico.65

**Art. 827.** O juiz ou presidente poderá arguir os peritos compromissados ou os técnicos, e rubricará, para ser junto ao processo, o laudo que os primeiros tiverem apresentado.

**Art. 828.** Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indi- cando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.

*Parágrafo único*. Os depoimentos das tes- temunhas serão resumidos, por ocasião da audiência, pelo secretário da Junta ou funcioná- rio para esse fim designado, devendo a súmula ser assinada pelo presidente do tribunal e pelos depoentes.

**Art. 829.** A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compro- misso, e seu depoimento valerá como simples informação.

**Art. 830.** O documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

*Parágrafo único*. Impugnada a autenticidade da cópia, a parte que a produziu será intimada para apresentar cópias devidamente autenti- cadas ou o original, cabendo ao serventuário

65 NE: ver Lei no 5.584/1970.

competente proceder à conferência e certificar a conformidade entre esses documentos.

**SEÇÃO X** – Da Decisão e Sua Eficácia

**Art. 831.** A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação. *Parágrafo único*. No caso de conciliação,

o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.

**Art. 832.** Da decisão deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.

§ 1o Quando a decisão concluir pela pro- cedência do pedido, determinará o prazo e as condições para o seu cumprimento.

§ 2o A decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.

§ 3o As decisões cognitivas ou homologató- rias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de res- ponsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

§ 3o-A. Para os fins do § 3o deste artigo, salvo na hipótese de o pedido da ação limitar-

-se expressamente ao reconhecimento de verbas de natureza exclusivamente indenizatória, a parcela referente às verbas de natureza remu- neratória não poderá ter como base de cálculo valor inferior:

I – ao salário mínimo, para as competências que integram o vínculo empregatício reconhe- cido na decisão cognitiva ou homologatória; ou II – à diferença entre a remuneração reconhecida como devida na decisão cogni- tiva ou homologatória e a efetivamente paga pelo empregador, cujo valor total referente a cada competência não será inferior ao salário

mínimo.

§ 3o-B. Caso haja piso salarial da categoria definido por acordo ou convenção coletiva de trabalho, o seu valor deverá ser utilizado como base de cálculo para os fins do § 3o-A deste artigo.

§ 4o A União será intimada das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, na forma do art. 20 da Lei no 11.033, de 21 de dezembro de 2004, facultada a interposição de recurso relativo aos tributos que lhe forem devidos.

§ 5o Intimada da sentença, a União poderá interpor recurso relativo à discriminação de que trata o § 3o deste artigo.

§ 6o O acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença não preju- dicará os créditos da União.

§ 7o O Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União nas decisões homolo- gatórias de acordos em que o montante da par- cela indenizatória envolvida ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico.

**Art. 833.** Existindo na decisão evidentes erros ou enganos de escrita, de datilografia ou de cálculo, poderão os mesmos, antes da execução, ser corrigidos, *ex officio*, ou a requerimento dos interessados ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

**Art. 834.** Salvo nos casos previstos nesta Consolidação, a publicação das decisões e sua notificação aos litigantes, ou a seus patronos, consideram-se realizadas nas próprias audiên- cias em que forem as mesmas proferidas.

**Art. 835.** O cumprimento do acordo ou da decisão far-se-á no prazo e condições estabe- lecidos.

**Art. 836.** É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste Título e a ação rescisória, que será admi- tida na forma do disposto no Capítulo IV do Título IX da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, sujeita ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.

*Parágrafo único*. A execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á nos pró- prios autos da ação que lhe deu origem, e será

instruída com o acórdão da rescisória e a res- pectiva certidão de trânsito em julgado.

**CAPÍTULO III** – Dos Dissídios Individuais **SEÇÃO I** – Da Forma de Reclamação e da Notificação

**Art. 837.** Nas localidades em que houver ape- nas uma Junta de Conciliação e Julgamento ou um escrivão do cível, a reclamação será apre- sentada diretamente à Secretaria da Junta ou ao Cartório do Juízo.

**Art. 838.** Nas localidades em que houver mais de uma Junta ou mais de um Juízo, ou escrivão do cível, a reclamação será, preliminarmente, sujeita à distribuição na forma do disposto no Capítulo II, Seção II, deste Título.

**Art. 839.** A reclamação poderá ser apresen- tada:

1. pelos empregados e empregadores, pes- soalmente ou por seus representantes, e pelos sindicatos de classe;
2. por intermédio das Procuradorias Regio- nais da Justiça do Trabalho.

**Art. 840.** A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

§ 1o Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

§ 2o Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observado, no que cou- ber, o disposto no § 1o deste artigo.

§ 3o Os pedidos que não atendam ao dis- posto no § 1o deste artigo serão julgados extintos sem resolução do mérito.

**Art. 841.** Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o, ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do

**141**

Consolidação das Leis do Trabalho

**142**

julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de cinco dias.

§ 1o A notificação será feita em registro postal com franquia. Se o reclamado criar embaraços ao seu recebimento, ou não for encontrado, far-se-á a notificação por edital, inserto no jornal oficial ou no que publicar o expediente forense, ou, na falta, afixado na sede da Junta ou Juízo.

§ 2o O reclamante será notificado no ato da apresentação da reclamação ou na forma do parágrafo anterior.

§ 3o Oferecida a contestação, ainda que ele- tronicamente, o reclamante não poderá, sem o consentimento do reclamado, desistir da ação.

**Art. 842.** Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabele- cimento.

**SEÇÃO II** – Da Audiência de Julgamento

**Art. 843.** Na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes, salvo nos casos de Reclamatórias Plúrimas ou Ações de Cumprimento, quando os empregados poderão fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 1o É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro pre- posto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.

§ 2o Se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoal- mente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

§ 3o O preposto a que se refere o § 1o deste artigo não precisa ser empregado da parte reclamada.

**Art. 844.** O não comparecimento do recla- mante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do

reclamado importa revelia, além de confissão, quanto à matéria de fato.

§ 1o Ocorrendo motivo relevante, poderá o juiz suspender o julgamento, designando nova audiência.

§ 2o Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas calculadas na forma do art. 789 desta Consoli- dação, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.

§ 3o O pagamento das custas a que se refere o § 2o é condição para a propositura de nova demanda.

§ 4o A revelia não produz o efeito mencio- nado no *caput* deste artigo se:

1. – havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação;
2. – o litígio versar sobre direitos indispo- níveis;
3. – a petição inicial não estiver acompa- nhada de instrumento que a lei considere indis- pensável à prova do ato;
4. – as alegações de fato formuladas pelo reclamante forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

§ 5o Ainda que ausente o reclamado, pre- sente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

**Art. 845.** O reclamante e o reclamado com- parecerão à audiência acompanhados das suas testemunhas, apresentando, nessa ocasião, as demais provas.

**Art. 846.** Aberta a audiência, o juiz ou presi- dente proporá a conciliação.

§ 1o Se houver acordo lavrar-se-á termo, assinado pelo presidente e pelos litigantes, con- signando-se o prazo e demais condições para seu cumprimento.

§ 2o Entre as condições a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser estabelecida a de ficar a parte que não cumprir o acordo obrigada a satisfazer integralmente o pedido ou pagar uma indenização convencionada, sem prejuízo do cumprimento do acordo.

**Art. 847.** Não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes.

*Parágrafo único*. A parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.

**Art. 848.** Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o presidente, *ex officio* ou a requerimento de qualquer juiz temporário, interrogar os litigantes.

§ 1o Findo o interrogatório, poderá qual- quer dos litigantes retirar-se, prosseguindo a instrução com o seu representante.

§ 2o Serão, a seguir, ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver.

**Art. 849.** A audiência de julgamento será con- tínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluí-la no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.

**Art. 850.** Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de dez minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou o presidente renovará a pro- posta de conciliação, e, não se realizando esta, será proferida a decisão.

*Parágrafo único*. O presidente da Junta, após propor a solução do dissídio, tomará os votos dos vogais e, havendo divergência entre estes, poderá desempatar ou proferir decisão que melhor atenda ao cumprimento da lei e ao justo equilíbrio entre os votos divergentes e ao interesse social.

**Art. 851.** Os trâmites de instrução e julga- mento da reclamação serão resumidos em ata, de que constará, na íntegra, a decisão.

§ 1o Nos processos de exclusiva alçada das Juntas, será dispensável, a juízo do presidente, o resumo dos depoimentos, devendo constar da ata a conclusão do tribunal quanto à matéria de fato.

§ 2o A ata será, pelo presidente ou juiz, junta ao processo, devidamente assinada, no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas,

contado da audiência de julgamento, e assinada pelos vogais presentes à mesma audiência.

**Art. 852.** Da decisão serão os litigantes noti- ficados, pessoalmente, ou por seu represen- tante, na própria audiência. No caso de revelia, a notificação far-se-á pela forma estabelecida no § 1o do art. 841.

**SEÇÃO II-A** – Do Procedimento Sumaríssimo

**Art. 852-A.** Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumarís- simo.

*Parágrafo único*. Estão excluídas do proce- dimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

**Art. 852-B.** Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo:

* 1. – o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente;
  2. – não se fará citação por edital, incum- bindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado;66
  3. – a apreciação da reclamação deverá ocor- rer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.

§ 1o O não atendimento, pelo reclamante, do disposto nos incisos I e II deste artigo importará no arquivamento da reclamação e condenação ao pagamento de custas sobre o valor da causa.

§ 2o As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.

**Art. 852-C.** As demandas sujeitas a rito suma- ríssimo serão instruídas e julgadas em audiên- cia única, sob a direção de juiz presidente ou

66 NE: ver ADIs nos 2.139, 2.160 e 2.237.

**143**

Consolidação das Leis do Trabalho

**144**

substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.

**Art. 852-D.** O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

**Art. 852-E.** Aberta a sessão, o juiz esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da con- ciliação e usará os meios adequados de persua- são para a solução conciliatória do litígio, em qualquer fase da audiência.

**Art. 852-F.** Na ata de audiência serão regis- trados resumidamente os atos essenciais, as afirmações fundamentais das partes e as infor- mações úteis à solução da causa trazidas pela prova testemunhal.

**Art. 852-G.** Serão decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo. As demais questões serão decididas na sentença.

**Art. 852-H.** Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 1o Sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do juiz.

§ 2o As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

§ 3o Só será deferida intimação de testemu- nha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemu- nha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva.

§ 4o Somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito.

§ 5o (Vetado)

§ 6o As partes serão intimadas a manifes- tar-se sobre o laudo, no prazo comum de cinco dias.

§ 7o Interrompida a audiência, o seu prosse- guimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de trinta dias, salvo motivo rele- vante justificado nos autos pelo juiz da causa.

**Art. 852-I.** A sentença mencionará os ele- mentos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

§ 1o O juízo adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e as exigências do bem comum.

§ 2o (Vetado)

§ 3o As partes serão intimadas da sentença na própria audiência em que prolatada.

**SEÇÃO III** – Do Inquérito para Apuração de Falta Grave

**Art. 853.** Para a instauração de inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apre- sentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da suspensão do empregado.

**Art. 854.** O processo do inquérito perante a Junta ou Juízo obedecerá às normas estabe- lecidas no presente Capítulo, observadas as disposições desta Seção.

**Art. 855.** Se tiver havido prévio reconheci- mento da estabilidade do empregado, o jul- gamento do inquérito pela Junta ou Juízo não prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do mesmo inquérito.

**SEÇÃO IV** – Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica

**Art. 855-A.** Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personali- dade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei

no 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

§ 1o Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente:

* + 1. – na fase de cognição, não cabe recurso de imediato, na forma do § 1o do art. 893 desta Consolidação;
    2. – na fase de execução, cabe agravo de peti- ção, independentemente de garantia do juízo; III – cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente

no tribunal.

§ 2o A instauração do incidente suspenderá o processo, sem prejuízo de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar de que trata o art. 301 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

**CAPÍTULO III-A** – Do Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial

**Art. 855-B.** O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.

§ 1o As partes não poderão ser representadas por advogado comum.

§ 2o Faculta-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.

**Art. 855-C.** O disposto neste Capítulo não pre- judica o prazo estabelecido no § 6o do art. 477 desta Consolidação e não afasta a aplicação da multa prevista no § 8o do art. 477 desta Con- solidação.

**Art. 855-D.** No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender neces- sário e proferirá sentença.

**Art. 855-E.** A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo pres- cricional da ação quanto aos direitos nela espe- cificados.

*Parágrafo único*. O prazo prescricional vol- tará a fluir no dia útil seguinte ao do trânsito em

julgado da decisão que negar a homologação do acordo.

**CAPÍTULO IV** – Dos Dissídios Coletivos

**SEÇÃO I** – Da Instauração da Instância

**Art. 856.** A instância será instaurada mediante representação escrita ao presidente do tribunal. Poderá ser também instaurada por iniciativa do presidente, ou, ainda, a requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho, sempre que ocorrer suspensão do trabalho.

**Art. 857.** A representação para instaurar a instância em dissídio coletivo constitui prer- rogativa das associações sindicais, excluídas as hipóteses aludidas no art. 856, quando ocorrer suspensão do trabalho.

*Parágrafo único*. Quando não houver sin- dicato representativo da categoria econômica ou profissional, poderá a representação ser ins- taurada pelas federações correspondentes e, na falta destas, pelas confederações respectivas, no âmbito de sua representação.

**Art. 858.** A representação será apresentada em tantas vias quantos forem os reclamados e deverá conter:

1. designação e qualificação dos reclamantes e dos reclamados e a natureza do estabeleci- mento ou do serviço;
2. os motivos do dissídio e as bases da con- ciliação.

**Art. 859.** A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada a aprovação de assembleia, da qual participem os associados interessados na solução do dis- sídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 (dois terços) dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) dos presentes.

*Parágrafo único*. (Revogado)

**SEÇÃO II** – Da Conciliação e do Julgamento

**Art. 860.** Recebida e protocolada a representa- ção, e estando na devida forma, o presidente do

**145**

Consolidação das Leis do Trabalho

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**146**

tribunal designará a audiência de conciliação, dentro do prazo de dez dias, determinando a notificação dos dissidentes, com observância do disposto no art. 841.

*Parágrafo único*. Quando a instância for instaurada *ex officio*, a audiência deverá ser realizada dentro do prazo mais breve possível, após o reconhecimento do dissídio.

**Art. 861.** É facultado ao empregador fazer-se representar na audiência pelo gerente, ou por qualquer outro preposto que tenha conheci- mento do dissídio, e por cujas declarações será sempre responsável.

**Art. 862.** Na audiência designada, compare- cendo ambas as partes ou seus representantes, o presidente do tribunal as convidará para se pronunciarem sobre as bases da conciliação. Caso não sejam aceitas as bases propostas, o presidente submeterá aos interessados a solu- ção que lhe pareça capaz de resolver o dissídio.

**Art. 863.** Havendo acordo, o presidente o sub- meterá à homologação do tribunal na primeira sessão.

**Art. 864.** Não havendo acordo, ou não com- parecendo ambas as partes ou uma delas, o presidente submeterá o processo a julgamento, depois de realizadas as diligências que entender necessárias e ouvida a Procuradoria.

**Art. 865.** Sempre que, no decorrer do dissídio, houver ameaça de perturbação da ordem, o presidente requisitará à autoridade competente as providências que se tornarem necessárias.

**Art. 866.** Quando o dissídio ocorrer fora da sede do tribunal, poderá o presidente, se jul- gar conveniente, delegar à autoridade local as atribuições de que tratam os arts. 860 e 862. Nesse caso, não havendo conciliação, a auto- ridade delegada encaminhará o processo ao tribunal, fazendo exposição circunstanciada dos fatos e indicando a solução que lhe parecer conveniente.

**Art. 867.** Da decisão do Tribunal serão noti- ficadas as partes, ou seus representantes, em

registrado postal, com franquia, fazendo-se, outrossim, a sua publicação no jornal oficial, para ciência dos demais interessados.

*Parágrafo único*. A sentença normativa vigorará:

1. a partir da data de sua publicação, quando ajuizado o dissídio após o prazo do art. 616,

§ 3o, ou, quando não existir acordo, convenção ou sentença normativa em vigor, da data do ajuizamento;

1. a partir do dia imediato ao termo final de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa, quando ajuizado o dissídio no prazo do art. 616, § 3o.

**SEÇÃO III** – Da Extensão das Decisões

**Art. 868.** Em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, poderá o tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições de trabalho, se julgar justo e con- veniente, aos demais empregados da empresa que forem da mesma profissão dos dissidentes. *Parágrafo único*. O tribunal fixará a data em que a decisão deve entrar em execução, bem como o prazo de sua vigência, o qual não

poderá ser superior a quatro anos.

**Art. 869.** A decisão sobre novas condições de trabalho poderá também ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do tribunal:

1. por solicitação de um ou mais emprega- dores, ou de qualquer sindicato destes;
2. por solicitação de um ou mais sindicatos de empregados;
3. *ex officio*, pelo tribunal que houver pro- ferido a decisão;
4. por solicitação da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

**Art. 870.** Para que a decisão possa ser esten- dida, na forma do artigo anterior, torna-se pre- ciso que três quartos dos empregadores e três quartos dos empregados, ou os respectivos sin- dicatos, concordem com a extensão da decisão.

§ 1o O tribunal competente marcará prazo, não inferior a trinta nem superior a sessenta dias, a fim de que se manifestem os interessados.

§ 2o Ouvidos os interessados e a Procura- doria da Justiça do Trabalho, será o processo submetido ao julgamento do tribunal.

**Art. 871.** Sempre que o tribunal estender a decisão, marcará a data em que a extensão deva entrar em vigor.

**SEÇÃO IV** – Do Cumprimento das Decisões

**Art. 872.** Celebrado o acordo, ou transitada em julgado a decisão, seguir-se-á o seu cumpri- mento, sob as penas estabelecidas neste Título. *Parágrafo único*. Quando os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento de salários, na conformidade da decisão proferida, poderão os empregados ou seus sindicatos, independen- tes de outorga de poderes de seus associados, juntando certidão de tal decisão, apresentar reclamação à Junta ou Juízo competente, obser- vado o processo previsto no Capítulo II deste Título, sendo vedado, porém, questionar sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na

decisão.

**SEÇÃO V** – Da Revisão

**Art. 873.** Decorrido mais de um ano de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixa- rem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.

**Art. 874.** A revisão poderá ser promovida por iniciativa do tribunal prolator, da Procuradoria da Justiça do Trabalho, das associações sindicais ou de empregador ou empregadores interessa- dos no cumprimento da decisão.

*Parágrafo único*. Quando a revisão for pro- movida por iniciativa de tribunal prolator ou da Procuradoria, as associações sindicais e o empregador ou empregadores interessados serão ouvidos no prazo de trinta dias. Quando

promovida por uma das partes interessadas, serão as outras ouvidas também por igual prazo.

**Art. 875.** A revisão será julgada pelo tribunal que tiver proferido a decisão, depois de ouvida a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

**CAPÍTULO V** – Da Execução

**SEÇÃO I** – Das Disposições Preliminares

**Art. 876.** As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida neste Capítulo.

*Parágrafo único*. A Justiça do Trabalho executará, de ofício, as contribuições sociais previstas na alínea “a” do inciso I e no inciso II do *caput* do art. 195 da Constituição Federal, e seus acréscimos legais, relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que pro- ferir e dos acordos que homologar.

**Art. 877.** É competente para a execução das decisões o juiz ou presidente do tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.

**Art. 877-A.** É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.

**Art. 878.** A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.

*Parágrafo único*. (Revogado)

**Art. 878-A.** Faculta-se ao devedor o paga- mento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execu- ção *ex officio*.

**147**

Consolidação das Leis do Trabalho

**148**

**Art. 879.** Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.

§ 1o Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal.

§ 1o-A. A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.

§ 1o-B. As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previden- ciária incidente.

§ 2o Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

§ 3o Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifes- tação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

§ 4o A atualização do crédito devido à Pre- vidência Social observará os critérios estabele- cidos na legislação previdenciária.

§ 5o O Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União quando o valor total das verbas que integram o salário de contri- buição, na forma do art. 28 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 6o Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

§ 7o A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Refe- rencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei no 8.177, de 1o de março de 1991.67

67 NE: ver ADIs nos 5.867 e 6.021 e ADCs nos 58 e 59.

**SEÇÃO II** – Do Mandado e da Penhora

**Art. 880.** Requerida a execução, o juiz ou pre- sidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora.

§ 1o O mandado de citação deverá conter a decisão exequenda ou o termo de acordo não cumprido.

§ 2o A citação será feita pelos oficiais de diligência.

§ 3o Se o executado, procurado por duas vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas, não for encontrado, far-se-á a citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da junta ou juízo, durante cinco dias.

**Art. 881.** No caso de pagamento da importân- cia reclamada, será este feito perante o escrivão ou secretário, lavrando-se termo de quitação, em duas vias, assinadas pelo exequente, pelo executado e pelo mesmo escrivão ou secretário, entregando-se a segunda via ao executado e juntando-se a outra ao processo.

*Parágrafo único*. Não estando presente o exequente, será depositada a importância, mediante guia, em estabelecimento oficial de crédito ou, em falta deste, em estabelecimento bancário idôneo.

**Art. 882.** O executado que não pagar a impor- tância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da quantia correspondente, atualizada e acrescida das despesas processuais, apresentação de seguro-garantia judicial ou nomeação de bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no art. 835 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

**Art. 883.** Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas

e juros de mora, sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial.

**Art. 883-A.** A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

**SEÇÃO III** – Dos Embargos à Execução e da Sua Impugnação

**Art. 884.** Garantida a execução ou penhora- dos os bens, terá o executado cinco dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para a impugnação.68

§ 1o A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

§ 2o Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o juiz ou o presidente do tribunal, caso julgue necessários seus depoi- mentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de cinco dias.

§ 3o Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.

§ 4o Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apre- sentadas pelos credores trabalhista e previden- ciário.

§ 5o Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Fede- ral ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

§ 6o A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àque- les que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

68 NE: ver Lei no 9.494/1997.

**SEÇÃO IV** – Do Julgamento e dos Trâmites Finais da Execução

**Art. 885.** Não tendo sido arroladas testemu- nhas na defesa, o juiz, ou presidente, conclusos os autos, proferirá sua decisão dentro de cinco dias, julgando subsistente ou insubsistente a penhora.

**Art. 886.** Se tiverem sido arroladas testemu- nhas, finda a sua inquirição em audiência, o escrivão, ou secretário, fará, dentro de 48 (qua- renta e oito) horas, conclusos os autos ao juiz, ou presidente, que proferirá sua decisão, na forma prevista no artigo anterior.

§ 1o Proferida a decisão, serão da mesma notificadas as partes interessadas, em registrado postal, com franquia.

§ 2o Julgada subsistente a penhora, o juiz, ou presidente, mandará proceder logo à avaliação dos bens penhorados.

**Art. 887.** A avaliação dos bens penhorados em virtude da execução de decisão condenatória, será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes, que perceberá as custas arbitradas pelo juiz, ou presidente do tribunal trabalhista, de conformidade com a tabela a ser expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 1o Não acordando as partes quanto à desig- nação de avaliador, dentro de cinco dias após

o despacho que determinou a avaliação, será

o avaliador designado livremente pelo juiz ou presidente do tribunal.

§ 2o Os servidores da Justiça do Trabalho não poderão ser escolhidos ou designados para servir de avaliador.

**Art. 888.** Concluída a avaliação, dentro de 10 (dez) dias, contados da data da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação, que será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de 20 (vinte) dias.

§ 1o A arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação.

**149**

Consolidação das Leis do Trabalho

**150**

§ 2o O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor.

§ 3o Não havendo licitante, e não requerendo o exequente a adjudicação dos bens penhorados, poderão os mesmos ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo Juiz ou Presidente.

§ 4o Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro de 24 (vinte e quatro) horas o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal de que trata o § 2o deste artigo, voltando à praça os bens executados.

**Art. 889.** Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente Título, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

**Art. 889-A.** Os recolhimentos das importân- cias devidas, referentes às contribuições sociais, serão efetuados nas agências locais da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil S.A., por intermédio de documento de arrecadação da Previdência Social, dele se fazendo constar o número do processo.

§ 1o Concedido parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o devedor juntará aos autos a comprovação do ajuste, ficando a execução da contribuição social correspondente suspensa até a quitação de todas as parcelas.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 2o As Varas do Trabalho encaminharão mensalmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil informações sobre os recolhimentos efetivados nos autos, salvo se outro prazo for estabelecido em regulamento.

**SEÇÃO V** – Da Execução por Prestações Sucessivas

**Art. 890.** A execução para pagamento de pres- tações sucessivas far-se-á com observância das normas constantes desta Seção, sem prejuízo das demais estabelecidas neste Capítulo.

**Art. 891.** Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento

de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.

**Art. 892.** Tratando-se de prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução com- preenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.

**CAPÍTULO VI** – Dos Recursos

**Art. 893.** Das decisões são admissíveis os seguintes recursos:

* 1. – embargos;
  2. – recurso ordinário;
  3. – recurso de revista;
  4. – agravo.

§ 1o Os incidentes do processo são resolvi- dos pelo próprio juízo ou tribunal, admitindo-

-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva.

§ 2o A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal não prejudicará a execução do julgado.

**Art. 894.** No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias:

1. – de decisão não unânime de julgamento que:
   1. conciliar, julgar ou homologar conci- liação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei; e
   2. (Vetada);
2. – das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

*Parágrafo único*. (Revogado)

§ 2o A divergência apta a ensejar os embar- gos deve ser atual, não se considerando tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudên- cia do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 3o O Ministro Relator denegará segui- mento aos embargos:

I – se a decisão recorrida estiver em con- sonância com súmula da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou com iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, cumprindo-lhe indicá-la;

II – nas hipóteses de intempestividade, deserção, irregularidade de representação ou de ausência de qualquer outro pressuposto extrínseco de admissibilidade.

§ 4o Da decisão denegatória dos embargos caberá agravo, no prazo de 8 (oito) dias.

**Art. 895.** Cabe recurso ordinário para a ins- tância superior:

I – das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias; e II – das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos

dissídios coletivos.

§ 1o Nas reclamações sujeitas ao procedi- mento sumaríssimo, o recurso ordinário:

I – (Vetado);

II – será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-

-lo no prazo máximo de dez dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor;

III – terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julga- mento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão;

IV – terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente. Se a sentença for confirmada pelos próprios funda- mentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.

§ 2o Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julga- mento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

**Art. 896.** Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando:

* 1. derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Indi- viduais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uni- forme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal;
  2. derem ao mesmo dispositivo de lei esta- dual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, inter- pretação divergente, na forma da alínea “a”;
  3. proferidas com violação literal de dispo- sição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

§ 1o O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá rece- bê-lo ou denegá-lo.

§ 1o-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

* + 1. – indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
    2. – indicar, de forma explícita e fundamen- tada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Supe- rior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
    3. – expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demons- tração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte;
    4. – transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da

**151**

Consolidação das Leis do Trabalho

**152**

decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

§ 2o Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em pro- cesso incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Consti- tuição Federal.

§ 3o (Revogado)

§ 4o (Revogado)

§ 5o (Revogado)

§ 6o (Revogado)

§ 7o A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do Tri- bunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 8o Quando o recurso fundar-se em dis- senso de julgados, incumbe ao recorrente o ônus de produzir prova da divergência juris- prudencial, mediante certidão, cópia ou cita- ção do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstân- cias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 9o Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de juris- prudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Cons- tituição Federal.

§ 10. Cabe recurso de revista por violação a lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa à Constituição Federal nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), criada pela Lei no 12.440, de 7 de julho de 2011.

§ 11. Quando o recurso tempestivo conti- ver defeito formal que não se repute grave, o

Tribunal Superior do Trabalho poderá descon- siderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.

§ 12. Da decisão denegatória caberá agravo, no prazo de 8 (oito) dias.

§ 13. Dada a relevância da matéria, por iniciativa de um dos membros da Seção Espe- cializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, aprovada pela maioria dos integrantes da Seção, o julgamento a que se refere o § 3o poderá ser afeto ao Tribunal Pleno.

§ 14. O relator do recurso de revista poderá denegar-lhe seguimento, em decisão mono- crática, nas hipóteses de intempestividade, deserção, irregularidade de representação ou de ausência de qualquer outro pressuposto extrínseco ou intrínseco de admissibilidade.

**Art. 896-A.** O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

§ 1o São indicadores de transcendência, entre outros:

1. – econômica, o elevado valor da causa;
2. – política, o desrespeito da instância recor- rida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal;
3. – social, a postulação, por reclamante-re- corrente, de direito social constitucionalmente assegurado;
4. – jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.

§ 2o Poderá o relator, monocraticamente, denegar seguimento ao recurso de revista que não demonstrar transcendência, cabendo agravo desta decisão para o colegiado.

§ 3o Em relação ao recurso que o relator considerou não ter transcendência, o recor- rente poderá realizar sustentação oral sobre a questão da transcendência, durante cinco minutos em sessão.

§ 4o Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal.

§ 5o É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em

recurso de revista, considerar ausente a trans- cendência da matéria.

§ 6o O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribu- nais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcen- dência das questões nele veiculadas.

**Art. 896-B.** Aplicam-se ao recurso de revista, no que couber, as normas da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativas ao julgamento dos recursos extraordi- nário e especial repetitivos.

**Art. 896-C.** Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requeri- mento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal.

§ 1o O Presidente da Turma ou da Seção Especializada, por indicação dos relatores, afe- tará um ou mais recursos representativos da controvérsia para julgamento pela Seção Espe- cializada em Dissídios Individuais ou pelo Tri- bunal Pleno, sob o rito dos recursos repetitivos.

§ 2o O Presidente da Turma ou da Seção Especializada que afetar processo para julga- mento sob o rito dos recursos repetitivos deverá expedir comunicação aos demais Presidentes de Turma ou de Seção Especializada, que poderão afetar outros processos sobre a questão para julgamento conjunto, a fim de conferir ao órgão julgador visão global da questão.

§ 3o O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho oficiará os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho para que suspendam os recursos interpostos em casos idênticos aos afetados como recursos repetitivos, até o pro- nunciamento definitivo do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 4o Caberá ao Presidente do Tribunal de origem admitir um ou mais recursos repre- sentativos da controvérsia, os quais serão

encaminhados ao Tribunal Superior do Tra- balho, ficando suspensos os demais recursos de revista até o pronunciamento definitivo do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 5o O relator no Tribunal Superior do Trabalho poderá determinar a suspensão dos recursos de revista ou de embargos que tenham como objeto controvérsia idêntica à do recurso afetado como repetitivo.

§ 6o O recurso repetitivo será distribuído a um dos Ministros membros da Seção Especia- lizada ou do Tribunal Pleno e a um Ministro revisor.

§ 7o O relator poderá solicitar, aos Tribunais Regionais do Trabalho, informações a respeito da controvérsia, a serem prestadas no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 8o O relator poderá admitir manifestação de pessoa, órgão ou entidade com interesse na controvérsia, inclusive como assistente simples, na forma da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

§ 9o Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 7o deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de 15 (quinze) dias.

§ 10. Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na Seção Especializada ou no Tribunal Pleno, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos.

§ 11. Publicado o acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, os recursos de revista sobrestados na origem:

* 1. – terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação a respeito da matéria no Tribunal Superior do Trabalho; ou
  2. – serão novamente examinados pelo Tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Tribunal Superior do Trabalho a respeito da matéria.

§ 12. Na hipótese prevista no inciso II do

§ 11 deste artigo, mantida a decisão divergente pelo Tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso de revista.

§ 13. Caso a questão afetada e julgada sob o rito dos recursos repetitivos também contenha questão constitucional, a decisão proferida pelo

**153**

Consolidação das Leis do Trabalho

**154**

Tribunal Pleno não obstará o conhecimento de eventuais recursos extraordinários sobre a questão constitucional.

§ 14. Aos recursos extraordinários inter- postos perante o Tribunal Superior do Traba- lho será aplicado o procedimento previsto no art. 543-B da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), cabendo ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte, na forma do § 1o do art. 543-B da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

§ 15. O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho poderá oficiar os Tribunais Regionais do Trabalho e os Presidentes das Turmas e da Seção Especializada do Tribunal para que sus- pendam os processos idênticos aos selecionados como recursos representativos da controvérsia e encaminhados ao Supremo Tribunal Federal, até o seu pronunciamento definitivo.

§ 16. A decisão firmada em recurso repe- titivo não será aplicada aos casos em que se demonstrar que a situação de fato ou de direito é distinta das presentes no processo julgado sob o rito dos recursos repetitivos.

§ 17. Caberá revisão da decisão firmada em julgamento de recursos repetitivos quando se alterar a situação econômica, social ou jurí- dica, caso em que será respeitada a segurança jurídica das relações firmadas sob a égide da decisão anterior, podendo o Tribunal Superior do Trabalho modular os efeitos da decisão que a tenha alterado.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 897.** Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias:

1. de petição, das decisões do Juiz ou Pre- sidente, nas execuções;
2. de instrumento, dos despachos que dene- garem a interposição de recursos.

§ 1o O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

§ 2o O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição não suspende a execução da sentença.

§ 3o Na hipótese da alínea “a” deste artigo, o agravo será julgado pelo próprio tribunal, presidido pela autoridade recorrida, salvo se se tratar de decisão de Juiz do Trabalho de 1a Instância ou de Juiz de Direito, quando o julga- mento competirá a uma das Turmas do Tribunal Regional a que estiver subordinado o prolator da sentença, observado o disposto no art. 679, a quem este remeterá as peças necessárias para o exame da matéria controvertida, em autos apartados, ou nos próprios autos, se tiver sido determinada a extração de carta de sentença.

§ 4o Na hipótese da alínea “b” deste artigo, o agravo será julgado pelo Tribunal que seria competente para conhecer o recurso cuja inter- posição foi denegada.

§ 5o Sob pena de não conhecimento, as par- tes promoverão a formação do instrumento do agravo de modo a possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso denegado, instruindo a petição de interposição:

* 1. – obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, do depósito recursal referente ao recurso que se pretende destrancar, da comprovação do recolhimento das custas e do depósito recursal a que se refere o § 7o do art. 899 desta Consolidação;
  2. – facultativamente, com outras peças que o agravante reputar úteis ao deslinde da matéria de mérito controvertida.

§ 6o O agravado será intimado para oferecer resposta ao agravo e ao recurso principal, ins- truindo-a com as peças que considerar neces- sárias ao julgamento de ambos os recursos.

§ 7o Provido o agravo, a Turma deliberará sobre o julgamento do recurso principal, obser- vando-se, se for o caso, daí em diante, o proce- dimento relativo a esse recurso.

§ 8o Quando o agravo de petição versar apenas sobre as contribuições sociais, o juiz da execução determinará a extração de cópias das peças necessárias, que serão autuadas em apartado, conforme dispõe o § 3o, parte final, e

remetidas à instância superior para apreciação, após contraminuta.

**Art. 897-A.** Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresen- tação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

§ 1o Os erros materiais poderão ser corri- gidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

§ 2o Eventual efeito modificativo dos embar- gos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embar- gada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3o Os embargos de declaração inter- rompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.

**Art. 898.** Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revi- são, poderão recorrer, além dos interessados, o presidente do tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

**Art. 899.** Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devo- lutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora.

§ 1o Sendo a condenação de valor até 10 (dez) vezes o salário mínimo regional, nos dis- sídios individuais, só será admitido o recurso, inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da respectiva importância. Transitada em julgado a decisão recorrida, ordenar-se-á o levantamento imediato da importância de depó- sito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz.

§ 2o Tratando-se de condenação de valor indeterminado, o depósito corresponderá ao que for arbitrado, para efeito de custas, pela Junta ou Juízo de Direito, até o limite de 10 (dez) vezes o salário mínimo da região.

§ 3o (Revogado)

§ 4o O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança.69

§ 5o (Revogado)

§ 6o Quando o valor da condenação, ou o arbitrado para fins de custas, exceder o limite de 10 (dez) vezes o salário mínimo da região, o depósito para fins de recursos será limitado a este valor.

§ 7o No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depó- sito do recurso ao qual se pretende destrancar.

§ 8o Quando o agravo de instrumento tem a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada nas suas súmulas ou em orientação jurisprudencial, não haverá obrigatoriedade de se efetuar o depósito referido no § 7o deste artigo.

§ 9o O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microem- preendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 10. São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.

§ 11. O depósito recursal poderá ser subs- tituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.

**Art. 900.** Interposto o recurso, será notificado o recorrido, para oferecer as suas razões, em prazo igual ao que tiver tido o recorrente.

**Art. 901.** Sem prejuízo dos prazos previstos neste Capítulo, terão as partes vistas dos autos em cartório ou na secretaria.

*Parágrafo único*. Salvo quando estiver cor- rendo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria.

**Art. 902.** (Revogado)

69 NE: ver ADIs nos 5.867 e 6.021 e ADCs nos 58 e 59.

**155**

Consolidação das Leis do Trabalho

**156**

**CAPÍTULO VII** – Da Aplicação das Penalidades

**Art. 903.** As penalidades estabelecidas no Título anterior serão aplicadas pelo juiz, ou tri- bunal, que tiver de conhecer da desobediência, violação, recusa, falta ou coação, *ex officio*, ou mediante representação de qualquer interessado ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

**Art. 904.** As sanções em que incorrerem as autoridades da Justiça do Trabalho serão apli- cadas pela autoridade ou tribunal imediata- mente superior, conforme o caso, *ex officio*, ou mediante representação de qualquer interessado ou da Procuradoria.

*Parágrafo único*. Tratando-se de membro do Tribunal Superior do Trabalho será competente para a imposição de sanções o Senado Federal.

§ 2o (Revogado)

**Art. 905.** Tomando conhecimento do fato imputado, o juiz, ou tribunal, competente man- dará notificar o acusado, para apresentar, no prazo de quinze dias, defesa por escrito.

§ 1o É facultado ao acusado, dentro do prazo estabelecido neste artigo, requerer a produção de testemunhas, até ao máximo de cinco. Nesse caso, será marcada audiência para a inquirição.

§ 2o Findo o prazo de defesa, o processo será imediatamente concluso para julgamento, que deverá ser proferido no prazo de dez dias.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**Art. 906.** Da imposição das penalidades a que se refere este Capítulo caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior, no prazo de dez dias, salvo se a imposição resultar de dissídio coletivo, caso em que o prazo será de vinte dias.

**Art. 907.** Sempre que o infrator incorrer em pena criminal, far-se-á remessa das peças neces- sárias à autoridade competente.

**Art. 908.** A cobrança das multas estabelecidas neste Título será feita, mediante executivo fiscal, perante o juiz competente para a cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

*Parágrafo único*. A cobrança das multas será promovida, no Distrito Federal e nos Estados em que funcionarem os Tribunais Regionais,

pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, e, nos demais Estados, de acordo com o disposto no Decreto-lei no 960, de 17 de dezembro de 1938.

**CAPÍTULO VIII** – Disposições Finais

**Art. 909.** A ordem dos processos no Tribunal Superior do Trabalho será regulada em seu regimento interno.

**Art. 910.** Para os efeitos deste Título, equi- param-se aos serviços públicos os de utilidade pública, bem como os que forem prestados em armazéns de gêneros alimentícios, açougues, padarias, leiterias, farmácias, hospitais, minas, empresas de transportes e comunicações, ban- cos e estabelecimentos que interessem à segu- rança nacional.

**TÍTULO XI** – Disposições Finais e Transitórias

**Art. 911.** Esta Consolidação entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

**Art. 912.** Os dispositivos de caráter imperativo terão aplicação imediata às relações iniciadas, mas não consumadas, antes da vigência desta Consolidação.

**Art. 913.** O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá instruções, quadros, tabelas e modelos que se tornarem necessários à exe- cução desta Consolidação.

*Parágrafo único*. O Tribunal Superior do Trabalho adaptará o seu regimento interno e o dos Tribunais Regionais do Trabalho às normas contidas nesta Consolidação.

**Art. 914.** Continuarão em vigor os quadros, tabelas e modelos aprovados em virtude de dispositivos não alterados pela presente Con- solidação.

**Art. 915.** Não serão prejudicados os recursos interpostos com apoio em dispositivos alterados ou cujo prazo para interposição esteja em curso à data da vigência desta Consolidação.

**Art. 916.** Os prazos de prescrição fixados pela presente Consolidação começarão a correr da data da vigência desta, quando menores do que os previstos pela legislação anterior.

**Art. 917.** O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio marcará prazo para adaptação dos atuais estabelecimentos às exigências contidas no Capítulo “Da Segurança e da Medicina do Trabalho”. Compete ainda àquela autoridade fixar os prazos dentro dos quais, em cada Estado, entrará em vigor a obrigatoriedade do uso da Carteira de Trabalho e Previdência social, para os atuais empregados.

*Parágrafo único*. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio fixará, para cada Estado e quando julgar conveniente, o início da vigência de parte ou de todos os dispositivos contidos no Capítulo “Da Segurança e da Medicina do Trabalho”.

**Art. 918.** Enquanto não for expedida a Lei Orgânica da Previdência Social, competirá ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho julgar os recursos interpostos com apoio no art. 1o, alínea “c”, do Decreto-lei no 3.710, de 14 de outubro de 1941, cabendo recurso de suas decisões, nos termos do disposto no art. 734, alínea “b”, desta Consolidação.

*Parágrafo único*. Ao diretor do Departa- mento de Previdência Social incumbirá presidir

as eleições para a constituição dos Conselhos Fiscais dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e julgar, com recurso para a instância superior, os recursos sobre matéria técnico-ad- ministrativa dessas instituições.

**Art. 919.** Ao empregado bancário, admitido até a data da vigência da presente Lei, fica asse- gurado o direito à aquisição da estabilidade, nos termos do art. 15 do Decreto no 24.615, de 9 de julho de 1934.

**Art. 920.** Enquanto não forem constituídas as Confederações ou na falta destas, a represen- tação de classes, econômicas ou profissionais, que derivar da indicação desses órgãos ou dos respectivos presidentes, será suprida por equi- valente designação ou eleição realizada pelas correspondentes Federações.

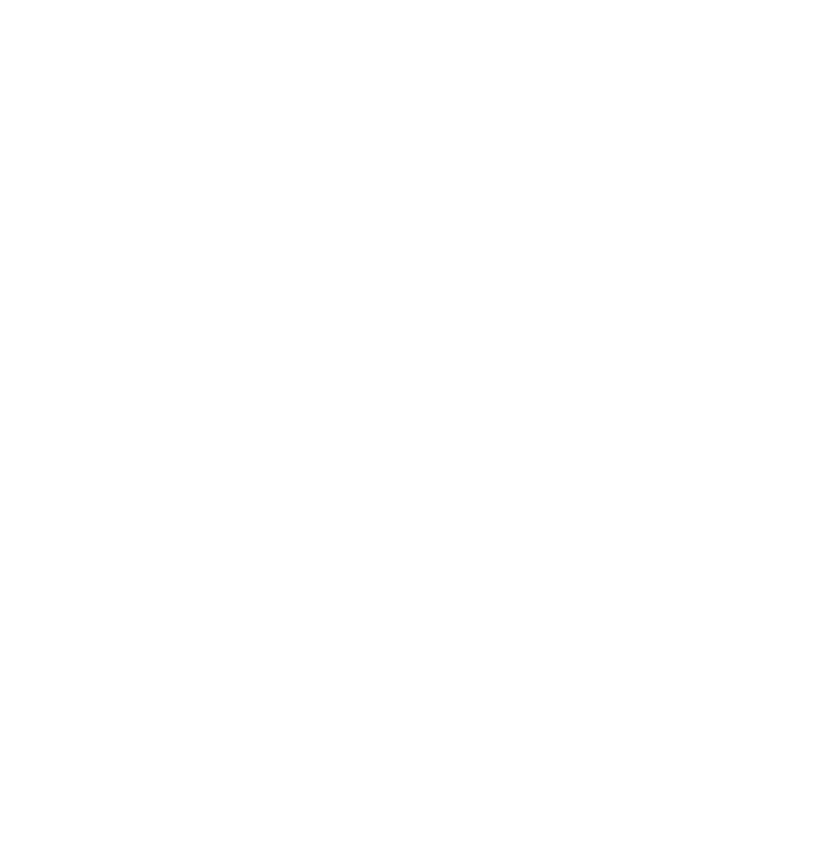
**Art. 921.** As empresas que não estiverem incluídas no enquadramento sindical de que trata o art. 577 poderão firmar contratos cole- tivos de trabalho com os sindicatos representa- tivos da respectiva categoria profissional.

**Art. 922.** O disposto no art. 301 regerá somente as relações de emprego iniciadas depois da vigência desta Consolidação.

**157**

Consolidação das Leis do Trabalho





# Normas correlatas

## Lei no 12.506/2011

*Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências.*

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1o** O aviso prévio, de que trata o Capí- tulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos emprega- dos que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

*Parágrafo único*. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por

ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

**Art. 2o** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de outubro de 2011; 190o da Inde- pendência e 123o da República.

DILMA ROUSSEFF

Promulgada em 11/10/2011 e publicada no DOU de 13/10/2011.

**160**

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

## Lei no 10.101/2000

*Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.*

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória no 1.982-77, de 2000, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1o** Esta Lei regula a participação dos tra- balhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7o, inciso XI, da Constituição.

**Art. 2o** A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:

I – comissão paritária escolhida pelas par- tes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;

II – convenção ou acordo coletivo.

§ 1o Dos instrumentos decorrentes da nego- ciação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações per- tinentes ao cumprimento do acordado, perio- dicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições:

I – índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa;

II – programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente.

§ 2o O instrumento de acordo celebrado será arquivado na entidade sindical dos tra- balhadores.

§ 3o Não se equipara a empresa, para os fins desta Lei:

I – a pessoa física;

II – a entidade sem fins lucrativos que, cumu- lativamente:

1. não distribua resultados, a qualquer título, ainda que indiretamente, a dirigentes, adminis- tradores ou empresas vinculadas;
2. aplique integralmente os seus recursos em sua atividade institucional e no País;
3. destine o seu patrimônio a entidade con- gênere ou ao poder público, em caso de encer- ramento de suas atividades;
4. mantenha escrituração contábil capaz de comprovar a observância dos demais requisitos deste inciso, e das normas fiscais, comerciais e de direito econômico que lhe sejam aplicáveis.

§ 3o-A. A não equiparação de que trata o inciso II do § 3o deste artigo não é aplicável às hipóteses em que tenham sido utilizados índices de produtividade ou qualidade ou programas de metas, resultados e prazos.

§ 4o Quando forem considerados os critérios e condições definidos nos incisos I e II do § 1o deste artigo:

I – a empresa deverá prestar aos represen- tantes dos trabalhadores na comissão paritária informações que colaborem para a negociação;

II – não se aplicam as metas referentes à saúde e segurança no trabalho.

§ 5o As partes podem:

I – adotar os procedimentos de negociação estabelecidos nos incisos I e II do *caput* deste artigo, simultaneamente; e

II – estabelecer múltiplos programas de parti- cipação nos lucros ou nos resultados, observada a periodicidade estabelecida pelo § 2o do art. 3o desta Lei.

§ 6o Na fixação dos direitos substantivos e das regras adjetivas, inclusive no que se refere à fixação dos valores e à utilização exclusiva de metas individuais, a autonomia da vontade das partes contratantes será respeitada e prevalecerá em face do interesse de terceiros.

**161**

Normas correlatas

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**162**

§ 7o Consideram-se previamente estabeleci- das as regras fixadas em instrumento assinado: I – anteriormente ao pagamento da anteci-

pação, quando prevista; e

II – com antecedência de, no mínimo, 90 (noventa) dias da data do pagamento da parcela única ou da parcela final, caso haja pagamento de antecipação.

§ 8o A inobservância à periodicidade esta- belecida no § 2o do art. 3o desta Lei invalida exclusivamente os pagamentos feitos em desa- cordo com a norma, assim entendidos:

I – os pagamentos excedentes ao segundo, feitos a um mesmo empregado, no mesmo ano civil; e

II – os pagamentos efetuados a um mesmo empregado, em periodicidade inferior a 1 (um) trimestre civil do pagamento anterior.

§ 9o Na hipótese do inciso II do § 8o deste artigo, mantém-se a validade dos demais paga- mentos.

§ 10. Uma vez composta, a comissão paritá- ria de que trata o inciso I do *caput* deste artigo dará ciência por escrito ao ente sindical para que indique seu representante no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, findo o qual a comissão poderá iniciar e concluir suas tratativas.

**Art. 3o** A participação de que trata o art. 2o não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

§ 1o Para efeito de apuração do lucro real, a pessoa jurídica poderá deduzir como des- pesa operacional as participações atribuídas aos empregados nos lucros ou resultados, nos termos da presente Lei, dentro do próprio exer- cício de sua constituição.

§ 2o É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em mais de 2 (duas) vezes no mesmo ano civil e em periodicidade inferior a 1 (um) trimestre civil.

§ 3o Todos os pagamentos efetuados em decorrência de planos de participação nos lucros ou resultados, mantidos espontaneamente pela empresa, poderão ser compensados com as obri- gações decorrentes de acordos ou convenções

coletivas de trabalho atinentes à participação nos lucros ou resultados.

§ 4o A periodicidade semestral mínima refe- rida no § 2o poderá ser alterada pelo Poder Exe- cutivo, até 31 de dezembro de 2000, em função de eventuais impactos nas receitas tributárias.

§ 5o A participação de que trata este artigo será tributada pelo imposto sobre a renda exclu- sivamente na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos, no ano do recebimento ou crédito, com base na tabela progressiva anual constante do Anexo e não integrará a base de cálculo do imposto devido pelo beneficiário na Declaração de Ajuste Anual.

§ 6o Para efeito da apuração do imposto sobre a renda, a participação dos trabalhado- res nos lucros ou resultados da empresa será integralmente tributada com base na tabela progressiva constante do Anexo.

§ 7o Na hipótese de pagamento de mais de 1 (uma) parcela referente a um mesmo ano-calen- dário, o imposto deve ser recalculado, com base no total da participação nos lucros recebida no ano-calendário, mediante a utilização da tabela constante do Anexo, deduzindo-se do imposto assim apurado o valor retido anteriormente.

§ 8o Os rendimentos pagos acumuladamente a título de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa serão tributa- dos exclusivamente na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos, sujeitando-se, também de forma acumulada, ao imposto sobre a renda com base na tabela progressiva constante do Anexo.

§ 9o Considera-se pagamento acumulado, para fins do § 8o, o pagamento da participação nos lucros relativa a mais de um ano-calendário.

§ 10. Na determinação da base de cálculo da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados, poderão ser deduzidas as impor- tâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de separação ou divórcio consensual reali- zado por escritura pública, desde que corres- pondentes a esse rendimento, não podendo ser utilizada a mesma parcela para a determinação da base de cálculo dos demais rendimentos.

§ 11. A partir do ano-calendário de 2014, inclusive, os valores da tabela progressiva anual constante do Anexo serão reajustados no mesmo percentual de reajuste da Tabela Progressiva Mensal do imposto de renda incidente sobre os rendimentos das pessoas físicas.

**Art. 4o** Caso a negociação visando à participa- ção nos lucros ou resultados da empresa resulte em impasse, as partes poderão utilizar-se dos seguintes mecanismos de solução do litígio:

I – mediação;

II – arbitragem de ofertas finais, utilizando-

-se, no que couber, os termos da Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.

§ 1o Considera-se arbitragem de ofertas finais aquela em que o árbitro deve restringir-se a optar pela proposta apresentada, em caráter definitivo, por uma das partes.

§ 2o O mediador ou o árbitro será escolhido de comum acordo entre as partes.

§ 3o Firmado o compromisso arbitral, não será admitida a desistência unilateral de qual- quer das partes.

§ 4o O laudo arbitral terá força normativa, independentemente de homologação judicial.

**Art. 5o** A participação de que trata o art. 1o desta Lei, relativamente aos trabalhadores em empresas estatais, observará diretrizes especí- ficas fixadas pelo Poder Executivo.

*Parágrafo único*. Consideram-se empresas estatais as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

**Art. 6o** Fica autorizado o trabalho aos domin- gos nas atividades do comércio em geral, obser- vada a legislação municipal, nos termos do

inciso I do *caput* do art. 30 da Constituição Federal.

*Parágrafo único*. O repouso semanal remu- nerado deverá coincidir, pelo menos 1 (uma) vez no período máximo de 3 (três) semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem esti- puladas em negociação coletiva.

**Art. 6o-A.** É permitido o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho e observada a legislação municipal, nos termos do inciso I do *caput* do art. 30 da Constituição Federal.

**Art. 6o-B.** As infrações ao disposto nos arts. 6o e 6o-A desta Lei serão punidas com a multa prevista no art. 75 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

*Parágrafo único*. O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho.

**Art. 7o** Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 1.982-76, de 26 de outubro de 2000.

**Art. 8o** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 19 de dezembro de 2000; 179o da Independência e 112o da República.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Promulgada em 19/12/2000 e publicada no DOU de 20/12/2000.

**163**

Normas correlatas

**Anexo**

**Participação nos Lucros**

**Tabela de tributação exclusiva na fonte**

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Valor da PLR anual (em R$)** | **Alíquota** | **Parcela a deduzir do IR (em R$)** |
| de 0,00 a 6.000,00 | 0% | - |
| de 6.000,01 a 9.000,00 | 7,5% | 450,00 |
| de 9.000,01 a 12.000,00 | 15% | 1.125,00 |
| de 12.000,01 a 15.000,00 | 22,5% | 2.025,00 |
| acima de 15.000,00 | 27,5% | 2.775,00 |

**164**

## Lei no 7.998/1990

*Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1o** Esta Lei regula o Programa do Seguro-

-Desemprego e o abono de que tratam o inciso II do art. 7o, o inciso IV do art. 201 e o art. 239, da Constituição Federal, bem como institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

### Do Programa de Seguro-Desemprego

**Art. 2o** O Programa do Seguro-Desemprego tem por finalidade:

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo;

II – auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolo- cação e qualificação profissional.

**Art. 2o-A.** Para efeito do disposto no inciso II do art. 2o, fica instituída a bolsa de qualifica- ção profissional, a ser custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, à qual fará jus o trabalhador que estiver com o contrato de tra- balho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo cole- tivo celebrado para este fim.

**Art. 2o-B.** (Revogado)

**Art. 2o-C.** O trabalhador que vier a ser iden- tificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de

escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2o deste artigo.

§ 1o O trabalhador resgatado nos termos do *caput* deste artigo será encaminhado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para quali- ficação profissional e recolocação no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego – Sine, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat.

§ 2o Caberá ao Codefat, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no *caput* deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício, em circunstâncias similares, nos doze meses seguintes à percepção da última parcela.

**Art. 3o** Terá direito à percepção do seguro-de- semprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

1. – ter recebido salários de pessoa jurídica ou de pessoa física a ela equiparada, relativos a:
   1. pelo menos 12 (doze) meses nos últimos 18 (dezoito) meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando da primeira soli- citação;
   2. pelo menos 9 (nove) meses nos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando da segunda solicitação; e
   3. cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando das demais solicitações;
2. – (Revogado);
3. – não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto

**165**

Normas correlatas

**166**

no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei no 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de per- manência em serviço previsto na Lei no 5.890, de 8 de junho de 1973;

1. – não estar em gozo do auxílio-desem- prego; e
2. – não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família;
3. – matrícula e frequência, quando aplicá- vel, nos termos do regulamento, em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional habilitado pelo Ministério da Edu- cação, nos termos do art. 18 da Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, ofertado por meio da Bolsa-Formação Trabalhador concedida no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), insti- tuído pela Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica.

§ 1o A União poderá condicionar o recebi- mento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação da matrí- cula e da frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

§ 2o O Poder Executivo regulamentará os critérios e requisitos para a concessão da assis- tência financeira do Programa de Seguro-De- semprego nos casos previstos no § 1o, conside- rando a disponibilidade de bolsas-formação no âmbito do Pronatec ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica para o cumprimento da condicionalidade pelos respectivos beneficiários.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

§ 3o A oferta de bolsa para formação dos trabalhadores de que trata este artigo consi- derará, entre outros critérios, a capacidade de oferta, a reincidência no recebimento do bene- fício, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador.

§ 4o O registro como Microempreendedor Individual – MEI, de que trata o art. 18-A da Lei Complementar no 123, de 14 de dezem- bro de 2006, não comprovará renda própria suficiente à manutenção da família, exceto se

demonstrado na declaração anual simplificada da microempresa individual.

**Art. 3o-A.** A periodicidade, os valores, o cál- culo do número de parcelas e os demais proce- dimentos operacionais de pagamento da bolsa de qualificação profissional, nos termos do art. 2o-A desta Lei, bem como os pré-requisitos para habilitação serão os mesmos adotados em relação ao benefício do Seguro-Desemprego, exceto quanto à dispensa sem justa causa.

**Art. 4o** O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por período máximo variável de 3 (três) a 5 (cinco) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contados da data de dispensa que deu origem à última habilitação, cuja dura- ção será definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

§ 1o O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aqui- sitivo, satisfeitas as condições arroladas nos incisos I, III, IV e V do *caput* do art. 3o.

§ 2o A determinação do período máximo mencionado no *caput* observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos 36 (trinta e seis) meses que antecederem a data de dispensa que originou o requerimento do seguro-desemprego, vedado o cômputo de vínculos empregatícios utilizados em períodos aquisitivos anteriores:

1. – para a primeira solicitação:
   1. 4 (quatro) parcelas, se o trabalhador com- provar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 23 (vinte e três) meses, no período de referência; ou
   2. 5 (cinco) parcelas, se o trabalhador com- provar vínculo empregatício com pessoa jurí- dica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, no período de referência;
2. – para a segunda solicitação:
   1. 3 (três) parcelas, se o trabalhador compro- var vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 9 (nove) meses e, no máximo, 11 (onze) meses, no período de referência;
   2. 4 (quatro) parcelas, se o trabalhador com- provar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 23 (vinte e três) meses, no período de referência; ou
   3. 5 (cinco) parcelas, se o trabalhador com- provar vínculo empregatício com pessoa jurí- dica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, no período de referência;

III – a partir da terceira solicitação:

1. 3 (três) parcelas, se o trabalhador compro- var vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 6 (seis) meses e, no máximo, 11 (onze) meses, no período de referência;
2. 4 (quatro) parcelas, se o trabalhador com- provar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 23 (vinte e três) meses, no período de referência; ou
3. 5 (cinco) parcelas, se o trabalhador com- provar vínculo empregatício com pessoa jurí- dica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, no período de referência.

§ 3o A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do § 2o.

§ 4o Nos casos em que o cálculo da parcela do seguro-desemprego resultar em valores deci- mais, o valor a ser pago deverá ser arredondado para a unidade inteira imediatamente superior.

§ 5o O período máximo de que trata o *caput* poderá ser excepcionalmente prolongado por até 2 (dois) meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por esse prolonga- mento não ultrapasse, em cada semestre, 10% (dez por cento) do montante da reserva mínima de liquidez de que trata o § 2o do art. 9o da Lei no 8.019, de 11 de abril de 1990.

§ 6o Na hipótese de prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefat observará, entre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos espe- cíficos de trabalhadores.

§ 7o O Codefat observará as estatísticas do mercado de trabalho, inclusive o tempo médio de permanência no emprego, por setor, e reco- mendará ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego a adoção de políticas públicas que julgar adequadas à mitigação da alta rotatividade no emprego.

**Art. 4o-A.** (Vetado)

**Art. 4o-B.** (Vetado)

**Art. 5o** O valor do benefício será fixado em Bônus do Tesouro Nacional – BTN, devendo ser calculado segundo 3 (três) faixas salariais, observados os seguintes critérios:

I – até 300 (trezentos) BTN, multiplicar-se-á o salário médio dos últimos 3 (três) meses pelo fator 0,8 (oito décimos);

II – de 300 (trezentos) a 500 (quinhentos) BTN aplicar-se-á, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,5 (cinco décimos);

III – acima de 500 (quinhentos) BTN, o valor do benefício será igual a 340 (trezentos e qua- renta) BTN.

§ 1o Para fins de apuração do benefício, será considerada a média dos salários dos últimos 3 (três) meses anteriores à dispensa, devidamente convertidos em BTN pelo valor vigente nos respectivos meses trabalhados.

§ 2o O valor do benefício não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.

§ 3o No pagamento dos benefícios, consi- derar-se-á:

I – o valor do BTN ou do salário mínimo do mês imediatamente anterior, para benefícios colocados à disposição do beneficiário até o dia 10 (dez) do mês;

II – o valor do BTN ou do salário mínimo do próprio mês, para benefícios colocados à disposição do beneficiário após o dia 10 (dez) do mês.

**Art. 6o** O seguro-desemprego é direito pessoal e intransferível do trabalhador, podendo ser requerido a partir do sétimo dia subsequente à rescisão do contrato de trabalho.

**167**

Normas correlatas

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

**168**

**Art. 7o** O pagamento do benefício do segu- ro-desemprego será suspenso nas seguintes situações:

I – admissão do trabalhador em novo emprego;

II – início de percepção de benefício de pres- tação continuada da Previdência Social, exceto o auxílio-acidente, o auxílio suplementar e o abono de permanência em serviço;

III – início de percepção de auxílio-desem- prego;

IV – recusa injustificada por parte do traba- lhador desempregado em participar de ações de recolocação de emprego, conforme regulamen- tação do Codefat.

**Art. 7o-A.** O pagamento da bolsa de qualifi- cação profissional será suspenso se ocorrer a rescisão do contrato de trabalho.

**Art. 8o** O benefício do seguro-desemprego será cancelado:

I – pela recusa por parte do trabalhador desempregado de outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior;

II – por comprovação de falsidade na presta- ção das informações necessárias à habilitação; III – por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-

-desemprego; ou

IV – por morte do segurado.

§ 1o Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do segu- ro-desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência.

§ 2o O benefício poderá ser cancelado na hipótese de o beneficiário deixar de cumprir a condicionalidade de que trata o § 1o do art. 3o desta Lei, na forma do regulamento.

**Art. 8o-A.** O benefício da bolsa de qualifica- ção profissional será cancelado nas seguintes situações:

I – fim da suspensão contratual e retorno ao trabalho;

II – por comprovação de falsidade na presta- ção das informações necessárias à habilitação;

III – por comprovação de fraude visando à percepção indevida da bolsa de qualificação profissional;

IV – por morte do beneficiário.

**Art. 8o-B.** Na hipótese prevista no § 5o do art. 476-A da Consolidação das Leis do Traba- lho – CLT, as parcelas da bolsa de qualificação profissional que o empregado tiver recebido serão descontadas das parcelas do benefício do Seguro-Desemprego a que fizer jus, sendo-lhe garantido, no mínimo, o recebimento de uma parcela do Seguro-Desemprego.

**Art. 8o-C.** Para efeito de habilitação ao Seguro-

-Desemprego, desconsiderar-se-á o período de suspensão contratual de que trata o art. 476-A da CLT, para o cálculo dos períodos de que tratam os incisos I e II do art. 3o desta Lei.

### Do Abono Salarial

**Art. 9o** É assegurado o recebimento de abono salarial anual, no valor máximo de 1 (um) salário mínimo vigente na data do respectivo paga- mento, aos empregados que:

I – tenham percebido, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social – PIS ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep, até 2 (dois) salários mínimos médios de remu- neração mensal no período trabalhado e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 (trinta) dias no ano-base;

II – estejam cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos no Fundo de Participação PIS-Pa- sep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.

§ 1o No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep, serão compu- tados no valor do abono salarial os rendimen- tos proporcionados pelas respectivas contas individuais.

§ 2o O valor do abono salarial anual de que trata o *caput* será calculado na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor do salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, mul- tiplicado pelo número de meses trabalhados no ano correspondente.

§ 3o A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será contada como mês integral para os efeitos do § 2o deste artigo.

§ 4o O valor do abono salarial será emitido em unidades inteiras de moeda corrente, com a suplementação das partes decimais até a unidade inteira imediatamente superior.

**Art. 9o-A.** O abono será pago pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal mediante:

1. – depósito em nome do trabalhador;
2. – saque em espécie; ou
3. – folha de salários.

§ 1o Ao Banco do Brasil S.A. caberá o paga- mento aos servidores e empregados dos contri- buintes mencionados no art. 14 do Decreto-lei no 2.052, de 3 de agosto de 1983, e à Caixa Eco- nômica Federal, aos empregados dos contribuin- tes a que se refere o art. 15 desse Decreto-lei.

§ 2o As instituições financeiras pagadoras manterão em seu poder, à disposição das auto- ridades fazendárias, por processo que possibilite sua imediata recuperação, os comprovantes de pagamentos efetuados.

### Do Fundo de Amparo ao Trabalhador

**Art. 10.** É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao paga- mento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnoló- gica e de desenvolvimento econômico.

*Parágrafo único*. O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.

**Art. 11.** Constituem recursos do FAT:

1. – o produto da arrecadação das contribui- ções devidas ao PIS e ao Pasep;
2. – o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;
3. – a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do Fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;
4. – o produto da arrecadação da contribui- ção adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4o do art. 239 da Constituição Federal; V – outros recursos que lhe sejam destinados.

**Arts. 12 a 14.** (Vetados)

**Art. 15.** Compete aos Bancos Oficiais Federais o pagamento das despesas relativas ao Programa do Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial conforme normas a serem definidas pelos ges- tores do FAT.

*Parágrafo único*. Sobre o saldo de recur- sos não desembolsados, os agentes pagadores remunerarão o FAT, no mínimo com correção monetária.

**Art. 16.** (Revogado)

**Art. 17.** (Revogado)

### Gestão

**Art. 18.** É instituído o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamen- tais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

§ 1o (Revogado)

§ 2o (Revogado)

§ 3o Os representantes dos trabalhadores serão indicados pelas centrais sindicais e con- federações de trabalhadores; e os representantes dos empregadores, pelas respectivas confede- rações.

§ 4o Compete ao Ministro do Trabalho a nomeação dos membros do Codefat.

§ 5o (Revogado)

§ 6o Pela atividade exercida no Codefat seus membros não serão remunerados.

**Art. 19.** Compete ao Codefat gerir o FAT e deliberar sobre as seguintes matérias:

1. – (Vetado);
2. – aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual do Programa do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial e os respectivos orçamentos;

**169**

Normas correlatas

**170**

1. – deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária e finan- ceira do FAT;
2. – elaborar a proposta orçamentária do FAT, bem como suas alterações;
3. – propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial e regulamentar os dispositivos desta Lei no âmbito de sua competência;
4. – decidir sobre sua própria organização, elaborando seu regimento interno;
5. – analisar relatórios do agente aplicador quanto à forma, prazo e natureza dos investi- mentos realizados;
6. – fiscalizar a administração do Fundo, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
7. – definir indexadores sucedâneos no caso de extinção ou alteração daqueles referidos nesta Lei;
8. – baixar instruções necessárias à devolução de parcelas do benefício do seguro-desemprego, indevidamente recebidas;
9. – propor alteração das alíquotas referen- tes às contribuições a que alude o art. 239 da Constituição Federal, com vistas a assegurar a viabilidade econômico-financeira do FAT;
10. – (Vetado);
11. – (Vetado);
12. – fixar prazos para processamento e envio ao trabalhador da requisição do benefício do seguro-desemprego, em função das possi- bilidades técnicas existentes, estabelecendo-se como objetivo o prazo de 30 (trinta) dias;

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

1. – (Vetado);
2. – (Vetado);
3. – deliberar sobre outros assuntos de interesses do FAT.

**Art. 19-A.** O Codefat poderá priorizar projetos das entidades integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) desde que:

1. – o ente federado de vinculação da entidade que solicita o recurso possua o respectivo Plano de Atendimento Socioeducativo aprovado;
2. – as entidades governamentais e não gover- namentais integrantes do Sinase que solicitem

recursos tenham se submetido à avaliação nacio- nal do atendimento socioeducativo.

**Art. 20.** A Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo será exercida pelo Ministério do Trabalho, e a ela caberão as tarefas técnico-ad- ministrativas relativas ao seguro-desemprego e ao abono salarial.

**Art. 21.** As despesas com a implantação, admi- nistração e operação do Programa do Seguro-

-Desemprego e de Abono Salarial, exceto as de pessoal, correrão por conta do FAT.

**Art. 22.** Os recursos do FAT integrarão o orçamento da seguridade social na forma da legislação pertinente.

### Da Fiscalização e Penalidades

**Art. 23.** Compete ao Ministério do Trabalho e Previdência a fiscalização do cumprimento do Programa de Seguro-Desemprego e do abono salarial, bem como do pagamento, pelas empre- sas, da bolsa de qualificação profissional de que trata o art. 2o-A desta Lei, ou de benefí- cios de programas instituídos para promover a manutenção de empregos ou a qualificação de trabalhadores, custeados com recursos do FAT.

**Art. 24.** Os trabalhadores, os empregadores e os serviços nacionais de aprendizagem ou entidades qualificadas em formação técnico profissional, bem como os trabalhadores de pro- gramas instituídos para promover a manutenção de empregos ou a qualificação de trabalhadores, prestarão as informações necessárias, bem como atenderão às exigências para a concessão do seguro-desemprego e o pagamento do abono salarial e da bolsa de qualificação profissional de que trata o art. 2o-A desta Lei, ou de benefí- cios de programas instituídos para promover a manutenção de empregos ou a qualificação de trabalhadores, nos termos e nos prazos fixados pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

**Art. 25.** O empregador que infringir os dispo- sitivos desta Lei estará sujeito a multas de 400 (quatrocentos) a 40.000 (quarenta mil) BTN, segundo a natureza da infração, sua extensão

e a intenção do infrator, a serem aplicadas em dobro, no caso de reincidência, oposição à fis- calização ou desacato à autoridade.

§ 1o Serão competentes para impor as pena- lidades as Delegacias Regionais do Trabalho, nos termos do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 2o Além das penalidades administrativas já referidas, os responsáveis por meios frau- dulentos na habilitação ou na percepção do seguro-desemprego serão punidos civil e cri- minalmente, nos termos desta Lei.

**Art. 25-A.** O trabalhador que infringir o disposto nesta Lei e houver percebido indevi- damente parcela de seguro-desemprego sujei- tar-se-á à compensação automática do débito com o novo benefício, na forma e no percentual definidos por resolução do Codefat.

§ 1o O ato administrativo de compensação automática poderá ser objeto de impugnação, no prazo de 10 (dez) dias, pelo trabalhador, por meio de requerimento de revisão simples, o qual seguirá o rito prescrito pela Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 2o A restituição de valor devido pelo tra- balhador de que trata o *caput* deste artigo será realizada mediante compensação do saldo de valores nas datas de liberação de cada parcela ou pagamento com Guia de Recolhimento da União (GRU), conforme regulamentação do Codefat.

### Das Disposições Finais e Transitórias Art. 26. (Vetado)

**Art. 27.** A primeira investidura do Codefat dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias da publi- cação desta Lei.

**Art. 28.** No prazo de trinta dias as contribui- ções ao PIS e ao Pasep, arrecadadas a partir de 5 de outubro de 1988 e não utilizadas nas finalidades previstas no art. 239 da Constituição Federal, serão recolhidas como receita do FAT.

*Parágrafo único*. (Vetado)

**Art. 29.** (Revogado)

**Art. 30.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias e apresentará projeto de lei regulamentando a contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4o do art. 239 da Constituição Federal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 31.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 32.** Revogam-se as disposições em con- trário.

Brasília, 11 de janeiro de 1990; 169o da Inde- pendência e 102o da República.

JOSÉ SARNEY

Promulgada em 11/1/1990 e publicada no DOU de 12/1/1990.

**171**

Normas correlatas

## Lei no 7.783/1989

*Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.*

**172**

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1o** É assegurado o direito de greve, com- petindo aos trabalhadores decidir sobre a opor- tunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

*Parágrafo único*. O direito de greve será exer- cido na forma estabelecida nesta Lei.

**Art. 2o** Para os fins desta Lei, considera-se legí- timo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador.

**Art. 3o** Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recurso via arbitral, é facul- tada a cessação coletiva do trabalho.

*Parágrafo único*. A entidade patronal cor- respondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedên- cia mínima de 48 (quarenta e oito) horas, da paralisação.

**Art. 4o** Caberá à entidade sindical corres- pondente convocar, na forma do seu estatuto, assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.

§ 1o O estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e o *quorum* para a deliberação, tanto da deflagra- ção quanto da cessação da greve.

§ 2o Na falta de entidade sindical, a assem- bleia geral dos trabalhadores interessados deli- berará para os fins previstos no *caput*, consti- tuindo comissão de negociação.

**Art. 5o** A entidade sindical ou comissão espe- cialmente eleita representará os interesses dos

trabalhadores nas negociações ou na Justiça do Trabalho.

**Art. 6o** São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:

1. – o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a ade- rirem à greve;
2. – a arrecadação de fundos e a livre divul- gação do movimento.

§ 1o Em nenhuma hipótese, os meios ado- tados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.

§ 2o É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

§ 3o As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

**Art. 7o** Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais durante o período ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.

*Parágrafo único*. É vedada a rescisão de con- trato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 9o e 14.

**Art. 8o** A Justiça do Trabalho, por iniciativa de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, decidirá sobre a procedência, total ou parcial, ou improcedência das reivindicações, cumprindo ao Tribunal publicar, de imediato, o competente acórdão.

**Art. 9o** Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.

*Parágrafo único*. Não havendo acordo, é assegurado ao empregador, enquanto perdurar a greve, o direito de contratar diretamente os serviços necessários a que se refere este artigo.

**Art. 10.** São considerados serviços ou ativi- dades essenciais:

* 1. – tratamento e abastecimento de água; pro- dução e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
  2. – assistência médica e hospitalar;
  3. – distribuição e comercialização de medi- camentos e alimentos;
  4. – funerários;
  5. – transporte coletivo;
  6. – captação e tratamento de esgoto e lixo;
  7. – telecomunicações;
  8. – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; IX – processamento de dados ligados a ser-

viços essenciais;

1. – controle de tráfego aéreo e navegação aérea;
2. – compensação bancária;
3. – atividades médico-periciais relaciona- das com o regime geral de previdência social e a assistência social;
4. – atividades médico-periciais relaciona- das com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); e
5. – outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;
6. – atividades portuárias.

**Art. 11.** Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhado- res ficam obrigados, de comum acordo, a garan- tir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

*Parágrafo único*. São necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

**Art. 12.** No caso da inobservância do disposto no artigo anterior, o Poder Público assegurará a prestação dos serviços indispensáveis.

**Art. 13.** Na greve em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.

**Art. 14.** Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente Lei, bem como a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.

*Parágrafo único*. Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não cons- titui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que:

1. – tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição;
2. – seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modi- fique substancialmente a relação de trabalho.

**Art. 15.** A responsabilidade pelos atos pratica- dos, ilícitos ou crimes cometidos, no curso da greve, será apurada, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil ou penal.

*Parágrafo único*. Deverá o Ministério Público, de ofício, requisitar a abertura do com- petente inquérito e oferecer denúncia quando houver indício da prática de delito.

**Art. 16.** Para os fins previstos no art. 37, inciso VII, da Constituição, lei complementar definirá

**173**

Normas correlatas

os termos e os limites em que o direito de greve poderá ser exercido.

**Art. 17.** Fica vedada a paralisação das ativi- dades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados (*lockout*).

*Parágrafo único*. A prática referida no *caput* assegura aos trabalhadores o direito à percepção dos salários durante o período de paralisação.

**Art. 18.** Ficam revogados a Lei no 4.330, de 1o de junho de 1964, o Decreto-lei no 1.632, de

4 de agosto de 1978, e demais disposições em contrário.

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 1989; 168o da Indepen- dência e 101o da República.

JOSÉ SARNEY

Promulgada em 28/6/1989 e publicada no DOU de 29/6/1989.

**174**

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas

## Lei no 4.090/1962

*Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1o** No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1o A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

§ 2o A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 3o A gratificação será proporcional:

I – na extinção dos contratos a prazo, entre estes incluídos os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e II – na cessação da relação de emprego resul- tante da aposentadoria do trabalhador, ainda

que verificada antes de dezembro.

**Art. 2o** As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos no parágrafo 1o do art. 1o desta Lei.

**Art. 3o** Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos dos parágrafos 1o e 2o do art. 1o desta Lei, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

**Art. 4o** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1962; 141o da Indepen- dência e 74o da República.

JOÃO GOULART

Promulgada em 13/7/1962 e publicada no DOU de 26/7/1962.

**175**

Normas correlatas

Conheça outras obras publicadas pelo Senado Federal

[livraria.senado.leg.br](https://livraria.senado.leg.br/)

Esta obra apresenta a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecida pelo Decreto-lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, que unificou a legislação trabalhista existente à época. Desde então, a norma passou a regular as relações individuais e coletivas de trabalho no país, tendo sido objeto de diversas modificações e reformas.

Constam ainda da publicação os dispositivos constitucionais relacionados ao assunto, bem como normas correlatas.



